



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 20^a REUNIÃO

(2^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**11/08/2016
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

20ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 11/08/2016.

20ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERATIVA E LEITURA DE RELATÓRIOS

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PDS 19/2016 - Não Terminativo -	SEN. KÁTIA ABREU	9
2	MSF 72/2016 - Não Terminativo -	SEN. RICARDO FERRAÇO	41
3	MSF 76/2016 - Não Terminativo -	SEN. ARMANDO MONTEIRO	186

2ª PARTE - SABATINA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 71/2016 - Não Terminativo -	SEN. TASSO JEREISSATI	249
2	MSF 75/2016 - Não Terminativo -	SEN. LASIER MARTINS	346

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 VAGO(23)	
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PPS)	DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)	
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151

Maoria (PMDB)

Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303- 6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecão(PSD)(18)(17)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Marta Suplicy(PMDB)(20)	SP (61) 3303-6510
Valdir Raupp(PMDB)(19)	RO (61) 3303- 2252/2253	4 Kátia Abreu(PMDB)(25)	TO (61) 3303-2708
Ricardo Ferraço(PSDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PMDB)	DF (61) 3303- 6640/6645/6646

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)

José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303- 6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303- 4502/4503	3 José Aníbal(PSDB)(26)(27)	SP 3215-5736
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(12)(15)(9)	MG (61) 3303-5717

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303- 9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Eduardo Lopes(PR)(30)(32)	RJ (61) 3303-5730
Armando Monteiro(PTB)(28)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	2 Magno Malta(PR)(29)	ES (61) 3303- 4161/5867

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edson Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- (19) Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
- (20) Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- (21) Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

- (22) Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- (23) Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- (24) Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- (25) Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
- (26) Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- (27) Em 18.05.2016, o Senador José Anibal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)
- (28) Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD)
- (29) Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (30) Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- (31) Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- (32) Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
- (33) Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

Em 11 de agosto de 2016
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA
20ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Deliberativa e Leitura de Relatórios
2ª PARTE	Sabatina
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Inclusão de Itens.

1ª PARTE PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2016

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou da pauta da Reunião do dia 10/08/2016.

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pendente de Relatório.

Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pendente de Relatório.

Observações:

1) *Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Textos da pauta:

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - *Em 10/08/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*

2 - *A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.*

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Observações:

- 1 - Em 04/08/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
- 2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Textos da pauta:[Relatório](#)[Anexos](#)[Avulso da matéria](#)

1^a PARTE - DELIBERATIVA E LEITURA DE

1

PARECER N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2016 (PDC nº 428, de 2016, na origem), que *aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.*

RELATORA: Senadora KÁTIA ABREU

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 19, de 2016, cuja ementa está acima epigrafada.

A Presidente da República, pela Mensagem nº 235, de 10 de maio de 2016, submeteu ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla, em inglês, ou Convenção), celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.

Na exposição de motivos, assinada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia e Inovação, interina, e do Meio Ambiente, é destacado que *o Acordo de Paris reforça a centralidade da UNFCCC na resposta global à mudança do clima, demonstrando a importância da diplomacia multilateral como forma legítima para encontrar soluções para questões globais – princípio basilar da política externa brasileira.* Chama-se atenção, ainda, para o protagonismo do Estado brasileiro no processo de negociação, de modo que o texto do Acordo incorporou propostas brasileiras, a exemplo do Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (art. 6.4) e as principais linhas de diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (arts. 4.3, 4.4, 9.1 e 9.2).

O Acordo, ao reforçar a implementação da Convenção, tem por objetivo, nos termos de seu art. 2º, fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima, no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços de erradicação da pobreza.

Para tanto, pretende-se: *i)* manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais; *ii)* aumentar a capacidade de adaptação aos impactos negativos da mudança do clima e promover a resiliência à mudança do clima e um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa, sem ameaçar a produção de alimentos; e *iii)* tornar os fluxos financeiros compatíveis com uma trajetória de desenvolvimento pautado pela baixa emissão de gases de efeito estufa e resiliente à mudança do clima.

O texto estabelece, ainda, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades, à vista das distintas circunstâncias nacionais, e o assiná-la como diretriz para a implementação do Acordo (art. 2.2).

Cada Parte do Acordo deverá preparar, comunicar e manter sucessivas contribuições nacionalmente determinadas, as quais representarão uma progressão considerando a contribuição vigente, bem como adotará medidas de mitigação domésticas para que os objetivos fixados nessas contribuições sejam alcançados (arts. 4.2 e 4.3). É previsto, no art. 5º, que *as Partes deverão adotar medidas para conservar e fortalecer, conforme o caso, sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa*, incluindo florestas.

O art. 6º estabelece, entre outras medidas, um mecanismo voluntário e cooperativo para contribuir para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa e apoiar o desenvolvimento sustentável. O funcionamento desse mecanismo se dará sob a autoridade e orientação da Conferência das Partes, a qual designará órgão para supervisioná-lo e um de seus objetivos é o de alcançar uma mitigação geral das emissões globais.

O objetivo global para a adaptação é estabelecido no art. 7º e consiste em aumentar a capacidade de adaptação, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima, levando-se em conta o desenvolvimento sustentável e a meta de temperatura fixada. O parágrafo 7 enfatiza o dever de fortalecer a cooperação entre as Partes no sentido de reforçar medidas de adaptação, levando em conta o Marco de Adaptação de Cancún. O parágrafo 9 estabelece que cada Parte, conforme o caso, deve empreender

processos de planejamento em adaptação e adotar medidas como desenvolvimento ou fortalecimento de planos, políticas e/ou contribuições pertinentes.

O art. 8º trata das perdas e danos associados aos efeitos negativos da mudança do clima, que deverão ser evitados, minimizados e enfrentados pelas Partes.

O art. 9º dispõe sobre o financiamento das ações de mitigação e adaptação. Ele estipula que as Partes países desenvolvidos devem prover recursos financeiros em auxílio às Partes países em desenvolvimento.

O desenvolvimento e a transferência de tecnologias são considerados importantes para a resiliência à mudança do clima e redução das emissões de gases de efeito estufa, conforme prevê o art. 10.

O Acordo também traz dispositivos sobre capacitação, com especial atenção para as Partes países em desenvolvimento, e mais ainda aos países com menor capacidade, tais como os de menor desenvolvimento relativo e aqueles particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima, como os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (art. 11).

O art. 12 dispõe sobre cooperação para que se adotem medidas com o fim de melhorar educação, treinamento, conscientização, participação e acesso público à informação sobre mudança do clima. O art. 13, por sua vez, trata de estrutura de transparência, a fim de se construir confiança mútua e implementação eficaz, também levando em conta as condições diferenciadas das Partes.

O art. 14 prevê avaliação periódica da implementação do Acordo, denominada “avaliação global”, sendo a primeira a ser realizada em 2023 e a cada cinco anos a partir de então.

Deverá ser criado comitê como mecanismo para facilitar a implementação e promover o cumprimento do Acordo (art. 15).

Os arts. 16 a 19 determinam regras sobre o funcionamento administrativo e procedural do Acordo, entre as quais: *i*) a Conferência das Partes, órgão supremo da Convenção, atuará como reunião das Partes do Acordo; *ii*) as Partes da Convenção que não sejam Partes do Acordo terão lugar

nas reuniões de deliberação da Conferência e dos órgãos subsidiários como observadoras; e *iii) a Conferência das Partes fará revisão periódica do Acordo.*

O Acordo estará aberto a assinatura de 22 de abril de 2016 a 21 de abril de 2017. Findo este prazo, estará aberto a adesões (art. 20). A entrada em vigor ocorrerá no trigésimo dia após a data em que pelo menos 55 Partes da Convenção, que contabilizem no total uma parcela estimada em pelo menos 55% do total das emissões globais de gases de efeito estufa, tenham depositado seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão. O Depositário é o Secretário-Geral das Nações Unidas (art. 26). Não é permitida a apresentação de reservas ao Acordo (art. 27).

Os arts. 22 a 25 preveem disposições gerais que determinam a aplicação de dispositivos da Convenção ao Acordo, como os referentes à adoção de emendas e à solução de controvérsias.

A denúncia somente será admitida após três anos de vigência do Acordo para a Parte denunciante e produzirá efeito um ano após seu recebimento ou em data posterior, se assim estipulado (art. 28).

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria veio para esta Casa e foi despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade.

Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Além disso, o art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. A assinatura e

posterior ratificação do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, veiculado pelo PDS nº 19, de 2016, dá concretude a esse princípio, uma vez que ele é parte relevante do esforço global voltado à obtenção de resposta efetiva para a ameaça à humanidade que é a mudança do clima.

Como detalhado acima, o Acordo não permite reservas a seu texto e sua vigência dependerá da ratificação de pelo menos 55 Partes da Convenção responsáveis por ao menos 55% das emissões de gases de efeito estufa. Desse modo, o Estado brasileiro, ao ratificar esse instrumento internacional, tem garantia de que as demais Partes também terão de se comprometer integralmente com os seus termos e de que somente estará realmente vinculado e poderá ser cobrado no plano internacional após o comprometimento de parte considerável dos maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa. Assim, a nosso sentir, nossa soberania está preservada, sem deixar de reconhecer nosso papel dentro das responsabilidades comuns que constituem o cerne do regime internacional sobre mudança do clima.

A temática do Acordo de Paris reveste-se de extrema relevância. Discutem-se, cada vez com maior adesão de participantes, os efeitos cumulativos e transnacionais dos danos ambientais, em especial a sua responsabilização. outrora restritos às poluições atmosférica, dos mananciais de abastecimento e dos oceanos, os danos transfronteiriços passaram a ser associados às alterações climáticas causadas pelas variações de temperatura provenientes de atividades antrópicas. O aquecimento global causado pelo consumo de combustíveis fósseis, como carvão mineral, petróleo e gás natural, bem como pelo desmatamento, queimadas e pecuária, tornou-se questão central no debate internacional ambiental e relevante na tomada de decisões da agenda legislativa, econômica e de políticas públicas nacionais e internacionais.

Nesse contexto, o 5º Relatório apresentado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla, em inglês), é o documento que acarretou maior apoio da comunidade científica mundial. Hoje, o discurso acerca da inexistência de causas antrópicas para o aquecimento global é minoritário. O Relatório de Síntese do IPCC concluiu que a influência humana no sistema climático é patente, e as emissões antrópicas recentes de gases de efeito estufa são as mais altas da história. O texto revela, ainda, que as variações climáticas recentes geram impactos generalizados nos sistemas humanos e naturais.

Concluem os cientistas que o aquecimento global é inequívoco, e desde a década de 50 não há precedentes parecidos. A atmosfera e o oceano

aqueceram, os volumes de neve e gelo diminuíram e o nível do mar se elevou. As emissões antropogênicas de gases de efeito estufa aumentaram consideravelmente a partir da era pré-industrial, derivadas do crescimento econômico e demográfico.

Assim, os debates e as negociações que ocorreram na 21^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, a COP 21, da qual resultou o Acordo de Paris, aprovado pelos 195 países da Convenção, comprova que a sociedade global se encontra diante de um novo paradigma de sustentabilidade: o paradigma climático, cujo desafio é o de harmonizar a política climática com o desenvolvimento sustentável, em todos os setores.

Portanto, a internalização do Acordo de Paris é uma medida não apenas necessária, mas urgente, e que encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico constitucional, especificamente no art. 225, que estatui o direito a todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Além disso, o Acordo define novas regras para o futuro do desenvolvimento sustentável dos países envolvidos e da governança global ambiental, pois seu objetivo é o de limitar o aquecimento global e substituir o Protocolo de Quioto.

O Acordo de Paris envolve, pela primeira vez desde o início das negociações sobre o enfrentamento da alteração climática, todos os países em um esforço conjunto para ações de mitigação e de adaptação contra o aquecimento global. O seu ponto central é a obrigação de que todas as nações participem, ou seja, de que todas as partes que ratificaram a Convenção realizem esforços nesse sentido, fato esse que representa um avanço nas negociações globais e traz responsabilidades a todas as nações, diferentemente do que ocorreu com o Protocolo de Quioto.

Antes mesmo da COP 21, 184 dos 195 países participantes já haviam registrado no Secretariado da UNFCCC as suas contribuições nacionalmente determinadas para limitar as emissões de gases do efeito estufa. Tal instrumento, previsto no seu art. 4º, estabelece as obrigações de cada Parte, suas metas e políticas, para frear o aquecimento global, e podem incluir medidas mitigadoras e de adaptação, sendo um dos mecanismos mais importantes do Acordo.

O objetivo de longo prazo do Acordo, conforme o art. 2º, é o de manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2º C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da

temperatura a 1,5º C em relação aos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima.

Certamente, objetiva-se evitar os efeitos climáticos de difícil reversão, como elevação do nível dos mares, predominância de eventos climáticos extremos e impactos negativos sobre a segurança alimentar, conforme apontam os relatórios do IPCC. O Acordo também estabeleceu a revisão de seus dispositivos a cada cinco anos, de modo a monitorar o cumprimento dessa meta de elevação de temperatura e a conferir transparência às ações propostas por cada país, aspecto esse positivo a fim de que haja o acompanhamento das ações e políticas adotadas pelas Partes.

A instituição de um mecanismo de perdas e danos para países mais vulneráveis, referente a impactos que não podem mais ser revertidos, é outro aspecto importante. Sobre financiamento climático, para o sucesso do Acordo, os países desenvolvidos comprometem-se a financiar medidas de combate à mudança do clima e adaptação em países em desenvolvimento.

Assim, o Acordo de Paris constituiu avanço no direito internacional ambiental, pois, além de reiterar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, estabelece princípios de progressão e da mais alta ambição possível como parâmetros de conduta internacional no combate à mudança do clima.

Quanto à diferenciação nas obrigações a serem assumidas por países desenvolvidos e em desenvolvimento, ressalta-se a obrigatoriedade de países desenvolvidos assumirem metas absolutas de redução de emissões (art. 4.4); a prioridade aos países em desenvolvimento mais vulneráveis nos dispositivos relacionados à adaptação (art. 7º); a reafirmação das obrigações legais de países desenvolvidos em prover financiamento (art. 9.1); o reconhecimento do caráter voluntário do apoio oferecido por países em desenvolvimento (art. 9.2); assim como a liderança dos países desenvolvidos no esforço global de mobilização de financiamento para o clima (art. 9.3).

Importante destacar o protagonismo do Brasil junto às negociações dos termos do Acordo de Paris e quando do registro, junto ao Secretariado da Convenção, de sua contribuição nacionalmente determinada (NDC), que inclui medidas audaciosas de mitigação, adaptação e meios de implementação. Para subsidiar a elaboração da NDC, o Governo brasileiro conduziu amplo processo de consultas à sociedade civil, ao setor privado e à academia. A ambição dessa contribuição fortaleceu a posição negociadora do Brasil em Paris e colocou o País na vanguarda dos esforços de combate à mudança do clima.

O escopo da contribuição nacional está diretamente relacionado com as diretrizes, objetivos e princípios da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). O Brasil foi o único país em desenvolvimento a apresentar uma meta absoluta de mitigação tão ou mais ambiciosa do que as metas de países desenvolvidos, que prevê a redução em 43% das emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2030 e, de forma escalonada, a redução de 37% até 2025, com base nas emissões do ano de 2005. Além disso, houve a apresentação de propostas setoriais que, certamente, são imprescindíveis ao desenvolvimento nacional sustentável e ambiciosas se comparadas às metas dos países que iniciaram há mais tempo o processo de industrialização, responsáveis, conjuntamente, por mais de 60% das emissões mundiais.

A proposta nacional, por certo, busca encontrar soluções, e esse é um de seus méritos. Segundo o documento “Informação Adicional sobre a iNDC apenas para fins de esclarecimento”, *o Brasil evidará esforços para uma transição para sistemas de energia baseados em fontes renováveis e descarbonização da economia mundial até o final do século, no contexto do desenvolvimento sustentável e do acesso aos meios financeiros e tecnológicos necessários para essa transição.*

No setor de uso do solo e florestas, apesar do avanço na redução do desmatamento e, consequentemente, na redução das emissões, a meta vai além da redução do desmate ilegal, passando a incorporar a restauração das florestas. Propõe-se reduzir o desmatamento ilegal a zero na Amazônia até 2030, a recuperação de 12 milhões de hectares de florestas e 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, além do aumento em 5 milhões de hectares da área de integração lavoura, pecuária e floresta.

No setor de energia, a NDC objetiva alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na matriz energética em 2030, incluindo: *i)* expansão do uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33%, até 2030; *ii)* expandir o uso doméstico de fontes de energia não fóssil, aumentando a parcela de energias renováveis (além da energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica para ao menos 23% até 2030, inclusive pelo aumento da participação de eólica, biomassa e solar; e *iii)* alcançar 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico até 2030.

O Brasil pretende adotar medidas adicionais que são consistentes com a meta de temperatura de 2°C, em particular: *i)* aumentar a participação de bioenergia sustentável na matriz energética brasileira para aproximadamente

18% até 2030, expandindo o consumo de biocombustíveis, aumentando a oferta de etanol, inclusive por meio do aumento da parcela de biocombustíveis avançados (segunda geração), e aumentando a parcela de biodiesel na mistura do diesel; *ii)* fortalecer, no setor florestal e de mudança do uso da terra, o cumprimento do Código Florestal, em âmbito federal, estadual e municipal; as políticas e medidas com vistas a alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030 e a compensação das emissões de gases de efeito de estufa provenientes da supressão legal da vegetação até 2030; e ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, por meio de sistemas de georreferenciamento e rastreabilidade aplicáveis ao manejo de florestas nativas, com vistas a desestimular práticas ilegais e insustentáveis.

Além disso, o Brasil também pretende: *iii)* reforçar, no setor agrícola, o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) como a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura; *iv)* promover, no setor industrial, novos padrões de tecnologias limpas e ampliar medidas de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono; *v)* fomentar, no setor de transportes, medidas de eficiência, melhorias na infraestrutura de transportes e no transporte público em áreas urbanas. O Brasil reconhece, também, a importância do engajamento de governos locais e de seus esforços no combate à mudança do clima.

São metas um tanto ambiciosas, mas que revelam o alto comprometimento da sociedade brasileira em fazer sua parte no que diz respeito à urgente necessidade de redução de emissão de gases de efeito estufa, antes mesmo de se vincular de forma definitiva ao texto do Acordo de Paris.

A relação entre o Acordo de Paris, o engajamento na colaboração internacional para a economia de baixo carbono e os novos rumos do desenvolvimento sustentável corroboram a necessidade de aprovação parlamentar do Acordo de Paris, demonstrando que também o Congresso Nacional brasileiro se sente responsável pelo êxito dessas ações globais.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2016.

10

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

10



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2016

(nº 428/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.

AUTORIA: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

DOCUMENTOS:

- Projeto Original

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



Página da matéria

Aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Paris sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de julho de 2016.

WALDIR MARANHÃO

Mensagem nº 235

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia e Inovação, interina, e do Meio Ambiente, o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado, em Nova York, no dia 22 de abril de 2016.

Brasília, 10 de maio de 2016.

631C11B2
631C11B2

EMI nº 00122/2016 MRE MCTI MMA

Brasília, 9 de Maio de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), adotado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado por Vossa Excelência, em Nova York, no dia 22 de abril de 2016.

2. A mudança do clima é amplamente reconhecida como um dos maiores desafios contemporâneos à humanidade. O Acordo de Paris reforça a centralidade da UNFCCC na resposta global à mudança do clima, demonstrando a importância da diplomacia multilateral como forma legítima para encontrar soluções para questões globais – princípio basilar da política externa brasileira.

3. A assinatura do Acordo de Paris marca o encerramento de processo negociador, iniciado na COP-17 (Durban, 2011), no qual o Brasil manteve protagonismo e para cujo êxito contribuiu de maneira inequívoca. Diversas propostas brasileiras estão refletidas no texto do acordo, tais como o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (artigo 6.4) e as principais linhas de diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (artigos 4.3, 4.4, 9.1 e 9.2).

4. A estrutura do Acordo de Paris pode ser dividida em: objetivo (art. 2); áreas de ação – mitigação (art. 3-6), adaptação e perdas e danos (art. 7-8); meios de implementação – financiamento (art. 9), tecnologia (art. 10), capacitação (art. 11) e educação (art.12); transparência (art.13); cumprimento – avaliação global (art.14), facilitação e conformidade (art. 15); arcabouço institucional (art. 16-19) e; dispositivos gerais (art. 20-29).

5. O Acordo de Paris fundamenta-se sobre normas de conduta, em particular a obrigação de submeter, regularmente, sucessivas "contribuições nacionalmente determinadas" para o combate à mudança do clima. O efeito agregado de tais contribuições, em conjunto com os esforços de adaptação e mobilização de financiamento, tecnologia e capacitação, será objeto, a cada cinco anos, de um processo de avaliação global para medir o progresso coletivo em relação aos objetivos do Acordo. Oferece-se, assim, a perspectiva de um esforço

631C11B2

631C11B2

631C11B2

631C11B2

internacional coordenado para evitar que a temperatura média global aumente a níveis perigosos, no qual os Estados-Parte sinalizam a direção e a intensidade do combate à mudança do clima aos demais atores da sociedade – organizações internacionais, entidades nacionais e subnacionais, sociedade civil e setor privado.

6. O Acordo de Paris constitui inequívoco avanço no direito internacional em matéria de promoção do desenvolvimento sustentável. Além de reiterar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades, o Acordo estabelece também os princípios de progressão e de mais alta ambição possível como parâmetros de conduta internacional no combate à mudança do clima. Ao estabelecer como parte de seu propósito a implementação da Convenção-Quadro enquanto forma de fortalecer a resposta global à mudança do clima, o Acordo logrou respeitar o arcabouço jurídico daquele instrumento, sem, contudo, reiterar a forma explícita de diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento expressa em anexos.

7. A diferenciação nas obrigações a serem assumidas por países desenvolvidos e países em desenvolvimento no Acordo de Paris permeia o acordo, de forma específica no contexto de cada um de seus dispositivos. É expressa principalmente na forma de princípios e orientações de conduta, em linha com o Artigo 4.1 da Convenção-Quadro. Ressaltem-se, nesse aspecto, os dispositivos que preveem: que países desenvolvidos deverão seguir assumindo metas absolutas de redução de emissões (art. 4.4); que as contribuições nacionalmente determinadas deverão refletir as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades das Partes no Acordo (art. 4.3); a prioridade conferida aos países em desenvolvimento mais vulneráveis nos dispositivos relacionados a adaptação (art. 7); a reafirmação das obrigações legais de países desenvolvidos em prover financiamento (art. 9.1); o reconhecimento do caráter voluntário do apoio oferecido por países em desenvolvimento (art. 9.2); assim como a liderança dos países desenvolvidos no esforço global de mobilização de financiamento para o clima (art. 9.3). O Acordo de Paris estabelece, assim, uma nova fase no regime internacional sob a UNFCCC.

8. O Acordo de Paris constitui amplo conjunto de dispositivos obrigatórios e exortativos, com razoável grau de flexibilidade, que devem ser compreendidos em conjunto com outras normas de direito internacional e direito interno. Sobre esse último aspecto, é importante notar que os princípios dispostos na Lei 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, adequam-se de maneira vigorosa ao Acordo de Paris. Cabe ressaltar, ainda, que a própria lei já prevê sua adaptabilidade a novos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro no regime internacional de combate à mudança do clima, conforme expresso em seu Artigo 5º, inciso I. Dessa forma, a ratificação do Acordo ensejará, em momento oportuno, complementação normativa da Política Nacional sobre Mudança do Clima de forma a viabilizar o pleno cumprimento dos novos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris, particularmente a obrigação de apresentar sucessivas contribuições nacionalmente determinadas e os dispositivos relativos à transparência. Conforme afirmou Vossa Excelência em discurso realizado na abertura da Cerimônia de Assinatura do Acordo, “o caminho que teremos de percorrer agora será ainda mais desafiador: transformar nossas ambiciosas aspirações em resultados concretos”.

9. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autênticas do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira, Izabella Monica Vieira Teixeira, Emilia Maria Silva Ribeiro Curi

631C11B2

631C11B2

Acordo de Paris

As Partes deste Acordo,

Sendo Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, doravante denominada "Convenção",

De acordo com a Plataforma de Durban para Ação Fortalecida instituída pela decisão 1/CP.17 da Conferência das Partes da Convenção, em sua décima sétima sessão,

Procurando atingir o objetivo da Convenção e guiadas por seus princípios, incluindo o princípio de equidade e responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais,

Reconhecendo a necessidade de uma resposta eficaz e progressiva à ameaça urgente da mudança do clima com base no melhor conhecimento científico disponível,

Reconhecendo, igualmente, as necessidades específicas e as circunstâncias especiais das Partes países em desenvolvimento, em especial aquelas particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima, conforme previsto na Convenção,

Tendo pleno conhecimento das necessidades específicas e das situações especiais dos países de menor desenvolvimento relativo no que diz respeito a financiamento e transferência de tecnologia,

Reconhecendo que Partes poderão ser afetadas não só pela mudança do clima, mas também pelas repercuções das medidas adotadas para enfrentá-la,

Enfatizando a relação intrínseca entre as ações, as respostas e os impactos da mudança do clima e o acesso equitativo ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza,

Reconhecendo a prioridade fundamental de salvaguardar a segurança alimentar e erradicar a fome, bem como as vulnerabilidades particulares dos sistemas de produção de alimentos aos impactos negativos da mudança do clima,

Tendo em conta os imperativos de uma transição justa da força de trabalho e a criação de trabalho decente e empregos de qualidade, de acordo com as prioridades de desenvolvimento nacionalmente definidas,

Reconhecendo que a mudança do clima é uma preocupação comum da humanidade, as Partes deverão, ao adotar medidas para enfrentar a mudança do clima, respeitar, promover e considerar suas respectivas obrigações em matéria de direitos humanos, direito à saúde, direitos dos povos indígenas, comunidades locais, migrantes, crianças, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade e o direito ao desenvolvimento, bem como a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e a equidade intergeracional,

Reconhecendo a importância da conservação e fortalecimento, conforme o caso, de sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa previstos na Convenção,

Observando a importância de assegurar a integridade de todos os ecossistemas, incluindo os oceanos, e a proteção da biodiversidade, reconhecida por algumas culturas como Mãe Terra, e observando a importância para alguns do conceito de "justiça climática", ao adotar medidas para enfrentar a mudança do clima,

Afirmando a importância da educação, do treinamento, da conscientização pública, da participação pública, do acesso público à informação e da cooperação em todos os níveis nas matérias contempladas neste Acordo,

Reconhecendo a importância do engajamento de todos os níveis de governo e diferentes atores, de acordo com as respectivas legislações nacionais das Partes, no combate à mudança do clima,

631C11B2

631C11B2

Reconhecendo, ainda, que a adoção de estilos de vida sustentáveis e padrões sustentáveis de consumo e produção, com as Partes países desenvolvidos tomando a iniciativa, desempenha um papel importante no combate à mudança do clima,

Convieram no seguinte:

Artigo 1º

Para os efeitos deste Acordo, aplicar-se-ão as definições contidas no Artigo 1º da Convenção. Adicionalmente:

- (a) "Convenção" significa a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em Nova York em 9 de maio de 1992.
- (b) "Conferência das Partes" significa a Conferência das Partes da Convenção.
- (c) "Parte" significa uma Parte deste Acordo.

Artigo 2º

1. Este Acordo, ao reforçar a implementação da Convenção, incluindo seu objetivo, visa fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima, no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços de erradicação da pobreza, incluindo:
 - (a) Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima;
 - (b) Aumentar a capacidade de adaptação aos impactos negativos da mudança do clima e promover a resiliência à mudança do clima e um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa, de uma maneira que não ameace a produção de alimentos; e
 - (c) Tornar os fluxos financeiros compatíveis com uma trajetória rumo a um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa e resiliente à mudança do clima.
2. Este Acordo será implementado de modo a refletir equidade e o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

Artigo 3º

A título de contribuições nacionalmente determinadas à resposta global à mudança do clima, todas as Partes deverão realizar e comunicar esforços ambiciosos conforme definido nos Artigos 4º, 7º, 9º, 10, 11 e 13, com vistas à consecução do objetivo deste Acordo conforme estabelecido no Artigo 2º. Os esforços de todas as Partes representarão uma progressão ao longo do tempo, reconhecendo a necessidade de apoiar as Partes países em desenvolvimento na implementação efetiva deste Acordo.

Artigo 4º

1. A fim de atingir a meta de longo prazo de temperatura definida no Artigo 2º, as Partes visam a que as emissões globais de gases de efeito de estufa atinjam o ponto máximo o quanto antes, reconhecendo que as Partes países em desenvolvimento levarão mais tempo para alcançá-lo, e a partir de então realizar reduções rápidas das emissões de gases de efeito estufa, de acordo com o melhor conhecimento científico disponível, de modo a alcançar um equilíbrio entre as emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa na segunda metade deste século, com base na equidade, e no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços de erradicação da pobreza.
2. Cada Parte deve preparar, comunicar e manter sucessivas contribuições nacionalmente determinadas que pretende alcançar. As Partes devem adotar medidas de mitigação domésticas, com o fim de alcançar os objetivos daquelas contribuições.
3. A contribuição nacionalmente determinada sucessiva de cada Parte representará uma progressão em

631C11B2

631C11B2

relação à contribuição nacionalmente determinada então vigente e refletirá sua maior ambição possível, tendo em conta suas responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

4. As Partes países desenvolvidos deverão continuar a assumir a dianteira, adotando metas de redução de emissões absolutas para o conjunto da economia. As Partes países em desenvolvimento deverão continuar a fortalecer seus esforços de mitigação, e são encorajadas a progressivamente transitar para metas de redução ou de limitação de emissões para o conjunto da economia, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.
5. As Partes países em desenvolvimento devem receber apoio para a implementação deste Artigo, nos termos dos Artigos 9º, 10 e 11, reconhecendo que um aumento do apoio prestado às Partes países em desenvolvimento permitirá maior ambição em suas ações.
6. Os países de menor desenvolvimento relativo e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento poderão elaborar e comunicar estratégias, planos e ações para um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa, refletindo suas circunstâncias especiais.
7. Os cobenefícios de mitigação resultantes de ações de adaptação e/ou planos de diversificação econômica implementados pelas Partes podem contribuir para resultados de mitigação sob este Artigo.
8. Ao comunicar suas contribuições nacionalmente determinadas, todas as Partes devem fornecer as informações necessárias para fins de clareza, transparência e compreensão, de acordo com a decisão 1/CP.21 e quaisquer decisões pertinentes da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
9. Cada Parte deve comunicar uma contribuição nacionalmente determinada a cada cinco anos de acordo com a decisão 1/CP.21 e quaisquer decisões pertinentes da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo e tendo em conta os resultados da avaliação global prevista no Artigo 14.
10. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo examinará em sua primeira sessão os cronogramas comuns para contribuições nacionalmente determinadas.
11. Qualquer Parte poderá, a qualquer tempo, ajustar a sua contribuição nacionalmente determinada vigente com vistas a aumentar o seu nível de ambição, de acordo com orientação adotada pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
12. As contribuições nacionalmente determinadas comunicadas pelas Partes serão inscritas em um registro público mantido pelo Secretariado.
13. As Partes devem prestar contas de suas contribuições nacionalmente determinadas. Ao contabilizar as emissões e remoções antrópicas correspondentes às suas contribuições nacionalmente determinadas, as Partes devem promover a integridade ambiental, a transparência, a exatidão, a completude, a comparabilidade e a consistência, e assegurar que não haja dupla contagem, de acordo com orientação adotada pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
14. No contexto das suas contribuições nacionalmente determinadas, ao reconhecer e implementar ações de mitigação no que se refere a emissões e remoções antrópicas, as Partes deverão ter em conta, conforme o caso, métodos e orientações existentes sob a Convenção, à luz das disposições do parágrafo 13 deste Artigo.
15. As Partes deverão considerar, na implementação deste Acordo, as preocupações das Partes cujas economias sejam particularmente afetadas pelos impactos das medidas de resposta, particularmente as Partes países em desenvolvimento.
16. As Partes, incluindo organizações regionais de integração econômica e seus Estados-Membros, que houverem chegado a um acordo para atuar conjuntamente sob o parágrafo 2º deste Artigo devem notificar o secretariado dos termos do referido acordo, incluindo o nível de emissões atribuído a cada Parte no período pertinente, ao comunicarem suas contribuições nacionalmente determinadas. O secretariado, por sua vez, informará as Partes e os signatários da Convenção dos termos de tal acordo.
17. Cada Parte do referido acordo será responsável pelo seu nível de emissões, conforme definido no acordo a que se refere o parágrafo 16 deste Artigo, em conformidade com os parágrafos 13 e 14 deste Artigo e Artigos 13 e 15.
18. Se as Partes que estiverem atuando conjuntamente o fizerem no marco e em conjunto com uma

631C11B2

631C11B2

organização regional de integração econômica que seja Parte deste Acordo, cada Estado membro da referida organização regional de integração econômica, individualmente e em conjunto com a organização regional de integração econômica, deverá ser responsável por seu nível de emissões, conforme definido no acordo comunicado ao abrigo do parágrafo 16 deste Artigo, em conformidade com os parágrafos 13 e 14 deste Artigo e Artigos 13 e 15.

19. Todas as Partes deverão envidar esforços para formular e comunicar estratégias de longo prazo para um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa, levando em consideração o Artigo 2º e tendo em conta as suas responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

Artigo 5º

1. As Partes deverão adotar medidas para conservar e fortalecer, conforme o caso, sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa, como referido no Artigo 4º, parágrafo 1º(d) da Convenção, incluindo florestas.
2. As Partes são encorajadas a adotar medidas para implementar e apoiar, inclusive por meio de pagamentos por resultados, o marco existente estipulado em orientações e decisões afins já acordadas sob a Convenção para: abordagens de políticas e incentivos positivos para atividades relacionadas a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, e o papel da conservação, do manejo sustentável de florestas e aumento dos estoques de carbono florestal nos países em desenvolvimento; e abordagens de políticas alternativas, tais como abordagens conjuntas de mitigação e adaptação para o manejo integral e sustentável de florestas, reafirmando ao mesmo tempo a importância de incentivar, conforme o caso, os benefícios não relacionados com carbono associados a tais abordagens.

Artigo 6º

1. As Partes reconhecem que algumas Partes poderão optar por cooperar de maneira voluntária na implementação de suas contribuições nacionalmente determinadas, a fim de permitir maior ambição em suas medidas de mitigação e adaptação e de promover o desenvolvimento sustentável e a integridade ambiental.
2. Ao participar voluntariamente de abordagens cooperativas que impliquem o uso de resultados de mitigação internacionalmente transferidos para fins de cumprimento das contribuições nacionalmente determinadas, as Partes devem promover o desenvolvimento sustentável e assegurar a integridade ambiental e a transparência, inclusive na governança, e aplicar contabilidade robusta para assegurar, *inter alia*, que não haja dupla contagem, em conformidade com orientação adotada pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
3. O uso de resultados de mitigação internacionalmente transferidos para o cumprimento de contribuições nacionalmente determinadas sob este Acordo será voluntário e autorizado pelas Partes participantes.
4. Fica estabelecido um mecanismo para contribuir para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa e apoiar o desenvolvimento sustentável, que funcionará sob a autoridade e orientação da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo, que poderá ser utilizado pelas Partes a título voluntário. O mecanismo será supervisionado por um órgão designado pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo e terá como objetivos:
 - (a) Promover a mitigação de emissões de gases de efeito estufa, fomentando ao mesmo tempo o desenvolvimento sustentável;
 - (b) Incentivar e facilitar a participação na mitigação de emissões de gases de efeito de estufa de entidades públicas e privadas autorizadas por uma Parte;
 - (c) Contribuir para a redução dos níveis de emissões na Parte anfitriã, que se beneficiará das atividades de mitigação pelas quais se atingirão resultados de reduções de emissões que poderão também ser utilizadas por outra Parte para cumprir sua contribuição nacionalmente determinada; e

631C11B2

631C11B2

- (d) Alcançar uma mitigação geral das emissões globais.
5. Reduções de emissões resultantes do mecanismo a que se refere o parágrafo 4º deste Artigo não deverão ser utilizadas para demonstrar o cumprimento da contribuição nacionalmente determinada da Parte anfitriã, se utilizadas por outra Parte para demonstrar o cumprimento de sua contribuição nacionalmente determinada.
 6. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo deve assegurar que uma fração dos fundos advindos de atividades no âmbito do mecanismo a que se refere o parágrafo 4º deste Artigo seja utilizada para custear despesas administrativas, assim como para auxiliar Partes países em desenvolvimento particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima para financiar os custos de adaptação.
 7. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo adotará regras, modalidades e procedimentos para o mecanismo a que se refere o parágrafo 4º deste Artigo em sua primeira sessão.
 8. As Partes reconhecem a importância de dispor de abordagens não relacionados com o mercado que sejam integradas, holísticas e equilibradas e que lhes auxiliem na implementação de suas contribuições nacionalmente determinadas, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, de maneira coordenada e eficaz, inclusive por meio, *inter alia*, de mitigação, adaptação, financiamento, transferência de tecnologia e capacitação, conforme o caso. Essas abordagens devem ter como objetivos:
 - (a) Promover ambição em mitigação e adaptação;
 - (b) Reforçar a participação dos setores público e privado na implementação de contribuições nacionalmente determinadas; e
 - (c) Propiciar oportunidades de coordenação entre instrumentos e arranjos institucionais relevantes.
 9. Fica definido um marco para abordagens de desenvolvimento sustentável não relacionadas com o mercado, a fim de promover as abordagens não relacionadas com o mercado a que refere o parágrafo 8º deste Artigo.

Artigo 7º

1. As Partes estabelecem o objetivo global para a adaptação, que consiste em aumentar a capacidade de adaptação, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável e a assegurar uma resposta de adaptação adequada no contexto da meta de temperatura a que se refere o Artigo 2º.
2. As Partes reconhecem que a adaptação é um desafio global enfrentado por todos, com dimensões locais, subnacionais, nacionais, regionais e internacionais, e um componente fundamental da resposta global de longo prazo, para a qual também contribui, à mudança do clima, com vistas a proteger as populações, os meios de subsistência e os ecossistemas, levando em conta as necessidades urgentes e imediatas daquelas Partes países em desenvolvimento particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima.
3. Os esforços de adaptação das Partes países em desenvolvimento devem ser reconhecidos, em conformidade com as modalidades a serem adotadas pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo em sua primeira sessão.
4. As Partes reconhecem que a atual necessidade de adaptação é considerável e que níveis mais elevados de mitigação podem reduzir a necessidade de esforços adicionais de adaptação, e que maiores necessidades de adaptação poderão envolver maiores custos de adaptação.
5. As Partes reconhecem que as medidas de adaptação deverão seguir uma abordagem liderada pelos países, que responda a questões de gênero, seja participativa e plenamente transparente, levando em consideração grupos, comunidades e ecossistemas vulneráveis, e que as referidas medidas deverão basear-se e ser orientadas pelo melhor conhecimento científico disponível e, conforme o caso, pelos conhecimentos tradicionais, conhecimentos dos povos indígenas e sistemas de conhecimentos locais, com vistas a incorporar a adaptação às políticas e ações socioeconômicas e ambientais relevantes, conforme o caso.
6. As Partes reconhecem a importância do apoio e da cooperação internacional aos esforços de adaptação,

631C11B2

631C11B2

- e a importância de se levar em consideração as necessidades das Partes países em desenvolvimento, especialmente daquelas que são particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima.
7. As Partes deverão fortalecer sua cooperação no sentido de reforçar medidas de adaptação, levando em conta o Marco de Adaptação de Cancun, inclusive para:
 - (a) Compartilhar informações, boas práticas, experiências e lições aprendidas, inclusive no que se refere, conforme o caso, à ciência, ao planejamento, às políticas e à implementação de medidas de adaptação;
 - (b) Fortalecer arranjos institucionais, incluindo aqueles sob a Convenção a serviço deste Acordo, para apoiar a síntese de informações e conhecimentos pertinentes, bem como a prestação de apoio técnico e orientações às Partes;
 - (c) Fortalecer o conhecimento científico sobre o clima, incluindo pesquisas, observação sistemática do sistema climático e sistemas de alerta antecipado, de maneira a informar os serviços climáticos e apoiar o processo decisório;
 - (d) Auxiliar as Partes países em desenvolvimento na identificação de práticas de adaptação eficazes, necessidades de adaptação, prioridades, apoio prestado e recebido para medidas e esforços de adaptação, e desafios e lacunas, de maneira a encorajar boas práticas; e
 - (e) Melhorar a eficácia e a durabilidade das ações de adaptação.
 8. As organizações e agências especializadas das Nações Unidas são encorajadas a apoiar os esforços das Partes para implementar as medidas a que se refere o parágrafo 7º deste Artigo, levando em conta As disposições do parágrafo 5º deste Artigo.
 9. Cada Parte, conforme o caso, deve empreender processos de planejamento em adaptação e adotar medidas como o desenvolvimento ou fortalecimento de planos, políticas e/ou contribuições pertinentes, que podem incluir:
 - (a) A implementação de medidas, iniciativas e/ou esforços de adaptação;
 - (b) O processo para elaborar e implementar planos nacionais de adaptação;
 - (c) A avaliação dos impactos e da vulnerabilidade à mudança do clima, com vistas à formulação de ações prioritárias nacionalmente determinadas, levando em conta as populações, as localidades e os ecossistemas vulneráveis;
 - (d) O monitoramento, a avaliação e a aprendizagem a partir de planos, políticas, programas e medidas de adaptação; e
 - (e) O desenvolvimento da resiliência de sistemas socioeconômicos e ecológicos, incluindo por meio da diversificação econômica e da gestão sustentável de recursos naturais.
 10. Cada Parte deverá, conforme o caso, apresentar e atualizar periodicamente uma comunicação sobre adaptação, que poderá incluir suas prioridades, necessidades de implementação e de apoio, planos e ações, sem que se crie qualquer ônus adicional para as Partes países em desenvolvimento.
 11. A comunicação sobre adaptação a que se refere o parágrafo 10 deste Artigo deve ser, conforme o caso, apresentada e atualizada periodicamente, como um componente ou em conjunto com outras comunicações ou documentos, incluindo um plano nacional de adaptação, uma contribuição nacionalmente determinada conforme prevista no Artigo 4º, parágrafo 2º, e/ou em uma comunicação nacional.
 12. As comunicações sobre adaptação a que se refere o parágrafo 10 deste Artigo devem ser inscritas em um registro público mantido pelo secretariado.
 13. Um apoio internacional contínuo e reforçado deve ser prestado às Partes países em desenvolvimento para a implementação dos parágrafos 7º, 9º, 10 e 11 deste Artigo, em conformidade com As disposições dos Artigos 9º, 10 e 11.
 14. A avaliação global prevista no Artigo 14, deve, *inter alia*:
 - (a) Reconhecer os esforços de adaptação das Partes países em desenvolvimento;
 - (b) Fortalecer a implementação de medidas de adaptação, levando em conta a comunicação sobre

631C11B2

631C11B2

- adaptação a que se refere o parágrafo 10 deste Artigo;
- (c) Avaliar a adequação e eficácia da adaptação e do apoio prestado para adaptação; e
 - (d) Avaliar o progresso geral obtido na consecução do objetivo global de adaptação a que se refere o parágrafo 1º deste Artigo.

Artigo 8º

1. As Partes reconhecem a importância de evitar, minimizar e enfrentar perdas e danos associados aos efeitos negativos da mudança do clima, incluindo eventos climáticos extremos e eventos de evolução lenta, e o papel do desenvolvimento sustentável na redução do risco de perdas e danos.
2. O Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre Perdas e Danos associados aos Impacts da Mudança do Clima deve estar sujeito à autoridade e à orientação da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo, e poderá ser aprimorado e fortalecido, conforme determinado pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
3. As Partes deverão reforçar o entendimento, a ação e o apoio, inclusive por meio do Mecanismo Internacional de Varsóvia, conforme o caso, de maneira cooperativa e facilitadora, em relação a perdas e danos associados aos efeitos negativos da mudança do clima.
4. Por conseguinte, a atuação cooperativa e facilitadora para reforçar o entendimento, a ação e o apoio podem incluir as seguintes áreas:
 - (a) Sistemas de alerta antecipado;
 - (b) Preparação para situações de emergência;
 - (c) Eventos de evolução lenta;
 - (d) Eventos que possam envolver perdas e danos irreversíveis e permanentes;
 - (e) Avaliação e gestão abrangente de riscos;
 - (f) Mecanismos de seguro contra riscos, compartilhamento de riscos climáticos e outras soluções relativas a seguro;
 - (g) Perdas não econômicas; e
 - (h) Resiliência de comunidades, meios de subsistência e ecossistemas.
5. O Mecanismo Internacional de Varsóvia deve colaborar com os órgãos e grupos de especialistas existentes no âmbito do Acordo, bem como com organizações e órgãos especializados pertinentes externos ao Acordo.

Artigo 9º

1. As Partes países desenvolvidos devem prover recursos financeiros para auxiliar as Partes países em desenvolvimento tanto em mitigação como em adaptação, dando continuidade às suas obrigações existentes sob a Convenção.
2. Outras Partes são incentivadas a prover ou a continuar provendo esse apoio de maneira voluntária.
3. Como parte de um esforço global, as Partes países desenvolvidos deverão continuar a liderar a mobilização de financiamento climático a partir de uma ampla variedade de fontes, instrumentos e canais, notando o importante papel dos recursos públicos, por meio de uma série de medidas, incluindo o apoio às estratégias lideradas pelos países, e levando em conta as necessidades e prioridades das Partes países em desenvolvimento. Essa mobilização de financiamento climático deverá representar uma progressão para além de esforços anteriores.
4. A provisão de um maior nível de recursos financeiros deverá ter como objetivo alcançar um equilíbrio entre adaptação e mitigação, levando em conta as estratégias lideradas pelos países e as prioridades e necessidades das Partes países em desenvolvimento, em especial aqueles que são particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima e apresentam restrições consideráveis de capacidade, tais como países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, considerando-se a necessidade de recursos públicos e doações para adaptação.
5. As Partes países desenvolvidos devem comunicar a cada dois anos informações quantitativas e qualitativas, de caráter indicativo, relacionadas aos parágrafos 1º e 3º deste Artigo, conforme o caso,

631C11B2

631C11B2

- incluindo, quando disponíveis, níveis projetados de recursos financeiros públicos a serem fornecidos às Partes países em desenvolvimento. Outras Partes que provenham recursos são encorajadas a comunicar essas informações voluntariamente a cada dois anos.
6. A avaliação global prevista no Artigo 14 deverá levar em conta as informações relevantes fornecidas pelas Partes países desenvolvidos e/ou órgãos do Acordo sobre os esforços relacionados com o financiamento climático.
 7. As Partes países desenvolvidos devem fornecer, a cada dois anos, informações transparentes e coerentes sobre o apoio às Partes países em desenvolvimento que tenha sido prestado e mobilizado por meio de intervenções públicas, em conformidade com as modalidades, os procedimentos e as diretrizes a serem aprovadas pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes para este Acordo, em sua primeira sessão, conforme definido no Artigo 13, parágrafo 13. Outras Partes são incentivadas a fazê-lo.
 8. O Mecanismo Financeiro da Convenção, incluindo suas entidades operacionais, deverá atuar como o mecanismo financeiro deste Acordo.
 9. As instituições que servem a este Acordo, incluindo as entidades operacionais do Mecanismo Financeiro da Convenção, deverão buscar assegurar acesso eficiente a recursos financeiros por meio de procedimentos de aprovação simplificados e maior apoio preparatório para as Partes países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, no contexto de suas estratégias e planos climáticos nacionais.

Artigo 10

1. As Partes compartilham uma visão de longo prazo sobre a importância de tornar plenamente efetivos o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, a fim de melhorar a resiliência à mudança do clima e reduzir as emissões de gases de efeito estufa.
2. As Partes, observando a importância da tecnologia para a implementação de ações de mitigação e adaptação sob este Acordo e reconhecendo os esforços de aplicação e disseminação de tecnologias existentes, devem fortalecer sua ação cooperativa em matéria de desenvolvimento e transferência de tecnologias.
3. O Mecanismo de Tecnologia estabelecido sob a Convenção deverá servir a este Acordo.
4. Fica estabelecido um programa-quadro de tecnologia para fornecer orientação geral ao Mecanismo de Tecnologia em seu trabalho de promover e facilitar o fortalecimento das ações de desenvolvimento e transferência de tecnologias, a fim de apoiar a execução deste Acordo, em busca da visão de longo prazo a que se refere o parágrafo 1º deste Artigo.
5. É fundamental acelerar, incentivar e possibilitar a inovação para contribuir a uma resposta global eficaz de longo prazo à mudança do clima e para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Esse esforço será apoiado, conforme o caso, entre outros pelo Mecanismo de Tecnologia e, por meios financeiros, pelo Mecanismo Financeiro da Convenção, de modo a promover abordagens colaborativas em pesquisa e desenvolvimento e facilitar às Partes países em desenvolvimento o acesso à tecnologia, em especial nas fases iniciais do ciclo tecnológico.
6. Será prestado apoio, incluindo apoio financeiro, às Partes países em desenvolvimento para a implementação deste Artigo, inclusive para o fortalecimento da ação cooperativa em matéria de desenvolvimento e transferência de tecnologias em diferentes fases do ciclo tecnológico, com vistas a alcançar um equilíbrio entre o apoio destinado à mitigação e à adaptação. A avaliação global prevista no Artigo 14 deve levar em conta as informações disponíveis sobre os esforços relacionados com o apoio ao desenvolvimento e à transferência de tecnologias às Partes países em desenvolvimento.

Artigo 11

1. A capacitação sob este Acordo deverá fortalecer a capacidade e habilidade das Partes países em desenvolvimento, em particular os países com menor capacidade, tais como os países de menor desenvolvimento relativo e aqueles particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima, como, por exemplo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento, a adotarem medidas eficazes em matéria de mudança do clima, incluindo, *inter alia*, para implementar ações de adaptação e

631C11B2

631C11B2

- mitigação, e deverá facilitar o desenvolvimento, a disseminação e aplicação de tecnologias, o acesso ao financiamento climático, aspectos pertinentes da educação, treinamento e conscientização pública e a comunicação de informações de maneira transparente, tempestiva e precisa.
2. A capacitação deverá ser determinada pelos países, baseando-se e respondendo às necessidades nacionais, e deverá fomentar a apropriação pelas Partes, em particular pelas Partes países em desenvolvimento, inclusive nos níveis nacional, subnacional e local. A capacitação deverá ser orientada por lições aprendidas, incluindo as atividades de capacitação sob a Convenção, e deverá ser um processo eficaz e iterativo que seja participativo, transversal e que responda a questões de gênero.
 3. Todas as Partes deverão cooperar para reforçar a capacidade das Partes países em desenvolvimento para implementar este Acordo. Partes países desenvolvidos devem fortalecer o apoio a ações de capacitação em Partes países em desenvolvimento.
 4. Todas as Partes que ampliem a capacidade das Partes países em desenvolvimento de implementar este Acordo, inclusive por meio de abordagens regionais, bilaterais e multilaterais, devem comunicar regularmente essas ações ou medidas de capacitação. As Partes países em desenvolvimento deverão comunicar regularmente o progresso alcançado na execução de planos, políticas, ações ou medidas de capacitação para implementar este Acordo.
 5. As atividades de capacitação devem ser fortalecidas por meio de arranjos institucionais adequados para apoiar a implementação deste Acordo, incluindo arranjos institucionais adequados estabelecidos sob a Convenção que servem a este Acordo. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo considerará e adotará uma decisão sobre os arranjos institucionais iniciais para capacitação em sua primeira sessão.

Artigo 12

As Partes devem cooperar na adoção de medidas, conforme o caso, para melhorar a educação, o treinamento, a conscientização pública, a participação pública e o acesso público à informação sobre mudança do clima, reconhecendo a importância dessas medidas no que se refere ao fortalecimento de ações no âmbito deste Acordo.

Artigo 13

1. A fim de construir confiança mútua e promover uma implementação eficaz, fica estabelecida uma estrutura fortalecida de transparéncia para ação e apoio, dotada de flexibilidade para levar em conta as diferentes capacidades das Partes e baseada na experiência coletiva.
2. A estrutura de transparéncia deve fornecer flexibilidade às Partes países em desenvolvimento que assim necessitem, à luz de suas capacidades, na implementação das disposições deste Artigo. As modalidades, os procedimentos e as diretrizes a que se refere o parágrafo 13 deste Artigo deverão refletir essa flexibilidade.
3. A estrutura de transparéncia deve tomar como base e fortalecer os arranjos de transparéncia sob a Convenção, reconhecendo as circunstâncias especiais dos países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, ser implementada de maneira facilitadora, não intrusiva e não punitiva, respeitando a soberania nacional, e evitar impor ônus desnecessário às Partes.
4. Os arranjos de transparéncia sob a Convenção, incluindo comunicações nacionais, relatórios bienais e relatórios de atualização bienais, avaliação e revisão internacionais e consulta e análise internacionais, deverão fazer parte da experiência a ser aproveitada para o desenvolvimento das modalidades, dos procedimentos e das diretrizes previstos no parágrafo 13 deste Artigo.
5. O propósito da estrutura para a transparéncia de ação é propiciar uma compreensão clara da ação contra a mudança do clima à luz do objetivo da Convenção, conforme definido no seu Artigo 2º, incluindo maior clareza e acompanhamento do progresso obtido no alcance das contribuições nacionalmente determinadas individuais das Partes previstas no Artigo 4º, e ações de adaptação das Partes previstas no Artigo 7º, incluindo boas práticas, prioridades, necessidades e lacunas, para subsidiar a avaliação global prevista no Artigo 14.
6. O propósito da estrutura para transparéncia de apoio é propiciar clareza sobre o apoio prestado e o apoio recebido das diferentes Partes no contexto das ações contra a mudança do clima, nos termos dos

631C11B2

631C11B2

Artigos 4º, 7º, 9º, 10 e 11, e, na medida do possível, proporcionar um panorama geral do apoio financeiro agregado prestado, a fim de subsidiar a avaliação global prevista no Artigo 14.

7. Cada Parte deve fornecer periodicamente as seguintes informações:
 - (a) Um relatório do inventário nacional de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa, preparado com base em metodologias para boas práticas aceitas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima e acordadas pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo; e
 - (b) Informações necessárias para acompanhar o progresso alcançado na implementação e consecução de sua contribuição nacionalmente determinada nos termos do Artigo 4º.
8. Cada Parte deverá também fornecer informações relacionadas aos impactos e à adaptação à mudança do clima, nos termos do Artigo 7º, conforme o caso.
9. As Partes países desenvolvidos devem fornecer, e outras Partes que prestam apoio deverão fornecer, informações sobre o apoio prestado em matéria de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação às Partes países em desenvolvimento nos termos dos Artigos 9º, 10 e 11.
10. As Partes países em desenvolvimento deverão fornecer informações sobre o apoio do qual necessitam e que tenham recebido em matéria de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação nos termos dos Artigos 9º, 10 e 11.
11. As informações apresentadas por cada Parte nos termos dos parágrafos 7º e 9º deste Artigo devem ser submetidas a um exame técnico de especialistas, em conformidade com a decisão 1/CP.21. Para aquelas Partes países em desenvolvimento que assim necessitem, à luz de suas capacidades, o processo de exame incluirá assistência para identificar as necessidades de capacitação. Além disso, cada Parte deve participar de uma análise facilitadora e multilateral do progresso alcançado nos esforços empreendidos nos termos do Artigo 9º, bem como da implementação e consecução de sua respectiva contribuição nacionalmente determinada.
12. O exame técnico de especialistas nos termos deste parágrafo considerará o apoio prestado pela Parte, conforme pertinente, e a implementação e consecução da sua respectiva contribuição nacionalmente determinada. O exame também identificará, para a Parte relevante, áreas sujeitas a aperfeiçoamento, e verificará a coerência das informações com as modalidades, os procedimentos e as diretrizes definidas nos termos do parágrafo 13 deste Artigo, levando em conta a flexibilidade concedida à Parte nos termos do parágrafo 2º deste Artigo. O exame prestará especial atenção às respectivas capacidades e circunstâncias nacionais das Partes países em desenvolvimento.
13. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo, em sua primeira sessão, adotará modalidades, procedimentos e diretrizes comuns, conforme o caso, para a transparência de ação e apoio, com base na experiência dos arranjos de transparência sob a Convenção e especificando as disposições neste Artigo.
14. Será prestado apoio aos países em desenvolvimento para a implementação deste Artigo.
15. Será também prestado apoio de forma contínua para o fortalecimento das capacidades das Partes países em desenvolvimento em matéria de transparência.

Artigo 14

1. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo fará periodicamente uma avaliação da implementação deste Acordo para determinar o progresso coletivo na consecução do propósito deste Acordo e de seus objetivos de longo prazo (denominada “avaliação global”), a ser conduzida de uma maneira abrangente e facilitadora, examinando a mitigação, a adaptação e os meios de implementação e apoio, e à luz da equidade e do melhor conhecimento científico disponível.
2. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo fará a sua primeira avaliação global em 2023 e a cada cinco a partir de então, a menos que decida de outra forma.
3. O resultado da avaliação global subsidiará as Partes para que atualizem e fortaleçam, de maneira nacionalmente determinada, ações e apoio em conformidade com As disposições pertinentes deste Acordo, bem como para que intensifiquem a cooperação internacional para a ação climática.

Artigo 15

631C11B2

631C11B2

1. Fica estabelecido um mecanismo para facilitar a implementação e promover o cumprimento das disposições deste Acordo.
2. O mecanismo previsto no parágrafo 1º deste Artigo consistirá de um comitê que será composto por especialistas e de caráter facilitador, e funcionará de maneira transparente, não contenciosa e não punitiva. O comitê prestará especial atenção às respectivas capacidades e circunstâncias nacionais das Partes.
3. O comitê funcionará sob as modalidades e os procedimentos adotados na primeira sessão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo, à qual apresentará informações anualmente.

Artigo 16

1. A Conferência das Partes, órgão supremo da Convenção, deve atuar na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
2. As Partes da Convenção que não sejam Partes deste Acordo poderão participar como observadoras das deliberações de qualquer sessão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo. Quando a Conferência das Partes atuar como a reunião das Partes deste Acordo, as decisões no âmbito deste Acordo serão tomadas somente pelas Partes deste Acordo.
3. Quando a Conferência das Partes atuar na qualidade de reunião das Partes deste Acordo, qualquer membro da mesa diretora da Conferência das Partes representando uma Parte da Convenção mas, nessa ocasião, não uma Parte deste Acordo, deve ser substituído por um outro membro escolhido entre as Partes deste Acordo e por elas eleito.
4. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo deve manter a implementação deste Acordo sob revisão periódica e tomar, dentro de seu mandato, as decisões necessárias para promover a sua implementação efetiva. Deve executar as funções a ela atribuídas por este Acordo e deve:
 - (a) Estabelecer os órgãos subsidiários considerados necessários à implementação deste Acordo; e
 - (b) Desempenhar as demais funções necessárias à implementação deste Acordo.
5. As regras de procedimento da Conferência das Partes e os procedimentos financeiros aplicados sob a Convenção devem ser aplicados *mutatis mutandis* sob este Acordo, exceto quando decidido de outra forma por consenso pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
6. A primeira sessão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo deve ser convocada pelo secretariado juntamente com a primeira sessão da Conferência das Partes programada para depois da data de entrada em vigor deste Acordo. As sessões ordinárias subsequentes da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo devem ser realizadas em conjunto com as sessões ordinárias da Conferência das Partes, a menos que decidido de outra forma pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.
7. As sessões extraordinárias da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo devem ser realizadas em outras datas quando julgado necessário pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo, ou por solicitação escrita de qualquer Parte, desde que, dentro de seis meses após a solicitação ter sido comunicada às Partes pelo secretariado, receba o apoio de pelo menos um terço das Partes.
8. As Nações Unidas, seus órgãos especializados e a Agência Internacional de Energia Atômica, bem como qualquer Estado membro dessas organizações ou observador junto às mesmas que não seja parte da Convenção, podem se fazer representar como observadores nas sessões da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo. Qualquer outro órgão ou agência, nacional ou internacional, governamental ou não governamental, competente em assuntos de que trata este Acordo e que tenha informado ao secretariado o seu desejo de se fazer representar como observador em uma sessão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo pode ser admitido nessa qualidade, salvo se pelo menos um terço das Partes presentes objete. A admissão e participação de observadores devem sujeitar-se às regras de procedimento a que se refere do parágrafo 5º deste Artigo.

631C11B2

631C11B2

Artigo 17

1. O secretariado estabelecido pelo Artigo 8.º da Convenção deve desempenhar a função de secretariado deste Acordo.
2. O Artigo 8º, parágrafo 2º da Convenção sobre as funções do secretariado e o artigo 8º, parágrafo 3º da Convenção sobre as providências tomadas para o seu funcionamento devem ser aplicados *mutatis mutandis* a este Acordo. O secretariado deve, além disso, exercer as funções a ele atribuídas sob este Acordo e pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo.

Artigo 18

1. O Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico e o Órgão Subsidiário de Implementação estabelecidos nos Artigos 9º e 10 da Convenção devem atuar, respectivamente, como o Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico e o Órgão Subsidiário de Implementação deste Acordo. As disposições da Convenção relacionadas com o funcionamento desses dois órgãos devem ser aplicadas *mutatis mutandis* a este Acordo. As sessões das reuniões do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico e do Órgão Subsidiário de Implementação deste Acordo devem ser realizadas conjuntamente com as reuniões do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico e do Órgão Subsidiário de Implementação da Convenção, respectivamente.
2. As Partes da Convenção que não são Partes deste Acordo podem participar como observadoras das deliberações de qualquer sessão dos órgãos subsidiários. Quando os órgãos subsidiários atuarem como órgãos subsidiários deste Acordo, as decisões sob este Acordo devem ser tomadas somente por aquelas que sejam Partes deste Acordo.
3. Quando os órgãos subsidiários criados pelos Artigos 9º e 10 da Convenção exerçam suas funções com relação a assuntos que dizem respeito a este Acordo, qualquer membro das mesas diretoras desses órgãos subsidiários representando uma Parte da Convenção mas, nessa ocasião, não uma Parte deste Acordo, deve ser substituído por um outro membro escolhido entre as Partes deste Acordo e por elas eleito.

Artigo 19

1. Os órgãos subsidiários ou outros arranjos institucionais estabelecidos pela Convenção ou sob seu âmbito que não são mencionados neste Acordo devem servir a ele mediante decisão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo deve especificar as funções a serem exercidas por esses órgãos subsidiários ou arranjos.
2. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Acordo poderá fornecer orientação adicional aos órgãos subsidiários e aos arranjos institucionais.

Artigo 20

1. Este Acordo estará aberto a assinatura e sujeito a ratificação, aceitação ou aprovação de Estados e organizações regionais de integração econômica que sejam Partes da Convenção. Estará aberto a assinatura na Sede das Nações Unidas em Nova York de 22 de abril de 2016 a 21 de abril de 2017. Posteriormente, este Acordo estará aberto a adesões a partir do dia seguinte à data em que não mais estiver aberto a assinaturas. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão devem ser depositados junto ao Depositário.
2. Qualquer organização regional de integração econômica que se torne Parte deste Acordo sem que nenhum de seus Estados membros seja Parte, deve sujeitar-se a todas as obrigações previstas neste Acordo. No caso das organizações regionais de integração econômica que tenham um ou mais Estados membros que sejam Partes deste Acordo, a organização e seus Estados membros devem decidir sobre suas respectivas responsabilidades pelo desempenho de suas obrigações previstas neste Acordo. Nesses casos, as organizações e os Estados membros não podem exercer simultaneamente direitos estabelecidos por este Acordo.
3. Em seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, as organizações regionais de

631C11B2

631C11B2

integração econômica devem declarar o âmbito de suas competências no tocante a assuntos regidos por este Acordo. Essas organizações devem também informar ao Depositário qualquer modificação substancial no âmbito de suas competências, o qual, por sua vez, deve transmitir essas informações às Partes.

Artigo 21

1. Este Acordo entra em vigor no trigésimo dia após a data em que pelo menos 55 Partes da Convenção, que contabilizem no total uma parcela estimada em pelo menos 55% do total das emissões globais de gases de efeito estufa, tenham depositado seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.
2. Exclusivamente para o propósito do parágrafo 1º deste Artigo, "total das emissões globais de gases de efeito estufa" significa a quantidade mais atual comunicada anteriormente ou na data de adoção deste Protocolo pelas Partes da Convenção.
3. Para cada Estado ou organização regional de integração econômica que ratifique, aceite, aprove ou adira a este Acordo após terem sido reunidas as condições para entrada em vigor descritas no parágrafo 1º deste Artigo, este Acordo entra em vigor no trigésimo dia após a data de depósito pelo referido Estado ou organização regional de integração econômica de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.
4. Para os fins do parágrafo 1º deste Artigo, qualquer instrumento depositado por uma organização regional de integração econômica não deve ser considerado como adicional aos depósitos por seus Estados membros.

Artigo 22

As disposições do Artigo 15 da Convenção sobre a adoção de emendas à Convenção devem ser aplicadas *mutatis mutandis* a este Acordo.

Artigo 23

1. As disposições do Artigo 16 da Convenção sobre a adoção de anexos e emendas aos anexos da Convenção devem ser aplicadas *mutatis mutandis* a este Acordo.
2. Os Anexos deste Acordo constituem parte integrante do mesmo e, salvo se expressamente disposto de outro modo, qualquer referência a este Acordo constitui ao mesmo tempo uma referência a qualquer de seus anexos. Esses anexos devem conter apenas listas, formulários e qualquer outro material de natureza descritiva que trate de assuntos de caráter científico, técnico, processual ou administrativo.

Artigo 24

As disposições do artigo 14 da Convenção sobre solução de controvérsias devem ser aplicadas *mutatis mutandis* a este Acordo.

Artigo 25

1. Cada Parte tem direito a um voto, à exceção do disposto no parágrafo 2º deste Artigo.
2. As organizações regionais de integração econômica devem exercer, em assuntos de sua competência, seu direito de voto com um número de votos igual ao número de seus Estados membros Partes deste Acordo. Essas organizações não devem exercer seu direito de voto se qualquer de seus Estados membros exercer esse direito e vice-versa.

Artigo 26

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o Depositário deste Acordo.

Artigo 27

Nenhuma reserva pode ser feita a este Acordo.

631C11B2

631C11B2

Artigo 28

1. Após três anos da entrada em vigor deste Acordo para uma Parte, essa Parte pode, a qualquer momento, denunciá-lo por meio de notificação por escrito ao Depositário.
2. Essa denúncia tem efeito um ano após a data de recebimento pelo Depositário da notificação de denúncia, ou em data posterior se assim nela for estipulado.
3. Deve ser considerado que qualquer Parte que denuncie a Convenção denuncia também este Acordo.

Artigo 29

O original deste Acordo, cujos textos em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos, deve ser depositado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

FEITO em Paris, aos doze dias de dezembro de dois mil e quinze.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim, firmam este Acordo.

631C11B2

631C11B2

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

inciso I do artigo 49

1^a PARTE - DELIBERATIVA E LEITURA DE

2

Relatório de gestão

Embaixada do Brasil em Pequim, China

Embaixador Roberto Jaguaribe, Embaixador

I. POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES BILATERAIS

- Quadro geral e ações realizadas

2. Paralelamente ao seu crescente peso econômico, a China vem ampliando a sua presença política no mundo, o que se reflete não apenas na expansão da sua cooperação internacional, mas também na participação cada vez mais ativa nos debates sobre os grandes temas globais, na reforma da governança mundial e na multiplicação de canais de consultas políticas com outros países.

3. A Embaixada tem acompanhado a evolução dos principais temas da política externa chinesa, com o objetivo de subsidiar o governo brasileiro com informações atualizadas e de teor predominantemente analítico. Constam, entre esses temas, as relações da China com os países mais importantes para a formulação da sua política externa (Estados Unidos, Rússia e demais membros do BRICS, Japão, Coreias do Sul e do Norte, vizinhos do Sudeste Asiático e principais países europeus). Atenção especial tem sido conferida ao acompanhamento das relações entre a China e os países da América Latina e Caribe, sobretudo no que tange aos fluxos de comércio (bidirecionais) e investimento (essencialmente unidirecionais, da China para a América Latina e Caribe).

4. A crescente assertividade da China nas suas relações exteriores tem-se demonstrado com maior evidência em declarações públicas de autoridades chinesas e também nas instâncias multilaterais nas quais o país desempenha papel preponderante, como, por exemplo, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e os mecanismos de diálogo externo da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN+China, ASEAN+3 e ASEAN+6). A atuação do governo chinês em organizações internacionais e outros fóruns multilaterais tem sido, por conseguinte, objeto de atento acompanhamento pela Embaixada. Além da produção de subsídios sobre as posições

chinesas nesses fóruns, a Embaixada tem envidado esforços para facilitar a coordenação entre os dois países nas organizações internacionais das quais ambos são parte. À frequente interação entre Brasil e China no âmbito das Nações Unidas somam-se os contatos mantidos entre os dois governos sobre temas da alçada do G-20, dos BRICS e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (ambos os países são membros do BASIC), bem como no âmbito do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB, ao qual o Brasil aderiu), do Novo Banco de Desenvolvimento (o "Banco do BRICS") e do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS.

5. Ainda no campo das relações exteriores da China, não se pode deixar de ter presente a questão da desnuclearização da Península coreana, as disputas de soberania nos mares do Sul e do Leste da China e as tensões na fronteira entre a China e a Índia. A Embaixada tem acompanhado com atenção esses temas, em vista de sua importância para a formulação da política externa chinesa e do potencial conflitivo envolvendo atores importantes tanto para a China como para o Brasil (Estados Unidos, Índia, Japão, países do Sudeste Asiático).

6. No que tange às relações bilaterais, após o estabelecimento da Parceria Estratégica, em 1993, a agenda entre o Brasil e a China expandiu-se e aprofundou-se, justificando a elevação do relacionamento ao patamar de Parceria Estratégica Global, em 2012. Em 2014, celebrou-se o 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, o que colocou em relevo o notável crescimento dessas relações (particularmente na esfera comercial) e levou os dois governos a lançar as bases para uma nova fase de cooperação em várias áreas.

7. A Embaixada tem procurado ampliar os canais de comunicação com autoridades, acadêmicos, pensadores e estudiosos sobre China. O contato estreito com os principais "think tanks" e universidades chinesas tem sido igualmente útil, por dar acesso a informações e análises relevantes.

8. Além de auxiliar na preparação de encontros entre autoridades dos dois países, a missão diplomática brasileira tem buscado subsidiar as frequentes reuniões sobre temas tanto da alçada bilateral como multilateral mediante a preparação de relatórios e documentos informativos. Nesse

contexto, destaco os seguintes encontros recentes que contaram com documentos informativos elaborados pela Embaixada em Pequim:

- Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima, com a presença da então Ministra de Estado do Meio Ambiente, em outubro de 2015; - Reunião bilateral sobre temas agrícolas, por ocasião da visita a Pequim da então Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em novembro de 2015; - Reunião do Diretório de Governança do Centro Regional na Ásia e no Pacífico para Educação e Ciência e Tecnologia Espaciais, com a presença do Presidente da Agência Espacial Brasileira, em novembro de 2015; - Reunião sobre cooperação Sul-Sul em mudança do clima, em novembro de 2015; - Reunião do BRICS sobre Oriente Médio, em dezembro de 2015; - Seminário sobre Segurança Espacial do Fórum Regional da ASEAN, em dezembro de 2015; - Reuniões do Conselho de Governadores e do Conselho de Diretores do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), em janeiro de 2016; - Reunião de "sherpas" do G-20, em janeiro de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G-20, em janeiro de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho do G-20 Anticorrupção, em janeiro de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho do G-20 sobre Comércio e Investimento, em janeiro de 2016; - Reunião das Agências de Fomento de Ciência e Tecnologia dos BRICS, em janeiro de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho dos BRICS sobre Financiamento à Ciência, Tecnologia e Inovação, em fevereiro de 2016; - Reunião do Grupo de Sustentabilidade Energética do G-20, em fevereiro de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho de Biotecnologia Brasil-China, em fevereiro de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação, em fevereiro de 2016; - Reunião Ministerial sobre Energia Limpa, em março de 2016; - Reunião de Vice-Ministros de Agricultura do G-20, em março de 2016; - Reunião Ordinária do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), em março de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G-20, em abril de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimento do G-20, em abril de 2016; - Reunião do Grupo de Sustentabilidade Energética do G-20, em abril de 2016; - Reunião sobre assuntos consulares envolvendo todos os Postos na China, em abril de 2016; - Reunião sobre Economia Digital, Inovação e Nova Revolução Industrial do G-20, em maio de 2016; - Reunião do Fórum sobre

Administração Tributária da OCDE, em maio de 2016; - Reunião de Ministros do Turismo do G-20, em maio de 2016; - Reunião de Ministros de Agricultura do G-20, em junho de 2016; e - Reunião bilateral sobre temas agrícolas, por ocasião da visita a Pequim do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em junho de 2016.

9. Em todas essas ocasiões, a Embaixada empenhou-se em identificar áreas de interesse comum que pudessem ser objeto de cooperação futura, além de aprofundar a compreensão mútua sobre a atuação dos dois países.

- Desafios e sugestões

10. Apesar de o entendimento político-diplomático entre o Brasil e a China ser fluido e permitir a coordenação de posições em diversos foros, a questão da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a aspiração brasileira a um assento permanente são temas que não avançaram no diálogo bilateral.

II. POLÍTICA INTERNA

- Quadro geral e ações realizadas

11. Os últimos meses coincidiram com o marco de três anos de governo do Presidente Xi Jinping e a continuação do processo de consolidação de seu poder à frente da política, da economia chinesa e das forças armadas, no contexto de menor crescimento econômico conhecido como "novo normal". A agenda de reformas, nas áreas política, social e de defesa, incluíram abrangente reestruturação das forças armadas, fim da política do filho único e medidas incorporadas no recém-aprovado 13º Plano Quinquenal chinês. Foram também aprovadas leis de grande repercussão na área de publicação de conteúdo eletrônico, internet e atuação de ONGs estrangeiras, que, ao serem implementadas nos próximos anos, poderão afetar a forma de atuação de empresas e ONGs estrangeiras no país.

12. O documento de maior relevância aprovado pelo governo chinês no período tenha sido o XIII Plano Quinquenal, que estabelece uma série de metas em diversos setores da sociedade chinesa, com vistas a atingir o que se denomina uma "sociedade moderadamente próspera". Entre as metas apresentadas estão a duplicação do PIB e da renda per capita até 2020, em comparação com os níveis de 2010; crescimento da

população urbana do país para um patamar correspondente a 60% da população total; criação de 50 milhões de novos empregos no meio urbano e fim da pobreza no meio rural.

13. Na área social, o objetivo de redução do excesso de capacidade na economia chinesa suscitou preocupações sobre elevação das taxas de desemprego no país e demissões em massa que poderiam apresentar riscos à estabilidade social. O governo chinês anunciou a criação de um fundo de RMB 100 bilhões (USD 15,4 bilhões) para realocação de trabalhadores chineses. De fato, o menor crescimento econômico chinês e o fechamento de fábricas e seu deslocamento para outros países do Sudeste Asiático têm elevado os registros de protestos e greves pelo país.

14. No âmbito das políticas sociais, a medida de maior repercussão no início de 2016 foi a flexibilização da política do filho único, que possibilitou que os casais chineses passassem a poder ter até dois filhos sem incorrerem multas ou outras penalidades financeiras. No contexto atual de desaceleração da economia chinesa, o envelhecimento da população, a queda da taxa de fertilidade e a perspectiva de encolhimento da força de trabalho tornaram-se motivo de enorme preocupação por parte do governo. Estima-se que, desde 2012, a força de trabalho na China tem-se reduzido em 3 milhões de pessoas ao ano.

15. No fim de 2013, havia sido feito um primeiro relaxamento da política do filho único, a fim de permitir que casais em que um dos parceiros fosse filho único pudessem ter um segundo filho. De acordo com estimativas do governo chinês, a nova flexibilização em 2016 deve representar acréscimo de no máximo nove milhões de crianças na China ao longo dos próximos três anos. Resta saber se a medida será suficiente para retomar o crescimento da população economicamente ativa.

16. O presidente chinês continuou a implementar vigorosa campanha anticorrupção, com investigações que avançaram sobre as instituições financeiras e sobre o meio militar. A campanha anticorrupção, lançada em 2012, parece ser até o momento o ponto mais marcante da gestão Xi Jinping. Tornaram-se alvos tanto funcionários de mais alto nível, os chamados "tigres", quanto os oficiais mais baixos, "mosquitos". A campanha atingiu até ex-integrantes do Comitê Permanente do Politburo do Partido e o alto escalão do Exército Popular de

Libertação. Desde 2014, a Operação "Skynet" foi lançada para incrementar a campanha e atingir também as "raposas", funcionários que fugiram para o exterior para se esquivar de punições.

17. No meio militar, no fim de 2015 foram implementadas reformas que fortaleceram o papel da Comissão Militar Central, instância do Partido, sobre as forças armadas. Segundo as autoridades chinesas, as reformas apresentam caráter defensivo e objetivam conferir à China forças armadas modernas, com maior equilíbrio entre as três forças, para responder também a desafios como o terrorismo. Confere-se prioridade ao desenvolvimento da Marinha chinesa. Foi anunciada também redução do efetivo em 300 mil militares, de modo que o Exército Popular de Libertação (EPL) passe a contar com dois milhões de militares (corte de 13%, a ser implementado até 2017). Nesse contexto, Xi Jinping passou a deter, a partir deste ano, o título de "Comandante-em-chefe do Comando de Operações Conjuntas", que parece significar consolidação de sua posição no comando das forças armadas chinesas.

18. No âmbito da segurança interna, o governo chinês aprovou, no fim de 2015, uma lei anti-terrorismo, que complementa a lei de segurança nacional aprovada em meados do ano. Trata-se da primeira lei anti-terrorista do país, que entrou em vigor em janeiro de 2016. Entre seus principais elementos, destacam-se a criação de centro de inteligência antiterrorista, maior controle sobre empresas de tecnologia para apoio técnico ao governo, e expansão potencial das atividades das forças armadas chinesas para participação de esforços antiterrorismo no exterior.

19. Na área cibernética, o governo chinês tem defendido o que denomina "soberania da internet", conceito que fortalece os elementos de controle das autoridades chinesas sobre o conteúdo eletrônico no país. Nesse contexto foram aprovadas, no início deste ano, leis que podem limitar a publicação na China de conteúdo por entidades estrangeiras sem um parceiro doméstico na China e sem autorização governamental.

20. A complementar o quadro da política interna chinesa, cabe notar que as relações do governo central com a Região Administrativa Especial de Hong Kong e com Taiwan passam por momento de desafios. Com Hong Kong, o governo chinês tem

enfatizado o desejo de fortalecer o relacionamento econômico com a ilha, enquanto rejeita movimentos que possam alterar os métodos de escolha do executivo local. Em Taiwan, acaba de tomar posse na administração local um novo partido de vertente política mais afastada de Pequim. O governo da RPC tem reafirmado de forma inequívoca a necessidade de que seja reconhecido o princípio de "Uma só China". As relações diplomáticas do Brasil com a China pautam-se pela aceitação consistente do princípio de "Uma só China".

- Desafios e sugestões

21. A Embaixada tem transmitido informações atualizadas sobre as alterações no cenário político interno da China. Os funcionários diplomáticos valem-se, para tanto, de contatos mantidos com acadêmicos chineses, "think tanks", funcionários do governo chinês e com a comunidade diplomática.

22. A título de sugestões, seria proveitosa a organização de debates e seminários, com convite a especialistas sobre assuntos da política interna chinesa. Nesse sentido, cabe buscar adensar as relações também no plano acadêmico, em particular com as principais universidades chinesas, cujos professores muitas vezes têm bom trânsito junto ao governo.

23. Também seria útil motivar os contatos de autoridades brasileiras, em visita à China, com autoridades das províncias chinesas, que contam com perspectiva de ascensão ao governo central. Podem também ser estimuladas suas visitas ao Brasil.

III. DIREITOS HUMANOS

- Quadro geral e ações realizadas

24. A gestão ocorreu em período marcado por grande atividade legislativa no que se refere aos direitos humanos, a qual foi acompanhada de perto pela Embaixada, por meio da busca de informações junto a atores relevantes com vistas à produção de relatórios. Em particular, sublinhe-se o enquadramento normativo dado às ONGs nacionais, com a Lei da Filantropia, de março deste ano, e às ONGs estrangeiras, com a Lei de Gerenciamento de ONGs, aprovada no mês seguinte e que entrará em vigor em 2017.

25. Diferentemente do que dita a Lei da Filantropia às ONGs chinesas, que seguem subordinadas ao Ministério de Assuntos

Civis, a nova legislação voltada a ONGs estrangeiras passa a submetê-las à supervisão do Ministério de Segurança Pública. O endurecimento do tom em relação a estas entidades gerou críticas por parte de alguns governos, bem como de setores da sociedade civil e de órgãos de imprensa estrangeiros. Estes atores denunciam, igualmente, aumento do número de prisões de defensores de direitos humanos, em particular desde o chamado "crackdown" de julho de 2015, quando mais de 100 advogados especializados na matéria foram detidos.

26. Houve, em contrapartida, evoluções que foram saudadas até mesmo por atores tradicionalmente críticos à situação de direitos humanos na China. O maior exemplo foi a entrada em vigor, também em março último, da primeira lei chinesa sobre violência doméstica, que proíbe toda forma de violência física e psicológica, além de estabelecer sistema de ordens de afastamento.

27. A Embaixada empenhou-se, ademais, na organização da segunda edição do diálogo bilateral Brasil-China sobre direitos humanos, que deverá realizar-se proximamente, em Pequim. O mecanismo, previsto desde 2011, teve sua primeira reunião em Brasília, no início de 2015. Na ocasião, foram tratados, sobretudo, direitos de segunda geração, nos quais há maior convergência entre os dois parceiros.

- Desafios e sugestões

28. Direitos Humanos constituem tema de grande sensibilidade na China. Para construção de confiança mútua na matéria, o diálogo bilateral constitui instrumento privilegiado. Na reunião de 2015, por exemplo, Brasil e China concordaram em apoiar-se mutuamente em suas candidaturas para o Conselho de Direitos Humanos para o período 2017-2019. A segunda edição do mecanismo poderá ensejar a inclusão de novos temas, como a já citada violência doméstica, assunto também prioritário no Brasil e que ensejou a aprovação da "Lei Maria da Penha" (lei 11340/06).

IV. ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

- Quadro geral e ações realizadas

29. O período analisado por este Relatório de Gestão foi marcado pela continuação da desaceleração do crescimento econômico chinês, que passou de taxas de 10% ao ano, logradas

durante três décadas consecutivas, para os atuais 6 a 7%. Segundo o Presidente Xi Jinping, o "novo normal" caracteriza-se por crescimento de melhor qualidade, em que os desequilíbrios gerados na fase anterior estão sendo enfrentados por meio de reformas estruturais.

30. A desaceleração da economia chinesa resulta, entre outros fatores, da diminuição dos investimentos na manufatura e no setor imobiliário, tradicionais motores da economia chinesa. Os investimentos imobiliários cresceram apenas 1% em 2015 e 7,2% nos primeiros quatro meses de 2016, comparado a 10,5% em 2014. Os investimentos em ativos fixos cresceram 10,0% em 2015 e 10,5% nos primeiros quatro meses de 2016, contra 15,7% em 2014, continuando a desaceleração iniciada em setembro de 2009, quando os investimentos cresceram 33,3%, ainda puxados pelo enorme pacote de estímulo fiscal utilizado pelo governo para conter os efeitos da crise financeira de 2008 (antes da crise, os investimentos cresciam a uma média de 25% ao ano).

31. As autoridades chinesas têm respondido à desaceleração por meio dos mecanismos tradicionais de estímulo, priorizando a manutenção do crescimento. Os dados divulgados sobre o desempenho econômico da China no primeiro trimestre de 2016 evidenciam a crescente importância do crédito para a manutenção do ritmo de atividade atual. O financiamento social total concedido no trimestre atingiu RMB 6,6 trilhões, comparado a RMB 4,6 trilhões no mesmo período do ano anterior, um crescimento de 43,5%. Apesar disso, o PIB continuou a desaceleração e cresceu 6,7%.

32. Na administração da taxa de câmbio, o desejo de estimular a economia é equilibrado com a necessidade de manter a confiabilidade na moeda como uma reserva de valor. Em dezembro de 2015, as reservas internacionais tiveram queda de US\$ 108 bilhões (US\$ 513 bilhões ao longo de 2015). Em janeiro de 2016, as reservas seguiram em queda (US\$ 99 bilhões) e fecharam o mês em US\$ 3,23 trilhões. O Governo tem sido criticado por falhas na comunicação com o mercado, como no caso da depreciação surpresa do renminbi de 3% ocorrida em agosto de 2015. Em dezembro do ano passado, o Banco do Povo anunciou que a cotação do renminbi se daria com base em três cestas de moedas diferentes. O renminbi registrou, em 8 de janeiro de 2016, o menor valor desde outubro de 2010, e o Banco Central interveio no mercado para conter a queda. Desde então, o renminbi permaneceu relativamente estável em relação

às cestas indicadas e ao dólar, sugerindo que, no momento, a preocupação do Governo é estabilizar a moeda e conter os fluxos de saída de capitais.

33. As incertezas sobre o crescimento e as intervenções erráticas do Governo no mercado estiveram entre as causas para a queda das bolsas chinesas no começo de 2016. Permanecem dúvidas sobre a difícil tarefa de evitar uma desaceleração mais brusca do PIB, avançar nas reformas estruturais e administrar o endividamento.

34. Entre as ações realizadas pela Embaixada na área econômico-financeira no período, destacam-se:

- organização da visita do então Ministro da Fazenda do Brasil a Pequim, como parte de sua viagem à China para participar da Reunião de Ministros da Fazenda e Governadores do Banco Central do G20, em fevereiro de 2016. A visita foi realizada em momento oportuno para estruturar a relação Brasil-China nas áreas econômica, financeira e de investimentos. O Ministro encontrou-se com autoridades chinesas de alto nível e manteve discussões específicas sobre as oportunidades de investimentos em infraestrutura no Brasil, principalmente nos setores de energia e ferrovias. Integraram a delegação do Ministro funcionários da Petrobrás, que aproveitaram a ocasião para estreitar a relação com as empresas e os bancos chineses;

- participação, juntamente com delegação do Ministério da Fazenda, nas primeiras reuniões do Conselho de Governadores e do Conselho de Diretores do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês). O Brasil assinou, em 29 de junho de 2015, o acordo constitutivo do AIIB, que entrou em vigor em 25 de dezembro de 2015. Segundo o Anexo A do instrumento, o Brasil terá 3,181% do capital, o que o posiciona como o terceiro maior membro não regional (atrás da Alemanha e da França e à frente do Reino Unido) e nono maior membro do banco. Como o Brasil ainda não ratificou o acordo constitutivo do AIIB, a delegação brasileira tem participado das reuniões do banco na condição de observadora;

- participação em seminários econômicos, com vistas a apresentar perspectiva sobre a economia brasileira. Diante do quadro recessivo no Brasil, a Embaixada buscou dirimir dúvidas e defender as medidas tomadas pelo Governo brasileiro, reconhecendo as dificuldades conjunturais, mas

demonstrando confiança na capacidade do país de voltar a crescer. O Chefe do Posto proferiu palestra, em janeiro de 2016, no Quarto Fórum Econômico e Financeiro do BRICS, promovido pelo jornal chinês Economic Daily, que circula principalmente nos órgãos governamentais chineses; e

- acompanhamento e análise dos desenvolvimentos macroeconômicos da China, com foco nas medidas sendo tomadas pelo Governo chinês e seus impactos sobre a economia brasileira. A Embaixada procura manter rede de interlocução com atores locais relevantes, de forma a fornecer subsídios que agreguem valor em relação aos inúmeros estudos divulgados pela grande imprensa e por firmas de consultoria.

- Desafios e sugestões

35. A Embaixada continuará empenhada em coordenar a relação entre o Governo brasileiro e os órgãos chineses da área econômico-financeira. Deve-se evitar duplicação de esforços e iniciativas conflitantes. O potencial de financiamentos ao setor empresarial brasileiro e de investimentos na área de infraestrutura precisa ser plenamente aproveitado, por meio de interlocução estreita, projetos concretos e gerenciamento racional do relacionamento econômico bilateral.

36. Deve-se manter e intensificar os esforços de divulgação da realidade econômica brasileira junto ao meio governamental, empresarial e financeiro chinês. Os ajustes em curso no Brasil precisam ser explicados, de forma a manter a confiança chinesa na capacidade do país de retomar o crescimento, realizar reformas e colocar a dívida pública em trajetória sustentável.

37. Recomenda-se que se mantenha o acompanhamento da evolução da economia chinesa. A desaceleração em curso afeta os interesses brasileiros. A reestruturação das empresas estatais, as reformas financeiras e o gerenciamento do endividamento devem receber especial atenção.

38. Em novembro de 2015, o FMI decidiu incluir a moeda chinesa (renminbi) na cesta de moedas que compõem os Direitos Especiais de Saque, o que será implementado a partir de outubro de 2016. O renminbi é, atualmente, a nona principal moeda internacional e cerca de 17% do comércio exterior da China é denominado na moeda do país. Acordos de troca direta de moedas foram negociados pela China com diversos países,

incluindo Reino Unido, Coréia do Sul e Rússia. A Embaixada deverá continuar a acompanhar o assunto.

V. INVESTIMENTOS

- Quadro geral e ações realizadas

39. As empresas chinesas têm incrementado seus investimentos no exterior desde meados da década de 2000. A "Heritage Foundation" e o "American Enterprise Institute" estimam que o estoque de investimentos chineses no exterior tenha alcançado a marca de USD 680 bilhões até dezembro de 2015.

40. Os investimentos chineses ainda estão concentrados em indústrias ligadas a matérias-primas e energia e razoavelmente distribuídos nas regiões do mundo em que estes produtos se encontram. De acordo com os dados da Heritage Foundation e AEI, 58% dos investimentos chineses estão concentrados nos setores de energia e produtos de base (mineração e siderurgia). Esse perfil reflete a percepção do governo chinês quanto à necessidade de garantir o suprimento de matérias primas à economia chinesa. Nesse contexto, 43% desses investimentos concentram-se nas seguintes regiões: América do Sul (10,9%), Austrália (11,5%), África Subsaariana (10,3%) e Ásia Ocidental (10,6%).

41. Num contexto em que o fluxo total de investimentos chineses tem crescido em média 10,5% nos últimos seis anos, e em aceleração, essa tendência se reverte. Os investimentos no setor de energia vêm caindo a um ritmo de 12,9% ao ano, enquanto que o de mineração e siderurgia apresenta ligeira queda 0,2% ao ano. Os setores financeiro, de transportes (que inclui montadoras, linhas áreas, ferrovias e estaleiros) e de tecnologia vêm despontando como novos vetores de internacionalização do capital chinês, com crescimento médio anual de, respectivamente, 37%, 29,5% e 90,7%. Europa e Estados Unidos passaram a receber investimentos nos setores financeiro, automotivo e imobiliário (construção e propriedades). A proposta da ChemChina para aquisição da Syngenta por USD 43 bilhões, se concretizada, será a maior aquisição feita por empresa chinesa até o momento, permitindo o acesso da China a novas tecnologias.

42. Na América do Sul, os investimentos chineses estão concentrados em energia e mineração. O Brasil se destaca como principal parceiro no continente com 44,3% do total

investido, seguido de Peru (22,8%), Argentina (13,1%) e Equador (10,3%). Energia e produtos de base (mineração e siderurgia) se destacam com 53,8% e 31,9% do total, respectivamente. No caso peruano, a participação no setor de produtos de base alcança 83% dos investimentos chineses, destoando dos outros países do continente em que prevalecem investimentos no setor de energia.

43. No Brasil, os investimentos chineses se concentram no setor de energia (68%), em que a participação de empresas chinesas (Sinopec, Sinochem, CNOOC, CNPC) na exploração de campos de petróleo alcança cerca de USD 22,4 bilhões, segundo a Heritage Foundation. A recente aquisição das concessões de Ilha Solteira e Jupiá pela China Three Gorges demonstra o apetite chinês para concessões públicas no setor de infraestrutura e energia. As ondas recentes de instalação de empresas chinesas no Brasil também incluem setores com caráter mais fabril. A chegada de bancos (China Construction Bank, China Communications e ICBC) e de empresas automobilísticas (JAC Motors, Cherry, BAIC), de equipamento pesado (SANY Heavy, Xugong Construction Machinery) e tecnologia (Lenovo, Huawei, ZTE) são exemplos disso.

44. Do ponto de vista dos financiamentos, a Venezuela é o principal recipiente de empréstimos de bancos oficiais chineses, respondendo por 51,9% (USD 63,9 bilhões) do volume do crédito, concentrado principalmente no Banco de Desenvolvimento da China (cerca de 90%) e no setor de energia (PDVSA). Após o Brasil, a Argentina e o Equador seguem como terceiro e quarto principais destinos dos empréstimos chineses (12,4% e 12,3% do volume, respectivamente).

45. No Brasil, os empréstimos dos bancos oficiais chineses excedem USD 29 bilhões. O Banco de Desenvolvimento da China (CDB na sigla em inglês) detém mais de USD 15 bilhões de dívidas da Petrobrás e o Eximbank chinês, USD 3,2 bilhões. Outros USD 11 bilhões estão distribuídos, entre outros projetos, em financiamentos à compra de jatos da Embraer, à construção de oleoduto da GASENE, ao desenvolvimento de projetos de processamento de grãos.

46. A atração de investimentos chineses nos setores de infraestrutura é uma das áreas que oferece mais oportunidades de dinamizar as relações econômicas bilaterais. A celebração de Memorando de Entendimento entre o MPOG e a NDRC, durante a

visita do Premier Li Keqiang ao Brasil, em 2015, baseou-se no diagnóstico correto de que é conveniente que haja estrutura institucional para facilitar esses investimentos. Na mesma oportunidade foi lançada a ideia de constituir fundo financeiro bilateral para amparar a cooperação na área de fortalecimento da "capacidade produtiva", denominação mais ampla que inclui os investimentos nas áreas de infraestrutura.

47. Dos investimentos brasileiros na China, houve avanço modesto na consolidação da presença da Marcopolo e da Embraer. A Marcopolo busca ampliar o processo produtivo de ônibus no país. No caso da Embraer, a empresa opera uma planta industrial em Harbin, no nordeste da China.

- Desafios e sugestões

48. Interlocutores chineses vêm demonstrando preocupação com relação à volatilidade das taxas de câmbio no Brasil, que pode comprometer o retorno dos investimentos produtivos diretos das empresas chinesas no país. Mencionam, também, as dificuldades de compreensão do sistema tributário brasileiro, principalmente na questão dos impostos incidentes sobre a mão-de-obra.

49. É importante ter presente que a China é um país de planejamento central, com visão estratégica e de longo prazo sobre todas as áreas de seu maior interesse e com grande capacidade de coordenação política. Nesse sentido, a China sempre sabe o que quer. Portanto, para maximizar nossa capacidade de interlocução, é importante que mantenhamos nível equivalente de coordenação e tenhamos sempre presente os interesses estratégicos do Brasil. Na prática, a multiplicidade e a dispersão de interlocutores do lado brasileiro engajada com parceiros chineses no diálogo sobre oportunidades de investimento no país por vezes complica o bom encaminhamento das ações. Ocasionalmente, essa situação pode gerar algumas lacunas e falhas de comunicação internas do lado brasileiro, o que pode levar a resultados menos satisfatórios do ponto de vista do interesse nacional.

50. É preciso ampliar o esforço de coordenação em alto nível mediante, inclusive, uma melhor estruturação institucional. Nesse sentido, julgo fundamental reunir, sob um comando único, para fins da condução do diálogo de alto nível com interlocutores chineses, os principais atores interessados do

lado brasileiro, como o Ministério do Planejamento, o Ministério das Relações Exteriores, o BNDES e a APEX, com a Embaixada do Brasil em Pequim plenamente integrada ao processo e funcionando como vértice da interlocução na China, de modo a dotar o processo de maior consistência e solidez institucional.

VI. COMÉRCIO

- Quadro geral e ações realizadas

51. A partir de 2013, observa-se perda de dinamismo no comércio bilateral Brasil-China devido, sobretudo, à queda dos preços das principais commodities exportadas pelo Brasil, especialmente minério de ferro, e à contração econômica no Brasil nos últimos dois anos. Após atingir o pico de US\$ 83,3 bilhões em 2013, a corrente bilateral de comércio recuou para US\$ 77,9 bilhões em 2014 e para US\$ 66,3 bilhões no ano passado. Em 2015, o valor das exportações brasileiras para a China apresentou queda de 12,3%, ao passo que as importações recuaram 19,4%. A queda proporcionalmente maior das importações permitiu ao Brasil manter saldo positivo de US\$ 4,8 bilhões com a China em 2015. A despeito do declínio de mais de 20% da corrente de comércio em relação ao pico de 2013, a China segue sendo nosso principal parceiro comercial. Em 2015, o fluxo bilateral representou 18,2% da corrente de comércio total do Brasil (em 2014, a participação foi de 17,1%).

52. No acumulado entre janeiro e abril de 2016, as exportações brasileiras (US\$ 11,2 bilhões) apresentaram aumento de 16,3%, ao passo que as importações (US\$ 7,3 bilhões) exibiram queda expressiva de quase 40%, em relação ao mesmo período do ano passado. Com isso, o Brasil registrou, nos quatro primeiros meses do ano, um superávit de US\$ 3,9 bilhões com a China, em contraste com déficit de US\$ 2,5 bilhões no mesmo período do ano passado. O comércio bilateral com a China, portanto, não destoa do ajuste mais geral do setor externo da economia brasileira, causado, em particular, pela contração econômica e depreciação do real.

53. A baixa diversificação da pauta brasileira de exportações continua a ser um dos maiores desafios. Em 2015, os três principais produtos exportados pelo Brasil para a China – soja, minério de ferro e petróleo – representaram 74,1% do valor total exportado (a participação dos três produtos

permaneceu a mesma entre janeiro e abril de 2016). À primeira vista, o percentual indica leve desconcentração em relação ao ano anterior, em que os três produtos representaram 79,7% do valor total exportado. A queda dos preços desses produtos, sobretudo do minério, parecer ser, porém, a razão dessa aparente desconcentração, já que houve aumento das quantidades exportadas dos três produtos.

54. No caso da soja, o Brasil se consolidou como principal exportador de soja em grão para a China, com participação de cerca de 50% da quantidade total importada pelo país asiático. Em 2015, o Brasil exportou 40,9 milhões de toneladas (US\$ 15,7 bilhões), quantidade mais de 25% superior àquela exportada no ano anterior (32,6 mT). Apesar do expressivo aumento da quantidade exportada, a queda nos preços do produto levou a declínio de pouco menos de 5% nas receitas auferidas com as vendas para a China em 2015, em comparação com o ano anterior. Dada a escalada tarifária e a ampla capacidade instalada de esmagamento da China, a participação da soja em grão no total exportado do complexo soja para o país asiático segue avassaladora. A certificação não sincrônica de novas variedades genéticas na China segue sendo um dos grandes desafios para o comércio do produto.

55. Em relação ao minério de ferro, a forte queda nos preços do produto levou, em 2015, à redução de mais de 47% nas receitas de exportação, em relação ao ano anterior (US\$ 6,4 bilhões em 2015, contra US\$ 12,3 bilhões em 2014). A quantidade exportada (185 mT em 2015), porém, apresentou expansão de 2,8% em relação ao ano anterior. O volume exportado nos quatro primeiros meses do corrente (61 mT) é superior àquele exportado no mesmo período do ano passado e mesmo ao pico registrado nos quatro primeiros meses de 2009 (56 mT), o que pode indicar nova ampliação da quantidade exportada em 2016.

56. No que toca, finalmente, às exportações de petróleo, o ano passado também registrou aumento superior a 136% da quantidade exportada (cerca de 265 mil barris por dia (bpd), em comparação com 112 mil bpd em 2014). As receitas, porém, não cresceram na mesma proporção, dada a queda nos preços do barril: 2015 registrou aumento de 20% no valor exportado (US\$ 4,1 bilhões) em relação a 2014 (US\$ 3,4 bilhões). Os quatro primeiros meses de 2016 parecem indicar nova expansão da quantidade exportada (foram cerca de 308 mil bpd) e nova

contração das receitas de exportação (foram US\$ 978 milhões, valor que, projetado para o ano – em caso de manutenção dos preços no patamar médio do primeiro quadrimestre – resultará em receitas inferiores a US\$ 3 bilhões no ano).

57. De forma geral, portanto, os três principais produtos exportados pelo Brasil apresentam tendência similar de expansão do volume exportado com queda das receitas auferidas com as exportações para a China. Em outras palavras, ficam patentes os obstáculos para a dinamização do comércio bilateral caso mantida a alta dependência, pelo lado brasileiro, das vendas de seletos grupo de commodities em um cenário de desaceleração da economia chinesa, cuja expansão nas últimas décadas foi o principal fator a pressionar para cima os preços daqueles produtos.

58. No futuro mais imediato, o setor de alimentos processados, e particularmente o de proteína animal, parece ser uma das vias mais promissoras para diversificar as vendas para a China, tornando o País menos dependente da venda dos três produtos mencionados acima e outras commodities como açúcar, algodão, pastas de madeira e celulose e tabaco. A abertura do mercado para a carne bovina, após mais de três anos de embargo, e a certificação de novas plantas foram desenvolvimentos positivos no ano passado. A dificuldade de habilitar plantas na velocidade desejável e outras barreiras sanitárias seguem sendo grandes desafios para os exportadores brasileiros. Na área agrícola, a embaixada segue em contato permanente com as agências governamentais relevantes para o setor, como o Ministério da Agricultura e a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena (AQSIQ).

59. Na área de aviação, as vendas da Embraer para empresas chinesas precisam de aprovação governamental para serem efetivadas, o que cria incertezas mesmo em operações cujos termos comerciais já tenham sido acordados pelas partes. O recente lançamento da família C919 pela COMAC (Commercial Aircraft Corporation of China), com amplo apoio do governo chinês, certamente tornará ainda mais acirrada a competição do mercado de aviação chinês. A embaixada tem mantido interlocução com as agências governamentais relevantes para o setor, como a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), a Administração de Aviação Civil da China (CAAC) e o Ministério do Comércio (MOFCOM).

60. No período em questão, a embaixada seguiu prestando apoio a empresas que enfrentam barreiras comerciais na China, como é o caso da H. Stern que teve sua marca registrada por terceiros de forma inconsistente com a lei chinesa e com os acordos internacionais na área de marcas e patentes. A empresa vem movendo ações judiciais para cancelar os registros indevidos de sua marca. Além de apresentar argumentos em favor da empresa na qualidade de "amicus curiae", a embaixada vem acompanhando o processo, comparecendo às audiências e fazendo gestões junto aos órgãos relevantes do setor, de forma a apoiar as ações da empresa.

61. Na área de política comercial, após a assinatura da Parceria Transpacífico (TPP), no final do ano passado, a China vem buscando dar novo impulso a acordos comerciais, sobretudo à Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) – que pode ser concluída ainda em 2016 – e ao acordo trilateral com a Coreia do Sul e o Japão, que, porém, ainda está em estágio menos avançado. Com isso, e tendo em vista a recente assinatura dos acordos de livre comércio com a Suíça, Coreia do Sul e a Austrália, a China não apenas amplia sua rede de acordos, como busca mostrar engajamento em acordos comerciais de formato mais ambicioso e amplo.

62. É importante recordar que, de acordo com o item 15(d) do Protocolo de Acesso da China à OMC, o subparágrafo 15(a)(ii) do mesmo documento irá expirar em 11 de dezembro de 2016, quando a acesso da China ao organismo completa 15 anos. Há intensa controvérsia sobre o significado do prazo, sobretudo se ele implica ou não a necessidade de reconhecimento automático do status de economia de mercado da China para fins de defesa comercial. Não está claro como os principais parceiros comerciais da China, como EUA e UE, irão interpretar o dispositivo.

- Desafios e sugestões

63. Para o futuro, creio que o comércio bilateral se beneficiaria das seguintes iniciativas:

(i) intensificação da coordenação com o setor privado, sobretudo as principais associações, cuja presença na China é ainda tímida; (ii) fortalecimento dos canais de diálogo com as principais agências do governo chinês, inclusive por meio do Subcomitê Econômico-Comercial da COSBAN e seus grupos de trabalho; (iii) conjugação das estratégias de atração de

investimento e de comércio; parte do investimento chinês no Brasil tem como objetivo garantir o suprimento de algumas commodities; o Brasil deve aproveitar esses investimentos para incrementar as cadeias de suprimento e infraestrutura relacionada à exportação, bem como para forjar parcerias que possam gerar aumento do valor agregado às exportações brasileiras para a China; (iv) na área industrial, seria importante realizar estudos sobre integração de cadeias, inclusive por meio de acesso a insumos que possam fortalecer a competitividade da indústria nacional; (v) no setor de serviços, que vem se tornando um dos principais motores da economia chinesa, é possível explorar oportunidades em setores como serviços financeiros (como, por exemplo, automação bancária), turismo, moda e indústrias criativas e esportes; cumpre observar a recente criação de GT sobre comércio de serviços na estrutura da COSBAN.

VII. AGRICULTURA

- Quadro geral e ações realizadas

64. Os temas bilaterais relacionados ao agronegócio avançaram no período analisado. Cumpre notar que as visitas de altas autoridades brasileiras a Pequim contribuiram sobremaneira para a conclusão dos processos de habilitação de estabelecimentos exportadores de carne.

65. No que diz respeito à abertura de mercados para produtos agrícolas brasileiros, prosseguiram as discussões sobre acordos fitossanitários para a exportação para a China de miúdos bovinos, miúdos de aves, carne de frango termicamente processada, ovos de galinha férteis, pintos de um dia e material genético bovino.

66. Protocolos sanitários para exportação de frutas entre os dois países podem incrementar o fluxo comercial bilateral. A evolução das negociações para a conclusão de instrumento que possibilite a exportação de melões brasileiros para a China segue em estágio avançado. Sobre esse assunto, missão chinesa para avaliar os riscos fitossanitários do sistema produtivo de melões visitou o país em março de 2016.

67. Houve progresso considerável na ampliação do número de estabelecimentos habilitados a exportar produtos cárneos para a China. Por ocasião da visita da então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à China, em novembro de

2015, o lado chinês habilitou um total de 24 estabelecimentos produtores de carnes (oito de carne bovina, doze de carne de aves e quatro de carne suína).

- Desafios e sugestões

68. De modo geral, é grande o potencial para o incremento das exportações do agronegócio brasileiro ao mercado chinês, que deverá continuar a caracterizar-se por um aumento da demanda interna, em linha com as perspectivas de crescimento da economia chinesa, da ampliação do mercado doméstico e da crescente diversificação e sofisticação das preferências dos consumidores. Nesse sentido, será importante consolidar a imagem do Brasil de produtor de qualidade e confiabilidade, fatores fundamentais para atender a necessidade chinesa de contar com parceiros capazes de contribuir para a promoção da segurança alimentar, tema historicamente altamente sensível neste país.

69. O Brasil reúne todas as credenciais para posicionar-se como um dos principais – se não o principal – exportadores de alimentos à China. No entanto, para concretizar esse potencial, será preciso manter uma postura empreendedora e pró-ativa, tendo em vista, inclusive, a crescente competição por parte de outros importantes exportadores. Nesse sentido, caberá estar atento ao acesso diferenciado ao mercado chinês que concorrentes brasileiros poderão ganhar por meio, por exemplo, de acordos como o TLC China-Austrália, recentemente adotado.

70. Restam ainda oportunidades de ampliação da exportação de grãos para este país. A China tem como objetivo permanente minimizar sua dependência de importação de certos produtos: trigo, arroz, milho e algodão. A soja constitui, evidentemente, a maior oportunidade. Há algumas dimensões distintas a se considerar. A mais relevante, possivelmente, refere-se à questão da aprovação da comercialização de OGMs, apontada pelos produtores – não apenas brasileiros – como um tema que precisaria ser objeto de entendimentos com o governo chinês. As eventuais demoras na aprovação ou negativas de aprovação por parte das autoridades chinesas de fato podem acarretar prejuízos e, de todo modo, geram grande incerteza aos produtores. Idealmente, do ponto de vista dos exportadores, seria desejável que se promovesse a

sincronização da aprovação da comercialização de novos eventos geneticamente modificados.

VIII. PROMOÇÃO COMERCIAL

- Quadro geral e ações realizadas

71. No período analisado, a Embaixada manteve-se em contato com os principais interlocutores do setor empresarial chinês e recebeu representantes de empresas brasileiras com negócios com a China. Da mesma forma, organizou eventos com o intuito de promover o potencial das exportações e do turismo brasileiros e as oportunidades de investimentos no Brasil. Foi mantido contato estreito, também, com a seção chinesa do Conselho Empresarial Brasil-China.

72. Empresas e entidades chinesas recorreram à Embaixada, em bases diárias, para colher informações e solicitar apoio em missões que tencionam enviar ao País. A Embaixada também prestou apoio a empresas chinesas que têm interesse em investir no mercado brasileiro, bem como a representantes de governos provinciais e municipais chineses interessados em estreitar contatos com contrapartes no Brasil.

73. A Embaixada integra e busca promover o Foro Brasil-China, grupo informal constituído por pessoas jurídicas brasileiras com investimentos diretos ou escritórios de representação na China. Integram o Foro as seguintes empresas e instituições brasileiras: ALA Holding Group, Apex-Brasil, BM&FBOVESPA, Ciser, CNT, Embraer, Fras-le, Gnatus, Intelbras, ITB S.A, LATAM, Marcopolo, Noronha Advogados, Odebrecht, Oxiteno, Petrobras, Queiroz Galvão, Schulz Machinery, Simerx, Weg, e Yafela.

74. Na assistência a missões governamentais e empresariais brasileiras interessadas em vender na China ou em atrair investimentos chineses, a Embaixada auxiliou na elaboração da agenda empresarial de diversas autoridades brasileiras que passaram por Pequim, entre as quais se destacam representantes de dos seguintes órgãos: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Caixa Econômica Federal - CEF; e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. Apoiou, igualmente, vistas dos Governadores dos Estados do Paraná e da Bahia, bem como de secretários estaduais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

75. Ao longo do período analisado, a Embaixada organizou diversos eventos com o intuito de promover o potencial das exportações e do turismo brasileiros e de divulgar as oportunidades de investimentos no Brasil. Com o propósito de promover os investimentos chineses no Brasil, além de ter prestado informações sobre o marco legal brasileiro e sobre oportunidades de negócio, a Embaixada participou de diversos seminários empresariais em Pequim e em outras cidades da China. No setor turístico, destaca-se a organização do pavilhão brasileiro na maior feira da Ásia, a "13th Beijing International Tourism Exhibition" (BITE).

76. Em sua tarefa de divulgação de oportunidades de negócios entre o Brasil e China, a Embaixada valeu-se de mídia digital, como a conta de "Weibo" (espécie de "Twitter" local) e de "Wechat" ("Whatsapp" chinês), para transmitir informações visando a promoção da Marca-País. Foi mantida estreita coordenação, também, com o escritório da APEX-Brasil em Pequim, o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e o Foro Brasil-China.

- Desafios e sugestões

77. Conviria estimular as empresas e associações representativas do setor privado brasileiro a instalarem escritórios de representação em Pequim e em outras cidades da China.

IX. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / MEIO AMBIENTE

- Quadro geral e ações realizadas

78. A China ocupa posição de destaque na indústria de base tecnológica no mundo, investindo 2% do PIB em P&D ao ano. As principais áreas da cooperação científica sino-brasileira são: nanotecnologia e nanociência; biotecnologia; ciências agrárias; meteorologia, prevenção e mitigação de desastres naturais; energias renováveis; tecnologias do bambu e do ratã; e inovação em parques tecnológicos. Na área de pesquisa em energias renováveis, o Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia, criado em 2009 com base pela Universidade Tsinghua e pela Coppe/UFRJ, é um modelo bem sucedido. Em seus cinco anos de atividade, foram desenvolvidos projetos nas áreas de energia eólica, biocombustíveis, captura e armazenamento de carbono e tecnologias para produção de petróleo em águas profundas.

Atualmente, o Centro tem expandido seu escopo para incluir a cooperação com o setor privado.

79. No período sob análise, a Embaixada do Brasil atuou como ponto de contato entre instituições brasileiras e chinesas com vistas a promover a cooperação bilateral em parques tecnológicos. O memorando de entendimento ministerial sobre parques tecnológicos assinado em 2015 permitiu maior aproximação entre parques brasileiros e chineses e uma maior troca de experiências entre especialistas. Em 2016, deverá ser assinado memorando de entendimento entre a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores do Brasil (Anprotech) e o Centro Torch de Desenvolvimento de Alta Tecnologia e Industrialização da China (Torch Center) com vistas a implementar programa de cooperação bilateral.

80. Na área espacial, o programa mais emblemático é o de satélites de observação de recursos terrestres (CBERS). A Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração Nacional Espacial da China (CNSA) assinaram protocolo de intenções para desenvolver o satélite CBERS 4A, cujo lançamento está previsto para 2018. Com relação às ciências espaciais, o "China-Brazil Joint Laboratory for Space Weather" (estudo de clima espacial) será concluído em dezembro de 2016. A China propôs que o escopo de estudos do laboratório seja ampliado para abranger o estudo de detritos espaciais.

81. Com relação às negociações multilaterais sobre mudança do clima, a Embaixada tem mantido estreito contato com a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), órgão responsável pela negociação na China. A Declaração Bilateral sobre Mudança do Clima, assinada pelos dois países durante a visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil (maio de 2015), atesta a convergência de posições nessa matéria. Os dois países buscam coordenar-se nesse tema por meio do BASIC, que, embora não seja bloco negociador, exerce o importante papel de concertação entre grandes países em desenvolvimento. Durante a COP-21, o papel desempenhado pelos membros do grupo foi reconhecido como crucial para o êxito da conferência.

- Desafios e sugestões

82. A cooperação entre parques tecnológicos é um caminho que se mostra promissor. É importante criar mecanismos de diálogo constante entre a iniciativa privada e os laboratórios de

pesquisa de ambos os países, debatendo principalmente iniciativas de "match-making" para transferência de tecnologia entre instituições chinesas e brasileiras. O novo "Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação" no Brasil poderá ser usado como instrumento de atração de investimentos chineses em CT&I.

83. O ingresso do Brasil na Rede Internacional do Bambu e do Ratã (organização internacional sediada em Pequim), cujo acordo constitutivo encontra-se sob análise da Câmara dos Deputados, poderia igualmente abrir oportunidades de cooperação internacional em um setor sustentável e de crescente dinamismo.

X. ENERGIA

- Quadro geral e ações realizadas

84. Na gestão analisada, a Embaixada reativou o setor de energia e participou de eventos e reuniões na China no intuito de acompanhar os avanços desse setor na China, bem como de contribuir para o aumento dos investimentos chineses no Brasil. No contexto do programa de investimento em logística, a crescente participação de capitais chineses concentra-se, em particular, nas áreas de exploração petrolífera, bem como de produção e transmissão de energia elétrica.

85. No setor de petróleo, empresas chinesas como CNPC e CNOOC, em consórcio com Petrobras, Shell e Total, venceram o primeiro leilão do pré-sal sob o regime de partilha de produção, realizado em outubro de 2013. Assim, as empresas chinesas possuem, cada uma, participação de 10% no consórcio, cujo bônus de assinatura é de R\$ 15 bilhões.

86. No período coberto por este Relatório, foi constatado que a área de exploração petrolífera no Brasil - apesar de já contar com importante participação de investimento de capital chinês-, oferece oportunidades adicionais de cooperação bilateral. Em particular, na modernização e ampliação de rede de infraestrutura de transporte assim como no processamento de recursos energéticos. Nesse sentido, a Embaixada manteve estreita coordenação com empresas brasileiras do setor e apoiou os seus contatos e atividades com interlocutores governamentais chineses.

87. No setor elétrico, empresas chinesas têm demonstrado crescente interesse em explorar oportunidades de investimento no Brasil. Em dezembro de 2015, a empresa Three Gorges Corporation (CTG) recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para assinar contrato de concessão das hidrelétricas de Jupiá e Ilha Solteira, arrematadas em leilão realizado pelo Governo federal em 25 de novembro. A estatal chinesa pagou bônus de outorga de R\$ 13,8 bilhões pelas hidrelétricas, as quais somam cerca de 5 mil megawatts em capacidade instalada e cujo contrato de concessão estava vencido desde julho daquele ano.

88. Na área de energias renováveis, verificou-se o crescente potencial chinês de produção e exportação de equipamentos. A China tornou-se, nos últimos anos, um dos principais produtores de energia solar e eólica, e reconhece no Brasil parceiro relevante para ampliar suas atividades nesse setor.

89. No contexto da presidência chinesa do G20, realizou-se este ano, em Xiamen, a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Energética (ESWG), a qual avaliou as atividades do referido Grupo de Trabalho para os próximos anos, nos temas de acesso a energia, eficiência energética, governança global da energia e delineou pontos a serem discutidos para comunicado dos Ministros de Energia do G20, cuja reunião ocorrerá entre os dias 28 e 29 de junho do corrente, em Pequim.

- Desafios e sugestões

90. O setor de energia apresenta grande potencial de aproximação entre os dois países, na medida em que oferece oportunidades de investimento no Brasil, de comércio de recursos energéticos brasileiros na China, bem como de parcerias entre empresas dos dois países para a produção de equipamentos. Ao passo que o Brasil possui marco regulatório transparente e ambiente de negócios favorável para investidores estrangeiros, a China ganha relevo como ator global no setor energético, o que torna ainda mais importante haver crescente coordenação entre atores privados e públicos dos dois países nessa área.

91. Durante o período analisado, confirmou-se a importância de haver trabalho constante do Estado brasileiro, em conjunto com empresas brasileiras e associações, no intuito de ampliar a participação de empresas e instituições financeiras

chinesas no Brasil. A China tem grande interesse em expandir suas atividades internacionais no setor energético e reconhece a importância do Brasil nesse setor, mas faz-se necessário haver engajamento duradouro que consolide percepção do lado chinês dos benefícios da cooperação bilateral, superando a noção de distância entre os dois países. Como sugestão prática, sugere-se avaliar a possibilidade de organizar "road shows" regulares em Pequim, Xangai, Hong Kong, Cantão, entre outras cidades com relevância no setor energético, a fim de divulgar oportunidades de investimento no setor energético brasileiro.

XI. COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

- Quadro geral e ações realizadas

92. No âmbito do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), já foram concedidas 296 bolsas para a China desde 2013, em sua maioria para graduação "sanduíche" durante o período de dois anos. Nessa última modalidade, os alunos dedicam-se a estudos intensivos de chinês no primeiro ano e cursam matérias específicas de sua área no segundo ano. Atualmente, encontram-se na China 98 bolsistas distribuídos por diversas universidades do país; dentre estes, 29 alunos estão terminando o primeiro ano do programa em junho de 2016 e deverão permanecer nas universidades para o segundo ano do intercâmbio até o final do primeiro semestre de 2017.

93. Os integrantes do primeiro grupo de bolsistas experimentaram dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico e com o aprendizado da língua. Para contribuir para a adaptação dos alunos, a Embaixada elaborou Manual do Estudante Brasileiro na China, publicado nos portais mais consultados, e realizou missões de visita aos bolsistas do programa. A Embaixada também tem mantido estreito contato com o "China Scholarship Council" (CSC), parceiro chinês no programa, de modo a solucionar demandas e urgências específicas.

94. A redução gradativa no número de bolsistas, de 158 do primeiro grupo até os 29 da última leva que chegou em 2015, indica uma diminuição de interesse, possivelmente em razão das dificuldades apresentadas pela cultura e pela língua chinesas. Não há previsão para chegada de novos grupos de bolsistas, embora o CSC continue demonstrando interesse em receber mais alunos do CsF.

95. O governo chinês também oferece bolsas de estudo para brasileiros. Inicialmente, o oferecimento não era inteiramente aproveitado, e algumas vagas ficavam ociosas. Em 2016, apenas 10 bolsas foram oferecidas pelo governo chinês, que reduziu o nível de oferta em comparação com anos anteriores. Atualmente há quatro interessados por cada uma das dez vagas oferecidas. Os estudantes chineses, por sua vez, podem receber bolsas do Governo brasileiro por meio do Programa de Estudantes-Convênio Pós-Graduação (PEC-PG), sem limitação de vagas. O número de interessados, contudo, tem sido muito reduzido.

96. O programa de leitorado na China foi mantido na Universidade Fudan e na Universidade de Estudos Estrangeiros de Cantão. Nova leitora também deverá ser enviada para a Universidade de Pequim. As três universidades são instituições de grande prestígio na China e estão localizadas nos principais centros urbanos deste país. O programa tem gerado resultados palpáveis para a promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira na China.

97. A Embaixada também vem buscando aproximar-se dos principais "think tanks" e universidades da China, sobretudo aquelas localizadas em Pequim, e incentivar programas de intercâmbio e cooperação com suas congêneres brasileiras. O posto tem apoiado a implementação do Memorando de Entendimento firmando entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) do Itamaraty e os Institutos Chineses para as Relações Internacionais Contemporâneas (CICIR), a fim de fomentar a cooperação na área acadêmica. Cabe destacar ainda que a Universidade Renmin, um dos centros mais influentes de pesquisa na área de ciências sociais, está em processo de estabelecimento de Centro Brasil-China para estudar as relações bilaterais e demonstrou grande interesse em manter contato estreito com a Embaixada e com universidades brasileiras.

98. O Governo chinês também tem realizado ações para promover a China nas universidades brasileiras, sobretudo com a ampliação da presença do Instituto Confúcio no Brasil. Até o momento, já foram abertas oito unidades do Instituto no Brasil: UNESP (2008), UnB (2009), PUC-Rio (2011), FAAP (2012), UFRGS (2012), UFMG (2013), UFPE (2013) e UNICAMP (2015). Estão em processo de instalação unidades na

Universidade Estadual do Pará - UEPA e na Universidade Federal do Ceará - UFC.

- Desafios e sugestões

99. O programa CsF na China tem desafios significativamente maiores do que os que enfrenta em outros países, pois a barreira cultural e linguística encontrada neste país é de mais difícil superação. Seria necessário buscar meios de adequar o programa às condições específicas da China.

100. Universidades chinesas de ponta têm demonstrado grande interesse em conduzir pesquisas sobre o Brasil, atrair alunos brasileiros e estabelecer programas de intercâmbio com suas contrapartes brasileiras. Essas universidades, como a Universidade Renmin e a Universidade de Pequim, são os grandes centros de formação intelectual de lideranças chinesas. No entanto, a falta de conhecimento sobre a China por parte do público brasileiro e mesmo de algumas universidades poderia ser um empecilho para aproveitar essas oportunidades.

101. As universidades brasileiras também enfrentam desafios para atrair alunos chineses, mesmo no âmbito dos Programas Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG) do Governo brasileiro, que oferece vagas para alunos chineses. As diferenças linguísticas também prejudicam a vinda de alunos chineses ao Brasil. Para superar esse obstáculo e promover maior conhecimento sobre o Brasil, seria desejável expandir o número de leitorados na China e dar continuidade às discussões para a instalação de um centro cultural brasileiro no âmbito da Embaixada do Brasil em Pequim, com o propósito de divulgar a cultura brasileira e oferecer aulas de português.

XII. COOPERAÇÃO CULTURAL

- Quadro geral e ações realizadas

102. Tendo em vista as restrições orçamentárias vigentes, não foi possível realizar grandes iniciativas de difusão da cultura brasileira na China nos últimos meses. No final de 2015, com recursos provenientes do Departamento Cultural do Itamaraty, o posto promoveu shows da cantora Rhaissa Bittar e banda, no âmbito do programa Novas Vozes da MPB, e a participação do artista Christus Nóbrega no programa de

residência artística da Academia Chinesa de Belas Artes (CAFA). Em 2016, com aportes da iniciativa privada e apoio de promotores culturais locais, a embaixada organizou concerto da cantora lírica Marília Vargas e do pianista André Mehmari. Além disso, em coordenação com as demais embaixadas da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) na China, foram organizados eventos de culinária, música e cinema, ao ensejo das comemorações do dia da língua portuguesa.

- Desafios e sugestões

103. A promoção cultural encontra na China dificuldades que decorrem da distância geográfica, cultural e regulatória (censura), que elevam custos e exigem esforços redobrados. O uso dos limitados recursos talvez possa ser maximizado mediante a concentração de esforços em projetos de impacto, evitando-se a dispersão. Outra estratégia de otimização seria conjugar eventos promovidos pelo Brasil, de forma sucessiva, em mais de uma cidade, como Pequim e Xangai, ou mais de um país, como China, Coreia do Sul e Japão.

104. Um desafio será o estabelecimento de um centro cultural do Brasil em Pequim, previsto no Plano Decenal de Cooperação, firmado em junho de 2012. A iniciativa colocaria a cultura brasileira em novo patamar. Seria importante também tentar consolidar a participação brasileira no festival internacional de cinema de Pequim - a exemplo do ocorrido em abril de 2015 - e expandi-la para festivais de dança contemporânea, teatro, design, moda e feiras do livro. Valeria explorar a promoção comercial de marcas brasileiras com atividades culturais, o que poderia contribuir para atrair a participação da iniciativa privada na repartição dos custos. No que tange à melhor inserção dos produtos audiovisuais brasileiros no mercado chinês, um caminho a ser explorado para o acesso a salas comerciais de cinema seria o de eventuais coproduções que permitiriam a superação das cotas aplicadas à exibição de filmes estrangeiros em território chinês. Para tanto, faz-se necessária a celebração de acordo de coprodução Brasil-China.

XII. ASSUNTOS CONSULARES

- Quadro geral e ações realizadas

105. A comunidade brasileira na China é relativamente pequena. A demanda pelos seus serviços do Setor Consular da

Embaixada e os Consulados-Gerais em Xangai e Cantão concentra-se, portanto, na concessão de vistos e legalização de documentos.

106. Em 2015, foram concedidos 4.097 vistos de turismo, 5.637 vistos de negócios (VITEM II), 873 vistos de trabalho (VITEM V), 124 vistos permanentes e 172 referentes aos demais tipos de visto. Estima-se que a demanda por vistos em 2016 poderá registrar expansão ainda maior, sobretudo em função da realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro. Entre janeiro e maio do ano corrente, foram emitidos 1.801 VITUR, 1.826 VITEM II, 443 VITEM V, 35 vistos permanentes, somando aproximadamente 4.105 vistos. Com relação aos atos notariais processados neste posto, foram legalizados quase seis mil documentos em 2015, contra cinco mil em 2014. Entre janeiro e maio de 2016, já foram efetuadas 1.963 legalizações.

107. Em dezembro de 2015, foram instalados centros de processamento de vistos ("Visa Centers") do Brasil em Pequim, Cantão e Xangai. Os "Visa Centers" contam com amplas e modernas instalações e são de fácil acesso para os usuários. O estabelecimento dos "Visa Centers" representou uma notável melhoria no atendimento ao público e no trabalho de recebimento dos pedidos de visto, conferência de documentos, correção de informações de formulários de pedido de visto, "upload" de fotos e de arquivos, recolhimento de emolumentos e devolução de passaportes. Os "Visa Centers" vêm, portanto, contribuindo para o incremento da produtividade no processo de concessão de vistos.

- Desafios e sugestões

108. A China tornou-se, desde 2012, na principal fonte de gastos em turismo internacional, superando economias de renda alta, como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Rússia. Em 2014, o turismo chinês respondeu por despesas de USD 165 bilhões no exterior - aumento de 27% em relação a 2013 -, e representou 13% do gasto mundial em turismo internacional. Em 2015, um total de 117,4 milhões de turistas chineses viajaram ao exterior.

109. Nesse contexto, vários países que são destinos tradicionais de turismo internacional vêm procurando atrair um número crescente de turistas chineses, inclusive por meio da simplificação dos processos de pedido de visto e

alongamento dos prazos de validade dos vistos concedidos. Caberia avaliar a eventual conveniência de adotar medidas similares que permitam melhor explorar o potencial do turismo chinês no Brasil.

Roberto Jaguaribe, Embaixador



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 72, DE 2016

(nº 395/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Serviço de Autuação de Proposições
e Matérias Legislativas

MSF nº 72 de 2016

Em 13/07/2016

72

Mensagem nº 72, de 2016

Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional
Em 10/7/2016

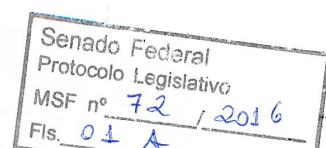
Mensagem nº 395

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Os méritos do Senhor Marcos Caramuru de Paiva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de julho de 2016.



500

00001.002639/2016-95

EM nº 00203/2016 MRE

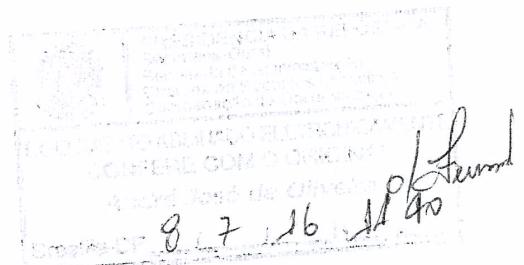
Brasília, 8 de Julho de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARCOS CARAMURU DE PAIVA**, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCOS CARAMURU DE PAIVA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: José Serra

EM N^º **203** /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, **8** de **julho** de 2016.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei n^º 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARCOS CARAMURU DE PAIVA**, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCOS CARAMURU DE PAIVA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


JOSÉ SERRA
 Ministro de Estado das Relações Exteriores



Aviso nº 451 - C. Civil.

Em 12 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

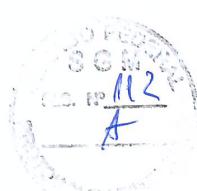
Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Nome legível: Sophia A
Rubrica: Sophia Alves
Verificação: SLSP
Data: 13/07/2016
Hora: 12 : 24



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE, APOSENTADO, MARCOS CARAMURU DE PAIVA
 CPF.: 116.393.691-04
 ID.: 5720 MRE

1954 Filho de Caleno de Paiva e Francisca Caramuru de Paiva, nasce em 10 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ.

Dados Acadêmicos:

1975 CPDC-IRBr
 1975 Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
 1993 CAE- IRBr. A redução de dívida e o Plano Brady

Cargos:

1975 Terceiro-Secretário
 1978 Segundo-Secretário
 1981 Primeiro-Secretário
 1988 Conselheiro
 1992 Ministro de Segunda Classe
 2000 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1975 Divisão de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Assistente
 1975-77 Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica
 1977-80 Divisão das Nações Unidas
 1980-85 Missão junto às Nações Unidas, Segundo e Primeiro-Secretário
 1985-88 Embaixada do Brasil em Caracas
 1998-90 Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, Assistente
 1990-91 Ministério da Fazenda, Assessoria de Comunicação Social, Chefe
 1991-94 Embaixada do Brasil em Washington, Conselheiro
 1994-96 Banco Mundial, Diretor Executivo
 1996-2004 Ministério da Fazenda, Secretário de Assuntos Internacionais
 2004-08 Embaixada em Kuala Lumpur, Embaixador
 2008-11 Consulado-Geral em Xangai, Cônsul-Geral
 2011 Ministro de Primeira Classe Aposentado

PAULA ALVES DE SOUZA
 Diretora do Departamento do Serviço Exterior

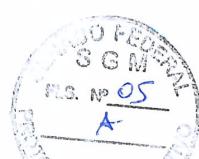


MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CHINA



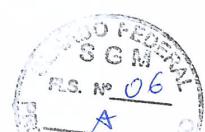
INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2016



DADOS BÁSICOS SOBRE A CHINA	
NOME OFICIAL:	República Popular da China
CAPITAL:	Pequim
ÁREA:	9.561.000 km ²
POPULAÇÃO:	1,37 bilhão
IDIOMA OFICIAL:	Chinês (mandarim)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	ateísmo/agnosticismo (61%); budismo (18%); taoísmo (13%); cristianismo (4%); islamismo (2%); outras religiões (2%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional Popular; Parlamento unicameral, composto por 2.987 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	presidente Xi Jinping (desde 14 de março de 2013)
CHEFE DE GOVERNO:	primeiro-ministro Li Keqiang (desde 14 de março de 2013)
CHANCELER:	Wang Yi (desde 14 de março de 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 10,98 trilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 19,39 trilhões
PIB PER CAPITA (2015)	US\$ 7.989,72
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 14.107,43
VARIAÇÃO DO PIB	6,9% (2015); 7,3% (2014); 7,7% (2013); e 7,7% (2012).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,727 (90 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	75,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,73 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	4,0% (Fonte: National Bureau of Statistics of China)
UNIDADE MONETÁRIA:	renminbi (ou yuan)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Li Jinzhang
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 16 700 brasileiros residentes na China

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CHINA (em US\$ milhões, fonte: MDIC)									
Brasil → China	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	1.541	3.230	6.681	12.189	23.370	36.915	77.105	83.329	66.326
Exportações	676	1.902	4.533	6.834	10.748	21.003	44.314	46.026	35.607
Importações	865	1.328	2.147	5.354	12.621	15.911	32.790	37.303	30.719
Saldo	-188	573	2.385	1.480	-1.872	5.092	11.523	8.722	4.888

Informação elaborada em 16/06/2016, por Pedro Henrique Batista Barbosa. Revisada por Germano Correa e Orlando Leite Ribeiro, em 20/06/2016.



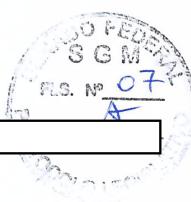
APRESENTAÇÃO

A República Popular da China (RPC), localizado na Ásia do Leste, é o país mais populoso do mundo, com 1,37 bilhões de habitantes. Adota o sistema de governo republicano presidencialista e é governado pelo Partido Comunista da China (PCC) desde 1949. O país é dividido administrativamente em vinte e duas províncias, cinco regiões autônomas (Xinjiang, Mongólia Interior, Tibete, Ningxia e Guangxi), quatro municipalidades ligadas diretamente ao governo central (Pequim, Tianjin, Xangai e Chongqing) e duas Regiões Administrativas Especiais com grande autonomia (Hong Kong e Macau). A capital da China é Pequim.

Com território de 9.596.961km² — o terceiro maior do mundo —, a China tem paisagem geográfica vasta e diversa, desde as estepes e desertos ao norte até florestas subtropicais ao sul. A paisagem humana é igualmente diversa. A população chinesa é composta por 56 etnias. A maior delas, a *han*, representa mais de 90% da população.

A China é um dos berços da civilização, com sua história iniciando na Antiguidade, na bacia do Rio Amarelo, que corre na Planície Setentrional da China. Durante milênios, o sistema político foi baseado em monarquias hereditárias. A República da China, fundada em 1912, encerrou o período dinástico. Em 1949, o Partido Comunista Chinês venceu a guerra civil e a República Popular da China foi proclamada, em outubro, por Mao Zedong.

A China foi a maior economia do mundo por muito tempo durante os últimos dois mil anos de história. Desde a introdução das reformas econômicas, em 1979, a China é uma das economias que crescem mais rápido no mundo. Desde 2014, é a maior economia do mundo pelo critério de produto interno bruto por paridade de poder de compra.



PERFIS BIOGRÁFICOS

XI JINPING 习近平
presidente da República, Secretário-Geral do PCC e
presidente da Comissão Militar Central



Nascido em Fuping, província de Shaanxi, em 1º de julho de 1953. Membro do chamado grupo dos "príncipes", é filho de um ex-vice-primeiro-ministro, Xi Zhongxun (1913-2002), que foi expurgado da elite dirigente à época da Revolução Cultural. Sua esposa, Peng Liyuan, é famosa cantora.

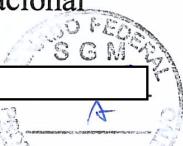
Filiou-se ao Partido Comunista da China em 1974. Graduou-se em engenharia química pela Universidade Tsinghua (1975-79) e obteve doutorado em Direito (1998-2002) pela Escola de Humanidades e Ciências Sociais da mesma universidade, tornando-o um dos poucos da atual liderança chinesa com formação na área de humanas.

De 1969 a 1975, durante a Revolução Cultural, trabalhou no campo, na Brigada Liangjiahe, na província de Shaanxi. Desempenhou diversos cargos na seção local do Partido Comunista Chinês (PCC).

Passou grande parte de sua carreira em Fujian (1985-2002), onde exerceu diversos cargos de chefia, até ser designado secretário-adjunto do Comitê Provincial do PCC e promovido a Governador em 2000. Passou por Zhejiang (2002-2007), onde também chefiou diversas instâncias do poder local.

De 2007 a 2012, foi membro do 17º Comitê Central do PCC e de seu Secretariado e do Comitê Permanente do Birô Político; secretário do Comitê Municipal do PCC em Xangai; e presidente da Escola do Partido do Comitê Central do PCC. Anteriormente, fora membro do 16º Comitê Central e membro alterno do 15º Comitê Central.

Em 2008, tornou-se vice-presidente da República Popular da China (RPC). Durante a V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCC, em 2010, foi nomeado para um dos postos de vice-presidente da Comissão Militar Central, consolidando-o como favorito para suceder Hu Jintao na Secretaria-Geral do PCC e na Presidência da Comissão Militar Central, o que ocorreu por ocasião do XVIII Congresso Nacional



do Partido (08-14/11/2012), e na Presidência da República, o que ocorreu em março de 2013. Manteve-se, pois, na Comissão Permanente do Politburo.

Visitou o Brasil como vice-presidente da RPC, em fevereiro de 2009. Como presidente, realizou Visita de Estado ao Brasil, em julho de 2014, ocasião em que também participou da VI Cúpula do BRICS (Fortaleza e Brasília).



LI KEQIANG 李克强
primeiro-ministro do Conselho de Estado



Nasceu em Dingyuan, província de Anhui, em 1955. Ingressou no PCC em 1976 e se graduou na Faculdade de Direito da Universidade de Pequim em 1982, onde também obteve doutorado em economia.

Foi enviado, em 1974, para a Brigada de Produção de Dongling, na comuna Damiao, em Fengyang, província de Anhui, onde serviu como secretário da filial do PCC até 1978. Em março do mesmo ano, foi admitido na Universidade de Pequim, onde se tornou chefe da Federação Estudantil e graduou-se em direito e economia.

Atuou como secretário, membro do Comitê Permanente e chefe do Departamento Escolar do Comitê Central da Liga da Juventude Comunista. Serviu como Secretário-Geral da Federação de Estudantes de Toda a China. Entre 1993 e 1998, ocupou posições do PCC no 13º Comitê Central da Liga da Juventude Comunista da China. Muitos atribuem sua ascensão política a seus vínculos com Hu Jintao (ex-vice-presidente e presidente da RPC) e à Liga da Juventude Comunista.

Em 1998, foi eleito vice-Secretário do Comitê Provincial de Henan do PCC e, no ano seguinte, tornou-se o mais jovem governador provincial, cargo que exerceu até 2003.

Entre 2003 e 2004, foi presidente do Comitê Permanente do Congresso do Povo da província de Henan. Entre 2004 e 2007, exerceu a função de Secretário do Comitê Provincial do PCC de Liaoning. Foi membro do Comitê Permanente do 8º Congresso Nacional do Povo e do 15º e 16º Comitê Central do PCC.

É membro do Comitê Permanente do Birô Político (Politburo) desde 2007; por ocasião do XVIII Congresso Nacional do Partido (novembro de 2012), manteve-se no Comitê Permanente do Politburo. Foi vice-primeiro-ministro Executivo do Conselho de Estado (2008-2013), vice-presidente do Pequeno Grupo de Liderança de Economia e Finanças do Comitê Central (2008-2013) e Diretor da Comissão Estatal de Segurança Alimentar (2010-2013).

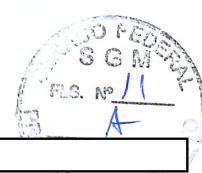


Por ocasião da XII Assembleia Nacional Popular, em março de 2013, foi escolhido primeiro-ministro do Conselho de Estado da RPC, sucedendo Wen Jiabao. Ocupa a segunda posição na hierarquia do Comitê Permanente do PCC.

Visitou o Brasil em maio de 2015, ocasião em que foi recebido pela presidente Dilma Rousseff.

C

C

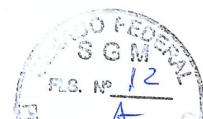


RELAÇÕES BILATERAIS

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China têm evoluído de forma intensa e assumido crescente complexidade. Ainda em 1988, os dois países iniciaram o Programa CBERS (Satélites de Recursos Terrestres Brasil-China), para construção e lançamento de satélites de monitoramento terrestre, projeto pioneiro entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica, e, a partir de 2004, passaram a contar com arcabouço institucional mais robusto, por meio do estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a mais alta instância permanente de cooperação e diálogo entre os dois países. A COSBAN é liderada do lado brasileiro pelo vice-presidente, e da parte chinesa, pelo vice-primeiro-ministro encarregado de temas econômicos, comerciais e financeiros.

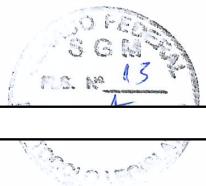
Em 2010, foi assinado o Plano de Ação Conjunta Brasil-China (2010-2014) – PAC, que define objetivos, metas e orientações para a cooperação bilateral em seus diversos campos. Versão atualizada do PAC, cuja vigência se estende até 2021, foi assinada em maio de 2015.

A visita do então primeiro-ministro Wen Jiabao, em junho de 2012, estabeleceu três novos marcos nas relações bilaterais: sua elevação à condição de Parceria Estratégica Global, o estabelecimento do Diálogo Estratégico Global em nível de Chanceleres; e a assinatura do Plano Decenal de Cooperação para o período 2012-2021.



VISITAS E ENCONTROS DE ALTO NÍVEL

Data	Local	Evento
Novembro/2015	Paris, França	Encontro entre a presidente da República, Dilma Rousseff, e o presidente Xi Jinping à margem da COP 21
Julho/2015	Ufá, Rússia	Encontro entre a presidente da República Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da VII Cúpula do BRICS
Junho/2015	Brasília, Brasil	IV Sessão Plenária da COSBAN
Maio/2015	Brasília e Rio de Janeiro, Brasil	Visita oficial do primeiro-ministro Li Keqiang
Abril/2015	Brasília, Brasil	Reunião da Secretaria-Executiva da COSBAN
Janeiro/2015	Pequim, China	Participação do ministro das Relações Exteriores na I Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China
Janeiro/2015	Brasília, Brasil	Encontro entre a presidente da República Dilma Rousseff e o vice-presidente Li Yuanchao
Novembro/2014	Brisbane, Austrália	Encontro entre a presidente da República Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da IX Cúpula do G-20
Julho/2014	Brasília, Brasil	Visita de Estado do presidente Xi Jinping
Abril/2014	Brasília, Brasil	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Wang Yi
Novembro/2013	Pequim, Cantão e Macau, China	Visita do vice-presidente da República
Junho/2012	Rio de Janeiro, Brasil	Visita do então primeiro-ministro Wen Jiabao
Abril/2011	Pequim e Sanya, China	Visita de Estado da presidente da República, Dilma Rousseff.



MECANISMOS BILATERAIS DE ALTO NÍVEL E DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)

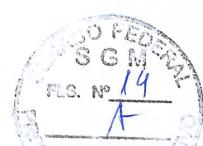
A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) constitui um dos mais abrangentes mecanismos bilaterais de coordenação do Brasil com terceiros países. Foi criada em 2004, por ocasião da visita de Estado do então presidente Lula, em maio de 2004, e é chefiada, do lado brasileiro, pelo vice-presidente da República e, do lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro encarregado de temas econômicos e financeiros, atualmente Wang Yang.

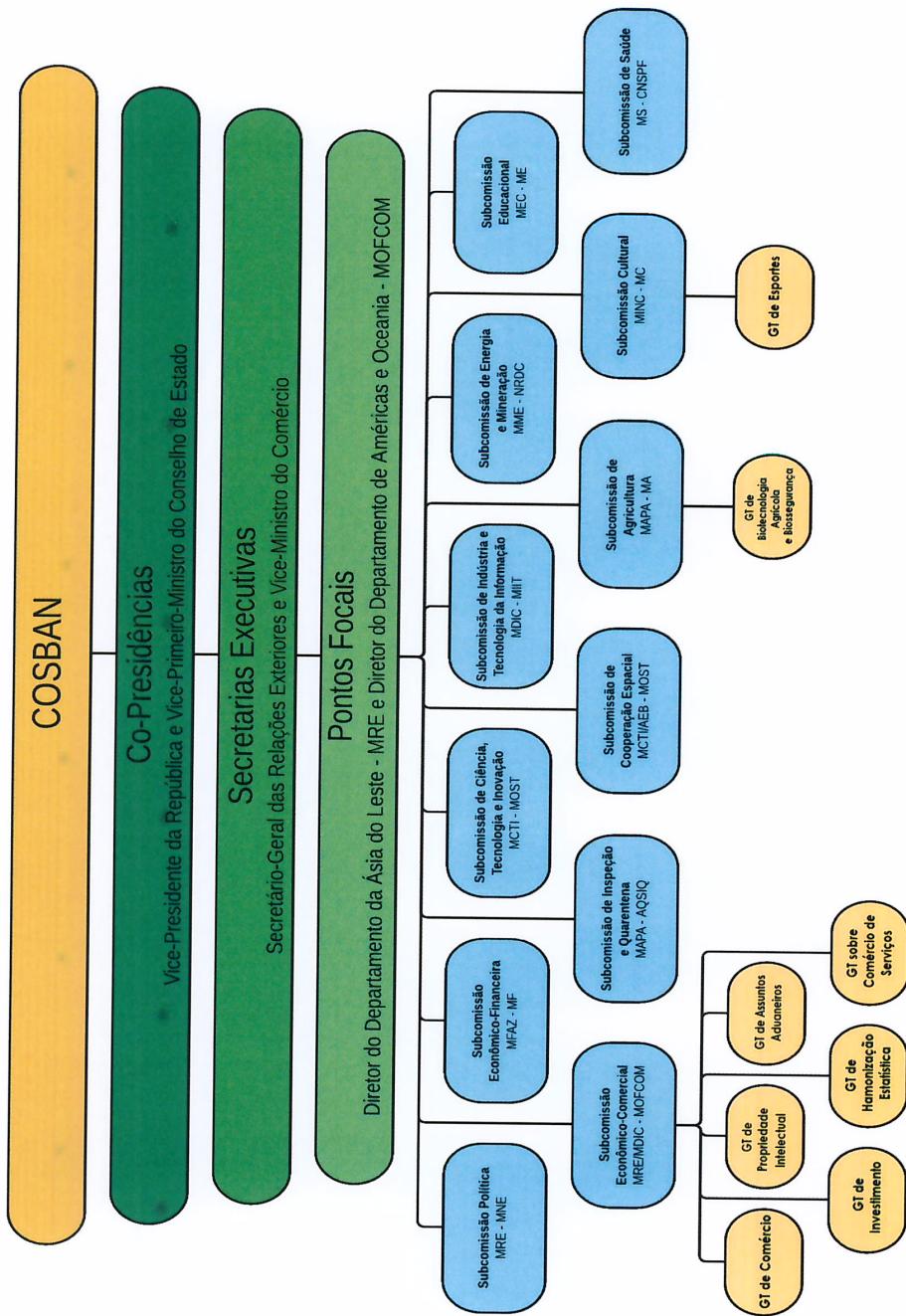
Segundo o documento "Estrutura e Mecanismo de Funcionamento da COSBAN", aprovado na I COSBAN (Pequim, março/2006), e o Plano de Ação Conjunta 2015-2021, as sessões plenárias devem ocorrer a cada dois anos, alternadamente em cada país, ao passo que as subcomissões devem reunir-se anualmente.

A COSBAN reuniu-se quatro vezes: em 2006 (Pequim), 2012 (Brasília), 2013 (Cantão) e 2015 (Brasília).

A IV COSBAN ocorreu em Brasília, em 26 de junho de 2015, durante a visita do vice-primeiro-ministro Wang Yang. Entre os resultados da reunião, destacam-se o anúncio da criação do Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva e da Subcomissão de Saúde. O Fundo, no valor de US\$ 20 bilhões (US\$ 15 bilhões advindos da parte chinesa e US\$ 5 bilhões aportados pelo Brasil), servirá para financiar projetos de infraestrutura no âmbito do Acordo-Quadro para o Desenvolvimento do Investimento e Cooperação em Capacidade Produtiva entre o Ministério do Planejamento (MPOG) e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), assinado durante a visita do primeiro-ministro Li Keqiang (maio/2015).

A V COSBAN deverá ser realizada na China, em 2017.



**Legenda:**

COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China
MOFCOM – Ministério do Comércio da RPC
MF – Ministério das Finanças da RPC
AQSIQ – Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da RPC

ME – Ministério da Educação da RPC

CNSPF – Comissão Nacional de Saúde e Planejamento Familiar da RPC

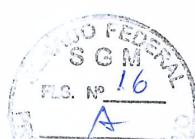
MOST – Ministério da Ciência e Tecnologia da RPC
MIIT – Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da RPC
NRDC – Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da RPC
MA – Ministério da Agricultura da RPC
MC – Ministério da Cultura da RPC



Diálogo Estratégico Global (DEG)

O Diálogo Estratégico Global (DEG) foi estabelecido durante a visita do então primeiro-ministro Wen Jiabao, em junho de 2012, no contexto da elevação do relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica Global. No Comunicado Conjunto, os dois líderes assinalaram que essa decisão atestava o reconhecimento da crescente influência estratégica e global dos dois países, cuja cooperação será cada vez mais abrangente, numa conjuntura internacional marcada por mudanças profundas. Além disso, na ocasião, ficou acordada a periodicidade anual das sessões do DEG, alternadamente em cada país. O artigo 4.3.1 do Plano de Ação Conjunta 2015-2021 confirmou a regra da anualidade das reuniões do DEG. Previamente a cada sessão do DEG, devem ser realizadas reuniões dos diálogos setoriais. Atualmente, o DEG conta com oito diálogos setoriais: desarmamento e não-proliferação; direitos humanos; planejamento diplomático; Ásia; América Latina e Caribe; Estados Unidos; África; e Oriente Médio.

A I Sessão do Diálogo Estratégico Global (DEG) ocorreu em Brasília, em 25 de abril de 2014, durante a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi.





Plano de Ação Conjunta 2015-2021

O Plano de Ação Conjunta 2015-2021 (PAC) foi assinado durante a visita do primeiro-ministro Li Keqiang (maio/2015) e sucede o PAC 2010-2014, que fora lançado na visita do então presidente Hu Jintao (abril/2010) e cuja atualização foi decidida durante a visita do presidente Xi Jinping (julho/2014).

Do mesmo modo que seu antecessor, o PAC 2015-2021 define objetivos, metas e direções para a cooperação bilateral no período de 2015 a 2021, com vistas a ampliar e aprofundar a cooperação bilateral em todas as suas dimensões – bilateral, plurilateral e multilateral –, com propósitos específicos para o Diálogo Estratégico Global (DEG) e para as onze Subcomissões da COSBAN, mecanismo responsável pelo monitoramento da implementação do PAC.

O PAC 2015-2021 distingue-se do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021, pelo fato de ser mais abrangente. O Plano Decenal concentra-se em cinco áreas prioritárias das relações bilaterais, enquanto o PAC define parâmetros para o diálogo



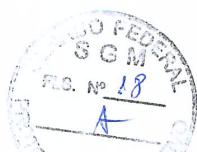
bilateral em todas as áreas de cooperação. Além disso, o PAC 2015-2021 reforça a estrutura da COSBAN e do DEG e determina que a sua implementação é responsabilidade da COSBAN.

A nova vigência do PAC - até 2021 - coincide com o Plano Decenal de Cooperação; desse modo, em 2021, os dois documentos passarão conjuntamente por revisão.

Plano Decenal de Cooperação 2012-2021

O Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 foi assinado durante a visita do então primeiro-ministro Wen Jiabao ao Brasil, em junho de 2012. O Plano Decenal estabelece metas e diretrizes para o relacionamento bilateral em cinco áreas prioritárias:

- ✓ Ciência, tecnologia, inovação e cooperação espacial;
- ✓ Energia, mineração, infraestrutura e transporte;
- ✓ Investimentos e cooperação industrial e financeira;
- ✓ Cooperação econômica e comercial; e
- ✓ Cooperação cultural e intercâmbio entre as duas sociedades.



COOPERAÇÃO BILATERAL

Comércio

Em 2009, a China passou a figurar não apenas como maior mercado comprador das exportações brasileiras, mas também como maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os EUA, pelo critério de corrente de comércio. Em 2012, a China tornou-se também o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil, novamente superando os EUA, o que se manteve nos anos seguintes.

O intercâmbio comercial bilateral em 2015 foi de US\$ 66,3 bilhões (queda de 15 % em relação a 2014, quando o total do comércio chegou a US\$ 77,9 bilhões), com superávit brasileiro de US\$ 4,9 bilhões (aumento de 49 % em relação a 2014, quando o superávit foi de US\$ 3,27 bilhões). As exportações atingiram US\$ 35,6 bilhões. As exportações de soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo, somadas, representaram 75 % do total exportado para o país asiático. Do lado das importações, as compras somaram US\$ 30,7 bilhões. As compras de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, somados, corresponderam a cerca de 49 % do montante das importações.

De janeiro a maio de 2016, a corrente de comércio Brasil-China totalizou US\$ 24,9 bilhões, o que representa queda de 12% em relação ao mesmo período no ano passado. As exportações brasileiras cresceram 14% (US\$ 15,7 bilhões), enquanto as importações oriundas da China tiveram redução de 36% (US\$ 9,2 bilhões). O resultado do comércio bilateral em 2016 é, até o momento, favorável ao Brasil, que registrou saldo de US\$ 6,4 bilhões. Recorda-se que de janeiro a maio de 2015, o país teve déficit na balança comercial com a China. Cabe ressaltar que, nos primeiros cinco meses de 2016, mais da metade das exportações totais do Brasil foram de soja (53,4%), seguidas pelos embarques de minério de ferro (14,7%) e dos óleos brutos de petróleo (8%), evidenciando o padrão concentrado da pauta brasileira.

O intercâmbio com a China saltou de US\$ 2,3 bilhões, em 2000 (quando o país respondia por, apenas, 2,1% do comércio total brasileiro), para o valor já apontado de US\$ 66,3 bilhões em 2015. No período de 2000 a 2015, o superávit acumulado pelo Brasil no comércio com a China foi de US\$ 47,6 bilhões.

A notável trajetória do comércio bilateral com a China está diretamente associada à valorização dos produtos básicos, notadamente, os complexos da soja, minérios e petróleo. A participação desses três produtos no total exportado para o



mercado chinês foi de 61,5%, em 2002; 76,7%, em 2009; 83,6%, em 2010; 85,0%, em 2011; 82,8% em 2012; 81% em 2013; 79,4% em 2014; e 75 % em 2015.

Relações empresariais Brasil-China

O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) é instância que congrega as principais empresas envolvidas na relação bilateral e se dedica à promoção do diálogo entre representantes dos setores público e privado com o intuito de aperfeiçoar o ambiente de comércio e os investimentos entre os dois países. Criado, em 2004, juntamente com a COSBAN, com uma Seção brasileira e outra chinesa, é o principal canal institucional entre a Comissão de Alto Nível e o setor privado dos dois países. Nos últimos anos, o Conselho realizou uma série de mesas redondas com líderes de Governo, empresários e especialistas e reuniões bilaterais com a Seção Chinesa do Conselho. Foi feita a publicação de estudos sobre as relações empresariais Brasil-China, entre os quais pesquisa sobre investimentos chineses no Brasil e uma análise da presença brasileira na China.

Defesa comercial

Estão em vigor direitos *antidumping* provisórios ou definitivos sobre 50 produtos oriundos da China, de um total de 69 produtos de diversas origens que estão sujeitos a medidas de defesa comercial no Brasil.

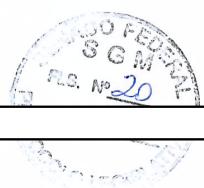
Há, no Brasil, 18 processos de investigações *antidumping* em curso; 10 dessas investigações envolvem a China.

Embora as autoridades chinesas manifestem preocupação com o grande número de medidas aplicadas e investigações brasileiras contra a China, o diálogo técnico bilateral é bastante fluido.

Reconhecimento da China como economia de mercado

O governo brasileiro está ciente da complexidade da questão e da importância de que se realize avaliação cuidadosa do impacto que a implementação do reconhecimento da China como economia de mercado poderia ter sobre a economia brasileira. Consideramos essencial, nesse quadro, o diálogo com a indústria doméstica. A construção da posição brasileira sobre o tema constitui esforço conjunto do Itamaraty com os demais Ministérios integrantes da CAMEX, o setor privado e a sociedade civil.

É necessário buscar equilíbrio entre a dimensão econômica e política da questão. A China é, ao mesmo tempo, o principal parceiro comercial e o país objeto do maior número de medidas de defesa comercial do Brasil. Pela crescente



importância do país asiático na economia global, a adesão da China ao sistema multilateral de comércio, em 2001, deu significativa contribuição à liberalização e transparência no comércio internacional. Não se deve negligenciar, contudo, os desafios que a crescente participação chinesa nos fluxos de comércio tem criado para os demais membros da OMC.

O governo brasileiro está empenhado em encontrar solução que melhor concilie o interesse nacional com os compromissos assumidos na esfera bilateral e multilateral.

Investimentos

Investimentos chineses no Brasil

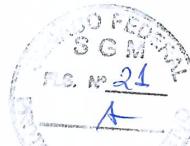
É possível identificar três fases nos investimentos da China no País. Inicialmente, os investimentos tinham por objetivo assegurar o fornecimento dos recursos naturais para atender à demanda provocada pelas altas taxas de crescimento da economia chinesa. Num segundo momento, o foco recaiu sobre o setor industrial para suprimento do mercado doméstico e como plataforma de exportação para a América Latina. Num terceiro momento, o capital chinês dirigiu-se para os setores financeiro e de infraestrutura, nas áreas de telecomunicações, produção e distribuição de energia e projetos ferroviários.

Empresas como BYD, JAC Motors, Sinotruk, Geely, Shineray, Chery, Foton, Great Wall, Shacman, Sany e XCGM anunciaram planos de expandir ou iniciar suas atividades no país, na produção de automóveis de passeio e pesados.

No setor de tecnologia da informação, a Lenovo consolida-se como líder nacional no mercado de computadores e mantém fábricas em diversos estados. A Baidu iniciou suas operações no país em 2014, mesmo ano em que adquiriu o site de vendas *online* de cupons de desconto (vendas em grupo) Peixe Urbano.

Investimentos brasileiros na China

Entre os setores objeto de investimentos brasileiros na China, destacam-se o aeronáutico (Embraer), mineração (Vale), alimentos (BRF e Marfrig) motores (Weg) e autopeças (Maxion, Marcopolo e Fras-le). Ademais, os grupos Gerdau (siderurgia) e Suzano (papel e celulose), bem como o Banco do Brasil, o Banco Itaú-BBA, o BTG Pactual, a Tramontina (utilidades domésticas), a Soprano (metalurgia hidráulica), a Oxiteno (solventes), o Grupo Riachuelo (vestuário) e a empresa Caloi (bicicletas) contam com escritórios comerciais naquele país.



A Embraer chegou à China em 2000, quando inaugurou escritório de representação em Pequim. Em 2002, foi criada, na cidade de Harbin (província de Heilongjiang), a Harbin Embraer Aircraft Industry Company, Ltd., *joint venture* estabelecida entre a Embraer e as empresas chinesas Harbin Aircraft Industry Group Co e Hafei Aviation Industry Co, destinada à montagem final dos jatos regionais da família ERJ-145 para o mercado chinês. Em junho de 2010, devido à crescente base de clientes, a Embraer estabeleceu a primeira subsidiária integral na China, a Embraer (China) Aircraft Technical Services Co., Ltd., focada em suporte pós-vendas. Durante a visita do então primeiro-ministro da China, Wen Jiabao, ao Brasil para a Conferência Rio+20, a Embraer S.A. e a Aviation Industry Corporation of China (AVIC) assinaram acordo para a fabricação, na China, dos jatos executivos Legacy 600/650, usando infraestrutura, recursos financeiros e mão-de-obra da *joint venture* iniciada em 2002.

Por ocasião da visita de Estado do presidente Xi Jinping ao Brasil, em julho de 2014, a Embraer assinou contrato de venda de 60 aeronaves da família EMB-190, com o anúncio de aprovação governamental pela parte chinesa.

A montagem de jatos executivos Legacy 650 pela *joint venture*, embora industrialmente bem sucedida, foi encerrada em junho de 2016, devido à estrutura de tributação vigente, dado que o tratamento fiscal concedido originalmente à linha do Embraer ERJ-145 não foi estendido à produção dos jatos executivos Legacy 650.

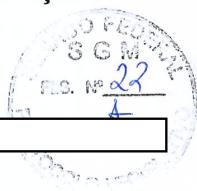
No que se refere ao setor de alimentos processados, há perspectivas animadoras de expansão da presença de empresas brasileiras como a BRF e a Marfrig.

Em 2012, a Votorantim Cimentos deu início a novos negócios na China. A Votorantim assumiu o controle dos ativos da cimenteira portuguesa Cimpor, que conta com cinco fábricas na China, com capacidade anual de produção de 6 milhões de toneladas de cimento.

Por sua vez, a Marcopolo está dando sequência às tratativas para a instalação de fábrica na Zona de Processamento de Exportações de Changzhou, com capital 100% brasileiro, voltada exclusivamente para terceiros mercados.

Agronegócio

As exportações brasileiras para a China são dominadas, em grande medida, por produtos de base, sobretudo agrícolas. Só o complexo soja respondeu, em 2015, por 44,3% das exportações brasileiras, que, em valores, representam US\$ 15,8 bilhões (FOB). Nesse mesmo período, exportamos US\$ 754,5 milhões em açúcar



(2,12%); US\$ 607,6 em carne de aves (1,71%); e US\$ 476,4 em carne bovina (1,34%).

A demanda chinesa por produtos do agronegócio é questão de interesse estratégico nacional, que subsidia e orienta decisões políticas, econômicas e de investimentos no exterior, inclusive em infraestrutura. Há amplo espaço de convergência entre nossos interesses e os chineses, mas há também necessidade de trabalhar em áreas de menor coincidência, como, por exemplo, o esquema de escalada tarifária que incide em produtos de maior valor agregado. Essa política não se limita à soja, onde o conflito de interesses é mais evidente, mas abrange também o café e diversos outros setores.

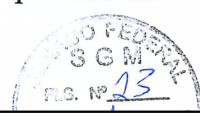
De modo geral, é lícito dizer que é grande o potencial para o incremento das exportações do agronegócio brasileiro ao mercado chinês, que deverá continuar a caracterizar-se por um aumento da demanda interna, em linha com as perspectivas de ampliação do mercado consumidor doméstico e de crescente diversificação e sofisticação das preferências dos consumidores. Nesse sentido, será importante consolidar a imagem do Brasil de produtor de qualidade e confiabilidade, fatores fundamentais para atender a preocupação chinesa com segurança alimentar, tema altamente sensível àquele país.

Cooperação financeira

A abertura recíproca de agências bancárias é favorecida pelo Memorando de Entendimento entre o Banco Central do Brasil e a “China Banking Regulatory Commission” (CBRC), assinado em junho de 2012, com o objetivo de: i) aprimorar o intercâmbio de informações relacionadas à fiscalização de instituições financeiras; e ii) aumentar a cooperação entre os dois órgãos em matéria de supervisão bancária.

O instrumento fortalece a supervisão global consolidada de dependências e de subsidiárias de bancos com atuação nos dois países, o que estimula a ampliação da presença recíproca de instituições bancárias.

Até o momento, quatro bancos chineses ingressaram no Brasil. O Banco da China Brasil, subsidiária do “Bank of China”, em 2009, e o "Industrial and Commercial Bank of China" – ICBC, em 2012, obtiveram autorização para funcionamento como bancos múltiplos. Em novembro de 2013, foi anunciada a compra do brasileiro BicBanco pelo Banco de Construção da China. Além das instituições operando como banco múltiplo, em fevereiro de 2013, o Banco de Desenvolvimento da China inaugurou escritório no Rio de Janeiro, para atuação no financiamento a projetos. Em 2015, o banco Haitong — o segundo banco privado de



investimentos da China — adquiriu o banco Espírito Santo e passou a operar no Brasil. Encontra-se sob análise do Banco Central do Brasil o controle acionário do Banco BBM pelo Banco de Comunicações da China. O Banco de Agricultura da China também tem demonstrado interesse de operar no País.

Por sua vez, em maio de 2014, o Banco do Brasil inaugurou, em Xangai, a primeira agência de um banco latino-americano no país. Já o Banco Itaú BBA mantém um escritório de representação na China, desde 2005.

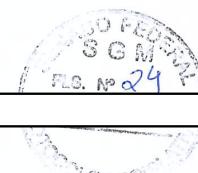
Durante a visita do primeiro-ministro Li Keqiang (maio/2015), foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC). Sua finalidade é estabelecer critérios para a implementação conjunta de projetos que ofereçam suporte – por meio de crédito, arranjos de financiamento e fundos de investimento – para promoção dos investimentos e a criação de oportunidades de negócios entre o Brasil e a China.

Por ocasião de encontro entre a presidente da Repúblia e o primeiro-ministro Wen Jiabao (Rio de Janeiro, 21/6/2012), foi anunciado o estabelecimento de mecanismo de swap cambial entre o Brasil e a China, no valor máximo de R\$60 bilhões/CNY 190 bilhões. O acordo de swap, que vigorou por três anos, foi assinado em março de 2013, às margens da Cúpula do BRICS. Durante sua vigência, o acordo nunca foi acionado.

O acordo visa dar continuidade ao comércio bilateral em cenário de crise; em caso de escassez de crédito no mercado internacional, o acordo permitirá que Brasil e China sigam oferecendo linhas de financiamento a empresas em suas respectivas moedas para sustentar o comércio bilateral. O acordo de swap cambial com o Brasil e outros países constitui um dos instrumentos de apoio à internacionalização do renminbi (RMB).

Cooperação parlamentar

No lado brasileiro, coexistem dois grupos parlamentares de amizade Brasil-China. A seção na Câmara dos Deputados foi criada em 1993; a seção no Senado, em 2004. O atual presidente da seção brasileira do Grupo Parlamentar no Senado, que conta com 43 membros, é o senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). Na seção da Câmara, o presidente é o deputado federal Herculano Passos (PSD/SP). Além desses mecanismos, a diplomacia parlamentar é também desenvolvida por vertentes temáticas. Parlamentares ou representantes de comissões específicas têm procurado a China como fonte de informações e de modelos de políticas públicas, em áreas como mudança do clima, agricultura, investimentos em infraestrutura, entre outras. A ida de



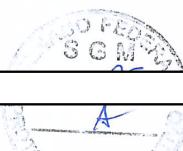
delegação da Comissão do Esporte (CESPO) da Câmara dos Deputados a Pequim, em outubro de 2015, para avaliar o legado dos Jogos Olímpicos de 2008, constitui exemplo desse intercâmbio de experiências.

Como em outras áreas das relações bilaterais, há progressiva institucionalização das relações entre os parlamentos do Brasil e da China. Em 2006, o então presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), assinou protocolo para a criação de Mecanismo de Cooperação Parlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembleia Popular da China. O Plano de Ação Conjunta 2010-2014 estabeleceu o Mecanismo de Intercâmbio Parlamentar Brasil-China. A primeira reunião bilateral do referido Mecanismo teve lugar em Pequim, em junho de 2012, durante visita oficial do então presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT/RS), à China.

O Poder Legislativo federal tem apresentado crescente interesse nos desenvolvimentos e desafios das relações sino-brasileiras. Em abril de 2014, no contexto das comemorações do 40º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, delegação liderada pelo então presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), realizou visita oficial à China. A missão foi recebida pelo presidente Xi Jinping, pelo presidente da Assembleia Nacional Popular, Zhang Dejiang, e pelo secretário do Partido Comunista em Pequim e membro do Politburo do Partido Comunista Chinês (PCC), Guo Jinlong. Na ocasião, foi realizada a segunda reunião do Mecanismo de Intercâmbio Parlamentar Brasil-China. Além dos encontros com autoridades, a delegação brasileira visitou projetos de mobilidade urbana e trocou informações a respeito da organização dos Jogos Olímpicos de Pequim. Em maio de 2014, delegação do senado, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, visitou a China, quando também foram debatidos projetos ferroviários e de mobilidade urbana.

Em sua visita de estado ao Brasil, em julho de 2014, o presidente Xi Jinping realizou discurso em sessão conjunta da Câmara e do Senado Federal. O primeiro-ministro Li Keqiang, durante sua visita ao Brasil, em maio de 2015, manteve encontros com os presidentes do Senado e da Câmara.

Em 10 de março de 2016, por meio de Requerimentos da senadora Gleisi Hoffman (PT/PR) e do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado convocou Audiência Pública para avaliar os impactos de desdobramentos recentes da economia chinesa sobre os países emergentes e para debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China. Foram convidados o então subsecretário de Assuntos Políticos II do Itamaraty,



embaixador José Alfredo Graça Lima, o presidente emérito do Centro Empresarial Brasil-China (CEBC), embaixador Sérgio Amaral, a sócia-diretora da Vallya Negócios, Larissa Wachholtz, e o presidente da AGN Participações, Roger Agnelli. A Audiência contou com expressiva participação de senadores e da sociedade civil e possibilitou debate dos desafios e oportunidades nas relações bilaterais.

Ciência, tecnologia & inovação

A cooperação em ciência, tecnologia e inovação é vertente fundamental da cooperação entre Brasil e China. Recentemente, as áreas de maior dinamismo são a cooperação em parques tecnológicos, biotecnologia, ciências agrárias, nanotecnologia, neurociências, energias renováveis, mudança do clima e bambu.

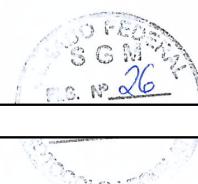
A cooperação em parques tecnológicos é área de crescente atividade nas relações bilaterais. Em 2015, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Parques Tecnológicos. Como resultado do Memorando, está prevista a participação de pesquisadores brasileiros em programas de estudos de pós-doutorado, por um ano, na área de gestão de parques tecnológicos, naquele país.

Institutos bilaterais de pesquisa especializada garantem a continuidade da cooperação bilateral, como o Centro Brasil-China de Biotecnologia; o Labex-China, coordenado pela Embrapa; o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia; e o Centro China - Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia.

Celebrado em 2012, o Plano Decenal Brasil-China estabelece como prioritária a cooperação em inovação e atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em nanotecnologia, biotecnologia, energias limpas e renováveis, indústrias criativas e tecnologias da informação e das comunicações (TICs). O Plano Decenal foi posteriormente reforçado pelo Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021, assinado em 19 de maio de 2015. O Plano de Ação traz extensa seção sobre CT&I com o objetivo de demarcar as ações de cooperação bilateral nesse campo e de redirecionar a política bilateral de cooperação em CT&I para investimentos na produção.

Cooperação espacial

O Programa CBERS ("China-Brazil Earth Resources Satellite"), estabelecido em 1988, já produziu cinco satélites: CBERS 1 (1999), CBERS 2A (2003), CBERS 2B (2007), CBERS 3 (2013) e CBERS 4 (2014). Com a falha de lançamento do CBERS 3, em dezembro de 2013, os dois países aceleraram a



montagem do CBERS 4, que foi lançado em 7 de dezembro de 2014 e se encontra plenamente operacional, gerando imagens utilizadas no monitoramento agrícola, florestal e ambiental. O CBERS 3 e o CBERS 4 foram os primeiros satélites do projeto que contaram com 50% de componentes brasileiros.

Durante a visita do primeiro-ministro Li Keqiang (maio de 2015), foi assinado protocolo complementar que prevê a construção do CBERS-4A. O texto está em processo de internalização no ordenamento jurídico brasileiro.

Com a assinatura do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial, também na III COSBAN, os dois países reafirmaram seu compromisso com a continuidade e o aprofundamento dessa cooperação. O Plano Decenal representa iniciativa inédita entre países em desenvolvimento e cria condições para que o setor espacial brasileiro atinja novo patamar tecnológico por meio de atividades de desenvolvimento conjunto e de transferência de tecnologia.

Como resultado do Acordo de Cooperação para pesquisas em clima espacial entre o INPE e o Centro Nacional de Ciências Espaciais (NSCC), de agosto de 2014, foi estabelecido o Laboratório Sino-Brasileiro de Clima Espacial, localizado em São José dos Campos, tema no qual o Brasil é referência internacional.

Energia e mineração

A China é o primeiro consumidor e produtor mundial de energia, o maior importador líquido de petróleo e o maior produtor, consumidor e importador mundial de carvão. Na área de energias renováveis, os números chineses são igualmente significativos. O país ocupa a primeira posição mundial em capacidade instalada em energia hidrelétrica, a segunda posição em energia eólica e caminha para superar a Alemanha em matéria de energia solar até 2020. Entretanto, chama a atenção o fato de o suprimento energético chinês ser dependente, em cerca de 90%, de combustíveis fósseis, sobretudo carvão. Em 2013, 66% da energia consumida na China foi proveniente do carvão, 18,4% do petróleo, 5,8% do gás natural, 1% nuclear (1%) e 9,8% de fontes renováveis: hidroeletricidade (7,2%), eólica (1,51%), solar (0,08%) e biomassa (0,02%).

Sobressai, no relacionamento bilateral, a crescente participação chinesa em investimentos no setor de energia do Brasil. Em outubro de 2013, consórcio formado pelas empresas chinesas CNPC (PetroChina) e CNOOC, em parceria com Petrobras, Shell e Total, foi o vencedor do primeiro leilão do pré-sal sob o regime de partilha de produção. As empresas chinesas terão, cada uma, participação de 10% no consórcio, cujo bônus de assinatura é de R\$15 bilhões.



Em 1º de abril de 2015, a Petrobras e o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) assinaram contrato de financiamento no valor US\$ 3,5 bilhões para a companhia brasileira. Em maio do mesmo ano, foram também firmados: a) Acordo-quadro de cooperação entre o Banco de Desenvolvimento da China e a Petrobras sobre financiamento de US\$ 5 bilhões; e b) Acordo-quadro entre o EXIM chinês e a Petrobras, no valor de US\$ 2 bilhões.

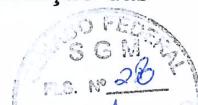
A Sinopec, a segunda maior companhia petrolífera da China adquiriu, em 2010, 40% da Repsol no Brasil, pelo valor de US\$ 7,1 bilhões. Mais recentemente, a empresa comprou 30% da Petrogal Brasil por US\$ 3,5 bilhões, ingressando na exploração do pré-sal, onde já produz petróleo no Campo de Lula. A companhia também atuou na construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), com financiamento do Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank) – CDB, que financiou, ainda, a construção da termelétrica de Candiota. A Sinopec adquiriu, ainda, participação em projeto para, em parceria com a Petrobras, explorar petróleo em campos na Foz do Amazonas, na bacia do Pará-Maranhão.

A Sinochem, estatal que outrora deteve monopólio do comércio de petróleo, comprou da Statoil, em 2010, 40% do Campo de Peregrino (Bacia de Campos), ao preço de USD 3,07 bilhões, e da francesa Perenco, em 2012, 10% de participação em cinco campos na bacia do Espírito Santo, três dos quais já devolvidos à ANP e dois ainda em fase de exploração.

O volume de investimentos chineses destaca-se, igualmente, nos setores de geração e de transmissão de energia no Brasil. Em leilão de 29 usinas, em novembro de 2015, as UHEs Jupiá e Ilha solteira foram arrematadas pela "China Three Gorges Corporation" (CTG). A empresa pagou ao Governo bônus de outorga no valor de R\$ 13,8 bilhões pela concessão de 30 anos das usinas, o que correspondeu a 81% da arrecadação total do leilão.

Após vencer, em consórcio com a Copel, licitação da ANEEL em março de 2012, a State Grid deverá investir na construção de linhas de transmissão para escoar a produção da hidrelétrica de Teles Pires (Mato Grosso) e tornar-se a quarta empresa no mercado brasileiro de transmissão elétrica, com 6133 km de linhas. A empresa domina tecnologias de ultra-alta tensão e, em consórcio com a Eletrobrás, venceu o leilão para o primeiro e o segundo trechos da linha de transmissão de Belo Monte, em investimento de US\$ 13 bilhões.

No contexto da visita do primeiro-ministro Li Keqiang ao Brasil, em maio de 2015, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Promoção de Comércio e Investimentos entre a Agência Brasileira de Promoção das



Exportações e Investimentos (APEX) e a gigante chinesa BYD Energy, a fim de formalizar o investimento de R\$ 150 milhões para instalação de fábrica de painéis solares fotovoltaicos no Brasil.

A Subcomissão de Energia e Mineração da COSBAN, co-presidida pelo Ministério de Minas e Energia do Brasil e pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) da China, é atualmente o principal mecanismo de coordenação bilateral em matéria de energia. Desde a última reunião da Subcomissão, em 2013, houve registro de avanços em vários temas tratados no âmbito da Subcomissão, entre eles, a assinatura, em 2014, de Acordo de Cooperação entre a Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais do Brasil (CPRM) e o Serviço Geológico da China; além da assinatura, em maio de 2015, de Acordo de cooperação em matéria nuclear, entre a "China National Nuclear Corporation" (CNNC) e a Eletrobrás/Eletronuclear.

Cultura

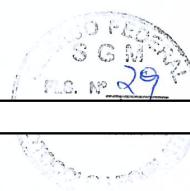
Há diversas iniciativas bilaterais no âmbito cultural. Com o objetivo de ampliar a difusão internacional do teatro brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores lançou o Projeto Nova Dramaturgia Brasileira, em parceria com o Ministério da Cultura e a Associação Cena Brasil Internacional. A estratégia do projeto é publicar, em diversos idiomas, coletânea de obras de dramaturgos brasileiros contemporâneos e realizar, em paralelo, de leituras dramáticas das obras. A edição em mandarim da coletânea foi lançada em 2015.

Para difundir a língua portuguesa na China, o governo brasileiro mantém programa de Leitorado (professores universitários de língua portuguesa e cultura brasileira) em universidades chinesas. Ao mesmo tempo, é estimulada a participação de artistas nacionais em programas de residência artística e de profissionais brasileiros em eventos tais como o Festival de Cinema de Xangai (em parceria com a Ancine).

Em junho de 2012, Brasil e China assinaram memorando de entendimento prevendo a eventual instalação recíproca de centros culturais.

Educação

Com a adoção do Plano de Ação Conjunta Brasil-China (PAC) 2010-2014, em abril de 2010, e do Plano Decenal de Cooperação, em junho de 2012, foram definidas metas concretas e orientações para a cooperação educacional bilateral. Entre os pontos que merecem destaque está o oferecimento, pelo lado chinês, de 22



bolsas de estudo governamentais por ano para estudantes brasileiros durante a vigência do plano e a confirmação pelo lado brasileiro de que forneceria bolsas de estudo para estudantes chineses em reciprocidade.

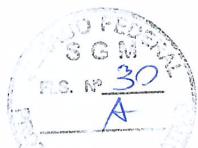
Mais recentemente, a cooperação educacional tem ganhado vulto com iniciativas de universidades de ambos os países, em busca de estreitar laços com instituições de ensino estrangeiras, e com a abertura de Institutos Confúcio no Brasil. Até o momento, já foram abertas dez unidades do Instituto Confúcio no Brasil: Universidade Estadual Paulista (UNESP, 2008); Universidade de Brasília (UnB, 2009); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 2011); Fundação Armando Alvares Penteado de São Paulo (FAAP, 2012); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2012); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2013); Universidade de Pernambuco (UPE, 2013); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2015); Universidade Estadual do Pará (UEPA, 2015) e Universidade Federal do Ceará (UFC, 2015).

Em 2014, durante a visita do presidente Xi Jinping, assinou-se o Memorando de Entendimento Relativo à Aprendizagem de Mandarim no Brasil. O programa "Idioma sem Fronteiras" (IsF), voltado à capacitação dos estudantes brasileiros em idiomas estrangeiros, incluiu, desde seu lançamento, o mandarim como um dos idiomas contemplados.

Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)

Por ocasião da visita do então primeiro-ministro Wen Jiabao ao Brasil, em junho de 2012, firmou-se o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Educação chinês para a implementação do Programa Ciência sem Fronteiras na China. Com base no memorando, foram concedidas 296 bolsas do CsF para brasileiros estudarem em universidades da China. Ao contrário do que ocorreu em outros países, onde os estudantes fizeram cursos em inglês, os bolsistas selecionados para a China fizeram seus estudos em mandarim.

Durante a visita do presidente Xi Jinping, foi assinado memorando de entendimento com vistas à oferta de estágios a estudantes do CsF na China. Diversas empresas demonstraram interesse em oferecer vagas aos estudantes brasileiros do CsF.



Esportes

A cooperação em esportes é tratada no âmbito da COSBAN, mais especificamente por meio do Grupo de Trabalho de Esportes da Subcomissão Cultural, que foi criado em maio de 2012. A parte brasileira convidou a China a colaborar na construção de grandes eventos esportivos no Brasil. O Governo chinês demonstrou interesse em cooperar com o Brasil para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O Brasil tem colaborado para a qualificação e a popularização do futebol na China e tem buscado aproveitar a experiência chinesa em esportes de alto rendimento, recebendo técnicos e especialistas.

Durante a visita ao Brasil do primeiro-ministro da China, Li Keqiang, em maio de 2015, foi firmado o "Memorando de Entendimento para Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte e o Ministério do Comércio da China".

Pequim será a sede dos Jogos Olímpicos de Inverno, em 2022.

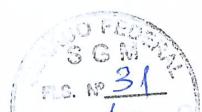
Saúde e temas sociais

Na área de saúde, a partir de entendimentos alcançados por ocasião da visita a Pequim do então ministro da Saúde José Gomes Temporão, em 2009, Brasil e China assinaram o Plano de Ação Conjunta de Saúde, em 2011, que estabeleceu o controle de doenças infecciosas como uma das áreas prioritárias da cooperação bilateral em saúde. Em maio de 2015, durante a visita do primeiro-ministro Li Keqiang, foi criada a Subcomissão de Saúde da COSBAN.

O vice-ministro da Comissão Nacional de Saúde e Planejamento Familiar da China, Sr. Sun Zhigang, realizou visita ao Brasil, em novembro/dezembro de 2014, para conhecer a experiência brasileira na provisão de serviços de saúde.

A parte chinesa tem participado do Seminário Internacional "Políticas Sociais para o Desenvolvimento", que vem sendo organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário desde 2012, com o objetivo de proporcionar uma visão ampla das estratégias e políticas de desenvolvimento social brasileiras a representantes de governos estrangeiros. A China participou da IV, IX e XI edições do Seminário, realizadas, respectivamente, em agosto de 2012; abril de 2014; e maio de 2016. Durante o IX Seminário, os dois lados repassaram a cooperação bilateral e estudaram as possibilidades de futuros projetos e de renovação de Memorando de Entendimento, que expirou em 2014 e ainda não foi renovado.

Em 2011, durante a visita da presidente Dilma Rousseff à China, foi criado o "Grupo de Trabalho sobre Temas Sociais e Combate à Pobreza", sob a coordenação



do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, pelo lado brasileiro, e do Gabinete de Políticas de Combate à Pobreza do Conselho de Estado, pelo lado chinês.

Direitos Humanos

Brasil e China entendem que os direitos humanos são indivisíveis e atribuem igual importância à realização dos direitos civis e políticos e dos direitos econômicos, sociais e culturais, bem como do direito ao desenvolvimento. Advogam diálogo construtivo e intercâmbios com base no respeito mútuo e na igualdade. Opõem-se ao uso do tema como ferramenta política contra determinados países, de forma seletiva.

Brasil e China têm dialogado, tanto no plano bilateral quanto em organismos multilaterais, acerca de diversos temas relativos aos direitos humanos, sobretudo em relação à promoção e à proteção de direitos econômicos, sociais e culturais.

A I Reunião do Diálogo Brasil-China sobre Direitos Humanos realizou-se em Brasília, em janeiro de 2015. O encontro propiciou melhor conhecimento sobre as áreas nas quais há potencial para cooperação.

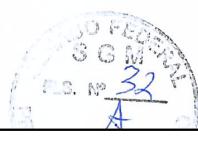
A II Reunião deverá ocorrer em Pequim, em data a ser acordada.

Defesa

As principais deliberações na área de defesa entre os dois países ocorrem no âmbito do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-China, instituído em 2004.

O então ministro da Defesa Jaques Wagner participou, representando a Presidência da República, das comemorações alusivas ao 70º Aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial na Ásia, ocorridas no período de 2 a 4 de setembro de 2015, em Pequim.

Na visita ao Brasil do primeiro-ministro Li Keqiang (maio/2015), foi assinada a "Declaração Conjunta entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e a Administração Estatal de Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa (SASTIND) da República Popular da China relativa à área de sensoriamento remoto, telecomunicações e tecnologia da informação". Por sua vez, na visita do presidente Xi Jinping (julho/2014), o Ministério da Defesa e a SASTIND assinaram o "Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre Brasil e China, na Área de Sensoriamento Remoto, Telecomunicações e Tecnologia da Informação".



Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para o tomador soberano da China.

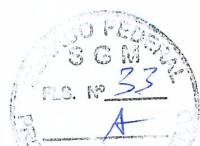
Assuntos consulares

A rede consular do Brasil em China corresponde aos Consulados-Gerais em Cantão, Hong Kong, Xangai e à Embaixada do Brasil em Pequim.

Não há Cônsules Honorários do Brasil na China.

Não foram realizados Consulados Itinerantes pelos Postos brasileiros localizados na China ao longo de 2015.

Há uma comunidade brasileira estimada em 16.160 nacionais na República Popular da China. Segundo dados de 2015, estima-se haver 6.500 brasileiros residindo na jurisdição do Consulado-Geral em Cantão, 760 na jurisdição do Consulado-Geral em Hong Kong, 8.000 na jurisdição do Consulado-Geral em Xangai e 900 na jurisdição da Embaixada do Brasil em Pequim.



AGENDA MULTILATERAL

BRICS

Atuação da China e coordenação Brasil-China no BRICS

Nota-se gradual evolução do pensamento chinês sobre o BRICS no sentido de que deixe de ser tão-somente um elemento de "soft balancing" na discussão da governança global – reforçada pela frustração da reforma das quotas no FMI –, para constituir elemento estratégico de sua inserção na economia mundial.

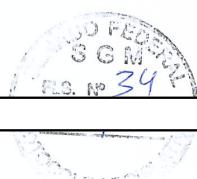
A China tem um peso econômico diferenciado no âmbito do BRICS. Seu PIB, com efeito, é maior do que a soma do produto dos outros quatro parceiros. Assimetria semelhante é observada no comércio intra-BRICS: a China é o maior ou segundo maior parceiro comercial, em volume total de comércio, de todos os demais membros do BRICS, os quais não figuram na lista dos cinco principais parceiros comerciais chineses. Há indicações de que cresce a importância do BRICS como instrumento para a promoção e a proteção dos interesses estratégicos globais da China.

O Brasil se coordena com a China sobre temas da agenda internacional no formato plurilateral do BRICS. Há duas reuniões anuais dos BRICS em nível de chefe de Estado: a cúpula do agrupamento e reunião informal de líderes à margem do G20. Os chanceleres dos BRICS reúnem-se, anualmente, em Nova York, à margem da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Resultados da VII Cúpula (Ufá, 8-9/7/2015)

Os resultados obtidos na Cúpula de Ufá, na Rússia, mostram um BRICS capaz de construir consensos em uma gama variada de assuntos, sem mudar o eixo prioritário de atuação do mecanismo na área econômico-financeira. Os consensos alcançados na VII Cúpula apontam um equilíbrio entre três vertentes de concentração de atividades:

- institucionalização: ratificação dos acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR);
- ampliação do diálogo político intra-BRICS: coordenação sobre crises regionais e ameaças emergentes (terrorismo, drogas, segurança cibernética e riscos associados à migração);



- intensificação da cooperação econômica intra-BRICS: lançamento da "Estratégia para uma Parceria Econômica", roteiro para a diversificação e o aprofundamento das trocas comerciais e de investimento.

Além da assinatura dos acordos sobre a formação do NBD e do ACR, aprovou-se plano de ação para 2015, acordo de cooperação em cultura, memorando de entendimento sobre a criação de 'website' conjunto do BRICS e memorando de entendimento entre os bancos de desenvolvimento do BRICS sobre cooperação com o Novo Banco de Desenvolvimento. Em abril de 2016, o NBD aprovou seus primeiros projetos, todos na área de energia renovável. O Brasil receberá empréstimo de US\$ 300 milhões (via BNDES) para projetos em energia eólica.

A VIII Cúpula do BRICS será realizada em Goa, em 15 e 16 de outubro de 2016, sob o lema "Building responsive, inclusive & collective solutions". Além da Cúpula de Goa, será realizada reunião de chanceleres do BRICS em Nova York, à margem da AGNU, e reunião informal de líderes do BRICS à margem da Cúpula do G20, em Hangzhou.

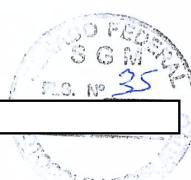
G-20

A China assumiu a presidência do G20 ao final de 2015 e propôs o tema "Towards an Innovative, Invigorated, Interconnected and Inclusive World Economy" como eixo central de trabalho de sua presidência *pro tempore*, que culmina com a realização da Cúpula de Hangzhou (4 e 5/09/2016).

Entre os princípios sugeridos pela presidência chinesa para os trabalhos até a próxima reunião de líderes, a parte brasileira reforça dois deles: 1) foco em resultados, o que garante que a cooperação no grupamento continuará a ter impactos concretos e positivos; e 2) construção de consensos, fundamental para preservar o G20 como um fórum onde todos os membros estão engajados no trabalho coletivo.

Como resultado do direcionamento dado pelo tema trazido pela China, o G20 tem realizado novo trabalho em economia digital, inovação e nova revolução industrial, visando a imprimir em seu trabalho nova perspectiva para o aumento de produtividade, com reflexos no crescimento global de médio e longo prazo. O Brasil vê com bons olhos a inclusão desse debate no Grupo.

Na temática sobre novas alternativas de crescimento global, a prioridade brasileira é explorar abordagens inovadoras para financiamentos de longo prazo no setor de infraestrutura. Nos debates sobre uma possível arquitetura internacional para investimentos, busca-se garantir a inovação nos modelos de acordo, sem que sejam estabelecidos princípios gerais prematuramente. Na área do comércio internacional,



por sua vez, tem-se reiterado a necessidade de que as discussões no agrupamento auxiliem o sistema multilateral de comércio. Por proposta da China, foi criado Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimento para conferir maior tratamento técnico e seguimento institucional ao assunto. O Brasil apoia a continuidade da cooperação em matéria tributária e no combate à corrupção. Defende, igualmente, proposta chinesa de que o G20 deva contribuir para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em apoio aos esforços das Nações Unidas.

Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB)

O Brasil é um dos potenciais membros fundadores do Banco, em total de 57 países, sendo 21 desenvolvidos. O capital subscrito inicial do AIIB é de US\$ 100 bilhões, dos quais US\$ 20 bilhões serão integralizados e US\$ 80 bilhões, exigíveis.

Conforme os atuais termos do acordo constitutivo do AIIB, prevê-se contribuição de 3,18% do capital total pelo Brasil, o que o tornaria o nono membro (terceiro não regional) com maior poder de voto.

Até o final de 2016, o Brasil teria de concluir a ratificação do instrumento e pagar a primeira de cinco parcelas anuais de US\$ 127 milhões.

Mudança climática - BASIC

A China tem atuação destacada na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Brasil e China têm posições convergentes em diversos aspectos das negociações sobre mudança do clima, como mitigação, adaptação, financiamento e tecnologia.

O BASIC foi estabelecido em 2007, como grupo informal de coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China, no contexto das negociações sob a UNFCCC e seu Protocolo de Quioto. O Grupo vem desempenhando papel de liderança na busca de convergências no âmbito do regime sobre mudança do clima e na construção de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global. O diálogo no âmbito do BASIC é complementar à atuação dos países no G-77 e China.

A coordenação dos países do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) influenciou positivamente as negociações do Acordo de Paris. A adoção do Acordo de Paris pela 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) concluiu mandato estabelecido em 2011. O novo acordo, que contempla as posições elementares defendidas pelo Brasil ao longo da negociação, representa uma nova abordagem em comparação ao Protocolo de Quioto, que previa, no próprio tratado, obrigações de resultado na forma



de metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para países desenvolvidos. O Acordo de Paris estabelece obrigações de conduta pelas quais países apresentarão regularmente ações nacionalmente determinadas de mitigação e adaptação à mudança do clima. O agregado desses esforços nacionais será periodicamente avaliado no âmbito do Acordo, de modo a averiguar se as ações previstas levarão ao objetivo do acordo de limitar o aumento da temperatura global a bem menos que 2º C acima dos níveis pré-industriais.

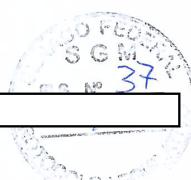
Além da coordenação entre negociadores e especialistas em mudança do clima no âmbito do BASIC, cabe destaque na relação bilateral para o Centro China–Brasil de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia. Criado em janeiro de 2009 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade de Tsinghua (principal instituição de ensino superior chinesa da área de tecnologia), o Centro China–Brasil é sediado em Pequim e mantém uma unidade na Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ (COPPE/UFRJ). O Centro dedica-se a temas como biocombustíveis; captura e armazenamento de carbono; e energia eólica.

OMC e Rodada Doha

Ao aceder à OMC durante a Conferência Ministerial de Doha, em novembro de 2001, a China fez concessões importantes, que sugeriam esforço de abertura da economia chinesa. Para acomodar a situação chinesa, foi efetivamente criada no contexto das negociações da Rodada uma categoria especial de “Membros de Acesso Recente” (“RAMs”), que se beneficiam de tratamento diferenciado e dispensa de certos compromissos em negociação. Não obstante, o extraordinário dinamismo da economia chinesa e sua participação avassaladora no comércio internacional determinaram que, nos últimos anos, diversos países — Estados Unidos à frente — tenham passado a questionar o status de RAMs da China, sob o argumento de que não se pode tratar de “recente” uma acesso transcorrida há 14 anos. A China contra-argumenta que o conceito de RAMS não é temporal e sim de “nivelamento” de compromissos e declara possuir margem de manobra muito limitada para novas concessões, em particular em agricultura, mas também em acesso a mercados para bens industriais.

Coordenação Brasil-China sobre temas afetos à Rodada Doha

China e Brasil integram grupo reduzido de países que têm papel preponderante nas negociações da Rodada Doha. Ambos integram o G-20 Agrícola,



que serviu de foro de articulação para defender resultados nas negociações agrícolas que refletissem o nível de ambição do mandato das negociações da Rodada de Doha e os interesses dos países em desenvolvimento.

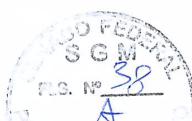
No caminho que levou aos resultados de Nairóbi, China e Brasil integraram o núcleo central de articulação (G-5 – Brasil, China, Estados Unidos, Índia e União Europeia). O diálogo Brasil-China foi fundamental, naquele contexto, para superar dificuldades nos temas agrícolas.

Organização das Nações Unidas

O governo brasileiro tem defendido ser preciso reformar as instituições de governança política global, de modo a refletir as realidades contemporâneas e a dotar essas instituições da capacidade de lidar com os desafios complexos da atual conjuntura. Nesse quadro, insere-se o tema da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Somente com a ampliação do número de assentos em ambas as categorias de membros – permanentes e não-permanentes –, poderá ser sanado o déficit de representatividade do Conselho. A inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes é fundamental para o reforço da legitimidade de suas resoluções.

Conforme a Declaração Conjunta emitida por ocasião da visita do presidente Xi Jinping a Brasília, Brasil e China apoiam uma reforma abrangente das Nações Unidas, e afirmaram o entendimento de que a reforma do Conselho de Segurança deve priorizar o incremento da representação dos países em desenvolvimento. A China atribui grande importância à influência e ao papel que o Brasil exerce em assuntos regionais e internacionais e apoia a aspiração do Brasil de vir a desempenhar papel mais proeminente nas Nações Unidas.

O Diálogo Estratégico Global entre Brasil e China, estabelecido em 2012, tem servido como foro discussão a respeito de temas relativos à ONU e de política internacional.



POLÍTICA INTERNA

O Estado chinês é composto por três grandes instituições paralelas:

- Partido Comunista da China (PCC);
- Assembleia Nacional Popular (ANP, ou Congresso Nacional Popular);
- Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CPPC).

À Assembleia, estão formalmente submetidas as instâncias do Executivo chinês, como o Conselho de Estado e os Ministérios. A ANP é, desse modo, a instância máxima do governo chinês.

A CPPC, por sua vez, apresenta-se na prática como órgão de assessoramento da cúpula partidária e governamental. Nela, estão representados o PCC, os outros partidos democráticos chineses, democratas sem filiação partidária, organizações populares, grupos étnicos compatriotas de Taiwan, Macau e Hong Kong, chineses que retornaram do exterior e indivíduos especialmente convidados.

Há oito partidos não comunistas na China: o Comitê Revolucionário do Partido Nacionalista da China; a Liga Democrática da China; a Associação da Construção Democrática da China; a Associação de Fomento da Democracia da China; o Partido Democrático Camponês e Operário da China; o Partido Zhi Gong; a Sociedade de Três de Setembro da China; e a Liga para Democracia e Autonomia de Taiwan.

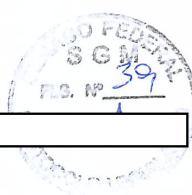
Em princípio, o PCC e o governo chinês são instituições paralelas e hierarquicamente equivalentes dentro do Estado chinês. A Constituição chinesa garante ao Partido a posição de liderança na República Popular da China (RPC), o que resulta em sua preeminência em relação às instituições governamentais. Nesse contexto, observa-se grande entrelaçamento de instâncias partidárias e governamentais.

Partido Comunista da China (PCC)

As principais instâncias do PCC são:

Congresso Nacional do PCC: o Congresso Nacional e o Comitê Central eleito por aquele são os órgãos de liderança supremos do Partido. Os Congressos respeitam a periodicidade anual de cinco anos.

Comitê Central do PCC: É responsável pelo gerenciamento partidário e pela representação do Partido no exterior entre uma sessão e outra do Congresso



Nacional do PCC. O Comitê reúne-se anualmente, ocasião da maior importância para identificar tendências da política local.

Politburo (Birô Político): Reúne a elite política do Partido e da RPC. É composto por 25 membros.

Comitê Permanente do Politburo: É a sede máxima do poder político na China. Conta com sete assentos.

Secretariado: É o órgão que supervisiona a administração cotidiana dos assuntos do Partido e do Politburo.

Comissão Militar Central (CMC): o Exército de Libertação Popular (ELP) (Forças Armadas chinesas) é controlado pelo Partido e é chefiado pelo secretário-geral do Partido.

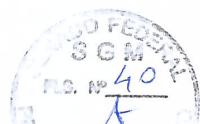
Comissão Central de Inspeção e Disciplina: é o órgão responsável pela investigação e pelo indiciamento em casos de corrupção que envolvem membros do Partido.

Poder Legislativo – Assembleia Nacional Popular (ANP)

Situada no topo da hierarquia governamental chinesa, a Assembleia Nacional Popular é o parlamento chinês, unicameral, composto por deputados eleitos indiretamente. A ANP conta com cerca de três mil deputados, que cumprem mandato de cinco anos. A totalidade da Assembleia Nacional Popular se reúne apenas uma vez por ano, geralmente em março, para duas semanas de trabalhos legislativos. No resto do ano, os trabalhos são conduzidos por cerca de 200 delegados da Comissão Permanente da ANP. A sessão anual do Congresso Nacional do Povo é um grande evento político, cujo ponto culminante é a apresentação de um longo relatório do primeiro-ministro.

Poder Executivo - Conselho de Estado

O Conselho de Estado é o órgão mais elevado do Poder Executivo chinês. Está submetido à Assembleia Nacional Popular. O Conselho de Estado é presidido pelo primeiro-ministro, em conjunto com quatro vice-primeiros-ministros, cinco conselheiros de estado, ministros, auditor-geral e secretário-geral. Ao Conselho de Estado estão subordinados os ministérios, comissões e administrações nacionais, entre outros órgãos. As posições de primeiro-ministro, vice-primeiro-ministro e conselheiro de estado são ocupadas por quadros do Partido, assim como a grande maioria das chefias de ministérios e pastas equivalentes. Não podem se reeleger mais de uma vez.



As principais funções e poderes do Conselho de Estado são: i. adotar medidas administrativas, decretar normas administrativas e regulamentos, e decidir sempre conforme a Constituição; ii. submeter propostas à ANP ou ao seu Comitê Permanente; iii. supervisionar o trabalho dos ministérios e comissões; iv. estabelecer a divisão de poderes entre o governo central e as províncias, regiões autônomas e municipalidades sob o controle direto do governo central; v. preparar o orçamento; vi. conduzir as relações exteriores e concluir tratados e acordos internacionais; entre outros.

Comissão Militar Central da República Popular da China

Estrutura paralela à Comissão Militar Central do Partido Comunista Chinês. O órgão tem a incumbência de administrar as Forças Armadas chinesas e está diretamente subordinado à ANP e seu Comitê Permanente.

Judiciário

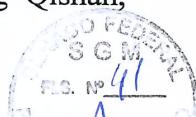
O Poder Judiciário chinês está submetido, formalmente, à ANP. Divide-se em Suprema Corte Popular, Cortes Populares locais, Cortes Militares e Cortes Especiais. O presidente da Suprema Corte possui mandato igual ao dos parlamentares e só pode reeleger-se uma vez.

Sucessão política

O XVIII Congresso do Partido Comunista (novembro de 2012) elegeu o então vice-presidente Xi Jinping secretário-geral do PCC e presidente da Comissão Militar Central, bem como os demais membros do Comitê Permanente do Birô Político. Naquela reunião, foram indicados os novos ocupantes dos altos cargos do Partido. Os cargos governamentais foram confirmados, por sua vez, durante a Sessão Plenária da ANP, ocorrida em março de 2013.

Entre as mudanças que merecem destaque, está a diminuição do número de membros do Comitê Permanente do Birô Político, de nove para sete. A alteração no número de membros é tida por analistas como uma tentativa de facilitar o consenso na tomada de decisões, em momento em que a implementação de reformas se torna premente.

Os novos membros são, em ordem de precedência: Xi Jinping, escolhido secretário-geral do Partido e presidente da Comissão Militar Central; Li Keqiang, primeiro-ministro; Zhang Dejiang, presidente da ANP; Yu Zhengsheng, presidente da CCPPC; Liu Yunshan, escolhido chefe do Secretariado do PCC; Wang Qishan,



nomeado diretor do Departamento de Inspeção da Disciplina do PCC, principal órgão de combate à corrupção na China; e Zhang Gaoli.

Entre os dias 5 e 17 de março de 2013, a XII ANP reuniu-se para eleger o presidente e o vice-presidente da República; confirmar a designação do primeiro-ministro – após indicação do presidente –, dos vice-primeiros-ministros, conselheiros e secretário-geral do Conselho de Estado, ministros e auditor-geral – esses após indicação do primeiro-ministro.

Como esperado, Xi Jinping e Li Yuanchao foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da RPC, e Li Keqiang, confirmado primeiro-ministro chinês. Zhang Dejiang, terceiro na hierarquia do Comitê Permanente do Politburo, assumiu a presidência da ANP. Zhou Qiang e Cao Jianming, por sua vez, foram nomeados presidente da Suprema Corte Popular chinesa e procurador-Geral da Suprema Procuradoria Popular da China, respectivamente.

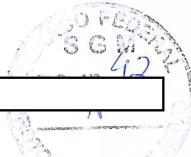
No Conselho de Estado, os vice-primeiros-ministros são Zhang Gaoli, Liu Yandong, Wang Yang e Ma Kai. Os novos conselheiros de estado são Yang Jin (também secretário-geral do Conselho), Chang Wanquan (também ministro da defesa), Yang Jiechi (encarregado de assuntos de política externa), Guo Shengkun, (também ministro da Segurança Pública) e Wang Yong (administrador da Comissão do Conselho de Estado para Administração e Supervisão de Bens de Propriedade do Estado – SASAC).

Entre os dias 3 e 12 de março de 2013, realizou-se a XII Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), ocasião em que Yu Zhengsheng foi escolhido seu novo presidente.

Governo Xi Jinping

Em seu discurso de posse como secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), em novembro de 2012, Xi Jinping delineou as prioridades de seu governo: (i) atender às demandas sociais; (ii) combater a corrupção; e (iii) reconduzir a China à condição de grande potência. No discurso, mencionou apenas uma vez a palavra "socialismo" e deu grande destaque à realização do "sonho chinês". O conceito, ainda não definido com precisão, tem sido associado ao "grande rejuvenescimento da nação chinesa", que envolveria a reemergência da China como potência econômica e militar e à construção de uma sociedade mais igualitária.

Como forma de garantir a implementação de sua visão para a China, o presidente Xi Jinping tem implementado sistemática e rápida política de concentração de poderes em suas mãos. A China de 2016 tem o líder mais poderoso desde Deng



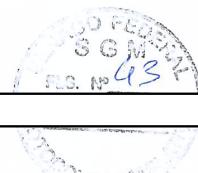
Xiaoping. Exemplos disso são sua ascensão imediata à presidência da Comissão Militar Central (Hu Jintao assumiu a presidência e viu mantida a chefia de Jiang Zemin na CMC por ainda dois anos) e a criação de novas instituições diretamente sob sua direção em áreas sensíveis, como o Conselho de Segurança Nacional e o Grupo de Liderança sobre Internet. Em abril de 2016, Xi Jinping anunciou deter também o título de "Comandante-em-chefe do Comando de Operações Conjuntas", que parece significar consolidação de sua posição no comando das forças armadas chinesas.

Em dezembro de 2014, o governo anunciou seu novo slogan "Quatro Pontos Abrangentes", que abarcam as diretrizes que devem pautar o atual mandato: (i) construir sociedade moderadamente próspera; (ii) aprofundar reformas; (iii) implementar o Estado de Direito; e (iv) aumentar a disciplina partidária.

Com as novas diretrizes definidas, o governo chinês tem-se esforçado para afinar suas políticas públicas, sobretudo diante de um cenário de crescente agitação social pela acelerada urbanização, maior demanda por serviços públicos, corrupção, terrorismo, poluição, desaceleração econômica, entre outros fatores. Nesse contexto, a palavra reforma tornou-se recorrente no discurso governamental, e as ações de maior controle político-social cresceram em número e abrangência.

No campo social, Xi vem empreendendo reformas nas áreas de educação, saúde e proteção ambiental. Lançou, em março de 2014, o "Plano Nacional para um Novo Modelo de Urbanização", que apresenta a meta de elevar a população urbana a 60% até 2020 (56,1 % em 2015) e inclui extenso programa de infraestrutura urbana, com foco na ampliação da mobilidade urbana, na construção de moradias e na melhoria geral da qualidade de vida nas cidades, além do combate à poluição. O governo pretende regularizar, gradualmente, por meio de reforma anunciada em 30 de julho de 2014, a situação dos mais de 200 milhões de imigrantes irregulares que não possuem o registro domiciliar (chamado "hukou") no local em que vivem e, consequentemente, não têm acesso aos serviços sociais públicos. Além disso, no relatório do governo apresentado pelo primeiro-ministro Li Keqiang durante as Sessões Gêmeas da CCPPC e do ANP (março de 2016) e no Comunicado Final do Quinto Pleno do PCC (outubro de 2015), o governo anunciou diversas medidas de cunho socioeconômico, com especial destaque para o fim, a partir de 2016, das três décadas da política do filho único, permitindo que os casais chineses possam ter até dois filhos sem incorrer em multas ou outras penalidades financeiras.

No campo das reformas do sistema político e jurídico chinês, foram anunciadas importantes medidas, tais como a "Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre Questões Importantes para Avançar de Forma Abrangente

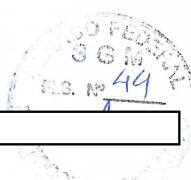


no Governo do País de Acordo com o Direito" (outubro de 2014), de modo a fortalecer o que tem sido chamado de "estado de direito socialista com características chinesas". Na mesma direção, foi aprovada, em novembro de 2014, a primeira reforma em 24 anos da Lei de Procedimentos Administrativos. A referida lei trata, entre outros assuntos, dos mecanismos de petição, pelos quais os cidadãos comuns podem apresentar queixas contra o governo em Pequim, e busca facilitar as ações judiciais contra os governos central e local. Em abril de 2015, na mesma linha, foi aprovado novo pacote de mudanças nas leis processuais chinesas, modernizando o funcionamento de tribunais do júri e facilitando a admissão de casos por tribunais de primeira instância. Em março de 2016, por sua vez, foi aprovada nova Lei sobre Violência Doméstica, que tem sido percebida como importante avanço legislativo na área de direitos humanos.

O regime jurídico chinês também tem sido reformado para aumentar o controle social. A aprovação da Lei de Segurança Nacional (julho/2015), da primeira lei antiterrorista do país (dezembro/2015), da Lei de Gerenciamento de ONGs Estrangeiras (abril/2016) e a publicação da nova lei sobre a publicação de conteúdo eletrônico (em vigor a partir de março/2016) mostram o viés autoritário do regime e a disposição deste de conferir às autoridades instrumentos robustos para controlar a expressão de opiniões e para reprimir ampla gama de atividades que, a juízo do governo central, são prejudiciais à estabilidade. O conceito de "estado de direito" na China confere maior ênfase à lei do que aos direitos — especialmente os de primeira geração —, sendo que a lei torna-se ferramenta para uma "governança pelo direito" ("rule by law").

Ao lado dessas medidas de caráter jurídico, novos métodos de controle social ao dissenso surgiram. "Espalhar rumores" passou a ser crime na China, a censura da internet foi reforçada, e as vozes dissonantes, reprimidas mais duramente. Em julho de 2015, o governo chinês iniciou sistemática campanha para reprimir o chamado "movimento dos defensores de direitos". Centenas de advogados chineses foram detidos; tornaram-se constantes atos de assédio e intimidação a críticos do governo e a funcionários de organizações não-governamentais.

Ao mesmo tempo em que fortalece o aparato repressor, O governo chinês implementa, no momento, extensa campanha de combate à corrupção. Não só se multiplicam a divulgação de casos de membros do governo e do Partido investigados e punidos por corrupção, mas também os esforços para eliminar os "quatro estilos de trabalho indesejados": formalismo; burocratismo; hedonismo; e extravagância. Em 2015, a Suprema Procuradoria do Povo anunciou a criação de novo órgão de controle



voltado ao combate à corrupção. Em fins do mesmo ano, o governo lançou comunicado (publicado apenas em chinês), tornando ainda mais estritas as normas de conduta e os regulamentos disciplinares dos filiados do Partido.

Nessa campanha de combate à corrupção, ressaltam (i) as condenações à pena perpétua, alegadamente por corrupção, do ex-prefeito de Chongqing, Bo Xilai, (ii) e do ex-ministro das ferrovias, Liu Zhijun; (iii) a prisão e expulsão do Partido de Zhou Yongkang (membro do Comitê Permanente do Politburo entre 2007-2012, a mais alta autoridade punida por corrupção no país desde a "Gangue dos Quatro", em 1976); (iv) a prisão de Xu Caihou, general aposentado do Exército de Libertação Popular e ex-vice-presidente da Comissão Militar Central, que veio a falecer em março de 2015; (v) a expulsão do Partido de Guo Boxiong, ex-vice-presidente da Comissão Militar Central (CMC), durante o período de 2002 a 2012, então o militar de carreira mais poderoso da China; (vi) a expulsão e indiciamento de Ling Jihua, ex-homem forte de Hu Jintao e ex-diretor do Departamento da Frente Unida do PCC e ex-vice-presidente da CCPBC; e (vii) o afastamento do ministro-assistente dos Negócios Estrangeiros, responsável por América Latina e Caribe e Protocolo, em janeiro de 2015.

Mais recentemente, a campanha anticorrupção lançada pelo presidente Xi Jinping passou a avançar em duas frentes, através da continuação da investigação sobre o setor financeiro e sobre os funcionários de alto nível dos quadros de administração das províncias chinesas. Em abril de 2015, o regime chinês anunciou o início do braço internacional da campanha anticorrupção promovida pelo governo chinês, com o lançamento da operação "Sky Net", cujo objetivo é capturar funcionários públicos corruptos que tenham fugido para o exterior. Trata-se de iniciativa que dá continuidade à "operação caça à raposa", lançada em julho de 2014.

Em função de seguidos ataques terroristas na China, boa parte dos quais atribuídos a extremistas islâmicos da região autônoma de Xinjiang, o tema da segurança interna voltou a merecer destaque. Em resposta, o governo anunciou, em maio de 2014, o início de campanha contra as "três forças" (separatismo, extremismo e terrorismo), tendo como base o conceito de "segurança nacional total", capaz de levar a China ao caminho da "segurança nacional com características chinesas". O conceito aplica-se tanto à esfera doméstica, quanto internacional, e incluiria 11 elementos: político, interno, militar, econômico, cultural, social, tecnológico, informação, ecológico, recursos naturais e nuclear..



Taiwan

A Constituição da RPC afirma que “Taiwan é parte inalienável do território da RPC” e que “é dever de todo o povo chinês, incluindo os compatriotas de Taiwan, cumprir a grande missão de reunificar o território da nação”. O rompimento das relações diplomáticas com aquela ilha é condição fundamental para o estabelecimento de relações com a República Popular.

O Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, de 15 de agosto de 1974, dispõe que:

[o Brasil reconhece que] a República Popular da China é o único Governo legal da China. O Governo chinês reafirma que Taiwan é parte inalienável do território da República Popular da China”.

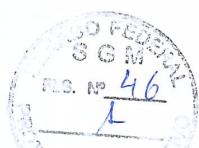
Em consequência, o Brasil deixou de reconhecer Taiwan como entidade soberana e autônoma. No âmbito multilateral, o Brasil tem apoiado a “política de uma só China” e os esforços pacíficos no sentido da reunificação do território chinês, em conformidade com a resolução n. 2.758 da ONU. A posição brasileira tem sido reiterada em comunicados conjuntos emitidos por ocasião de visitas presidenciais.

Em 1992, foi assinado o chamado "Consenso de 1992", um acordo entre os governos sediados em Pequim e em Taipé, segundo o qual existe apenas "uma China".

A vitória do *Kuomintang* (KMT) nas eleições de 2008 e a posse de Ma Ying-jeou, em maio daquele ano, trouxeram novo ânimo ao relacionamento entre Pequim e Taipé. Desde então, houve, de ambos os lados, demonstrações de abertura para o diálogo. Em janeiro de 2012, Ma Ying-jeou foi reeleito, confirmando essa tendência de aproximação.

A assinatura do Acordo Quadro de Cooperação Econômica (ECFA), em 2010, foi importante marco nesse movimento de aproximação. As conversações tiveram início ainda em 2008, quando foram retomados os contatos entre a “Associação para Relações no Estreito de Taiwan”, com base na China continental, e a “Fundação de Trocas no Estreito”, baseada em Taiwan. A abertura das “três ligações diretas” no estreito (correio, comércio e serviços aéreos e marítimos) ampliou a cooperação econômica bilateral. Sob o amparo do ECFA, foi assinado, em julho de 2013, o acordo Inter-Estreito sobre o Comércio de Serviços.

Em fevereiro de 2014, houve a primeira reunião oficial desde 1949 entre o governo de Pequim e a administração de fato de Taiwan, por meio de representantes



do Escritório de Assuntos de Taiwan do Comitê Central do Partido Comunista da China e do Conselho de Assuntos Continentais da ilha.

Em novembro de 2015, o movimento de aproximação atingiu o ápice: o presidente Xi Jinping e Ma Ying-jeou mantiveram encontro histórico em Singapura, o primeiro entre líderes dos dois lados do estreito desde a fundação da RPC, em 1949.

Em janeiro de 2016, o Partido Democrático Progressista, de oposição ao Kuomingtang de Ma Ying-jeou, venceu as eleições em Taiwan. Em maio de 2016, a nova administração, liderada por Tsai Ing-wen, tomou posse.

Taiwan mantém, hoje, relações diplomáticas com o Vaticano e 21 membros das Nações Unidas, dos quais 12 se situam na América Latina e Caribe: Belize, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas; 6 na Oceania: Kiribati, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Nauru, Palau, Tuvalu; e 3 na África: Burkina Faso, Suazilândia, São Tomé e Príncipe.

Participa, desde 2001, da Organização Mundial do Comércio (OMC) – com o *status* de território alfandegário separado, e não de país soberano e independente – e, desde 2009, como observador na Assembleia Mundial de Saúde, da Organização Mundial de Saúde (OMS).



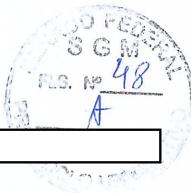
POLÍTICA EXTERNA

Sob o governo do presidente Xi Jinping, a política externa da China tem adotado discurso assertivo, que encampa a defesa firme dos interesses chineses, contrabalançado por mensagens de cooperação, sobretudo nas áreas de comércio e investimentos em infraestrutura.

Atualmente, cinco eixos orientam a política externa chinesa. O primeiro, definido como "relação entre grandes potências", refere-se às relações com EUA, Rússia e União Europeia (UE). No que se refere aos EUA, busca-se caracterizar a relação bilateral como "novo tipo de relação entre grandes potências" e consolidar a ideia de que a região da Ásia-Pacífico comporta a presença tanto da China, como dos EUA. Por outro lado, o chanceler Wang Yi declarou, em abril de 2014, que a "parceria-estratégica de coordenação" sino-russa é a mais substancial e a de maior importância estratégica nas relações entre grandes potências. Pequim e Moscou têm mantido, nos últimos anos, estreita proximidade política e elevada cooperação econômica, como atesta a assinatura de acordo para fornecimento de gás russo à China, pelos próximos 30 anos, com estimado em cerca de US\$ 400 bilhões. No caso da UE, evolui positivamente a negociação de acordo bilateral de investimentos, a despeito de posturas defensivas do bloco na área comercial e de reconhecimento da China como economia de mercado.

O segundo eixo diz respeito à relação com países vizinhos. O estabelecimento de uma zona de defesa e identificação aérea (ADIZ) no Mar do Leste, em 2013, a construção de plataforma de petróleo e de ilhas artificiais e a instalação de equipamentos militares no Mar do Sul da China, em áreas reclamadas por Vietnã e Filipinas, são exemplos de medidas assertivas chinesas que têm aumentado as tensões regionais. Na mesma linha, as comemorações do fim da Segunda Guerra na China (setembro de 2015), com viés anti-nipônico, caracterizaram-se por grandes demonstrações de poder.

Com relação ao Japão, em que pesem as desavenças históricas entre os países, algumas medidas de aproximação foram tomadas. O encontro entre o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro Shinzo Abe, à margem da Cúpula da APEC (Pequim, 10/11/2014), resultou na assinatura de acordo com vistas à retomada gradual do diálogo político entre os dois países. Novo encontro à margem da Cúpula Ásia-África (Jacarta, 22/04/2015) reforçou as expectativas quanto à gradual distensão política bilateral.



As relações com a península coreana seguem como tema sensível para a diplomacia chinesa. A cúpula trilateral entre a presidente da Coreia do Sul, Park Geun-hye, o primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, e o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, ocorrida em Seul (01/11/2015), mostrou avanços na distensão das relações regionais, embora os resultados tenham-se concentrado no campo econômico-comercial. Por sua vez, a determinação da Coreia do Norte em dar seguimento ao seu programa nuclear e de lançamento de mísseis balísticos causa constrangimentos a Pequim, aliado histórico do país e que não tem interesse na desestabilização de sua fronteira leste.

Digno de nota foi o encontro histórico entre os líderes dos dois lados do estreito: o presidente Xi Jinping e o líder de Taiwan, Ma Ying-jeou (Singapura, 07/11/2015). Tratou-se do primeiro desde a fundação da República Popular da China, em 1949 e deu continuidade a diversos atos de aproximação tomados nos campos econômico e político.

A diplomacia chinesa tem lançado iniciativas de aproximação regional, como demonstram o projeto da Rota Marítima da Seda do Século XXI, que prevê investimentos em infraestrutura de transportes para promover a interconexão da China com o Ocidente, nas suas vertentes terrestre e oceânica, e o Cinturão Econômico da Rota da Seda, com o intuito de integrar economicamente a China e a Ásia Central. Essas iniciativas, sintetizadas pela política externa chinesa no termo "um cinturão, uma rota", serão financiadas pelo Banco de Investimentos em Infraestrutura da Ásia (AIIB), que iniciou suas atividades em dezembro de 2015, com capital de U\$100 bilhões, e pelo Fundo da Rota da Seda, anunciado no final de 2014, com capital integralizado de US\$ 40 bilhões.

O terceiro eixo relaciona-se ao fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento e constitui importante base estratégica da diplomacia econômica chinesa. Nesse âmbito, inserem-se as relações com a América Latina e Caribe e com a África. Em 2014, o Brasil organizou, a pedido da parte chinesa, o Encontro de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe, durante o qual foi formalizada a criação do Foro Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)-China. A I Reunião de Chanceleres da CELAC e da China foi realizada em janeiro de 2015, em Pequim, quando se adotaram as bases de funcionamento do Foro, que passou a contar com diversos mecanismos de financiamento aos países membros.

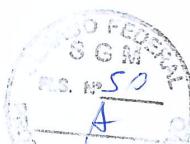
Na África, Pequim tem buscado apresentar-se, sobretudo, como parceiro para o desenvolvimento, a despeito de críticas de que as iniciativas chinesas



comerciais, financeiras e humanitárias reforçariam uma relação de dependência dos países daquele continente com a China. O governo, os bancos e as empresas da RPC concederam, entre 2000 e 2014, empréstimos no valor de US\$ 86,9 bilhões a governos e empresas estatais na África. Ao analisar os principais setores financiados por empréstimos chineses na África, observa-se que transportes (com US\$ 24,2 bilhões), energia (com US\$ 17,6 bilhões), e mineração (com US\$ 9,0 bilhões) são os três principais.

O quarto eixo faz referência à vertente multilateral e à progressiva atenção que Pequim tem conferido a organizações e foros como ONU, G20, BRICS, Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e APEC, entre outros. O adensamento da participação chinesa em instâncias multilaterais é componente da estratégia de afirmação do protagonismo da China no sistema internacional. Desde o início do mandato do presidente Xi Jinping, a China vem adotando postura crescentemente firme e assertiva na defesa de seus interesses nas Nações Unidas. Em sua primeira visita às Nações Unidas (setembro de 2015), o presidente Xi Jinping apresentou contribuições materiais de grande impacto, entre as quais (i) a criação de Fundo China-ONU para Paz e Desenvolvimento, com recursos de US\$ 1 bilhão para empenho na próxima década; (ii) o estabelecimento de força de prontidão chinesa para desdobramento em missões de paz, com 8 mil tropas, além de helicópteros, engenheiros, pessoal médico e equipamentos de desminagem; e (iii) a provisão de US\$ 100 milhões, em cinco anos, para a força de reação rápida da União Africana. Em junho de 2015, a China já havia doado US\$ 50 milhões para a cooperação na troca de conhecimentos para a agricultura sustentável entre países em desenvolvimento, no âmbito da FAO.

O quinto e último eixo ressalta a importância da diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil, de modo a difundir a cultura e língua chinesas. Exemplo de iniciativas nesse sentido é a expansão mundo afora de unidades do Instituto Confúcio, que oferecem curso de mandarim e promovem atividades culturais.



ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia chinesa está em transição de um modelo fortemente marcado pelo dinamismo do setor exportador e por investimentos em infraestrutura e no setor imobiliário para outro com maior participação do consumo na composição do PIB. A estratégia econômica iniciada por Deng Xiaoping, alicerçada em pesados investimentos em infraestrutura e exportações de produtos intensivos em mão de obra, demonstra sinais de esgotamento.

A despeito da desaceleração do crescimento do PIB observada nos últimos anos, a China passou, em 2014, a ser a maior economia do mundo, em termos de PIB/PPP, de acordo com dados do FMI. O PIB chinês atingiu US\$ 18 trilhões, ligeiramente superior aos US\$ 17,4 trilhões registrados no caso dos EUA.

Em 2015, a economia chinesa cresceu, segundo os dados oficiais, 6,9% - 0,1 ponto percentual abaixo da meta estabelecida pelo governo chinês e a menor taxa dos últimos 25 anos. Desde 2009, é a primeira vez que a taxa de crescimento econômico da China foi menor que 7%. No primeiro trimestre de 2016, o PIB continuou a desaceleração e cresceu apenas 6,7%. Há, no entanto, dúvidas entre os analistas quanto à solidez dos dados governamentais. Nesse contexto, estimativas independentes sobre o que seria a real taxa de crescimento do PIB variam consideravelmente. Uma média das estimativas parece indicar que o crescimento atual poderia, na realidade, estar em torno de 5,0%. Essas estimativas parecem sustentar-se quando se nota que, por exemplo, o índice de preços ao consumidor subiu 1,4% em 2015 -abaixo das estimativas de mercado (1,6%) e da meta do Governo (3%) – e que o índice de preços ao produtor teve queda de 5,2% no ano, refletindo a sobrecapacidade da indústria.

Em março de 2016, durante a abertura das Sessões Gêmeas da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) e da Assembleia Nacional do Povo (ANP), o primeiro-ministro Li Keqiang apresentou metas para 2016, confirmadas quando da divulgação do 13º Plano Quinquenal (2016-2020).

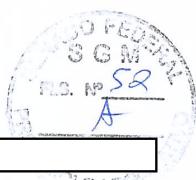


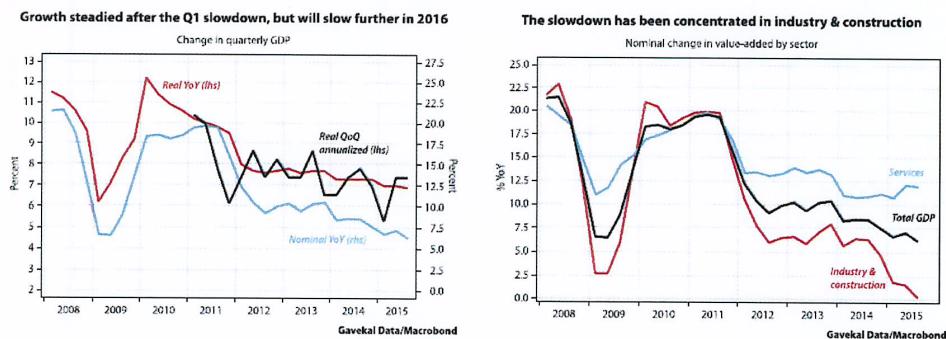
**Principais metas econômicas do 13º Plano Quinquenal
(2016-2020)**

- duplicar o PIB e a renda per capita até 2020, em comparação aos níveis de 2010;
- manter o crescimento econômico anual no patamar médio de 6,5%;
- elevar o PIB para nível superior a RMB 90 trilhões;
- aumentar a proporção da população urbana para 60%;
- reduzir o consumo de água, energia e as emissões de dióxido de carbono por unidade do PIB em 23%, 15% e 18%, respectivamente;
- retirar da pobreza todos os moradores rurais, assim como todos os distritos e áreas pobres;
- criar 50 milhões de novos empregos no meio urbano;
- aumentar a expectativa média de vida em um ano.

Os dados divulgados sobre o desempenho econômico da China no primeiro trimestre de 2016 evidenciam a crescente importância do crédito para a manutenção do ritmo de atividade atual. O financiamento social total concedido no trimestre atingiu RMB 6,6 trilhões, comparado a RMB 4,6 trilhões no mesmo período do ano anterior, um crescimento de 43,5%. Isso não bastou, no entanto, para conter a desaceleração do PIB. Analistas consideram que o Governo terá deverá, durante o ano corrente, prosseguir com a política monetária expansionista, caso deseje manter a meta implícita de 6,5% de crescimento. Esperam-se novos cortes das taxas de juros e do compulsório dos bancos. A política fiscal também seria utilizada, com o déficit nominal saindo de 2,7% do PIB em 2015 para 3,1% em 2016, segundo previsões do FMI. A sustentabilidade dessa estratégia, no entanto, é questionada. Haveria o risco de que a China venha a sofrer da chamada “recessão de balanço”, que atingiu o Japão nos anos 1990 e 2000.

A desaceleração econômica chinesa é resultado da desaceleração do crescimento mundial e da redução nos investimentos em ativos fixos, sobretudo em projetos imobiliários e na indústria. Os investimentos imobiliários cresceram apenas 1,0% em 2015, comparado a crescimento de 10,5% em 2014. Os investimentos em ativos fixos em 2015 cresceram 10,0% no ano, contra 15,7% em 2014. A desaceleração segue tendência iniciada em setembro de 2009, quando os investimentos cresceram 33,3%, alavancados pelo enorme pacote de estímulo fiscal utilizado pelo governo para conter os efeitos da crise financeira de 2008. Antes da crise, os investimentos cresciam em média 25% ao ano.



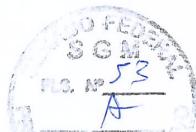


Fonte: Gavekal Data/Macrobond

O crescimento econômico tem forte relação com a estabilidade política e com a manutenção da hegemonia do Partido Comunista Chinês. Por muito tempo, o principal incentivo, para as autoridades chinesas, das altas taxas de crescimento foi o imperativo de gerar emprego urbano para os 10 milhões de migrantes que a cada ano se deslocam do campo para a cidade. Em 2010, o governo chinês estimou que seriam necessárias taxas de crescimento anual superiores a 8%, para manter o nível de emprego. Entretanto, apesar da redução no ritmo de crescimento do PIB, foram gerados mais de 13 milhões de empregos urbanos em 2015, o que poderá levar a ajustes na relação entre crescimento do PIB e taxa de emprego.

A transição de um modelo de crescimento baseado no investimento e nas exportações para outro movido por consumo e serviços é parte da estratégia chinesa de reequilíbrio econômico. Em 2015, o consumo contribuiu com 66,4% para o crescimento do PIB, impulsionado pelo aumento em 7,4% na renda das famílias. Outro importante elemento no processo de mudança estrutural da economia chinesa é o incremento da participação do setor de serviços na economia. Em 2015, serviços conformaram 48,2% do crescimento do PIB, contra 46,9% em 2013, superando, pelo segundo ano consecutivo, a contribuição da indústria. Esse crescimento foi impulsionado pelo boom do comércio eletrônico — que cresceu 49,7% em 2014 e 33,3% em 2015 —, e setores relacionados, como logística, terminais móveis e pagamentos eletrônicos.

No primeiro trimestre de 2016, o Governo chinês continuou a enfatizar a narrativa das reformas estruturais. Os serviços, de fato, vêm ganhando importância em relação à indústria, porque estão desacelerando de forma menos acentuada. Nos primeiros três meses do ano, o PIB dos setores primário, secundário e terciário cresceram 2,9%, 5,8% e 7,6%, respectivamente, comparado a 3,9%, 6,0% e 8,3% no mesmo período em 2015.



Comércio

Desde 2009, a China é o maior exportador mundial. Em 2013, a China tornou-se a primeira potência comercial global. Em 2015, a corrente de comércio da China foi de US\$ 3,96 trilhões, o que representou uma queda de 8% em relação ao ano de 2014. Em comparação com 2014, as exportações retrocederam 2,8%, atingindo o valor de US\$ 2,78 trilhões. As importações caíram 14,1%, totalizando US\$ 1,68 trilhões. O superávit comercial da China em 2015 foi de US\$ 594,5 bilhões, um aumento de 55,2% em comparação com o saldo registrado em 2014.

O setor externo continuou contribuindo para a desaceleração do PIB chinês durante o primeiro trimestre de 2016, com queda de 9,6% das exportações, em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações caíram 13,5%, o que permitiu que o saldo da balança fosse mantido em US\$ 126 bilhões, comparado a US\$ 124 bilhões no primeiro trimestre de 2015.

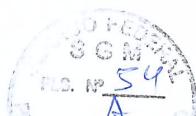
Investimentos

Em 2015, segundo dados do Ministério do Comércio chinês, o fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) para a China alcançou US\$ 126,7 bilhões, um crescimento de 6,4% em relação a 2014. Os principais investidores na economia chinesa foram: Hong Kong (US\$ 92,67 bilhões), Singapura (US\$ 6,97 bilhões), Taiwan (US\$ 4,41 bilhões), Coreia do Sul (US\$ 4,04 bilhões) e Japão (US\$ 3,21 bilhões).

Parte significativa dos investimentos externos chineses deverá ser dirigida para a construção da Nova Rota da Seda, que compõe um arco de projetos ligando a China e a Ásia Setentrional, Central e Meridional à Europa. Durante a Cúpula da APEC, em 2014, o presidente Xi Jinping anunciou fundo de US\$ 40 bilhões para o financiamento de projetos de infraestrutura no âmbito do "Cinturão Econômico da Roda da Seda", vertente terrestre da iniciativa, e da "Rota Marítima da Seda do Século XXI". O Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês), com capital autorizado de US\$ 100 bilhões, será elemento importante para auxiliar nessa estratégia.

Perspectivas

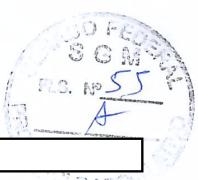
Conforme dados do FMI de outubro de 2015, a previsão de crescimento para 2016 é de 6,3%, em razão dos ajustes no mercado imobiliário, de crédito e nos investimentos.



O presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro Li Keqiang vêm usando a expressão "novo normal" para indicar que a China deverá crescer menos nos próximos anos. A proposta para o 13º Plano Quinquenal, aprovado em março de 2016, não estipula taxas específicas de crescimento anual. Ao contrário, estabelece apenas a meta de duplicação, até 2020, do PIB per capita, em relação a 2010. O termo "novo normal" abriga uma ambiguidade útil ao governo chinês, pois não está associada a uma meta específica de crescimento. Entre os desafios a serem enfrentados para uma desaceleração ordenada da economia chinesa, estariam a redução da alavancagem dos setores público e privado, a possível crise do mercado imobiliário e a adaptação das taxas de crescimento ao novo patamar de renda chinês.

As autoridades chinesas têm respondido a essa desaceleração por meio dos mecanismos tradicionais de estímulo, priorizando a manutenção do crescimento, mas sem avanços significativos nas reformas estruturais. O governo anunciou, em outubro de 2015, o sexto corte de juros desde novembro de 2014. Diante da pressão para estabilizar o crescimento e aliviar o endividamento das empresas, espera-se que o Banco do Povo da China possa voltar à política de corte na taxa de juros e do compulsório. Há a possibilidade de que a China entre, nos próximos anos, para o grupo de países que praticam taxas de juros próximas de zero. Em 2016, as políticas monetária e fiscal devem continuar tendência expansionista.

Na administração da taxa de câmbio, o desejo de estimular a economia é equilibrado com a necessidade de manter a confiabilidade na moeda como reserva de valor. Em dezembro de 2015, as reservas internacionais tiveram queda de US\$ 108 bilhões (US\$ 513 bilhões ao longo de 2015). Em janeiro de 2016, as reservas seguiram em queda (US\$ 99 bilhões) e fecharam o mês em US\$ 3,23 trilhões. O governo tem sido criticado pela falta de capacidade de comunicação fluida com o mercado, como foi o caso, em particular, quando da depreciação surpresa do renminbi, de 3%, em agosto de 2015. Em dezembro de 2015, o Banco do Povo anunciou que seguiria três cestas de moedas diferentes: CFETS ("China Foreign Exchange Trade System"), SDR e BIS. O renminbi registrou, em janeiro de 2016, o menor valor desde outubro de 2010, e o Banco Central interveio no mercado para conter a queda. Desde então, o renminbi permaneceu estável em relação às cestas indicadas e ao dólar, sugerindo que, no momento, a preocupação do governo é estabilizar a moeda e conter os fluxos de saída de capitais.

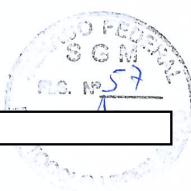


CRONOLOGIA HISTÓRICA

221 a 210 a.C.	Unificação de diversos reinos feudais sob o Imperador Qin Shihuang.
206 a.C. a 220 d.C.	Dinastia Han.
618 a 907	Dinastia Tang.
960 a 1279	Dinastia Song.
1271 a 1368	Dinastia Yuan.
1368 a 1644	Dinastia Ming.
1644	Início da Dinastia Qing
1839 a 1842	Primeira Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
1842	Tratado de Nanquim abre os portos chineses aos comerciantes britânicos.
1856 a 1860	Segunda Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
1894 a 1895	Primeira Guerra Sino-Japonesa, vencida pelo Japão.
1900	Rebelião dos Boxers, contra a dominação da China por potências ocidentais.
1912	Proclamação da República da China (fim de 4 mil anos de regime monárquico).
1921	Fundação do Partido Comunista Chinês (PCC).
1934 a 1935	“Longa Marcha” das forças comunistas lideradas por Mao Tsé-Tung.
1937	Japão invade a China.
1949	Fundação da República Popular da China (RPC), em 1º de outubro, por Mao Tsé-Tung
1958	Programa “Grande Salto Adiante”: coletivização da agricultura.
1962	Breve disputa territorial com a Índia, na região do Himalaia.
1966	Início da Revolução Cultural.
1969	Conflito fronteiriço com a União Soviética.
1971	Governo da China passa a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em substituição a Taiwan.
1972	Visita do presidente dos EUA, Richard Nixon, à China.
1976	Morte de Mao Tsé-Tung. Fim da Revolução Cultural.
1978	Abertura da RPC aos investimentos estrangeiros; adoção de medidas



	de incentivo à economia de mercado e ao setor privado.
1989	Forças Armadas reprimem manifestantes na Praça da Paz Celestial (Tiananmen).
1993	Jiang Zemin assume oficialmente a Presidência da China.
1994	China adota política de câmbio flutuante para o renminbi (yuan).
1997	Hong Kong é devolvida à China pelo Reino Unido.
1999	Macau é devolvida à China por Portugal.
2001	China torna-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).
2003	Hu Jintao é eleito, pelo Congresso Nacional do Povo, presidente da China; China e Índia chegam a acordo histórico sobre diferendos territoriais; lançamento do primeiro astronauta chinês ao espaço.
2004	Assinatura de acordo comercial com a ASEAN.
2005	Nova lei sobre Taiwan determina uso da força caso ilha declare independência. Deterioração no relacionamento político com o Japão.
2006	Reabertura da Passagem de Nathula, entre a Índia e a China, fechada desde a Guerra Sino-Indiana, em 1962.
2007	17º Congresso do PCC: Hu Jintao é reconduzido no cargo de Secretário-Geral do PCC.
2008	Protestos no Tibete. Terremoto em Sichuan. Jogos Olímpicos de Pequim.
2009	Protestos e violência étnica em Xinjiang. Comemoração dos 60 anos da fundação da RPC.
2010	V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCC – vice-presidente Xi Jinping nomeado vice-presidente da Comissão Militar Central.
2011	Visita de Hu Jintao a Washington.
2012	Visita do primeiro-ministro Wen Jiabao à América Latina (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile), em junho de 2012, por ocasião de sua participação na Conferência Rio+20. 18º Congresso Nacional do PCC: Xi Jinping é alçado ao posto de secretário-geral do PCC, sucedendo Hu Jintao.
2013	Apresentação, pelas Filipinas, de processo de arbitragem na Corte Permanente de Arbitragem da Haia acerca do Mar do Sul da China.

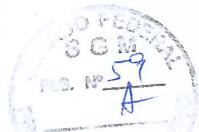


	<p>Visita do presidente Xi Jinping à América Latina (Trinidad e Tobago, Costa Rica e México).</p> <p>Confirmação de Xi Jinping no cargo de presidente da República Popular da China.</p> <p>Lançamento das iniciativas Cinturão Econômico da Rota da Seda e Rota da Seda Marítima do Século 21.</p> <p>Terceira Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista da China.</p> <p>Criação da Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) no Mar do Leste da China.</p>
2014	<p>Jogos Olímpicos da Juventude, na China.</p> <p>Protestos na Região Administrativa Especial de Hong Kong.</p> <p>Visita do presidente Xi Jinping à América Latina (Brasil, Argentina, Venezuela e Cuba) e participação na Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe.</p> <p>Assinatura de Memorando de Entendimento para criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.</p> <p>Cúpula da APEC, em Pequim.</p> <p>Encontro entre o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, à margem das reuniões da APEC.</p>
2015	<p>I Reunião de Chanceleres da CELAC e da China, em Pequim.</p> <p>Celebrações dos 70 anos do fim da "guerra de resistência contra a agressão japonesa e da guerra antifascista".</p> <p>Visita do primeiro-ministro Li Keqiang à América Latina (Brasil, Colômbia, Peru e Chile).</p> <p>Criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas na VII Cúpula do BRICS, na Rússia.</p> <p>Visita do presidente Xi Jinping às Nações Unidas.</p> <p>Cúpula trilateral entre a presidente da República da Coreia, Park Geun-hye, o primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, e o primeiro ministro da China, Li Keqiang.</p> <p>Encontro entre o presidente Xi Jinping e o chefe da administração de fato de Taiwan, Ma Yin-Jeou, em Singapura.</p>
2016	<p>Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Fumio Kishida, a Pequim.</p>

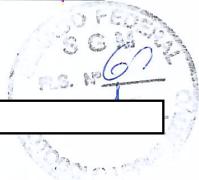


CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

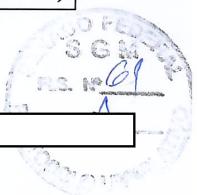
1974	Brasil e China estabelecem relações diplomáticas.
1978	Assinatura de Acordo Comercial Brasil-China.
1984	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian ao Brasil; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energia Nuclear; Acordo para criação de consulados em São Paulo e Xangai.
1988	presidente José Sarney visita a China; início do programa de satélites sino-brasileiro (CBERS – <i>China-Brasil Earth Resource Satellite</i>).
1993	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen ao Brasil; presidente Jiang Zemin visita o Brasil; estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China.
1995	presidente Fernando Henrique Cardoso visita a China; Brasil declara apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).
1999	Lançamento do CBERS-1.
2000	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan ao Brasil; China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia; abertura de escritório da Embraer em Pequim.
2003	Lançamento do CBERS-2.
2004	ministro Celso Amorim visita a China em fevereiro; presidente Lula visita a China em maio; presidente Hu Jintao retribui a visita em novembro; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, no qual o Brasil reconhece o status de economia de mercado para a China; criação da COSBAN.
2006	I Reunião da COSBAN, em Pequim, presidida, do lado brasileiro, pelo vice-presidente José Alencar; visita do presidente do Parlamento chinês, Wu Bangguo, ocasião em que foi assinado contrato de venda de 100 aviões brasileiros à China.
2007	Reunião da Subcomissão Política da COSBAN, em Brasília, com interlocução do então vice-ministro dos Negócios Estrangeiros para as Américas, Embaixador Yang Jiechi, atualmente ministro dos Negócios Estrangeiros da China; Lançamento do satélite CBERS-2B; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China.



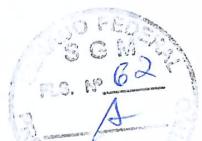
2008	Visitas ao Brasil do ministro do Comércio da China ao Brasil (maio); do membro do <i>Politburo</i> do Partido Comunista Chinês, He Guoqiang (julho); e do vice-presidente do Comitê Central Militar da China, General Xu Caihou (novembro).
2009	Visitas ao Brasil do vice-presidente da China, Xi Jinping (fevereiro); do presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Jia Qinglin (novembro); e do ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi (janeiro). Visita de Estado do presidente Lula à China (maio). Visita à China do ministro da Defesa, Nelson Jobim (outubro); do ministro da Saúde, José Temporão (novembro); e do ministro da SECOM, Franklin Martins (outubro).
2010	Visita de Estado do presidente Hu Jintao ao Brasil (abril), conjuntamente à II Cúpula BRIC, em Brasília. Lançamento do Plano de Ação Conjunta – PAC 2010-2014 (abril). Visita à China do ministro-Chefe do GSI, General Jorge Félix (abril). Visita do ministro da Defesa da China ao Brasil (setembro).
2011	Visita de Estado da presidente Dilma Rousseff à China (abril). I Diálogo de Ciência, Tecnologia e Inovação China-Brasil, Pequim (abril). Visita do ministro do Comércio, Chen Deming, ao Brasil (maio). II Reunião do Comitê Conjunto de Defesa, em Brasília.
2012	II Reunião da COSBAN, presidida do lado brasileiro pelo vice-presidente Michel Temer, em Brasília (fevereiro) e, pelo lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro Wang Qishan. Visita do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, à China (maio). Visita do primeiro-ministro Wen Jiabao ao Brasil (junho). Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, à China (julho). Missão à China de delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China do Senado Federal, a convite do Governo chinês (novembro). Visita do ministro de Ciência e Tecnologia Wang Gang a Brasília e Rio de Janeiro (agosto). Visita da vice-presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, senhora Zhang Meiyang ao Brasil (dezembro).
2013	Encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente chinês Xi Jinping à margem da V Cúpula do BRICS em Durban (março).



	<p>Missão da Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a Pequim (agosto).</p> <p>Mês do Brasil na China (setembro).</p> <p>Visita da Ministra da Cultura, Marta Suplicy, à China (setembro).</p> <p>Mês da China no Brasil (outubro).</p> <p>IV Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), em Macau (novembro).</p> <p>III Reunião da COSBAN, presidida, do lado brasileiro, pelo vice-presidente Michel Temer e, do lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro Wang Yang, em Cantão (novembro).</p>
2014	<p>Visita oficial do então presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à China (abril)</p> <p>I Reunião do Diálogo Estratégico Global, presidida pelo ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Wang Yi (Brasília, abril).</p> <p>Visita de Estado do presidente Xi Jinping ao Brasil (Brasília, julho).</p> <p>VI Cúpula do BRICS, em Fortaleza e Brasília (julho).</p> <p>Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho).</p> <p>Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, à China (novembro).</p> <p>Encontro bilateral entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da IX Cúpula do G20, em Brisbane (novembro).</p> <p>Visita do Secretário do Partido Comunista da China na Província de Jiangsu, Luo Zhijun, ao Brasil (novembro).</p> <p>Lançamento do satélite CBERS-04, em Taiyuan (dezembro).</p>
2015	<p>Visita do vice-presidente Li Yuanchao para as cerimônias de posse da presidente da República, Dilma Rousseff (janeiro).</p> <p>I Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China, em Pequim, delegação brasileira chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (janeiro).</p> <p>Visita do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, à China (março).</p> <p>Brasil adere ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB)</p>

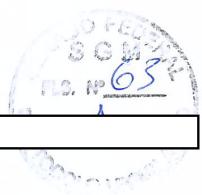


	<p>como membro fundador (abril).</p> <p>Visita do primeiro-ministro Li Keqiang ao Brasil (Colômbia, Peru e Chile) (maio).</p> <p>Visita do vice-primeiro-ministro Wang Yang ao Brasil. IV Sessão Plenária da COSBAN (junho).</p> <p>Encontro bilateral entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da VII Cúpula do BRICS em Ufá, Rússia (julho).</p> <p>Visita do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Francisco Falcão, à China (novembro).</p> <p>Encontro bilateral entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da COP21, em Paris (novembro).</p>
2016	<p>Visita do ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, à China (fevereiro).</p> <p>Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, à China (junho).</p>

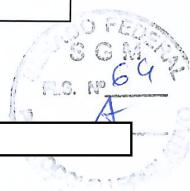


ACORDOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo Comercial	07/01/1978	22/11/1978	13/03/1979
Convênio sobre Transportes Marítimos	22/05/1979	30/10/1980	05/11/1980
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	25/03/1982	30/03/1984	25/08/1992
Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	29/05/1984	13/06/1984
Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio	29/05/1984	29/05/1984	22/06/1984
Acordo para Criação de Consulados em São Paulo e em Xangai	15/08/1984	15/08/1984	23/08/1984
Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	11/10/1984	21/12/1987	15/01/1988
Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1986
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	01/11/1985	08/03/1988	22/04/1988
Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial	06/07/1988	29/12/1989	12/03/1990
Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica	18/05/1990	05/03/1992	24/07/1992
Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	05/08/1991	06/01/1993	20/02/1993
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/07/1994	27/11/1997	17/02/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e	08/11/1994	29/06/1998	31/07/1998



Tecnologia do Espaço Exterior			
Acordo de Quarentena Vegetal	13/12/1995	03/07/1997	02/10/1997
Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres	13/12/1995	29/06/1998	30/07/1998
Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China	08/11/1996	01/07/1997	18/11/1996
Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres	27/11/2002	25/03/2008	09/09/2008
Tratado sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	24/05/2004	26/10/2007	04/12/2007
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficiais e de Serviços	24/05/2004	10/08/2004	10/08/2004
Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	12/11/2004	10/04/2015	10/04/2015
Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de Construção	05/06/2006	22/11/2006	04/01/2007
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial	19/05/2009	10/04/2015	10/04/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de	21/06/2012	A ser apreciado pelo Congresso Nacional	



Assistência Mútua Administrativa em
Matéria Aduaneira

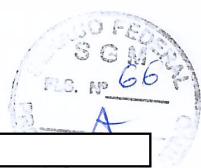
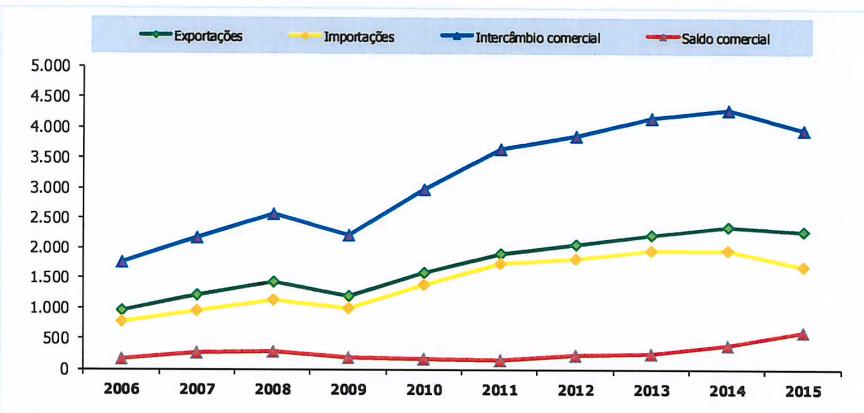


DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior da China
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2006	969	27,2%	791	19,9%	1.760	23,8%	177
2007	1.220	25,9%	956	20,8%	2.176	23,6%	264
2008	1.431	17,3%	1.133	18,5%	2.563	17,8%	298
2009	1.202	-16,0%	1.006	-11,2%	2.207	-13,9%	196
2010	1.578	31,3%	1.396	38,8%	2.974	34,7%	182
2011	1.898	20,3%	1.743	24,9%	3.642	22,5%	155
2012	2.049	7,9%	1.818	4,3%	3.867	6,2%	231
2013	2.209	7,8%	1.950	7,2%	4.159	7,6%	259
2014	2.342	6,0%	1.958	0,4%	4.300	3,4%	384
2015	2.282	-2,6%	1.682	-14,1%	3.964	-7,8%	600
Var. % 2006-2015	135,5%	--	112,5%	--	125,1%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

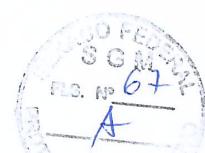
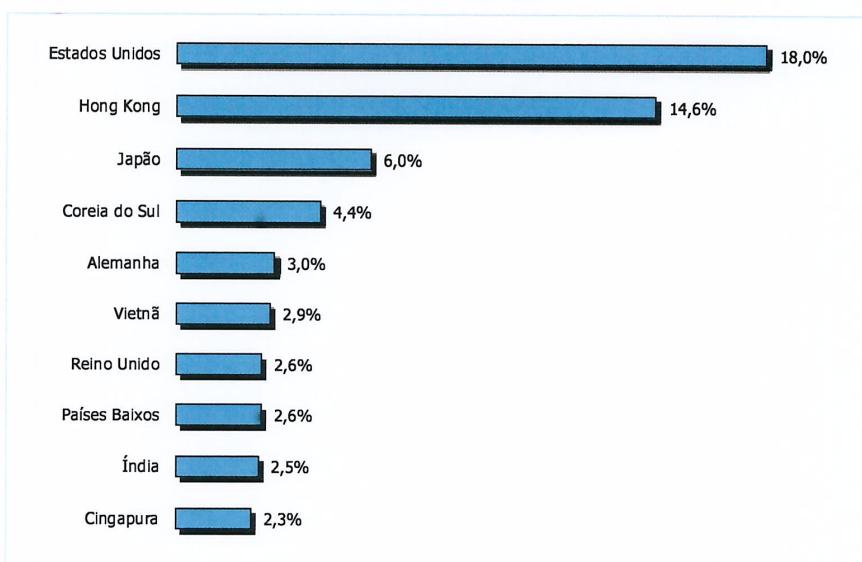


Direção das exportações da China
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Estados Unidos	411	18,0%
Hong Kong	334	14,6%
Japão	136	6,0%
Coreia do Sul	101	4,4%
Alemanha	69	3,0%
Vietnã	66	2,9%
Reino Unido	60	2,6%
Países Baixos	60	2,6%
Índia	58	2,5%
Cingapura	53	2,3%
...		
Brasil (21ª posição)	27	1,2%
Subtotal	1.375	60,2%
Outros países	907	39,8%
Total	2.282	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais destinos das exportações

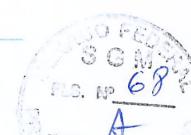
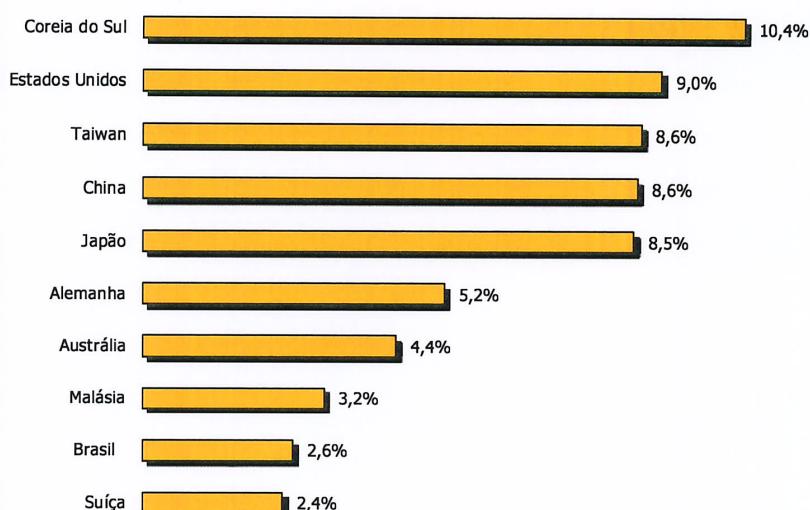


Origem das importações da China
US\$ bilhões

Países	2015	Part.% no total
Coreia do Sul	175	10,4%
Estados Unidos	151	9,0%
Taiwan	145	8,6%
China	144	8,6%
Japão	143	8,5%
Alemanha	88	5,2%
Austrália	74	4,4%
Malásia	53	3,2%
Brasil	44	2,6%
Suíça	41	2,4%
Subtotal	1.058	62,9%
Outros países	624	37,1%
Total	1.682	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais origens das importações

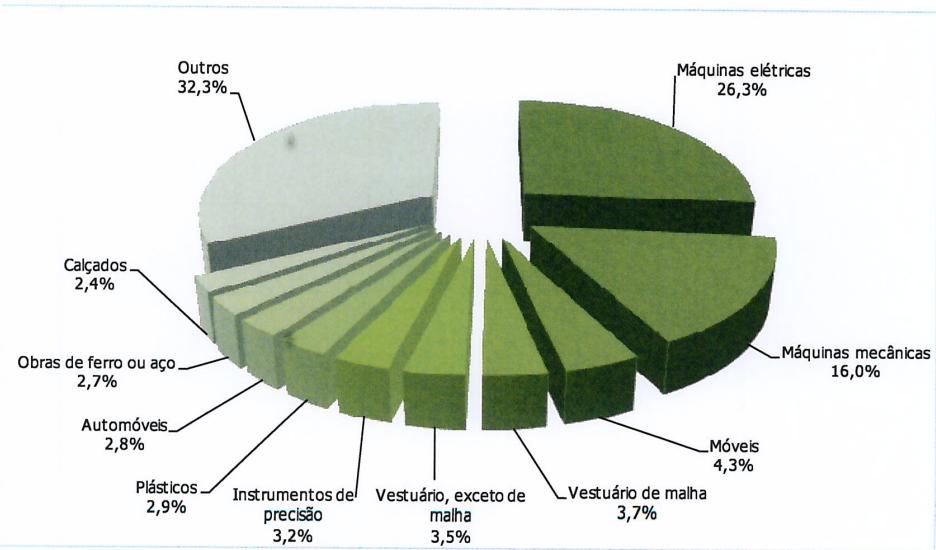


Composição das exportações da China
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	600	26,3%
Máquinas mecânicas	365	16,0%
Móveis	99	4,3%
Vestuário de malha	84	3,7%
Vestuário, exceto de malha	79	3,5%
Instrumentos de precisão	74	3,2%
Plásticos	66	2,9%
Automóveis	63	2,8%
Obras de ferro ou aço	61	2,7%
Calçados	54	2,4%
Subtotal	1.545	67,7%
Outros	737	32,3%
Total	2.282	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

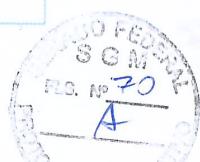
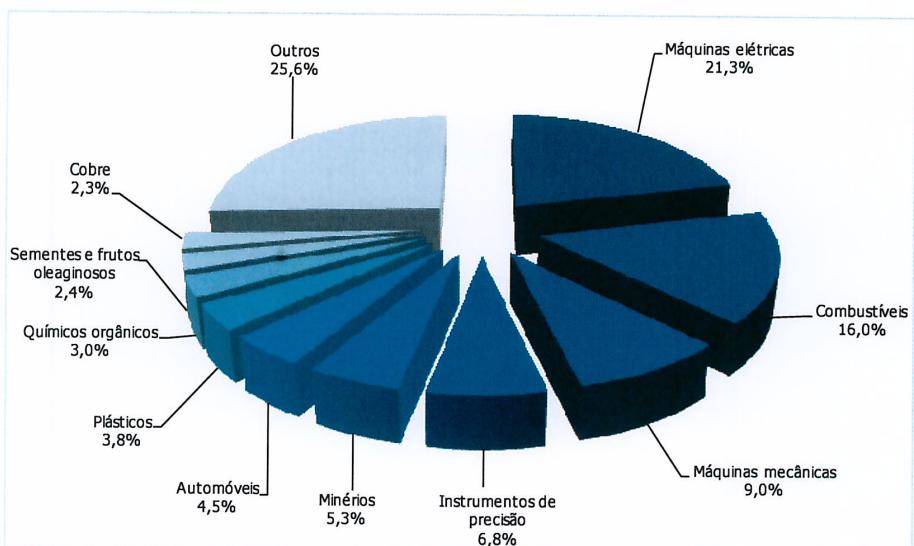


Composição das importações da China
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	432	21,7%
Combustíveis	199	16,2%
Máquinas mecânicas	157	9,1%
Instrumentos de precisão	100	6,9%
Minérios	95	5,4%
Automóveis	70	4,6%
Plásticos	66	3,8%
Químicos orgânicos	48	3,1%
Sementes e frutos oleaginosos	40	2,4%
Cobre	38	2,3%
Subtotal	1.245	74,0%
Outros	437	26,0%
Total	1.682	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

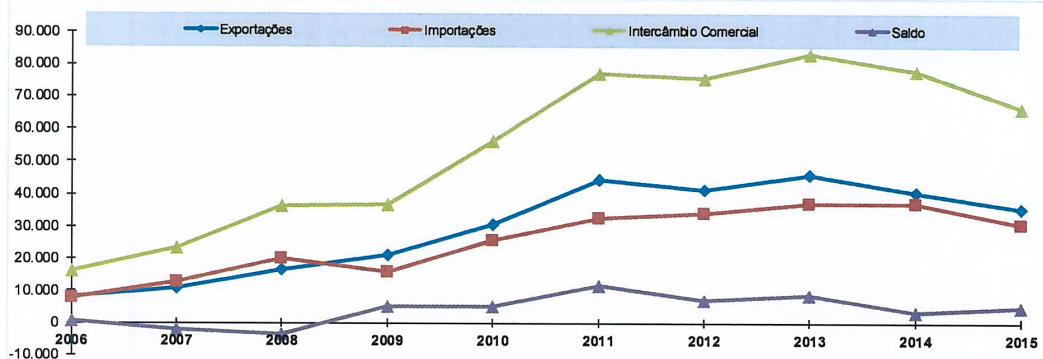
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - China
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	8.402	22,9%	6,10%	7.990	49,2%	8,75%	16.303	33,7%	7,11%	502
2007	10.749	27,9%	6,69%	12.621	58,0%	10,46%	23.370	43,3%	8,31%	-1.872
2008	16.523	53,7%	8,35%	20.044	58,8%	11,59%	36.567	56,5%	10,96%	-3.522
2009	21.004	27,1%	13,73%	15.911	-20,6%	12,46%	36.915	1,0%	13,15%	5.093
2010	30.786	46,6%	15,25%	25.595	60,9%	14,08%	56.381	52,7%	14,69%	5.190
2011	44.315	43,9%	17,31%	32.791	28,1%	14,49%	77.105	36,8%	15,99%	11.524
2012	41.228	-7,0%	17,00%	34.251	4,5%	15,35%	75.479	-2,1%	16,21%	6.976
2013	46.026	11,6%	19,02%	37.304	8,9%	15,56%	83.330	10,4%	17,30%	8.722
2014	40.616	-11,8%	18,04%	37.345	0,1%	16,30%	77.961	-6,4%	17,16%	3.271
2015	35.608	-12,3%	18,63%	30.719	-17,7%	17,92%	66.327	-14,9%	18,29%	4.888
2016 (jan-mai)	15.695	14,3%	21,36%	9.221	-36,1%	5,37%	24.916	-11,5%	115,52%	6.474
Var. % 2006-2015	323,8%	--	--	284,5%	--	--	306,8%	--	n.c.	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



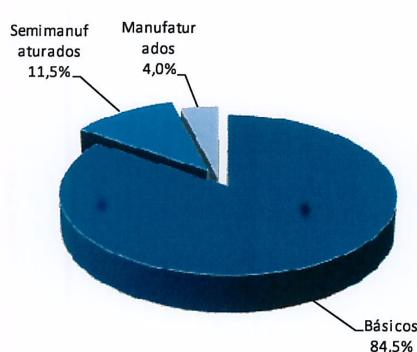
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ milhões

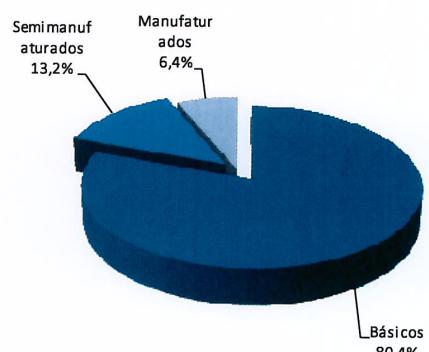
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

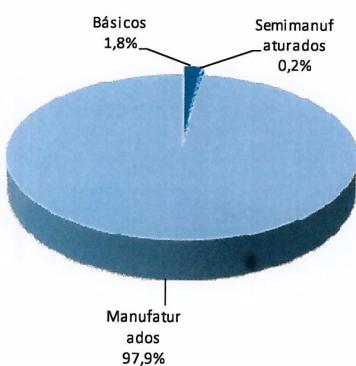


2015

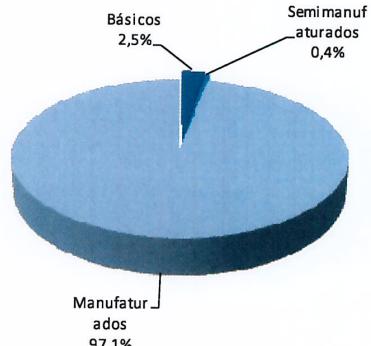


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

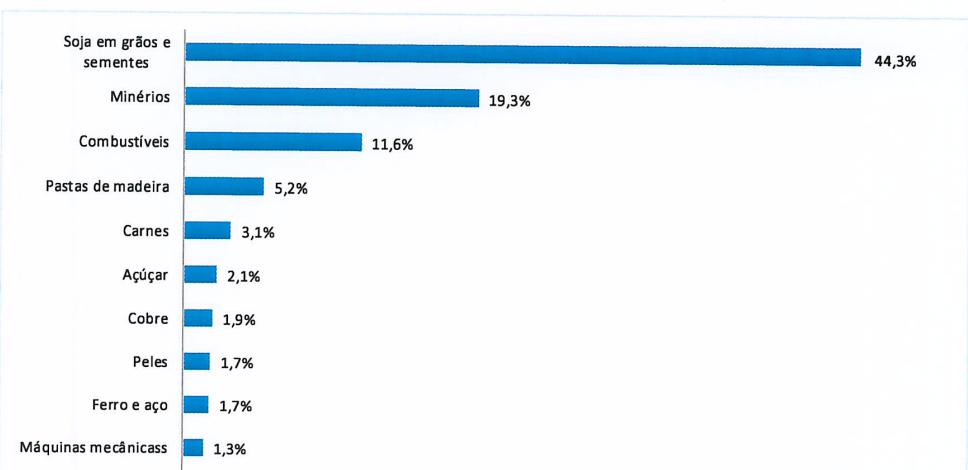


Composição das exportações brasileiras para a China
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja em grãos e sementes	17.148	37,3%	16.616	40,9%	15.789	44,3%
Minérios	16.394	35,6%	12.709	31,3%	6.875	19,3%
Combustíveis	4.035	8,8%	3.474	8,6%	4.142	11,6%
Pastas de madeira	1.582	3,4%	1.711	4,2%	1.862	5,2%
Carnes	446	1,0%	521	1,3%	1.094	3,1%
Açúcar	1.433	3,1%	880	2,2%	764	2,1%
Cobre	616	1,3%	327	0,8%	662	1,9%
Peles	643	1,4%	826	2,0%	621	1,7%
Ferro e aço	597	1,3%	530	1,3%	592	1,7%
Máquinas mecânicas	283	0,6%	207	0,5%	462	1,3%
Subtotal	43.177	93,8%	37.801	93,1%	32.863	92,3%
Outros produtos	2.849	6,2%	2.815	6,9%	2.745	7,7%
Total	46.026	100,0%	40.616	100,0%	35.608	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

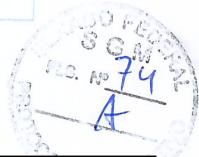
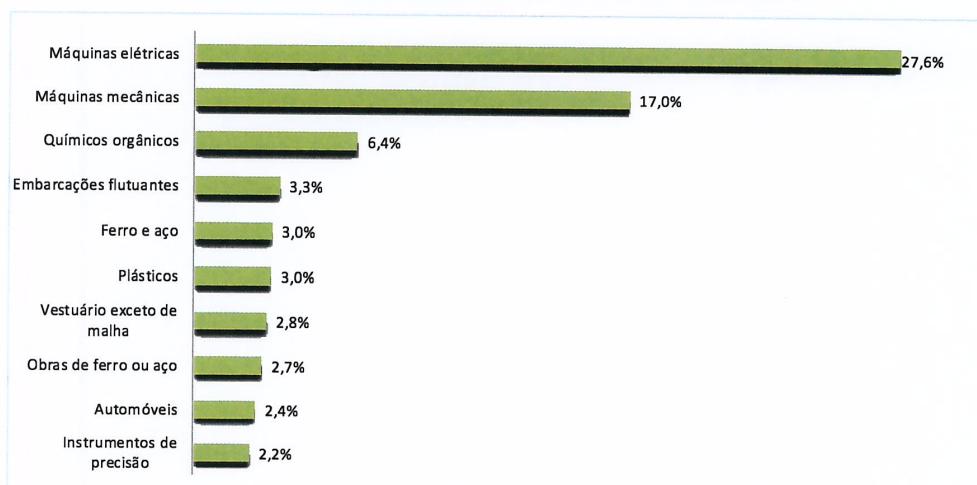


Composição das importações brasileiras originárias da China
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	10.869	29,1%	10.898	29,2%	8.471	27,6%
Máquinas mecânicas	8.132	21,8%	7.151	19,1%	5.230	17,0%
Químicos orgânicos	2.184	5,9%	2.233	6,0%	1.960	6,4%
Embarcações flutuantes	283	0,8%	482	1,3%	1.024	3,3%
Ferro e aço	978	2,6%	1.388	3,7%	936	3,0%
Plásticos	1.006	2,7%	1.070	2,9%	928	3,0%
Vestuário exceto de malha	884	2,4%	935	2,5%	872	2,8%
Obras de ferro ou aço	1.017	2,7%	978	2,6%	820	2,7%
Automóveis	1.034	2,8%	1.002	2,7%	744	2,4%
Instrumentos de precisão	789	2,1%	780	2,1%	671	2,2%
Subtotal	27.176	72,9%	26.917	72,1%	21.656	70,5%
Outros produtos	10.128	27,1%	10.428	27,9%	9.063	29,5%
Total	37.304	100,0%	37.345	100,0%	30.719	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

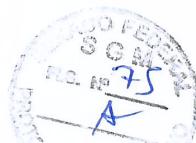
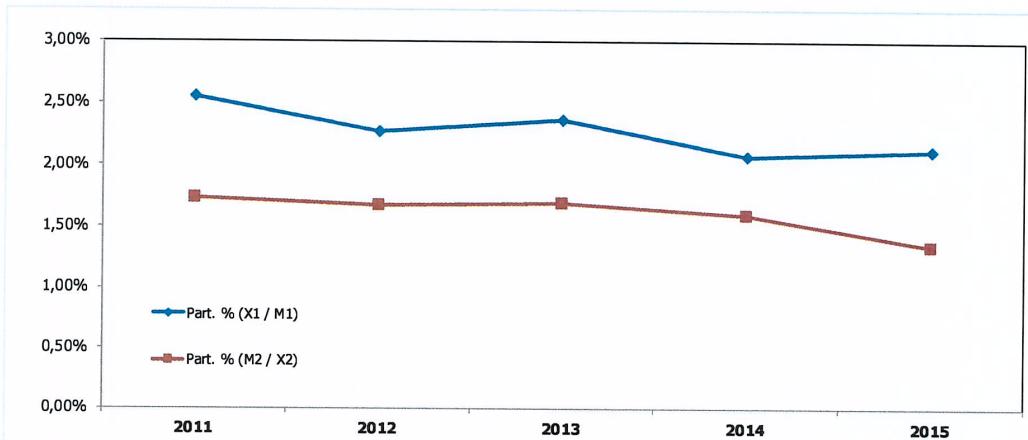
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Part. % do Brasil no comércio da China
US\$ milhões

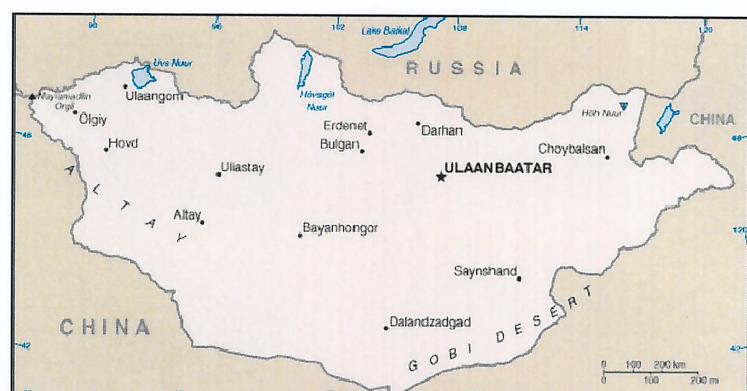
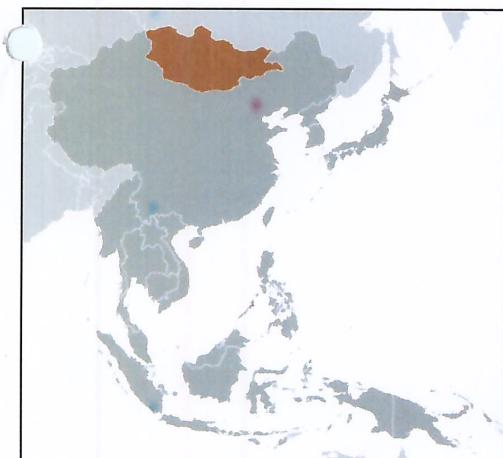
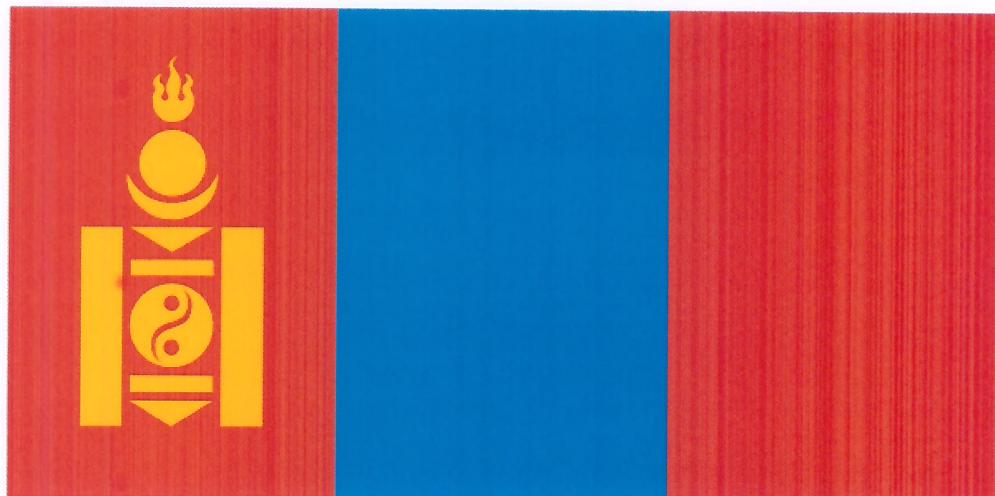
Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a China (X1)	44.315	41.228	46.026	40.616	35.608	-19,6%
Importações totais da China (M1)	1.743.395	1.818.199	1.949.992	1.958.021	1.681.671	-3,5%
Part. % (X1 / M1)	2,54%	2,27%	2,36%	2,07%	2,12%	-16,7%
Importações do Brasil originárias da China (M)	32.791	34.251	37.304	37.345	30.719	-6,3%
Exportações totais da China (X2)	1.898.388	2.048.782	2.209.007	2.342.343	2.281.856	20,2%
Part. % (M2 / X2)	1,73%	1,67%	1,69%	1,59%	1,35%	-22,1%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da China e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

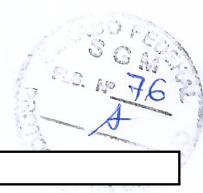


MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MONGÓLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2016



DADOS BÁSICOS SOBRE A MONGÓLIA

NOME OFICIAL:	Mongólia
CAPITAL:	Ulaanbaatar
ÁREA:	1.564.116 km ²
POPULAÇÃO (2015)	2,93 milhões
IDIOMA OFICIAL:	mongol
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	budismo (53%), islamismo (3%), xamanismo (2,9%), cristianismo (2,1%), outras religiões (0,4%), sem religião (38,6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República unitária semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral, constituído pela Grande Assembleia do Estado. Nome original: <i>Ulsyn Ikh Hural</i> . Comumente chamado de Grande Hural
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Tsakhiagiin Elbegdorj (2009-2013 primeiro mandato; desde 10 de julho de 2013, para o segundo mandato)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Chimed Saikhanbileg (desde 21 de novembro de 2014)
CHANCELER:	Lundeg Purevsuren (desde 10 de dezembro de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2014):	US\$ 11,73 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2014):	US\$ 29,71 bilhões
PIB PER CAPITA (2014):	US\$ 4.008
PIB PPP PER CAPITA (2014):	US\$ 10.157
VARIAÇÃO DO PIB:	9,1% (2014); 11,7% (2013); 12,4% (2012)
IDH (2014):	0.727 (90º posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	69,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (2008)	98,46%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2014):	4,8% (fonte: Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA	tögrög
EMBAIXADORA EM BRASILÍA	Sosormaa Chuluunbaatar
BRASILEIROS NO PAÍS	Não há registro de comunidade brasileira na Mongólia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MONGÓLIA (fonte: MDIC)

Brasil - Mongólia	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	12.531	13.591	128.262	1.869.122	2.468.489	2.877.720	5.561.530	949.276	1.266.296
Exportações	12.531	13.591	104.024	1.869.122	2.466.844	2.877.664	5.546.071	814.389	1.194.527
Importações	0.0	0.0	24.624	0.0	1.645	56	15.459	134.887	72.399
Saldo	12.531	13.591	79.400	1.869.122	2.465.199	2.877.608	5.530.612	679.502	1.122.128

Informação elaborada em 15/06/2016 por Germano Corrêa. Revisada por Orlando Leite Ribeiro, em 20/06/2016

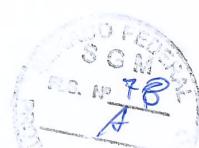
APRESENTAÇÃO

A Mongólia é um estado mediterrâneo do leste da Ásia. Tem fronteiras com apenas dois países — China e Rússia —, circunstância geográfica determinante para a evolução histórica do país. A capital, Ulaanbaatar, concentra cerca de 45% da população do país.

O território ocupado atualmente pela Mongólia foi dominado por numerosos impérios nômades de povos autóctones. Em 1206, Genghis Khan fundou o Império Mongol. Seu neto, Kublai Khan, expandiu as fronteiras do Império e conquistou a China, estabelecendo a dinastia Yuan, em 1271. Com a queda da dinastia Yuan, em 1368, os mongóis retornaram a período de disputas entre facções, com breves interrupções. No século XVII, a dinastia Qing, que dominava a China, incorporou a Mongólia.

Com a queda dos Qing, em 29 de dezembro 1911, os mongóis declararam independência. A independência de fato, entretanto, seria obtida apenas com a Revolução de 1921, feita com o auxílio do Exército Vermelho da União Soviética e que culminou com a fundação da República Popular da Mongólia, em 1924. Até 1990, o país foi fortemente influenciado pela URSS. Com o colapso do bloco soviético, em 1989, inicia-se rápido processo de abertura democrática na Mongólia. Em 1990, foram realizadas as primeiras eleições democráticas e, dois anos depois, aprovada a atual Constituição, que prevê um sistema de democracia representativa, garantindo liberdade de culto, direitos inalienáveis, ciclos eleitorais, entre outros.

A economia da Mongólia é baseada em vastas reservas minerais. O setor de mineração é responsável por cerca de 20% do PIB, 20% das receitas estatais e 80% das exportações mongóis, que se direcionam majoritariamente à China (84% do total exportado).



PERFIS BIOGRÁFICOS

TSAKHIAGIIN ELBEGDORJ
presidente da República



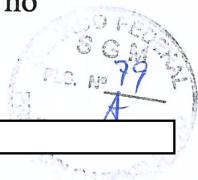
Nasceu em Zereg Sum, em 1963, é casado e pai de cinco filhos. Fluente em inglês e russo. Viveu e cresceu em comunidade nômade. No início da década de 1980, foi mecânico e serviu no Exército Popular Mongol. Em 1988, graduou-se em jornalismo pela Universidade Ivan Franko, na Ucrânia, e, em 2002, concluiu mestrado em administração pública pela Escola de Governo John F. Kennedy, da Universidade de Harvard.

Durante a juventude, integrou movimentos de resistência ao regime comunista mongol. De 1989 a 1991, participou da fundação do movimento democrático e anticomunista chamado União Democrática Mongol e convocou as primeiras manifestações em favor da democracia e reformas. Fundou o primeiro jornal independente da Mongólia, Democracia, em 1990, sendo seu primeiro editor-chefe. Participou, ainda, da criação do primeiro canal de televisão independente do país.

Nas eleições de julho de 1990, tornou-se congressista, e, durante seus quatro mandatos, ocupou os cargos de vice-presidente e de líder da maioria.

Assumiu a Presidência da República pela primeira vez em 2009, após haver exercido em duas ocasiões a função de primeiro-ministro (na primeira vez, em 1998, foi o mais jovem ocupante do cargo). Em 2013, foi reeleito para mandato presidencial por mais quatro anos.

Visitou o Brasil, em caráter privado, em junho de 2012, para receber o prêmio *Champions of the Earth* (Campeões da Terra), conferido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no contexto da Conferência Rio+20.



CHIMED SAIKHANBILEG
primeiro-ministro

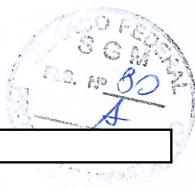


Nasceu na província de Dornod em 1969. Fluente em russo e em inglês. Formado em história, em 1991, pela Universidade de Moscou, e em direito, em 1995, pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional da Mongólia. Em 2002, cursou mestrado em direito pela Universidade George Washington, nos EUA.

Foi secretário da Federação da Juventude Mongol de 1991 a 1997, cargo que manteve mesmo estudando em Moscou.

Em 1996, foi eleito pela primeira vez para o Grande Hural (Parlamento mongol). Entre 1997 e 2002, presidiu a Federação da Juventude Mongol. De 1998 a 1999, foi ministro da Educação, Ciência e Cultura. De 2002 a 2004, atuou em firma de advocacia. De 2004 a 2008, foi diretor da Agência de Informação, Comunicação e Tecnologia do governo mongol. De 2008 a 2012, exerceu novo mandato no Grande Hural, ocasião em que liderou o Partido Democrático (DP). Em 2012, foi reeleito e chefiou o gabinete de seu antecessor, primeiro-ministro Dendeviin Terbishdagva.

Tornou-se primeiro-ministro em novembro de 2014. Seu nome foi endossado por 44 dos 46 parlamentares que votaram no Grande Hural - os demais 30 integrantes não compareceram.



RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, num momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores (intitulada de "terceiros vizinhos"), diante dos sinais de declínio dos regimes comunistas do Leste Europeu. Em janeiro daquele ano, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Unidos. Desde então, tem procurado consolidar um regime político de perfil democrático e um sistema econômico fundado nas forças do mercado.

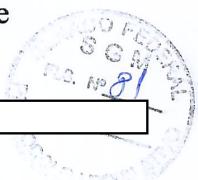
A Mongólia vê no Brasil um país em desenvolvimento com importante projeção no plano regional e internacional, dotado de setores industriais e tecnológicos de vanguarda e com potencial para realizar investimentos em seu território. O setor de mineração desperta muito interesse, tanto pela possibilidade de troca de experiências no campo da regulação quanto pela perspectiva de investimentos brasileiros em projetos mongóis. A parte mongol tem manifestado interesse na cooperação em agricultura.

Em 12 de junho de 2014, a Mongólia instalou embaixada residente em Brasília, a primeira na América do Sul. Desde então, as relações bilaterais têm crescente dinamismo, expresso na assinatura de acordos em diversas áreas de cooperação. De nossa parte, a embaixada do Brasil em Pequim é cumulativa com Ulaanbaatar.

A Mongólia conta com cônsul honorário na cidade do Rio de Janeiro, e o Brasil indicou cidadã mongol como cônsul honorária em Ulaanbaatar.

Desenvolvimentos recentes

Em 21 de setembro de 2015, o ministro de estado, embaixador Mauro Vieira, assinou, juntamente com a embaixadora da Mongólia em Brasília, Sosormaa Chuluunbaatar, os seguintes atos bilaterais: Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia; Entendimento Recíproco por Troca de Notas para Isenção de Vistos de Curta Duração; e Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia sobre cooperação entre academias diplomáticas. Esses três atos somam-se ao Memorando de



Entendimento sobre Esportes, assinado, em maio de 2015, em Pequim, totalizando quatro atos bilaterais assinados em 2015.

De 21 a 23 de setembro de 2015, o ministro da Mineração, Jigjid Rentsendoo, fez visita a Brasília, com o objetivo de trocar experiências a respeito de aspectos econômicos, sociais e ambientais da atividade mineira, em geral, e da mineração em pequena escala, em particular.

Em outubro de 2015, delegação de atletas mongóis participou da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas, sediados em Palmas. Na ocasião, representantes do Ministério dos Esportes do Brasil e do Ministério da Saúde e Esportes da Mongólia realizaram a 1ª Reunião de Consultas entre as duas instituições, no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Esportes, acima mencionado.

Em junho de 2012, o presidente Tsakhiagiin Elbegdorj visitou o Rio de Janeiro para receber o prêmio *Champions of the Earth*, conferido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A Mongólia participou, naquela ocasião, da Conferência Rio+20, com delegação chefiada pelo secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior (nível de vice-ministro), Batkhishig Badamdjorj.

As reuniões bilaterais com a parte mongol evidenciaram, até o momento, a possibilidade de cooperação nas seguintes áreas: energia e mineração; educação; esportes; agricultura e sanidade animal; e consular.

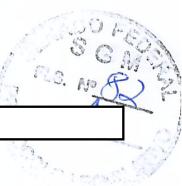
Cooperação bilateral

Comércio e investimentos

De acordo com os dados brasileiros, entre 2005 e 2015, o comércio bilateral entre o Brasil e a Mongólia reduziu de US\$ 1,869 milhão para US\$ 1,267 milhão. Os fluxos comerciais são, basicamente, os valores registrados das exportações, uma vez que as importações brasileiras da Mongólia são pouco expressivas. O saldo comercial, portanto, é estruturalmente favorável ao Brasil. No último triênio os superávits foram de US\$ 680 mil (2013); US\$ 1,339 milhão (2014) e 1,112 milhão (2015).

Em 2015, as exportações totalizaram US\$ 1,195 milhão. Os principais grupos de produtos embarcados para a Mongólia foram: i) açúcares e produtos de confeitoraria (US\$ 668 mil; equivalentes a 55,9% do total); ii) Peles e couros (US\$ 285 mil; 23,9%); e iii) Carnes (US\$ 131 mil; 10,9%).

Ainda segundo os dados brasileiros, nos últimos dez anos as modestas importações brasileiras originárias da Mongólia tiveram registros bastante diferenciados em cada ano, mantendo-se sempre em níveis muito



baixos. Em 2015, a soma das importações vindas da Mongólia alcançou o valor de US\$ 72 mil. O principal grupo de produtos adquirido pelo Brasil da Mongólia, em 2015, foi o que inclui fibras sintéticas ou artificiais (valor de US\$ 62 mil; equivalentes a 85,4% do total).

Mineração e energia

O setor de mineração é responsável por cerca de 20% do PIB, 20% das receitas estatais e 80% das exportações mongóis, que se direcionam majoritariamente à China (84% do total exportado). Cobre é o principal produto exportado, seguido por carvão, minério de ferro, petróleo bruto e ouro. As reservas de cobre e de minerais não-ferrosos são exploradas em sua maioria por empresas estrangeiras, principalmente chinesas. O país tem, igualmente, grandes reservas de ferro e carvão.

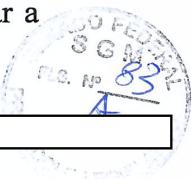
O Governo mongol tem procurado atrair investimentos na área mineradora, com oferta de licenças de exploração em extensas áreas. Em 2011, promoveu licitação internacional para exploração da mina Tavan Tolgoi, uma das maiores minas de carvão a céu aberto do mundo, da qual a Vale participou sem sucesso. A empresa brasileira, que tinha escritório de representação em Ulaanbaatar (dedicado à pesquisa e prospecção de cobre, níquel e carvão), encerrou suas atividades na Mongólia em 2012. A empresa preservou apenas a razão social de sua subsidiária na Mongólia, a empresa Thetis Mining.

A energia consumida na Mongólia provém quase inteiramente de combustíveis fósseis – carvão e petróleo. O país vem promovendo, contudo, o uso de fontes renováveis de energia, tendo divulgado meta de alcançar entre 20-25% de participação de energias limpas na matriz energética até 2020. A Mongólia não possui reservas significativas de petróleo ou gás. Sua produção é pequena (14 mil barris diários) e, como não possui refinarias, importa todos os derivados de petróleo que consome.

Cooperação agrícola

A Mongólia tem vasto território e grande potencial para o desenvolvimento agropecuário, o que cria oportunidades de cooperação com o Brasil.

Em outubro de 2011, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve da Mongólia. O Memorando prevê a criação de Grupo de Trabalho Conjunto (GTC) para aprofundar a



cooperação. Por problemas de agenda e restrições orçamentárias do MAPA, o GTC ainda não se reuniu.

Em agosto de 2015, o MAPA manifestou interesse em iniciar a implementação do Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação. A esse respeito, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), autarquia ligada ao MAPA, indicou que poderá contribuir em duas vertentes: a) gestão e difusão do conhecimento e informações agrícolas, principalmente na troca de conhecimentos a respeito do processo de sistematização de pesquisa da produção agrícola, dos preços agropecuários e no uso da geotecnologia no processo de acompanhamento e avaliação da safra agrícola; e b) promoção de ações relacionadas ao planejamento, coordenação, controle, análise e avaliação de programas voltados à produção familiar, propondo uma agenda de capacitação e visita.

Cooperação industrial

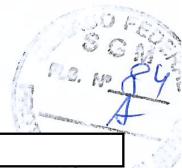
Encontra-se em avaliação, no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, proposta mongol de Memorando de Entendimento para cooperação industrial. A eventual celebração do Memorando, com ênfase especificamente na troca de informações e de missões para conhecer experiências bem-sucedidas, poderia trazer estímulo à Mongólia no desenvolvimento de seu ainda incipiente setor industrial. Eventual intercâmbio bem-sucedido de experiências no setor industrial poderia suscitar o interesse de empresas brasileiras em investir no país asiático. Deve-se ressaltar que a Mongólia está buscando diversificar sua economia, concentrada, ainda, em mineração e agricultura.

Educação e esportes

Brasil e Mongólia celebraram Acordo de Cooperação Educacional em 21/09/2015. O texto, que atualmente tramita na Esplanada, poderá, quando ratificado, fundamentar juridicamente a inclusão da Mongólia nos programas oficiais de mobilidade acadêmica do Governo brasileiro, tais como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

O Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Esportes foi firmado, em Pequim, em maio de 2015. A parte brasileira apresenta disposição em desenvolver cooperação bilateral nas modalidades de futebol feminino e esportes equestres.

Em outubro de 2015, delegação de atletas mongóis participou da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas, sediados em Palmas. Na



ocasião, representantes do Ministério dos Esportes do Brasil e do Ministério da Saúde e Esportes da Mongólia realizaram a 1ª Reunião de Consultas entre as duas instituições, no âmbito do Memorando de Entendimento.

Academias diplomáticas

Brasil e Mongólia assinaram em 21 de setembro de 2015 Memorando de Entendimento com o objetivo de promover a cooperação no treinamento de diplomatas.

O Acordo prevê a troca de informações entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil/IRBr e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia sobre seus respectivos programas de estudo, o intercâmbio de professores, estudantes, a organização de seminários em conjunto e o intercâmbio de publicações.

A Mongólia solicitou a participação de diplomata mongol no curso de Formação IRBr 2017. O pedido será avaliado no momento oportuno à luz das prioridades e da disponibilidade de vagas.

Temas sociais e combate à pobreza

Por ocasião da 3ª Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas (2012), a parte brasileira suscitou a possibilidade de iniciar-se cooperação bilateral na área de programas sociais, tendo em vista a experiência brasileira acumulada em segurança alimentar e nutricional, pesca artesanal, desenvolvimento agrário e assistência humanitária, o que foi bem acolhido pela delegação mongol. A parte brasileira encaminhou às autoridades mongóis informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o "PAA África", que o Brasil promove no continente africano, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, bem como sobre o Programa Fome Zero.

Cooperação humanitária

O Brasil concedeu, em 2010, doações humanitárias para a Mongólia, no valor de US\$ 100 mil, por meio do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) naquele país, e de US\$ 350 mil por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em função do severo inverno seguido de período de seca, fenômeno chamado *dzud*, que, naquele ano, afetou severamente populações rurais daquele país.



Cooperação parlamentar

O Grande Hural conta com Grupo de Amizade Brasil-Mongólia, criado em 2008, que tem atualmente 11 membros.

Há duas matérias relativas a grupos parlamentares de amizade Brasil-Mongólia em tramitação no Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, foi aprovado, em 2013, o projeto de resolução da Câmara nº179/2013, transformado na resolução da Câmara dos Deputados nº 44/2013. Não foi realizada, entretanto, reunião de instalação do grupo. No Senado Federal, tramita o projeto de resolução nº 56/2015. A matéria encontra-se, desde 26/11/2015, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde aguarda manifestação do relator, senador Lasier Martins (PDT/RS).

Assuntos consulares

Não há comunidade brasileira na Mongólia. A rede consular brasileira no país é composta pelo consulado honorário em Ulaanbaatar, que tem jurisdição sobre toda a Mongólia e é representado pela senhora Khulan Zumbee.

Por acordo assinado em 2007, Brasil e Mongólia isentaram portadores de passaporte diplomático e oficial de vistos para estadas de até 90 dias. Para funcionários acreditados, a isenção é pelo prazo da missão.

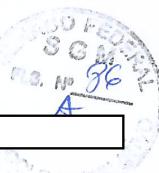
Está em vigor, desde outubro de 2015, entendimento recíproco, por troca de notas, que isenta de vistos nacionais de ambos os países para viagens de turismo e negócios.

POLÍTICA INTERNA

Antes do fim da União Soviética, o sistema político mongol emulava, em grande medida, a arquitetura do vizinho do norte. Com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, a Mongólia iniciou transição para um sistema multipartidário e com economia de mercado. Em 1986, as tropas da URSS deixaram o país, e, em 1990, os partidos políticos foram legalizados, realizando-se eleições para o Grande Hural. Em geral, caracteriza-se o ano de 1990 como o da "revolução democrática" no país. Em 1992, foi promulgada a Constituição da Mongólia (em vigor), que estabelece direitos e liberdades civis.

A cena política mongol é composta atualmente pelos seguintes partidos políticos principais:

(i) *Partido Democrata da Mongólia (PD)*: formado pela fusão de lideranças políticas e movimentos de proa na chamada revolução



democrática de 1990, que pôs fim ao comunismo no país. O atual PD foi fundado em 2000 pela união do Partido Nacional Democrático Mongol e do Partido Social Democrata Mongol. De vertente liberal, é o principal partido do país atualmente. É a agremiação a que pertence o atual presidente, Tsakhiagiin Elbegdorj.

(ii) Partido Popular Mongol (PPM): Em sua atual versão, o PPM foi criado em 2010 como sucessor do antigo Partido Revolucionário do Povo Mongol, de inspiração leninista, fundado em 1920. Essa força política comunista operou sob o nome PPM até 1924, quando foi rebatizado PRPM. Em 2010, os membros decidiram retornar ao nome original do partido (PPM). Mais importante que a alteração do nome, o PPM adotou ideário assimilável à social-democracia. Não é alteração menor, tendo em vista tratar-se da única força política da Mongólia durante todo o regime comunista, que operou sob sistema de partido único. Parcada do partido, descontente com a decisão de 2010, cindiu-se e formou o atual PRPM.

(iii) Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM): reúne os partidários do ex-presidente Nambaryn Enkhbayar (2005-2009) que, descontentes com a adoção, pelo PPM, de ideário social-democrata, fundaram nova agremiação com a sigla do antigo partido único sob o regime comunista. Em sua versão atual, disputou apenas as eleições presidenciais de 2013.

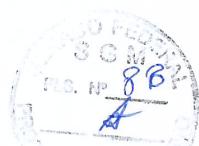
Embora de relevância decrescente, a clivagem capital-interior ainda tem importância na política partidária mongol. Com 2,9 milhões de habitantes, a Mongólia tem cerca de 62% da população vivendo nas cidades. O maior centro urbano, a capital Ulaanbaatar, conta com 950 mil habitantes. Enquanto o PPM mantém bases fortes no interior, inclusive junto à população nômade, o PD concentra sua base de apoio na capital do país. As eleições parlamentares de 2012 indicam que essa divisão no eleitorado é ainda significativa.

Na atual legislatura, os 76 assentos do Grande Hural dividem-se na seguinte proporção: Partido Democrático (PD), 33 parlamentares; Partido do Povo Mongol (PPM), 25 cadeiras; Coalizão Justiça, entre o Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM) e o Partido Nacional Democrata Mongol, 11 assentos; independentes, 4 parlamentares; Partido Verde, 2; e assentos vacantes, 4. Sua distribuição geográfica confirma a maior força do PPM no interior e a supremacia do PD em Ulaanbaatar.

O atual primeiro-ministro, Chimed Saikhanbileg, foi escolhido em novembro de 2014, após conturbado momento político no país que redundou na queda de seu antecessor, Norovyn Altankhuyag. Do mesmo PD do presidente Elbegdorj, Saikhanbileg foi escolhido com a difícil



função de retomar as robustas taxas de crescimento econômico do país, afetadas com a queda dos preços das commodities (sobretudo minérios, principal recurso do país) e com o relativo declínio da demanda chinesa (principal mercado para a Mongólia).



POLÍTICA EXTERNA

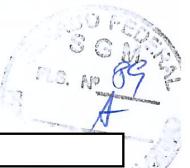
Com seu território encrustado entre a Rússia e a China, a circunstância geográfica da Mongólia foi fator que, historicamente, exerceu forte influência nas relações exteriores do país, concentradas na parceria com os dois vizinhos. Se, no período comunista, a parceria com a União Soviética era o aspecto preponderante das relações exteriores, desde a abertura do país, a China tornou-se seu parceiro preferencial. Conforme dados de 2015, das exportações de bens mongóis, 85% foram destinadas à China. Pelo lado das importações, a China é origem de 41,0% do total de bens adquiridos pela Mongólia e a Rússia de 28,3%.

Nas duas últimas décadas, a Mongólia tem procurado diversificar suas parcerias, explorando a inserção em diferentes sistemas sub-regionais asiáticos, em especial as relações com as duas Coreias, com a Ásia Central (aderiu à Organização para Cooperação de Xangai, como membro observador em 2004), e com os países da ASEAN (aderiu, em 2005, ao Tratado de Cooperação e Amizade no Sudeste Asiático). Tem buscado, também, ampliar seus canais de contato com outras regiões do mundo, na linha da chamada "política de terceiros vizinhos", além de uma participação mais ativa em organismos multilaterais.

A mais recente iniciativa de política externa da Mongólia foi a declaração, em setembro de 2015, de "estado de neutralidade permanente". O país apresentou, em outubro de 2015, na Primeira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), um projeto de resolução sobre a "neutralidade permanente da Mongólia". O projeto tem apenas duas cláusulas operativas: i) reconhecimento e apoio do status de neutralidade permanente da Mongólia; e ii) chamamento aos Estados-membros a respeitarem e apoiarem esse status da Mongólia, além de respeitarem sua independência, soberania, integridade territorial, a inviolabilidade de suas fronteiras e sua política externa neutra e independente.

Em encontro com o Diretor de Organismos Internacionais, em outubro de 2015, a embaixadora da Mongólia em Brasília, Sosormaa Chuluunbaatar, explicou que a neutralidade "de facto" de seu país decorre da sua especificidade geográfica, como país sem saída para o mar, situado, em suas palavras, "entre dois gigantes" (Rússia e China). O objetivo seria agora torná-la "oficial" por meio da adoção de uma resolução das Nações Unidas que consagre de modo mais amplo essa condição de país neutro.

O estreitamento das relações com os Estados Unidos tem constituído outra via explorada pela Mongólia. Após os atentados de 11 de



setembro de 2001, ofereceu-se como base de apoio para projeção militar norte-americana na Ásia Central, facilitando sobrevoos em seu território e locais de treinamento para contingentes da coalizão. A Mongólia também contribuiu com efetivos para a intervenção no Iraque. Recorda-se que, em sua região, a Mongólia integra dois importantes agrupamentos ligados ao tema de segurança: a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), como país-observador; e o Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN (fórum para assuntos de defesa), como membro pleno.

Em razão de suas boas relações com as duas Coreias, busca também contribuir para a questão da Península Coreana. Neste sentido, sediou duas reuniões intercoreanas e um encontro de representantes das Conversações Hexapartites sobre Desnuclearização da Península Coreana. Vale ressaltar que a Mongólia se declarou "Estado livre de armas nucleares", algo de grande relevância para o contexto do Nordeste Asiático.

O Japão também constitui importante parceiro da Mongólia. Em fevereiro de 2015, os dois países assinaram o Acordo para uma Parceria Econômica, o primeiro tratado de livre comércio firmado pelo Governo mongol.

No plano extrarregional, a Mongólia é país-membro do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), desde 2010, e participou da V Reunião Ministerial do FOCALAL em Buenos Aires, em agosto de 2011.



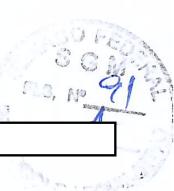
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Impulsionada por sua abundante riqueza mineral, a Mongólia beneficiou-se, nos últimos anos, do boom das commodities, o que se refletiu em elevadas taxas de crescimento.

Apesar de um aumento substancial da produção mineradora, o crescimento do produto interno bruto (PIB) da Mongólia caiu de 11,6%, em 2013, para 7,8%, em 2014. A estimativa do FMI para 2015 é de crescimento de 2,3% O investimento direto estrangeiro caiu em relação aos anos anteriores e o estímulo monetário que manteve um crescimento elevado em 2013 tornou-se cada vez mais difícil de se sustentar diante da pressão de inflação e do déficit na balança de pagamentos. A entrada em funcionamento do complexo de mineração de cobre e ouro da mina de Oyu Tolgoi foi responsável pelo notável crescimento do setor de mineração mongol de 24,2%, em 2014, a despeito de uma queda de 16,3% na produção de carvão do país.

A mina de Oyu Tolgoi, desenvolvida em joint venture pela australiana Rio Tinto e pelo Governo da Mongólia, é o maior empreendimento econômico da história da Mongólia. Espera-se que em seu pico de produção responda por até 30% do PIB do país, o que, se por um lado pode ajudar a manter o forte crescimento econômico dos últimos anos, por outro lado, pode torná-lo demasiadamente suscetível à variação no preço das commodities minerais. A despeito do crescimento da produção mineral, a previsão para os próximos anos é de desaquecimento moderado do ritmo do crescimento da economia mongol, em função dos ajustes das políticas fiscal e monetária do país com vistas à contenção da inflação.

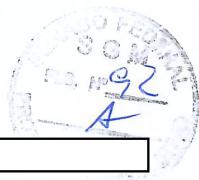
Nos últimos dez anos, as exportações mongóis de bens cresceram 180,8%, passando de US\$ 1,603 bilhão em 2006, para US\$ 4,502 bilhões, em 2015. No ano passado, as exportações da Mongólia assinalaram queda de 22,2% sobre os valores de 2014. A China é, de longe, o principal mercado para os produtos mongóis, em razão do elevado grau de complementaridade das respectivas pautas e da proximidade geográfica. Dessa forma, em 2015, a China absorveu 84% do total das vendas externas da Mongólia. Seguem, como demais parceiros, a Suíça (9% do total), o Japão (1,2%) e a Itália (1,2%). O Brasil ocupou a 42ª posição entre os destinos dos produtos mongóis, com participação discreta. Conforme já salientado, a pauta de exportações mongol mostra alta concentração em produtos minerais e, portanto, em 2015, foram os seguintes os principais grupos de produtos ofertados pelo país: cobre e outros minérios (59,7% de



participação no total); carvão e petróleo (19,6%); e ouro e pedras preciosas (8,9%).

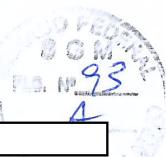
Entre 2006 e 2015, as importações mongóis cresceram 158%, passando de US\$ 1,485 bilhão para US\$ 3,831 bilhões no período. De 2014 a 2015, as importações caíram 28,7%. Os principais fornecedores da Mongólia em 2015 foram: China (41% de participação no total); Rússia (28,3%); Japão (6,5%); Coreia do Sul (3,8%); e Alemanha (2,7%). O Brasil, por sua vez, foi o 45º fornecedor. Em relação à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados pelo país, em 2015: combustíveis e lubrificantes (25,3% de participação); máquinas mecânicas (12%); e automóveis (9,3%).

Em relação a 2014, o saldo da balança em transações comerciais de bens aumentou 60,36%, alcançando superávit de US\$ 671 milhões em 2015. O superávit obtido pelo país em 2015 é reflexo tanto do fortalecimento da oferta mongol, com o aumento da produção mineral exportadora do país, quanto do decréscimo registrado pela demanda de importações da Mongólia.

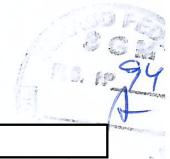


CRONOLOGIA HISTÓRICA

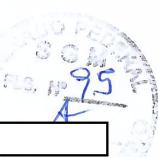
1206	Constitui-se como Estado a partir de tribos nômades de etnia mongol.
1206 a 1260	Após a unificação das tribos mongóis, Genghis Khan lança uma campanha para conquista. Seus filhos e netos criam um dos maiores impérios em extensão territorial da história.
1294	Com a morte de Kublai Khan, neto de Genghis Khan, o Império Mongol é dividido em quatro Impérios. O maior e mais poderoso, o Grande Khanato, ficou conhecido como a Dinastia Yuan e seu território incluía a Mongólia e a China.
1368	Enfraquecido, o império se fragmenta. Tropas Ming expulsam os mongóis de capital Dadu, atual Pequim. Com a derrota, a corte foge para o território mongol e funda a Dinastia Yuan Setentrional.
1388	Tropas Ming destroem a capital mongol, Karakorum. Segue-se período de violentas disputas entre facções e invasões chinesas.
1636	Início do domínio pelos manchu, fundadores da Dinastia Qing. Conquista os mongóis do sul, habitantes da região conhecida atualmente como Mongólia Interior.
1691	O império Qing oferece proteção para os mongóis do norte, habitantes do atual território mongol.
1911	Fim da dinastia Qing. A Mongólia declara independência. A Rússia e a República da China reconhecem sua autonomia.
1919	O exército chinês ocupa a Mongólia.
1920	Revolucionários mongóis fundam o Partido Popular da Mongólia e fazem contato com os bolcheviques na Sibéria.
1921	Com apoio do Exército Vermelho, revolucionários mongóis expulsam as forças chinesas nacionalistas e tropas czaristas e instalam o "Governo Popular Mongol".
1924	O Partido Popular escolhe o modelo leninista de "caminho para o socialismo cortornando o capitalismo" e renomeia o próprio Partido como Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM). Proclamação da República Popular da Mongólia.
1939	As tropas soviéticas e da Mongólia comandadas pelo general Zhukov derrotam uma invasão por forças japonesas na



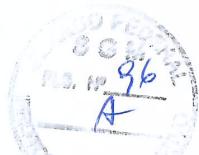
	Batalha de Khalkhyn Gol.
1945	Conferência de Yalta preserva o <i>status quo</i> — o controle soviético — na Mongólia. Mongóis votam pela independência em um plebiscito das Nações Unidas.
1949	São estabelecidas relações com a República Popular da China.
1961	Conselho de Segurança da ONU aprova a adesão da Mongólia à ONU.
1966	O Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, Brejnev, assina um tratado de assistência mútua em Ulaanbaatar permitindo permanência de tropas soviéticas na Mongólia.
1984	Com apoio soviético, o Secretário-Geral do Partido Revolucionário do Povo Mongol, Yumjaagiyn Tsedenbal, é retirado do poder. Seu sucessor, Jambyn Batmönkh, inicia políticas inspiradas na <i>glasnost</i> e <i>perestroika</i> .
1990	Protestos forçam a renúncia do Politburo do PRPM e a convocação de eleições. Os partidos políticos são legalizados.
1992	A nova Constituição da Mongólia dá prioridade aos direitos e liberdades civis. O nome oficial do país deixa de ser República Popular da Mongólia e passa a ser simplesmente Mongólia. Estabelecimento do parlamento unicameral, chamado Grande Hural.
1993	As primeiras eleições diretas para presidente são vencidas pelo candidato da oposição Punsalmaagiyn Ochirba, apoiado pela União Democrática, formada por dois partidos, o Partido Nacional Democrático Mongol (PNDM) e o Partido Social Democrata Mongol (PSDM). O Grande Hural, entretanto, continuava controlado pelo PRPM.
1996	A União Democrática consegue, pela primeira vez, a maioria no Grande Hural.
1997	O candidato Bagabandi do PRPM vence a eleição presidencial.
2000	Junto com três outros partidos, o PNDM e o PSDM formam o Partido Democrata.
2001	O FMI aprova quase US\$ 40 milhões em empréstimos a juros baixos para os próximos três anos para ajudar combater a pobreza e impulsionar o crescimento econômico.
2002	Em novembro, ocorre visita do dalai lama. China tenta



	influenciar líderes mongóis no sentido de impedir a visita do líder espiritual tibetano.
2004	Eleições Parlamentares: o desempenho eleitoral da oposição força o PRPM a formar governo de coalizão. Tsakhiagiin Elbegdorj é nomeado primeiro-ministro seguindo o acordo de partilha de poder.
2005	<i>Março a abril</i> – Na capital, manifestantes pedem a renúncia do governo e combate à pobreza e à corrupção. <i>Maio</i> – O candidato do PRPM, Nambaryn Enkhbayar, vence a eleição presidencial. <i>Novembro</i> – O presidente George W. Bush é o primeiro presidente dos EUA a visitar a Mongólia.
2006	<i>Janeiro</i> - O governo de coligação liderado por Tsakhiagiin Elbegdorj cai após o PRPM se retirar, culpando a liderança pelo crescimento econômico lento. O Parlamento escolhe Miyeegombo Enkhbold do PRPM como o novo primeiro-ministro.
2007	<i>Novembro</i> - O primeiro-ministro Miyeegombo Enkhbold renuncia, substituído por Sanagiin Bayar.
2008	<i>Julho</i> - O presidente Enkhbayar declara estado de emergência para conter motins na capital, que deixaram cinco mortos e centenas de feridos.
2009	<i>Maio</i> – O ex-primeiro-ministro e candidato do Partido Democrático, de oposição, Tsakhiagiin Elbegdorj, vence a eleição presidencial, derrotando o rival Nambaryn Enkhbayar por margem estreita. O PRPM, então no governo, aceita o resultado. <i>Outubro</i> – O primeiro-ministro Sanagiin Bayar do PRPM renuncia por motivos de saúde. O ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Sukhbaataryn Batbold, o sucede.
2010	<i>Fevereiro</i> - O frio extremo dizima rebanhos. A Organização das Nações Unidas lança programa assistencial aos trabalhadores rurais. <i>Abril</i> – O primeiro-ministro Sukhbaataryn Batbold assume como chefe de governo. <i>Novembro</i> – O Partido Revolucionário Popular da Mongólia reverte seu nome para Partido Popular da Mongólia, dos tempos do comunismo. O ex-presidente Nambaryn Enkhbayar funda pequeno partido separatista Partido



	Revolucionário do Povo Mongol (PRPM).
2012	<p><i>Junho</i> – Eleições parlamentares. Partido Democrata consegue a maioria das cadeiras e forma uma coalizão com o Partido Revolucionário do Povo Mongol. Noroviin Altankhuyag assume como primeiro-ministro, Luvsanvandan Bold (ministro dos Negócios Estrangeiros), Davaajav Gankhuyag (ministro de Mineração) e mais 12 ministros.</p> <p><i>Agosto</i> – O ex-presidente Nambaryn Enkhbayar é condenado a quatro anos de prisão por corrupção.</p> <p><i>Dezembro</i> – O Partido Revolucionário do Povo Mongol ameaça deixar coalizão de governo em protesto contra a sentença de prisão do seu ex-líder Enkhbayar.</p>
2013	<p><i>Março</i> - Lançamento do "Ulaanbaatar Dialogue on Northeast Asia Security".</p> <p><i>Maio</i> – Candidato do Partido Democrático e presidente da Repúblcia, Tsakhiagiin Elbegdorj é reeleito presidente.</p>
2014	<p><i>Dezembro</i> - Nomeação de novo Chefe de Governo: Primeiro-ministro Chimed Saikhanbileg.</p> <p><i>Dezembro</i> - Nomeação de novo ministro dos Negócios Estrangeiros: Lundeg Purevsuren.</p>
2015	Em discurso no Debate Geral da LXX AGNU, o presidente Elbegdorj lança a proposta de Resolução que declara a neutralidade permanente da Mongólia.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987	Estabelecimento de relações diplomáticas (27 de junho).
2003	Visita do primeiro-ministro Nambaryn Enkhbayar, para participar do Congresso Internacional Socialista.
2005	Abertura do Consulado Honorário da Mongólia em São Paulo. Visita do vice-ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, ao Brasil (Rio de Janeiro e Brasília). Na ocasião, firmaram-se Memorandos de Entendimento com o Ministério das Minas e Energia e com a Petrobras.
2007	Abertura do Consulado Honorário do Brasil em Ulaanbaatar (23 de abril). Assinatura de Acordo sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas (3 de maio). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (3 de maio).
2008	Criação do Grupo Brasil-Mongólia, no Parlamento mongol.
2010	Brasil doa US\$ 100 mil ao fundo de resposta humanitária do UNICEF, destinados à assistência às vítimas do inverno na Mongólia. II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (24 de junho), em Ulaanbaatar.
2011	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve (MOFA) (outubro)
2012	Visita privada do presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj, ao Rio de Janeiro, para receber o prêmio <i>Champions of Earth</i> , do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUM (Rio de Janeiro, 1º de junho). III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 15 de junho). Participação do Secretário de Estado do Ministério de Negócios Estrangeiros da Mongólia, Batkhisig Badamdorj,



	na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro, 21 de junho).
2013	Visita do embaixador do Brasil a Ulaanbaatar para cerimônias de posse do presidente Tsakhiagiin Elbegdorj.
2014	Visita a Brasília do Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Damba Gankhuyag, e IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (junho). Abertura da embaixada da Mongólia em Brasília (junho).
2015	Assinatura, em Pequim, de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Esportes (maio). Assinatura, em cerimônia realizada em Brasília, com a participação do ministro Mauro Vieira, de três instrumentos: Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia sobre Cooperação Educacional; Entendimento Recíproco por Troca de Notas para Isenção de Vistos de Curta Duração, Brasília; e Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia sobre cooperação entre academias diplomáticas (setembro). Visita a Brasília do ministro de Mineração, Jigjid Rentsendoo (setembro). Participação de atletas mongóis na primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas, realizados em Palmas, Tocantins (outubro). I Reunião de Consultas sobre Esportes, em Brasília (outubro).



ACORDOS BILATERAIS			
Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	21/09/2015	-x-	Em tramitação no Poder Executivo

Relação de instrumentos bilaterais que dispensam análise pelo Congresso Nacional:

- Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve da Mongólia (outubro/2011);
- Memorando de Entendimento sobre Esportes (maio/2015);
- Entendimento Recíproco por Troca de Notas para Isenção de Vistos de Curta Duração (setembro/2015); e
- Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia sobre cooperação entre academias diplomáticas (setembro/2015).



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos da Mongólia

Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	12,40%	11,74%	9,10%	8,44%	7,95%
PIB nominal (US\$ bilhões)	10,32	11,52	11,73	12,22	12,98
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.635	3.996	4.008	4.116	4.305
PIB PPP (US\$ bilhões)	23,62	26,79	29,71	32,82	36,09
PIB PPP "per capita" (US\$)	8.318	9.293	10.157	11.052	11.975
População (milhões de habitantes)	2,84	2,88	2,93	2,97	3,01
Desemprego (%)	8,20	10,40	8,77	9,12	9,43
Inflação (%)	14,22%	11,19%	15,83%	11,17%	7,14%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-3,36	-3,19	-1,65	-1,84	-2,07
Câmbio (Tg / US\$)	3.930,3	2.095,8	1.273,1	n.d.	n.d.

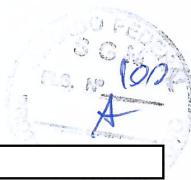
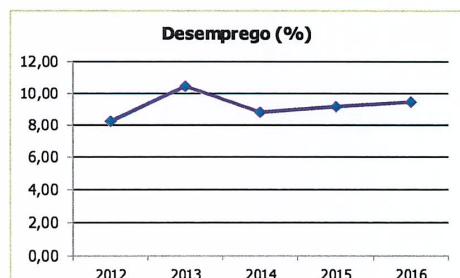
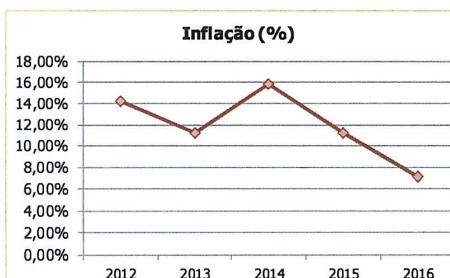
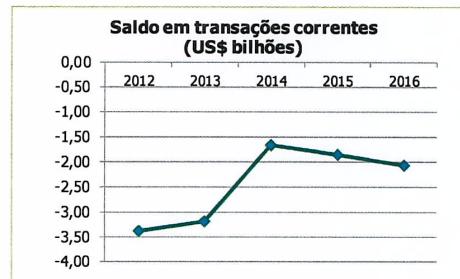
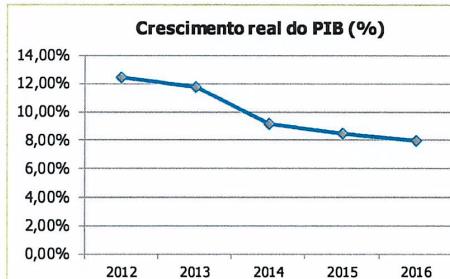
Origem do PIB (2013 estimativa)

Agricultura	16,5%
Indústria	32,6%
Serviços	50,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EU.

(n.d.) Dado não disponível.

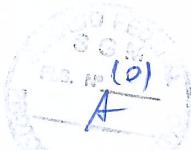
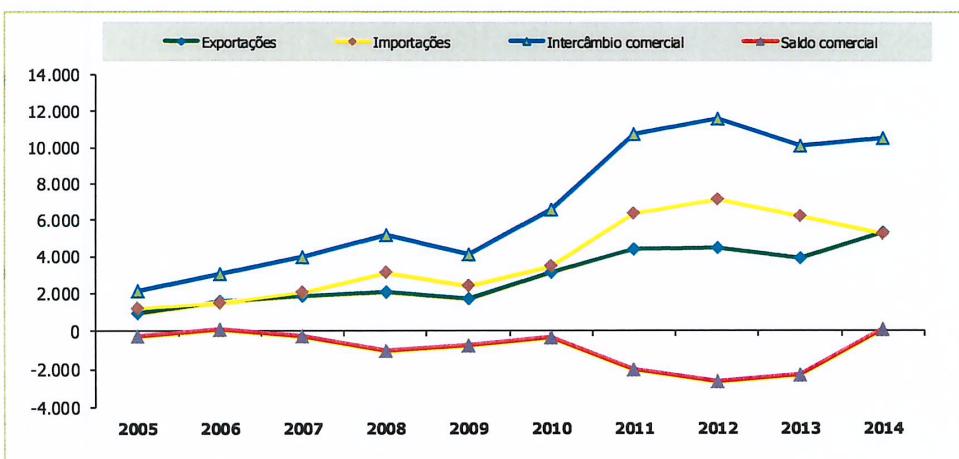


Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial	
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior		
2005	950	8,6%	1.218	16,8%	2.167	13,0%	-268	
2006	1.603	68,8%	1.485	22,0%	3.088	42,5%	118	
2007	1.851	15,4%	2.091	40,8%	3.942	27,6%	-241	
2008	2.057	11,1%	3.105	48,5%	5.162	31,0%	-1.048	
2009	1.687	-18,0%	2.428	-21,8%	4.115	-20,3%	-740	
2010	3.118	256,4%	3.477	233,5%	6.595	244,0%	-359	
2011	4.387	40,7%	6.385	83,6%	10.772	63,3%	-1.998	
2012	4.476	2,0%	7.146	11,9%	11.622	7,9%	-2.670	
2013	3.894	-13,0%	6.241	-12,7%	10.135	-12,8%	-2.347	
2014	5.321	36,7%	5.225	-16,3%	10.547	4,1%	96	
Var. % 2005-2014	460,3%	---	498,5%	---	428,6%	---	n.c.	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



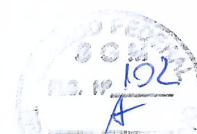
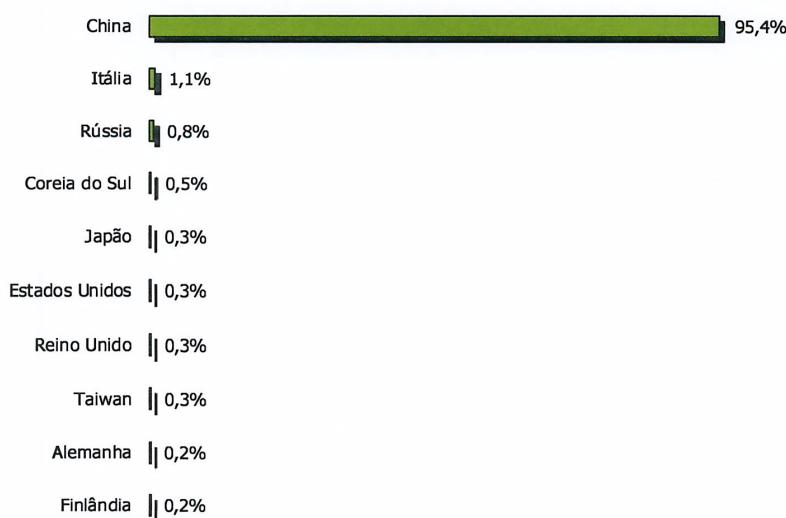
Direção das Exportações da Mongólia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part.% no total
China	5.079	95,4%
Itália	56	1,1%
Rússia	40	0,8%
Coreia do Sul	24	0,5%
Japão	17	0,3%
Estados Unidos	16	0,3%
Reino Unido	16	0,3%
Taiwan	15	0,3%
Alemanha	10	0,2%
Finlândia	8	0,2%
...		
Brasil (34ª posição)	0,0002	0,0%
Subtotal	5.281	99,2%
Outros países	40	0,8%
Total	5.321	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



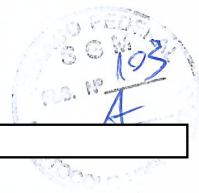
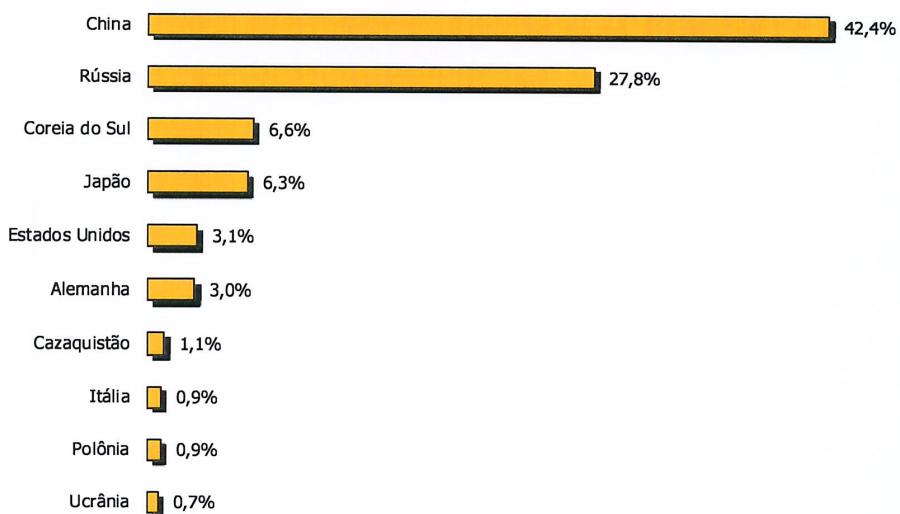
Origem das Importações da Mongólia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part.% no total
China	2.216	42,4%
Rússia	1.453	27,8%
Coreia do Sul	347	6,6%
Japão	328	6,3%
Estados Unidos	164	3,1%
Alemanha	156	3,0%
Cazaquistão	58	1,1%
Itália	47	0,9%
Polônia	47	0,9%
Ucrânia	38	0,7%
...		
Brasil (42ª posição)	2	0,03%
Subtotal	4.856	92,9%
Outros países	370	7,1%
Total	5.225	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



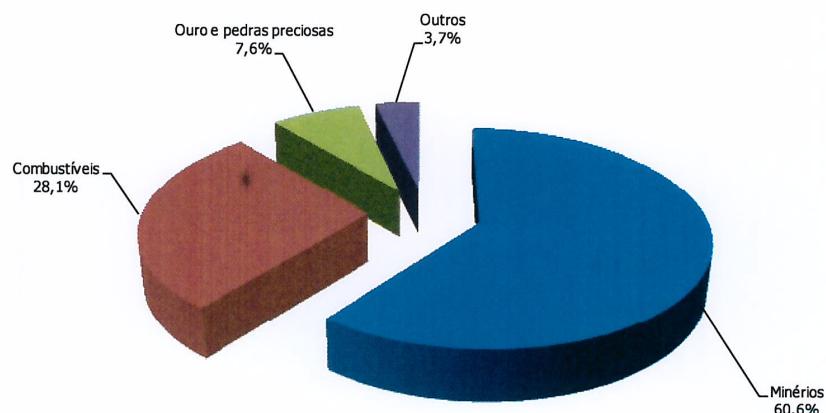
Composição das exportações da Mongólia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part.% no total
Minérios	3.223	60,6%
Combustíveis	1.496	28,1%
Ouro e pedras preciosas	406	7,6%
Subtotal	5.125	96,3%
Outros	196	3,7%
Total	5.321	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espejo", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



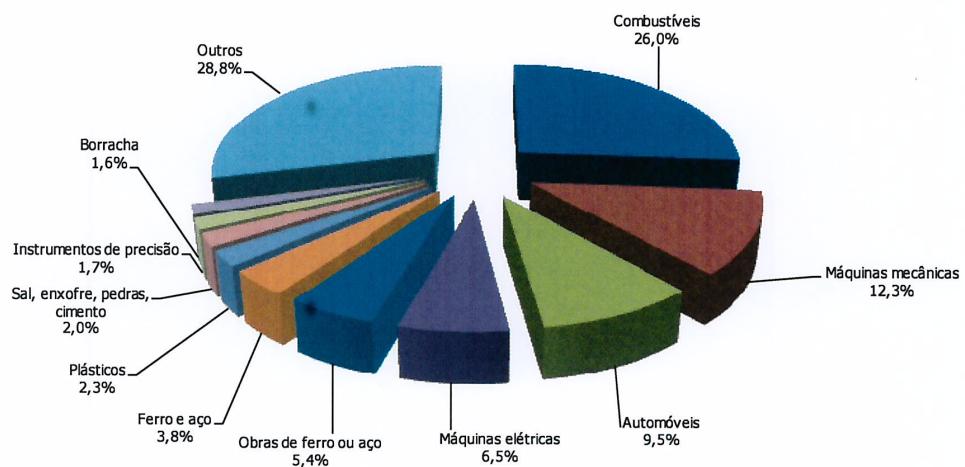
Composição das importações da Mongólia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	1.361	26,0%
Máquinas mecânicas	644	12,3%
Automóveis	497	9,5%
Máquinas elétricas	341	6,5%
Obras de ferro ou aço	283	5,4%
Ferro e aço	198	3,8%
Plásticos	120	2,3%
Sal, enxofre, pedras, cimento	103	2,0%
Instrumentos de precisão	89	1,7%
Borracha	84	1,6%
Subtotal	3.720	71,2%
Outros	1.505	28,8%
Total	5.225	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



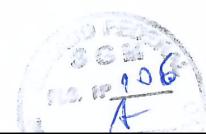
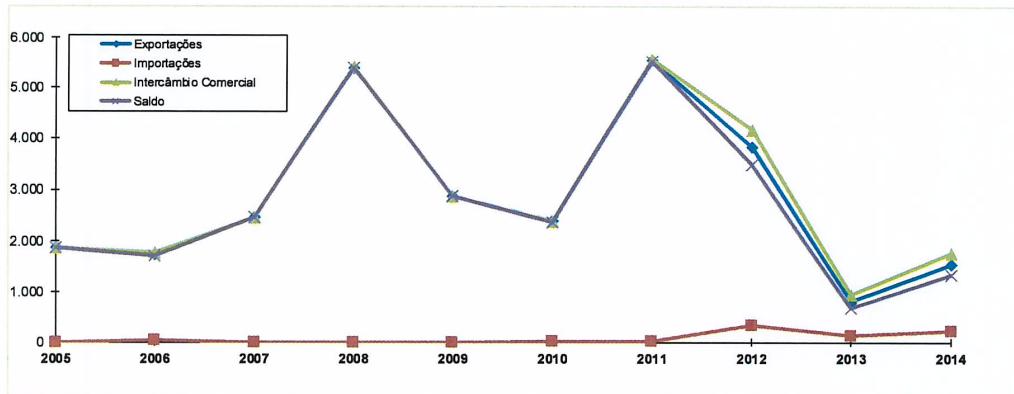
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Mongólia US\$ mil, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2005	1.869	44,9%	0,00%	0	n.a.	0,00%	1.869	(+)	0,00%	1.869
2006	1.744	-6,7%	0,00%	43	n.a.	0,00%	1.788	-4,4%	0,00%	1.701
2007	2.467	41,4%	0,00%	2	-96,2%	0,00%	2.468	38,1%	0,00%	2.465
2008	5.401	118,9%	0,00%	3	53,0%	0,00%	5.403	118,9%	0,00%	5.398
2009	2.878	-46,7%	0,00%	0,1	-97,8%	0,00%	2.878	-46,7%	0,00%	2.878
2010	2.386	-17,1%	0,00%	16	(+)	0,00%	2.402	-16,5%	0,00%	2.371
2011	5.546	132,4%	0,00%	15	-1,3%	0,00%	5.562	131,5%	0,00%	5.531
2012	3.835	-30,8%	0,00%	333	(+)	0,00%	4.168	-25,1%	0,00%	3.502
2013	814	-78,8%	0,00%	135	-59,5%	0,00%	949	-77,2%	0,00%	680
2014	1.557	91,2%	0,00%	217	61,2%	0,00%	1.774	86,9%	0,00%	1.339
2015 (jan-mar)	163	-43,1%	0,00%	0	#DIV/0!	0,00%	163	-44,2%	0,00%	163
Var. % 2005-2014	-16,7%		---	#DIV/0!		---	-5,1%		---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

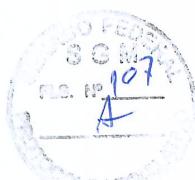
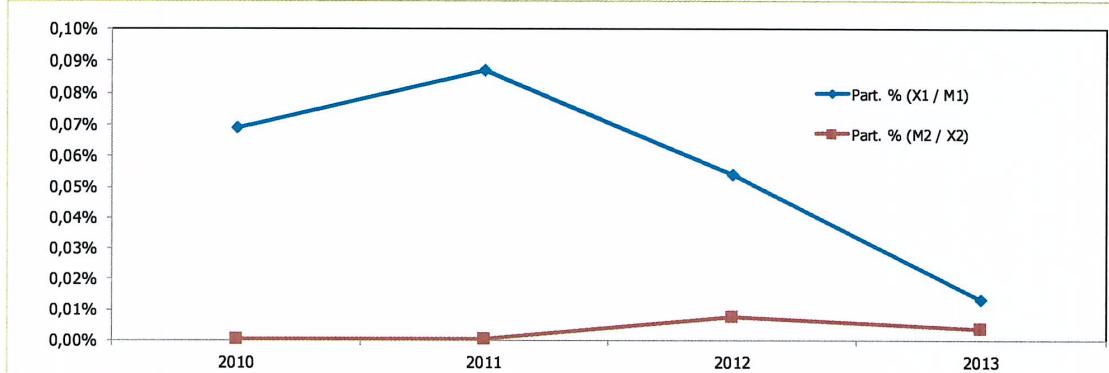
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio da Mongólia ⁽¹⁾ US\$ mil						
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Mongólia (X1)	2.386	5.546	3.835	814	1.557	-34,8%
Importações totais da Mongólia (M1)	3.477.416	6.385.176	7.146.067	6.240.979	5.225.208	50,3%
Part. % (X1 / M1)	0,07%	0,09%	0,05%	0,01%	0,03%	-56,6%
Importações do Brasil originárias da Mongólia (M2)	16	15	333	135	217	1288,0%
Exportações totais da Mongólia (X2)	3.117.943	4.387.252	4.475.810	3.893.627	5.321.367	70,7%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	713,3%

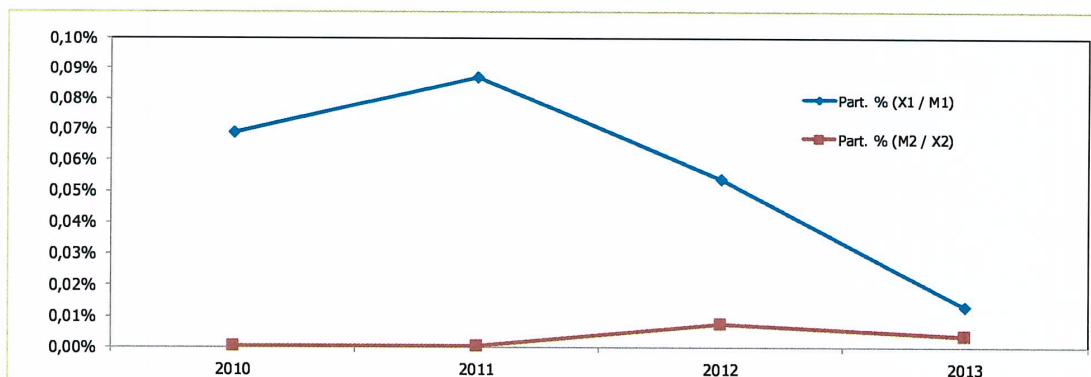
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.

(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Descrição	Part. % do Brasil no Comércio da Mongólia⁽¹⁾ US\$ mil					
	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Mongólia (X1)	2.386	5.546	3.835	814	1.557	-34,8%
Importações totais da Mongólia (M1)	3.477.416	6.385.176	7.146.067	6.240.979	5.225.208	50,3%
Part. % (X1 / M1)	0,07%	0,09%	0,05%	0,01%	0,03%	-56,6%
Importações do Brasil originárias da Mongólia (M2)	16	15	333	135	217	1288,0%
Exportações totais da Mongólia (X2)	3.117.943	4.387.252	4.475.810	3.893.627	5.321.367	70,7%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	713,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alice Web e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

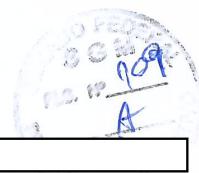
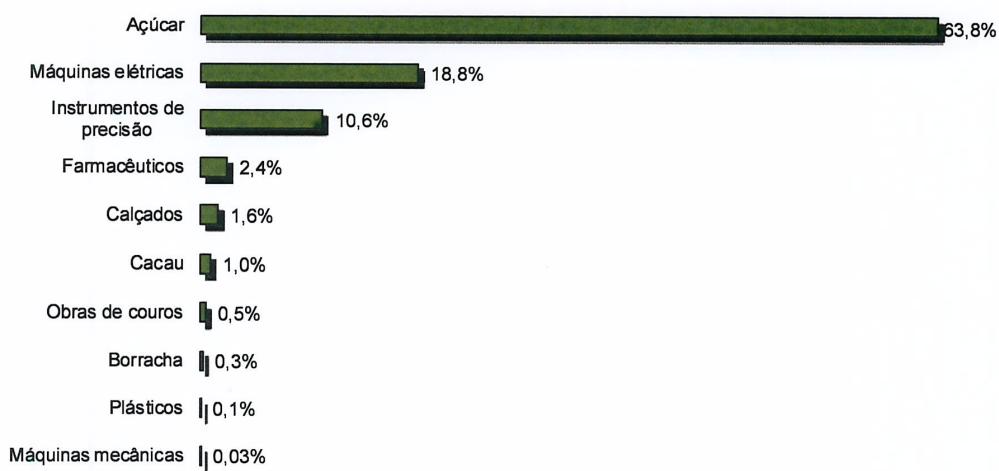


Composição das exportações brasileiras para a Mongólia
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	682,0	17,8%	664,0	81,5%	993,0	63,8%
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	9,0	1,1%	293,0	18,8%
Instrumentos de precisão	6,0	0,2%	17,0	2,1%	165,0	10,6%
Farmacêuticos	37,0	1,0%	27,0	3,3%	37,0	2,4%
Calçados	58,0	1,5%	57,0	7,0%	25,0	1,6%
Cacau	6,0	0,2%	10,0	1,2%	15,0	1,0%
Obras de couros	26,0	0,7%	22,0	2,7%	8,0	0,5%
Borracha	0,0	0,0%	0,0	0,0%	4,0	0,3%
Plásticos	3,0	0,1%	0,5	0,1%	1,0	0,1%
Máquinas mecânicas	3.007,0	78,4%	0,0	0,0%	0,5	0,03%
Subtotal	3.825,0	99,7%	806,5	99,0%	1.541,5	99,0%
Outros produtos	10,2	0,3%	7,9	1,0%	15,4	1,0%
Total	3.835,2	100,0%	814,4	100,0%	1.556,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

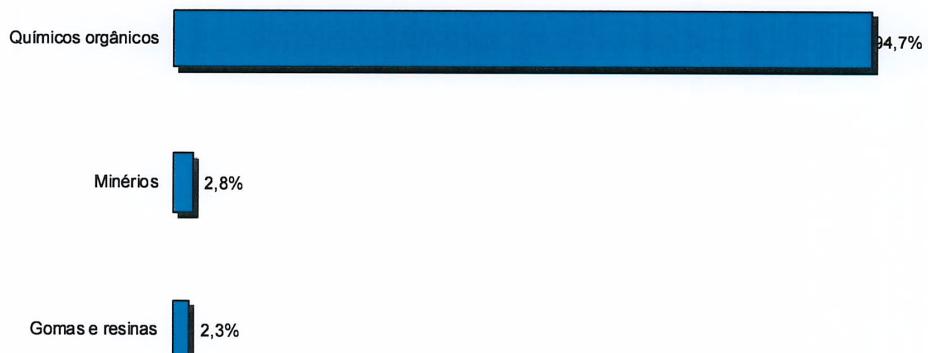


Composição das importações brasileiras originárias da Mongólia
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos orgânicos	200	60,1%	99	73,4%	206	94,7%
Minérios	5	1,5%	2	1,5%	6	2,8%
Gomas e resinas	0	0,0%	0	0,0%	5	2,3%
Subtotal	205	61,6%	101	74,9%	217	99,8%
Outros produtos	128	38,4%	34	25,1%	0	0,2%
Total	333	100,0%	135	100,0%	217	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) US\$ mil, fob					
Descrição	2014 (jan-mar)	Part. % no total	2015 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Açúcar	197	68,8%	150	92,1%	Açúcar
Cacau	10	3,5%	12	7,4%	Cacau
Instrumentos de precisão	75	26,2%	1	0,4%	Instrumentos de precisão
Subtotal	282	98,4%	163	99,9%	
Outros produtos	4	1,6%	0	0,1%	
Total	286	100,0%	163	100,0%	
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015					
Importações					
Minérios	5,3	98,9%	0,0	0,0%	
Subtotal	5,3	98,9%	0,0	0,0%	
Outros produtos	0,1	1,1%	0,0	0,0%	
Total	5,4	100,0%	0,0	0,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

1^a PARTE - DELIBERATIVA E LEITURA DE

3

Relatório de gestão

Embaixador Maria Luiza Ribeiro Viotti

Embaixada do Brasil em Berlim, na Alemanha

As relações Brasil-Alemanha são tradicionalmente densas e sólidas. Expressam-se em uma agenda positiva, ampla e mutuamente relevante. Os dois países se definem como parceiros estratégicos.

2. Há um forte conteúdo econômico e comercial no relacionamento bilateral. A Alemanha é o quarto maior parceiro comercial do Brasil e nosso maior parceiro na EU. O Brasil é o maior parceiro da Alemanha na América Latina. A Alemanha é, historicamente, um dos mais importantes investidores no Brasil. Mas a agenda bilateral é rica e variada, abrangendo também outros importantes temas, como a cooperação em meio ambiente, energias renováveis, educação, ciência e tecnologia, intercâmbio cultural, defesa, assuntos cibernéticos, governança internacional e diálogo sobre questões globais.

3. Nos últimos três anos, as relações Brasil-Alemanha foram marcadas pelo empenho dos dois países em fortalecer e ampliar sua parceria.

4. Não obstante fatores de ordem conjuntural, no Brasil como na Alemanha, a convergência de objetivos e tendências de longo prazo impele ambos os países a buscarem ainda maior aproximação. Para o Brasil, trata-se de aumentar a competitividade de sua economia, melhorar a qualificação de sua mão de obra e estimular a formação de recursos humanos em áreas indispensáveis à transição para uma economia avançada. Temos, assim, conferido especial ênfase aos aspectos de nossa cooperação ligados a investimentos, ciência e tecnologia e inovação. À Alemanha, por sua vez, interessa diversificar seus parceiros comerciais, multiplicar alternativas de investimento de longo prazo e ampliar sua presença em grandes mercados. A

parceria bilateral assume, assim, renovada complementariedade e valor estratégico.

5. O reconhecimento do caráter especial e estratégico das relações com o Brasil levou a Alemanha a propor o estabelecimento de mecanismo de consultas governamentais de alto nível e à realização da primeira edição de tais consultas em agosto de 2015.

6. Trata-se de mecanismo de caráter muito especial e exclusivo, que a Alemanha mantém com poucos países (além do Brasil, Espanha, França, Itália, Polônia e, fora da UE, China, Índia, Israel e Rússia). Consistem em encontros periódicos dos Chefes de Governo e seus respectivos Gabinetes para avaliar e intensificar todo o espectro do relacionamento bilateral, definir novas áreas de cooperação e desenvolver o diálogo sobre questões globais.

7. A Chanceler Angela Merkel foi ao Brasil acompanhada de sete Ministros e cinco Vice-Ministros, ou seja, praticamente a totalidade de seu Gabinete. Além do encontro entre as Chefes de Governo, em Brasília, dezenove Ministros brasileiros receberam os Ministros e Vice-Ministros alemães em reuniões bilaterais setoriais. As consultas se encerraram com reunião de que participaram todos os membros das duas delegações. Os resultados se refletiram no Comunicado Conjunto das Chefes de Governo, na Declaração Conjunta sobre Mudança do Clima e nos demais dezoito acordos e declarações firmados e adotados na ocasião.

8. O seguimento e a implementação das decisões tomadas nas Consultas de Alto Nível têm envolvido o diálogo frequente entre autoridades de ambos os lados, por meio de mecanismos de coordenação especializados nas áreas de ciência e tecnologia, energia, assuntos consulares e jurídicos e política cibernética. O lado alemão tem reiterado o interesse na realização da segunda edição das Consultas, em Berlim, no primeiro

semestre de 2017, de modo a não haver conflito com o período de eleições gerais, no segundo semestre.

9. O desejo de intensificar as iniciativas e projetos bilaterais não se restringe ao Governo federal, como noto nos diversos contatos que tenho mantido com representantes dos Governos estaduais, do Parlamento, do setor privado e da sociedade civil alemães. Percebo, em meus interlocutores locais, perspectiva de longo prazo em relação ao Brasil e a confiança de que o País superará suas dificuldades conjunturais e continuará a ser parceiro importante e estratégico para a Alemanha.

10. As áreas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e educação receberam destaque nas Consultas de Alto Nível. No campo da CT&I, foram assinados atos nas áreas de bioeconomia, pesquisa marinha, terras raras, mudança do clima e manufatura avançada. Nos últimos três anos, foram criadas e aprofundadas iniciativas conjuntas em diversos segmentos na área de inovação. Cito, por exemplo, as tratativas com a Sociedade Fraunhofer para a estruturação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e dos laboratórios de inovação do SENAI, a parceria entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério Federal da Economia e Energia (BMWi) para o financiamento de projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) - e o lançamento de edital com esse propósito -, bem como o acordo entre os Estados de Santa Catarina e de Berlim para promoção de pesquisa e inovação na área de tecnologias ópticas avançadas.

11. A cooperação em educação foi intensificada, nos últimos anos, por intermédio da participação ativa de instituições de ensino superior alemãs no programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Desde 2011, cerca de 6.500 estudantes e pesquisadores brasileiros participaram do programa. O Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) criou um setor dedicado a apoiar o CsF, e sua avaliação do programa tem sido a

melhor possível. Vale salientar que as universidades públicas alemãs são gratuitas, mesmo para alunos estrangeiros, o que faz com que o CsF na Alemanha tenha custos muito menores do que aqueles em outros países participantes do programa. De 2013 a 2015, a Embaixada organizou três simpósios com estudantes brasileiros do CsF na sua área de jurisdição - dos quais também participaram professores alemães e funcionários do DAAD envolvidos no programa - para tratar não só de aspectos acadêmicos e administrativos, mas também de questões ligadas à adaptação na Alemanha. No que concerne à educação dual, autoridades dos dois países têm procurado desenvolver iniciativas que promovam a adaptação do modelo alemão, considerado um dos melhores do mundo, às características e necessidades do sistema brasileiro de formação profissional e técnica.

12. Durante minha gestão, dinamizaram-se as iniciativas no tocante à cooperação para o desenvolvimento, especialmente a atualização do marco da cooperação nas áreas de uso sustentável e conservação da floresta tropical, bem como de eficiência energética e energias renováveis, por ocasião das Negociações Governamentais sobre Cooperação Técnica e Financeira, realizadas paralelamente às Consultas Intergovernamentais de Alto Nível.

13. A Declaração Conjunta Brasil-Alemanha sobre Mudança do Clima, adotada nas Consultas de Alto Nível, consubstanciou o fortalecimento da tradicional cooperação bilateral em temas ambientais. Lançada no contexto da preparação à 21^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Paris, em dezembro de 2015, demonstrou o empenho de ambos os países em contribuir para o êxito das negociações que resultaram no Acordo de Paris. Ao mesmo tempo, estabeleceu novos programas de cooperação e intensificou iniciativas existentes, com vistas ao combate ao desmatamento na Amazônia, à recuperação de áreas degradadas em todo o território brasileiro e ao apoio a investimentos em energias

renováveis e em programas de desenvolvimento urbano sustentável. Além da doação de EUR 100 milhões para o Fundo Amazônia, registra a disponibilização de recursos em valores elevados para empréstimos a juros reduzidos para apoiar projetos ambientais e na área de energias renováveis.

14. No tocante à cooperação em energia, registro os esforços mútuos para a promoção das fontes renováveis, particularmente a eólica. Recordo, nesse contexto, o acordo assinado, em 2014, pelo BNDES e pelo KfW, para mobilização de EUR 265 milhões para investimentos em usinas eólicas no Brasil, a serem construídas por empresas brasileiras. O acordo correspondeu à maior operação já empreendida pelo KfW no Brasil e constituiu claro sinal do fortalecimento da relação entre as duas instituições, que haviam, em 2009, contratado o primeiro financiamento para usinas eólicas. O aporte realizado pelo KfW tem permitido ao BNDES expandir, de forma significativa, as linhas de crédito disponíveis para parques eólicos no Brasil e cumple, do ponto de vista alemão, a missão do KfW de atuar em prol do desenvolvimento sustentável em nível global. A cooperação exitosa entre as duas instituições também é promissora para o financiamento de usinas fotovoltaicas no Brasil - tema em que pude verificar grande interesse de empresas alemãs com ampla experiência no mercado de geração fotovoltaica na Alemanha. A experiência bilateral no apoio à expansão da energia eólica no Brasil, inclusive por meio da instalação de fábricas de turbinas geradoras, confirma o grande potencial a ser explorado tanto para intensificação da cooperação bilateral quanto para a atração de investimentos.

15. As relações econômico-comerciais seguiram robustas nos últimos três anos. O Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA) e a Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica são os principais foros para a coordenação da agenda econômica bilateral e têm contribuído para impulsionar as parcerias econômicas e empresariais entre os dois países. Por iniciativa do lado brasileiro, logrou-se

implementar e, nas suas últimas três edições, contar com maior participação de pequenas e médias empresas (PMEs) brasileiras e alemãs no Encontro Econômico, por meio do Fórum de PMEs. Ressalto, ainda, no âmbito da Comissão Mista, do diálogo de inovação, importante iniciativa com o propósito de explorar possibilidades de parcerias na inovação aplicada a processos produtivos.

16. No terreno do comércio, a Alemanha permanece o quarto maior parceiro do Brasil, após a China, os EUA e a Argentina, bem como o principal parceiro do Brasil na UE. O comércio Brasil-Alemanha, que se mantinha em patamar de US\$ 6 a 7 bilhões até 2003, passou a US\$ 24,5 bilhões, em 2011. Recentemente, o valor do comércio tem-se reduzido, como resultado da desaceleração da economia brasileira e da redução dos preços de matérias-primas. Em 2015, o comércio bilateral registrou o valor de US\$ 15,5 bilhões, decréscimo de 24% frente a 2014. As exportações do Brasil para a Alemanha montaram a US\$ 5,2 bilhões, diminuição de 22% em relação a 2014. As importações foram de US\$ 10,4 bilhões, redução de 25% em comparação com o ano passado.

17. No campo dos investimentos, registro a inauguração, em junho de 2015, da primeira fábrica de ácido acrílico e superabsorventes da BASF na América do Sul, em Camaçari, na Bahia, bem como a instalação da primeira fábrica da BMW na América do Sul, em Araquari, Santa Catarina, concluída em 2015. Ante o quadro da economia brasileira, o setor empresarial alemão tem adotado atitude cautelosa quanto a novos investimentos, mas expressa confiança na recuperação econômica do Brasil e reafirma seu interesse em participar de programas de concessões de obras públicas. Exemplos recentes, nesse sentido, foram a participação exitosa da München Flughafen, em associação com o aeroporto de Zurique e a CCR, na licitação do aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, e de algumas empresas alemãs na construção e renovação de estádios para a Copa do Mundo de 2014.

18. Como se sabe, no âmbito europeu e da UE, em particular, a Alemanha concentra a realização das maiores e mais importantes feiras internacionais especializadas, com aproximadamente 240 grandes exposições por ano, de elevada expressão mundial. Nesse contexto, a Embaixada, que, tradicionalmente, presta apoio às associações e empresas brasileiras em diversos desses certames, esteve presente por meio da participação de funcionários técnicos e de ação administrativa e logística nos seguintes eventos, entre outros: Feira de Frutas e Alimentos Frescos FRUITLOGISTICA, Berlim (fevereiro); Feira de Alimentos Orgânicos BIOFACH, Nuremberg (fevereiro); Feira de tecnologias da Informação e Comunicação CeBIT, Hannover (março); Feira Industrial de Hannover (abril); Feira de Material Gráfico DRUPA, Düsseldorf (quadrienal, junho); Feira de Tecnologias de Transporte e Locomoção INNOTRANS, Berlim (bienal, setembro); AGRITECHNICA, Hannover (bienal, novembro); Feira Médico-Hospitalar MEDICA, Düsseldorf (novembro).

19. A Embaixada apoiou e auxiliou na organização de diversas missões oficiais e empresariais à Alemanha, algumas com concomitante realização de seminários de promoção de negócios e investimentos na Chancelaria. Realço, em especial, as seguintes: Missão da FIEMG à CeBIT, em Hannover, e a Berlim (março de 2015); Missão governamental/empresarial de Santa Catarina (abril de 2015); Missão governamental/empresarial de Goiás (outubro de 2015); Missão Institucional do Governo de MG/INDI em Energias Renováveis (novembro de 2015). Com enfoque promocional específico, menciono, entre outros, o lançamento do vinho oficial da Copa do Mundo de 2014 - "FACES" (abril de 2014) e evento de divulgação da aguardente brasileira de qualidade - "Cachaça: o Brasil na Garrafa" - (outubro de 2015).

20. Para além das Consultas de Alto Nível, o diálogo político Brasil-Alemanha caracterizou-se por maior fluidez e densidade. Institucionalizaram-se as

consultas em nível de Ministro e de Vice-Ministro de Relações Exteriores e realizaram-se diversas visitas bilaterais de parte a parte. Ressalto, no âmbito das autoridades brasileiras, as visitas dos Ministros das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado, em março de 2014, e Mauro Vieira, em fevereiro de 2016, no contexto da 52ª Conferência de Segurança de Munique; bem como da Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, em 2014 e 2015; do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Antônio Andrade, em 2014; do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Mauro Borges, em 2014, no contexto do 32º EEBA; e do Ministro do Turismo Vinicius Lages, em 2015.

21. As relações federativas e parlamentares também se destacaram por seu dinamismo nos últimos três anos. Menciono, a título de exemplos, as visitas a Berlim dos Governadores de Pernambuco e de Goiás, respectivamente, em 2013 e 2015, bem como as diversas visitas de Senadores e Deputados brasileiros à Alemanha. No campo das relações parlamentares, ressalto o interesse do Grupo Brasil-Alemanha do Bundestag em intensificar as relações bilaterais, por meio da introdução de novas iniciativas de diálogo e projetos de cooperação. Seus membros têm sido interlocutores frequentes da Embaixada.

22. Durante os últimos três anos, pude constatar o grande interesse do público alemão na cultura brasileira, em suas diversas formas. A participação do Brasil como convidado de honra na Feira do Livro de Frankfurt (2013) aumentou o interesse alemão por obras de autores brasileiros, conferindo êxito às passagens por Berlim de escritores como Raimundo Carrero, Marina Colasanti, Daniel Galera e Bernardo Kucinski. A Embaixada - localizada na região central de Berlim e beneficiada por deter amplo espaço para palestras e outras atividades culturais - tem abrigado exposições de arte, concertos, palestras e leituras de obras da literatura brasileira. Tiveram destaque no ano de 2014 a "edição 2.0" da Copa da Cultura, festival de música organizado pela Casa das Culturas do Mundo ("Haus der

"Kulturen der Welt" - HKW) em parceria com o Posto, com transmissão gratuita dos jogos da Copa no auditório da HKW, com capacidade para cerca de 2 mil pessoas. Na ocasião, diversas bandas e artistas se apresentaram, entre os quais Ed Motta e Sergio Mendes. À Copa da Cultura 2.0 seguiu-se o festival Wassermusik, também na Casa das Culturas do Mundo. Em 2014, o Brasil esteve representado por Ava Rocha e banda (por meio do apoio do MRE via Novas Vozes do Brasil), Lenine, Daniel Nogueira e Projeto Coisa Fina. Também foi exibido o filme "Deus é Brasileiro", de Cacá Diegues. Duas parcerias com escolas de música de Berlim renderam, para além do ensino regular de música brasileira, concertos de alunos ou professores na Embaixada desde 2013. O apoio à Jazz Radio, que transmite semanalmente o "Jazz Rio", programa de rádio mais premiado internacionalmente de Berlim, continua a garantir a promoção de música brasileira de qualidade. Receberam especial atenção as apresentações do pianista Nelson Freire, neste ano, e da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, em 2013, na prestigiosa Philharmonie.

23. A Agenda Cultural da Embaixada é produzida mensalmente, em português e alemão, e distribuída para quase 7 mil pessoas, sendo a principal fonte de divulgação de eventos afetos à cultura brasileira em Berlim e seu entorno. A Sociedade Brasil-Alemanha (DBG) continua sendo o principal parceiro da Embaixada no que se refere à realização de eventos culturais. Em 2015, a DBG, em parceira com o Arquivo de Exilados da Biblioteca Nacional de Frankfurt, trouxe ao Espaço Cultural da Embaixada a exposição: ".olhando mais para frente do que para trás.", que trata do exílio de pessoas de língua alemã no Brasil entre 1933-1945 e revela a rica contribuição daqueles imigrantes à sociedade brasileira. Outra parceria local rendeu o projeto multimodal "Brasilien Trifft Berlin", com leituras encenadas, apresentações musicais de música erudita e popular e palestras sobre cultura brasileira em geral. Por fim, o leitorado na Universidade de Heidelberg, instaurado em 2012 pela professora Claudia Feuro-Heinze, possibilitou o ensino, à pesquisa e a

divulgação do português na referida universidade e a aplicação do exame CELPE-Bras.

24. Referência especial deve ser feita às exibições de filmes brasileiros na Alemanha e às participações do Brasil na Berlinale. Em 2014, por exemplo, o filme "Praia do Futuro", do diretor Karim Aïnouz, participou da Mostra Competitiva do festival. No mesmo ano, "Hoje eu quero voltar sozinho", do diretor Daniel Ribeiro, foi premiado pela Federação Internacional de Críticos de Cinema (Fipresci) como o melhor filme da mostra "Panorama" e recebeu o "Teddy Awards" como o melhor filme de temática GLBT. Já em 2015, o filme "Que horas ela volta?", da diretora Anna Muylaert, recebeu o prêmio Panorama de melhor longa-metragem de ficção.

25. No tocante a temas consulares, a Embaixada procurou aprimorar o atendimento ao público, com a instalação de sistema eletrônico de atendimento por senhas. Desde junho de 2013, foram realizados 18 consulados itinerantes (9 em Hamburgo, 4 em Hanôver, 2 em Bremen, 2 em Dresden e 1 em Magdeburgo. Objeto de frequentes elogios e altamente valorizada pela comunidade brasileira é a assistência jurídica prestada pelo Setor Consular da Embaixada, sobretudo à luz do elevado número de questões envolvendo famílias binacionais e disputas pela guarda de menores brasileiros. Cerca de 10 mil brasileiros se beneficiaram desse serviço entre 2013 e 2016. À assistência jurídica somou-se, em janeiro de 2015, a assistência psicológica também oferecida pela Embaixada, que tem beneficiado em torno de 40 brasileiros por mês. Além de participar das reuniões e atividades do Conselho de Cidadãos de Berlim, de haver buscado relançar o Conselho de Hamburgo e promovido o associativismo em Dresden, a Embaixada buscou realizar eventos de interesse da comunidade brasileira, como a Tarde do Recém Chegado e palestras relativas ao Acordo bilateral de Previdência Social. Em junho de 2015, foi assinado, em Berlim, Ajuste Administrativo para Execução do Acordo de Previdência Social para a área de seguro obrigatório de acidentes.

Têm avançado as negociações para a conclusão dos Tratados de Extradição e de Transferência de Pessoas Condenadas e para a assinatura de acordo bilateral para aceitação recíproca das respectivas carteiras nacionais de habilitação. Ademais, registro a realização, em Brasília, em janeiro deste ano, a 1ª Reunião bilateral de Consultas Consulares, Migratórias e de Cooperação Jurídica, proposta por ocasião de visita do Senhor SGEB a Berlim, em 2014, e determinada durante a primeira edição das Consultas de Alto Nível.

26. Em momento de grande exposição do País por sediar a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, o Posto realizou intenso trabalho de divulgação e relacionamento com a imprensa e a opinião pública, não só para promover os referidos megaeventos esportivos, mas também para desfazer preconceitos e visões estereotipadas sobre o Brasil, que ainda permanecem em alguns setores da sociedade alemã. Esse trabalho involveu também, de forma intensa as redes sociais. A conta do Posto no YouTube foi reativada e a conta da Embaixada no Facebook saltou de cerca de 2 mil inscritos em fins de maio de 2013 para 6.332 no final de junho de 2016.

27. Único país latino-americano distinguido com Grupo Parlamentar bilateral específico no Bundestag, o Brasil tem sido objeto da atenção e do interesse da agremiação, cujos integrantes vêm realizando viagens anuais ao País, com vistas a conhecer melhor a realidade brasileira e a adensar as relações bilaterais no nível parlamentar. Desde que aqui cheguei, mantive encontros frequentes com os deputados do Grupo Parlamentar, tanto na Embaixada como no Parlamento alemão, nas quais foi-me sempre expressado seu engajamento no desenvolvimento da cooperação entre os dois países e na busca de convergências que possam aproxima-los ainda mais. Em junho passado, em almoço que lhes ofereci, membros do Grupo relataram viagem realizada ao Brasil no mês de abril, que compreendeu visita ao Amazonas, reuniões em Brasília e programação no Rio Grande do Sul. O amplo espectro do programa foi muito positivo, segundo ressaltaram, e

possibilitou-lhes obter informações em primeira mão sobre a evolução da situação no País. Meus encontros com o Grupo Parlamentar constituíram, ao longo de minha gestão, excelentes oportunidades para a discussão aprofundada de temas de interesse mútuo, entre os quais os relativos ao quadro político e econômico do Brasil, à organização de grandes eventos esportivos - como a Copa do Mundo de 2014 ou as Olímpiadas - e tópicos variados sobre projetos no âmbito da cooperação bilateral.

28. Meu período como Chefe do Posto coincidiu, em sua maior parte, com o terceiro mandato da Chanceler Angela Merkel, desde o final de 2013 à frente de Grande Coalizão entre, de um lado, a União Democrata-Cristã e a União Social-Cristã (CDU/CSU, centro-direita) e, de outro, o Partido Social-Democrata (SPD, centro-esquerda). A negociação da crise da dívida da Grécia, em 2015, concluiu ciclo de grande sintonia entre os principais partidos políticos e de alta popularidade da Chanceler Merkel. Com a irrupção da crise dos refugiados, no segundo semestre de 2015, ocorreram alterações importantes no equilíbrio político, com a ascensão de movimentos e partidos de extrema direita, particularmente o Alternativa para a Alemanha (AfD). A decisão da Chanceler de acolher refugiados sem estabelecer limites ao seu ingresso foi, inicialmente, recebida com entusiasmo. No entanto, ante a intensificação do afluxo de pessoas e as dificuldades que começaram a aflorar relativas à capacidade do país de acolher números tão significativos de entrantes, a política adotada por Merkel passou a ser criticada de forma contundente, mesmo por membros dos partidos da base de sustentação do Governo. A Coalizão tem procurado introduzir medidas de acolhimento e integração de migrantes, e a própria Chanceler se engajou na viabilização de acordo entre a União Europeia e a Turquia, com vistas a conter o afluxo de refugiados à Europa. Tem sido fonte de crescente preocupação o recrudescimento da violência política de extrema direita, com grande número de ataques contra refugiados (mais de 1.000 em 2015). De todo modo, apesar de o

apoio ao Governo manter-se em níveis relativamente baixos em comparação com a situação de meados de 2015 (cerca de 50%), à luz da crise migratória e de suas consequências, Merkel tem conseguido manter a unidade de seu partido e da Grande Coalizão, seguindo como principal liderança no cenário político alemão.

29. As próximas eleições gerais na Alemanha terão lugar no segundo semestre de 2017. Antes da crise dos refugiados, Angela Merkel era considerada imbatível. No presente cenário, seu nome permanece competitivo, mas já não há o mesmo sentimento de inevitabilidade de sua vitória, embora nomes alternativos em seu partido não tenham ganhado projeção. As pesquisas indicam, ainda, possível maior fragmentação do cenário político a partir de 2017, com até seis partidos representados no Bundestag.

30. Em que pese o surgimento de dificuldades no tocante à política interna nos últimos meses, no terreno econômico a Alemanha tem apresentado resultados cada vez mais positivos. A economia alemã vem passando, desde 2014, por período de crescimento estável e moderado do PIB (0,3% em 2013; 1,6% em 2014; e 1,7% em 2015). Para 2016, a expectativa é de incremento entre 1,6%-1,8%, ancorado, novamente, no consumo doméstico, novo motor da economia alemã, que teve sua maior alta em quinze anos. Prevê-se, neste ano, elevação dos salários acima da inflação, com estimativa de aumento do consumo das famílias em 2%. Os bons níveis de atividade econômica têm permitido, ainda, a manutenção de taxas inéditas de emprego, sem se verificar, contudo, impacto significativo sobre o nível de preços. O bom desempenho econômico vem assegurando, ademais, maior crescimento das importações, embora se observem recordes históricos de superávits na balança comercial. No âmbito fiscal-orçamentário, o Governo alemão tem seguido rígida política de austeridade, pouco criticada internamente e justificada como forma de reduzir a dívida pública total, assim como de conter os efeitos negativos, no médio prazo, do envelhecimento da

população e, no curto prazo, do grande afluxo de refugiados. Desde 2015, o equilíbrio orçamentário tornou-se meta do Governo, sem previsão de acesso a novos endividamentos. A relação dívida pública/PIB da Alemanha vem decrescendo desde 2012, podendo chegar a 70% ainda neste ano (75% do PIB em 2014; e 72%, em 2015).

31. Conforme tem apontado o Ministro Federal do Exterior, Frank-Walter Steinmeier, a estabilidade no âmbito político interno aliada à crescente robustez na economia, em cenário de relativo enfraquecimento dos EUA e de outros países europeus, conduziram a Alemanha a posição de destaque no panorama internacional. Nesse contexto, as crises que se sucederam no continente europeu, nos últimos anos, obrigaram a política externa alemã a reavaliar suas prioridades e atuar além de suas zonas de conforto históricas. Da Alemanha foi esperada liderança e protagonismo no contexto da crise do euro, nas tratativas com a Rússia no tocante à anexação da Crimeia, no âmbito do recrudescimento do conflito na Ucrânia, bem como no contexto das respostas do continente à emergência e à ascensão do "Estado Islâmico", na Síria e no Iraque. As decisões internas no tratamento da crise de refugiados, a partir do segundo semestre de 2015, traçaram os contornos do debate europeu sobre o tema. Avalia-se que, sem a insistência alemã em adotar políticas europeias para buscar reduzir o fluxo de refugiados, o acordo entre a UE e a Turquia para gestão da crise migratória não teria sido obtido e os países do continente teriam aprofundando medidas "ad hoc" de fechamento de fronteiras, com possíveis impactos sobre o Espaço Schengen e a livre movimentação de pessoas.

32. Acostumada a manter-se à margem de alguns dos principais debates e iniciativas internacionais, a Alemanha tem buscado, hoje, conciliar seus princípios tradicionais de política externa e sua aversão a intervenções militares com a necessidade de maior engajamento internacional, por vezes ocupando posição de liderança. Ainda com cautela, mas de forma

visível, Berlim tem fornecido apoio às operações contra o "Estado Islâmico" no Oriente Médio, bem como intensificado sua participação em missões no Mediterrâneo e no Norte da África (Mali), ao mesmo tempo em que são discutidas, internamente, mudanças no papel de suas Forças Armadas. O foco de sua atuação tem permanecido firme, entretanto, no papel de "facilitadora" de negociações diplomáticas - por exemplo, no tocante ao conflito na Síria e à crise na Ucrânia, bem como no que tange às conversações sobre o dossiê nuclear iraniano.

33. A vitória do Brexit no referendo britânico de 23 de junho último e o percebido fortalecimento eleitoral de forças políticas ultranacionalistas e eurocéticas em diversas partes do continente têm demandado ação e reflexão da Alemanha sobre o futuro do projeto europeu. O anterior consenso sobre a integração também vem diminuindo no plano interno. A negociação com o Reino Unido sobre sua saída do bloco, bem como a percebida necessidade de reformar a UE deverão ocupar o centro das atenções do Governo Merkel nos próximos meses, fazendo com que a política externa alemã venha a concentrar-se no entorno regional imediato e na instabilidade das fronteiras externas do continente. Registre-se que Berlim tem-se consolidado como centro de gravidade do debate continental sobre as estratégias de negociação de Bruxelas com Londres, bem como sobre as reformas estruturais que a UE precisaria empreender para superar a crise atual e reduzir os elevados níveis de rejeição que enfrenta em meio à população do continente.

34. É importante ressaltar que, em seus aspectos principais, as posições da política externa da Alemanha aproximam-se das do Brasil - por exemplo, no concernente à preferência e ao empenho na utilização de meios pacíficos para a solução de conflitos, à necessidade de reforma das estruturas de governança global e à defesa de princípios e de regras internacionais nos campos de direitos humanos, direito à privacidade, entre outros, o que tem criado espaços crescentes para atuação conjunta.

MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Embaixadora



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 76, DE 2016

(nº 432/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 432

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Os méritos do Senhor Mario Vilalva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de julho de 2016.

EM nº 00211/2016 MRE

Brasília, 12 de Julho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARIO VILALVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARIO VILALVA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 489 - C. Civil.

Em 28 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARIO VILALVA

CPF.: 410.190.327-15

ID.: 6387 MRE

1953 Filho de Milton Castanheda Vilalva e Carolina Carmen Bardaro Vilalva, nasce em 28 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|---|
| 1976 | Bacharel em Direito pela Universidade do Distrito Federal |
| 1981 | CAD - IRBr |
| 1993 | CAE - IRBr, "A política externa da África do Sul: do isolamento à convênica. Reflexões sobre as relações com o Brasil". |

Cargos:

- | | |
|------|--|
| 1976 | Terceiro-Secretário |
| 1979 | Segundo-Secretário |
| 1984 | Primeiro-Secretário, por merecimento |
| 1989 | Conselheiro, por merecimento |
| 1994 | Ministro de Segunda Classe, por merecimento |
| 2001 | Ministro de Primeira Classe, por merecimento |

Funções:

- | | |
|-----------|---|
| 1976 | Divisão da América Meridional-I, assistente |
| 1976-78 | Departamento das Américas, assessor |
| 1978-82 | Embaixada em Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário |
| 1982-85 | Embaixada em Pretória, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário |
| 1985-87 | Embaixada em Roma, Primeiro-Secretário |
| 1987-90 | Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor |
| 1990-91 | Cerimonial da Presidência da República, adjunto |
| 1991-93 | Embaixada em Lisboa, Conselheiro |
| 1993-96 | Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador, Introdutor Diplomático e Subchefe |
| 1996-99 | Consulado-Geral em Boston, Cônsul-Geral |
| 1999-2000 | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretário de Assuntos Internacionais e Secretário-Executivo da Comissão de Financiamento Externo |
| 2000-06 | Departamento de Promoção Comercial, Diretor-Geral |
| 2006-10 | Embaixada em Santiago, Embaixador |
| 2010- | Embaixada em Lisboa, Embaixador |

Condecorações:

- | | |
|------|--|
| 1978 | Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Cavaleiro |
| 1995 | Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial |
| 1995 | Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador |
| 1995 | Ordem do Mérito da Itália, Grande Oficial |
| 1995 | Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador |
| 1995 | Ordem do Mérito Nacional da Alemanha, Grande Oficial |
| 1996 | Ordem Nacional do Mérito da França, Comendador |
| 2002 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz |
| 2002 | Ordem do Mérito da Polônia, Oficial |
| 2003 | Ordem Manuel Amador Guerrero, Panamá, Grande Oficial |
| 2003 | Ordem do Mérito Civil da Espanha, Grã-Cruz |
| 2003 | Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz |

2003	Ordem Real do Mérito da Noruega, Grande Oficial
2003	Ordem do Cedro, Líbano, Comendador
2004	Ordem do Sol, Peru, Grã-Cruz
2004	Ordem de Maio, Argentina, Grã-Cruz
2006	Legión d'Honneur, França, Oficial
2008	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
2009	Medalha do Pacificador, Brasil
2010	Ordem do Mérito do Chile, Grã-Cruz
2014	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

ALEMANHA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Julho de 2016

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Federal da Alemanha
GENTÍLICO	alemão
CAPITAL	Berlim
ÁREA	357.375,62 km ²
POPULAÇÃO	81,8 milhões
IDIOMA OFICIAL	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo romano (29,5%); protestantismo (27,9%); islamismo (4,6-5,2%); outras (0,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto pelo Parlamento (Bundestag) e Conselho Federal (Bundesrat)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Federal Joachim Gauck (desde 18 de março de 2012)
CHEFE DE GOVERNO	Chanceler Federal Angela Merkel (desde 22 de novembro de 2005)
MINISTRO DO EXTERIOR	Frank-Walter Steinmeier (desde 17 de dezembro de 2013)
PIB NOMINAL (2015)	US\$ 3.355,77 bilhões
PIB PPP (2015)	US\$ 3.848,27 bilhões
PIB "per capita" NOMINAL (2015)	US\$ 41.024,08
PIB "per capita" PPP (2015)	US\$ 47.044,87
VARIAÇÃO DO PIB	1,5% (2015); 1,6% (2014); 0,4% (2013); 0,6% (2012)
IDH (2014)	0,916 (6ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	80,9 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	Informação não disponível
TAXA DE DESEMPREGO	5,3% (PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Dirk Brengelmann
COMUNIDADE BRASILEIRA	Há registro de 113.716 brasileiros residentes na Alemanha

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ALEMANHA, em US\$ milhões (fonte: MDIC)								
Brasil → Alemanha	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	7.329,3	7.344,3	11.176,8	15.880,5	16.043,5	24.252,8	21.734,8	15.558,5
Exportações	2.504,1	3.140,3	5.032,3	7.211,4	6.175,0	9.039,1	6.551,7	5.178,9
Importações	4.825,2	4.204,0	6.144,5	8.669,1	9.868,5	15.213,7	15.183,1	10.379,6
Saldo	-2.321,0	-1.063,7	-1.112,1	-1.457,7	-3.693,5	-6.174,6	-8.631,5	-5.200,7

Informação elaborada em 11 de julho de 2016, por Daniel Afonso da Silva. Revisada por Daniel Afonso da Silva.

APRESENTAÇÃO

A República Federal da Alemanha é país localizado na Europa Central, banhado pelo Mar do Norte e pelo Mar Báltico. Faz fronteira com Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, República Tcheca e Suíça. Seu território estende-se por mais de 357 mil quilômetros quadrados. A população é de aproximadamente 81,8 milhões de habitantes. A capital e maior cidade é Berlim. A língua oficial é o alemão.

O processo de construção da identidade germânica remonta à expansão romana pelo centro da Europa, a partir do século I a.C., que finalmente estabeleceria as fronteiras romanas nos rios Reno e Danúbio. Durante as Idades Média e Moderna, os territórios atualmente pertencentes à Alemanha encontravam-se fragmentados em inúmeras unidades territoriais independentes (reinos, principados, cidades-estados).

No século XIX, a resistência à invasão napoleônica catalisou nova fase do processo de formação de consciência nacional, que movimentos culturais associados ao Romantismo – com fulcro na consolidação de língua comum – se esforçariam por cultivar. Em 1871, o poder militar da Prússia (Estado que teve seu núcleo original nos territórios do antigo Eleitorado de Brandemburgo), apoiado no nacionalismo alemão, logrou unificar o país, proclamando o Segundo Império Alemão (o primeiro tendo sido o Sacro-Império Romano-Germânico).

A derrota na Primeira Grande Guerra levou à derrocada do Segundo Império e à inauguração da República de Weimar, que duraria até a ascensão dos nazistas, em 1933. Em 1945, novamente derrotada, a Alemanha padeceu a ocupação e a divisão de seu território entre as potências vencedoras. Em 1949, a integração das áreas de ocupação norte-americana, britânica e francesa fez surgir a República Federal da Alemanha (RFA). A zona de ocupação soviética, por sua vez, daria origem à República Democrática Alemã (RDA). A reunificação aconteceria somente em 1990, com a absorção da RDA pela RFA. Em 1957, ao lado de Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, a RFA tornou-se membro fundador da Comunidade Econômica Europeia, embrião do que viria a ser a União Europeia.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JOACHIM GAUCK **Presidente Federal da Alemanha**



Nasceu a 24 de janeiro de 1940 em Rostock, na Pomerânia. Estudou teologia, graduando-se em 1965, e tornou-se pastor luterano em 1967. Casou-se em 1959 com uma amiga de infância, Hansi, com quem teve quatro filhos. O casal separou-se em 1991, e, desde 2000, Gauck vive com a jornalista Daniela Schadt.

Cresceu na República Democrática Alemã (RDA). Seu pai, ex-capitão de marinha e membro do Partido Nacional-Socialista, foi preso e deportado para campo de trabalhos forçados na Sibéria. Nos limites estritos da atuação da Igreja Luterana, Gauck atuou como dissidente do regime comunista. Com a Reunificação Alemã, em 1990, foi designado pelo então Chanceler Helmut Kohl para chefiar os trabalhos de abertura dos arquivos da Stasi, a polícia secreta da RDA. Exerceu a função até 2000. Desde 2003, preside a Associação contra o Esquecimento, devotada à divulgação das violações de direitos humanos cometidas pelo regime.

Com a renúncia de Christian Wulff, em fevereiro de 2012, Gauck foi eleito, em 18 de março, por consenso entre democratas-cristãos, social-democratas, democratas livres (liberais) e verdes.

Angela Merkel
Chanceler da República Federal da Alemanha



Nasceu em Hamburgo, em 1954. Cursou Física na Universidade Karl-Marx (Leipzig). Doutora em Física pela Academia de Ciências de Berlim.

Ingressou na política em 1989, aos 35 anos, após a queda do muro. Em 1990, foi designada pelo Chanceler Federal Helmut Kohl Ministra para Mulheres e Juventude. Assumiu o Ministério do Meio Ambiente em 1994. Em 1998, foi alçada à Secretaria-Geral da CDU. Em abril de 2000, chegou à Presidência de seu partido.

Em novembro de 2005, Merkel tornou-se a primeira mulher a assumir a Chefia do Governo alemão, à frente de “Grande Coalizão” entre CDU/CSU e SPD. Em 2009, foi reconduzida ao cargo pela aliança CDU/CSU-FDP. A Chanceler Federal Angela Merkel foi reconfirmada no cargo, pela segunda vez, após vitória nas eleições de setembro de 2013. Seu partido, a União Democrata-Cristã, obteve 41,5% dos votos válidos e governa em coalizão com o Partido Social-Democrata.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre o Brasil e a Alemanha é, tradicionalmente, sólido e denso. Os laços intensos entre os dois países remontam ao início do século XIX, quando o Brasil recebeu milhares de imigrantes alemães, especialmente no sul do País. Hoje, cerca de 10% da população brasileira têm ascendência alemã. O relacionamento bilateral é marcado por ampla convergência de percepções, valores e interesses, o que tem permitido atuar conjuntamente em questões globais como o meio ambiente, os direitos humanos e a reforma das estruturas de governança, como o Conselho de Segurança da ONU. No terreno bilateral, para além da solidez dos laços econômico-comerciais, há importantes iniciativas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, educação, cooperação técnica, energia, meio ambiente e desenvolvimento urbano. O reconhecimento, por ambos os países, da natureza estratégica do relacionamento motivou sua elevação ao patamar de Parceria Estratégica, em 2002.

A visita da Presidente Dilma Rousseff à Alemanha, em março de 2012, prestou-se a relançar, em novos moldes, a Parceria Estratégica estabelecida em 2002. A visita — marcada pela participação brasileira na CeBIT (Centro de Automação, Tecnologia da Informação e Telecomunicações), que teve o Brasil como país tema — demonstrou o interesse brasileiro em tornar temas como inovação, educação e pequenas e médias empresas prioridades da cooperação bilateral. O Brasil reconhece na Alemanha parceiro fundamental para garantir novo salto de competitividade, ancorado na capacitação tecnológica e na inovação.

Em janeiro de 2013, em encontro que mantiveram à margem da 1ª Cúpula CELAC-UE, a Presidente Dilma Rousseff e a Chanceler Angela Merkel decidiram estabelecer mecanismo de consultas bilaterais de alto nível. Trata-se de instrumento de caráter muito especial e exclusivo que a Alemanha mantém com poucos países e que consiste em encontro periódico dos Chefes de Governo, acompanhados dos membros de seus respectivos Gabinetes. Além dos principais parceiros europeus, a Alemanha estendeu esse mecanismo de consultas, recentemente, a Rússia, China, Índia e Brasil. Além de permitir a avaliação e a promoção da parceria em áreas tradicionais do relacionamento como comércio e investimentos, ciência e tecnologia, educação, energia e meio ambiente, o mecanismo objetiva identificar novas áreas e projetos para cooperação e desenvolver o diálogo sobre temas globais.

A realização da primeira edição das Consultas Intergovernamentais de Alto Nível Brasil-Alemanha, em 19 e 20 de agosto de 2015, evidenciou o caráter estratégico que os dois países atribuem a suas relações e o empenho em fazer avançar a parceria bilateral em diversas áreas. A Chanceler Merkel viajou ao Brasil acompanhada de sete Ministros e cinco Vice-Ministros. Além de reuniões conjuntas, houve encontros em separado entre os Ministros alemães e seus homólogos brasileiros. Foram obtidos resultados concretos que se refletiram no Comunicado Conjunto das Chefes de Governo, na Declaração Conjunta sobre Mudança do Clima e nos demais dezoito acordos e declarações firmados e adotados na ocasião. O seguimento e a implementação das decisões tomadas nas Consultas de Alto Nível têm envolvido o diálogo frequente entre autoridades de ambos os lados, por meio de mecanismos de coordenação especializados nas áreas de ciência e tecnologia, energia, assuntos consulares e jurídicos e política cibernética.

A cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), por exemplo, recebeu destaque como um dos principais vetores da relação bilateral nas reuniões das Consultas de Alto Nível. Na ocasião, foram assinados atos nas áreas de bioeconomia, pesquisa marinha, terras raras, mudança do clima e inovação aplicada aos processos produtivos.

À luz das experiências bem sucedidas da Alemanha no setor de inovação, há grande potencial ainda a ser explorado nessa matéria, por meio de parcerias entre empresas e institutos de pesquisa e ensino dos dois países. Exemplos de êxito no tocante a iniciativas de cooperação em CT&I implementadas nos últimos anos são: o envolvimento da Sociedade Fraunhofer na estruturação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e dos Sistemas Senai de Inovação; a parceria entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério Federal da Economia e Energia (BMWi) para o financiamento de projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) – e o lançamento de edital com esse propósito; e o acordo entre os Estados de Santa Catarina e de Berlim para promoção de pesquisa e inovação na área de tecnologias ópticas avançadas.

O estabelecimento do programa Ciência sem Fronteiras, por sua vez, elevou a cooperação educacional entre o Brasil e a Alemanha a novo patamar, com a ida de mais de 6.500 estudantes e pesquisadores brasileiros a instituições de ensino superior alemãs, nos últimos quatro anos.

A cooperação Brasil-Alemanha em matéria de meio ambiente é antiga. São tradicionais as iniciativas de cooperação no âmbito do combate ao desmatamento, por exemplo. Mais recentemente, a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), programa financiado, em parte, pela instituição alemã de fomento ao desenvolvimento KfW, oferece eloquente exemplo dos benefícios resultantes dessa cooperação.

A Declaração Conjunta Brasil-Alemanha sobre Mudança do Clima, adotada por ocasião das Consultas, consubstanciou o fortalecimento da cooperação bilateral em temas ambientais. Lançada no contexto da preparação à 21^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Paris, em dezembro de 2015, a Declaração Conjunta demonstrou o empenho de ambos os países em contribuir para o êxito das negociações que resultaram no Acordo de Paris. Ao mesmo tempo, a Declaração estabeleceu novos programas de cooperação e intensificou iniciativas existentes, com vistas ao combate ao desmatamento na Amazônia, à recuperação de áreas degradadas em todo o território brasileiro e ao apoio a investimentos em energias renováveis e em programas de desenvolvimento urbano sustentável.

A Alemanha anunciou aporte de recursos de até EUR 582,4 milhões, entre doações e linhas de créditos a juros reduzidos, incluindo EUR 100 milhões doados pelo Governo alemão ao Fundo Amazônia. Além do volume de recursos envolvidos, destaca-se a qualidade e a diversidade de iniciativas contempladas, que deverão permitir ao Brasil completar e aprimorar o CAR e o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). A experiência da cooperação Brasil-Alemanha em meio ambiente constitui referência global e guarda, nesse sentido, potencial para replicação a iniciativas de cooperação trilateral, principalmente em países em desenvolvimento com florestas tropicais.

No tocante à cooperação em energia, destacam-se o compromisso mútuo com a promoção das fontes renováveis, bem como a complementariedade a ser explorada para promoção de investimentos no Brasil a partir da experiência alemã com usinas eólicas e fotovoltaicas. À guisa de exemplo, registra-se o acordo assinado, em 2014, pelo BNDES e o KfW, para mobilização de EUR 265 milhões para investimentos em usinas eólicas no Brasil. No contexto das Consultas de Alto Nível, cabe destacar a decisão de relançar o Diálogo Bilateral em Energia, com a criação de foro empresarial específico e a elevação do nível político do diálogo ao de Vice-Ministros. Estão em andamento discussões com vistas à realização da próxima reunião do Diálogo Bilateral, já em seu novo formato, concomitantemente à próxima edição do Encontro Econômico Brasil-Alemanha.

As relações econômico-comerciais entre o Brasil e a Alemanha são, tradicionalmente, robustas. Nas primeiras décadas do século XX, o mercado brasileiro mostrou-se de fundamental importância para a indústria alemã. Capitais alemães ajudaram a financiar o primeiro surto industrial brasileiro e, nas décadas de 60 e 70, a criação do moderno parque industrial do Brasil coincidiu com o início do processo de internacionalização das empresas alemãs. As cerca de 1.600 empresas alemãs hoje no Brasil respondem por quase 10% do PIB industrial brasileiro. Somente no Estado de

São Paulo, estão instaladas mais de 800 empresas alemãs – que geram mais de 250 mil empregos diretos –, tendo-se tornado costumeiro dizer que a cidade de São Paulo é a maior cidade industrial alemã fora da Alemanha. Os mecanismos de diálogo econômico entre o Brasil e a Alemanha - a saber, o Encontro Econômico Brasil-Alemanha e a Comissão Mista de Cooperação Econômica - estão em vigor há mais de três décadas. Em 2015, tiveram lugar, em Joinville, Santa Catarina, a 33a edição do Encontro Econômico e a 42a edição da Comissão Mista, com a participação do Secretário-Geral das Relações Exteriores e centenas de empresários e outros representantes dos Governos brasileiro e alemão. Na ocasião, ocorreram novas edições do Fórum de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), criado há cinco anos, com vistas a dinamizar o diálogo entre as PMEs dos dois países, especialmente as de alto conteúdo tecnológico, bem como do Fórum de Inovação, iniciativa recente com o propósito de explorar possibilidades de parceria na inovação aplicada a processos produtivos. As edições de 2016 do Encontro Econômico e da Comista terão lugar nas cidades de Erfurt e Weimar, na Turíngia, em 17 e 18 de outubro.

A Alemanha é dos maiores investidores no Brasil. De acordo com estatísticas do Banco Central, o estoque de investimentos da Alemanha no Brasil foi de US\$ 18.192 milhões em 2014 (última estatística disponível). No que tange à presença de empresas brasileiras na Alemanha, o investimento brasileiro acumulou estoque de US\$ 208 milhões em 2014 (última estatística disponível).

No campo dos investimentos das grandes empresas alemãs com presença tradicional no Brasil, registra-se a inauguração, em junho de 2015, da primeira fábrica de ácido acrílico e superabsorventes da BASF na América do Sul, em Camaçari, na Bahia. Com investimento superior a US\$ 550 milhões, foi o maior aporte da BASF na América do Sul.

Em dezembro de 2013, a BMW iniciou a construção da sua primeira fábrica na América do Sul, localizada em Araquari, norte de Santa Catarina. O investimento total foi superior a US\$ 220 milhões, com capacidade de produção anual de 30 mil unidades de modelos variados. A criação prevista de empregos é de 1.300 postos de trabalho. Em outubro de 2014, foi montado o primeiro automóvel e, em outubro de 2015, foi ultimado o restante das obras da nova fábrica.

A Mercedes Benz anunciou, em agosto de 2013, plano de construção de nova montadora de automóveis em Iracemápolis, interior de São Paulo. A filial brasileira deverá produzir os modelos da classe C, e o SUV compacto GLA, a partir de 2016, com investimento de cerca de US\$ 180 milhões e previsão de geração de 1.000 empregos diretos quando totalmente operacional. Ademais, a empresa anunciou, em outubro de 2013, investimentos de R\$ 1 bilhão em pesquisa e modernização nas fábricas de caminhões e ônibus no Brasil, em 2014 e 2015.

A Volkswagen, de sua parte, iniciou a venda do modelo Golf nacional em setembro de 2015, com investimento em torno de R\$ 520 milhões. A empresa anunciou, ainda, em junho de 2015, investimento de R\$ 460 milhões na fábrica de motores de São Carlos, São Paulo, a ser integralizado até 2018, para iniciar a produção no País de propulsores com tecnologia TSI, que, segundo a montadora, melhoraria o desempenho do motor com menor consumo de combustível. Os investimentos planejados pela VW do Brasil para o período de 2012 a 2018 somam R\$ 10 bilhões.

Ante o quadro da economia brasileira, o setor empresarial alemão tem adotado atitude cautelosa quanto a novos investimentos, mas expressa confiança na recuperação econômica do Brasil e reafirma seu interesse em participar de programas de concessões de obras públicas. Exemplos recentes, nesse sentido, foram a participação exitosa da München Flughafen, em associação com o aeroporto de Zurique e a CCR, na licitação do aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, e de algumas empresas alemãs na construção e renovação de estádios para a Copa do Mundo de 2014.

A Alemanha é o quarto maior parceiro comercial do Brasil, após a China, os EUA e a Argentina. É, também, o maior parceiro comercial do Brasil na UE. O comércio Brasil-Alemanha, que se mantinha em patamar de US\$ 6 a 7 bilhões até 2003, passou a US\$ 24,5 bilhões, em 2011. Recentemente, o valor do comércio tem-se reduzido, como resultado da desaceleração da economia brasileira e da redução dos preços de matérias-primas. Em 2015, o comércio bilateral registrou o valor de US\$ 15,5 bilhões, decréscimo de 24% frente a 2014.

A balança comercial entre os dois países é tradicionalmente desfavorável ao Brasil (desde 1992, o País registra elevados déficits comerciais com a Alemanha) e caracterizada, grosso modo, por exportações brasileiras de produtos básicos e de importações de bens industrializados. Nota-se, no entanto, na pauta de exportações brasileiras, também a presença de bens de alto valor agregado, como aeronaves, máquinas industriais e equipamentos. Em 2015, as exportações do Brasil para a Alemanha montaram a US\$ 5,2 bilhões, diminuição de 22% frente a 2014. As importações foram de US\$ 10,4 bilhões, redução de 25% em comparação com o ano de 2014.

No período de janeiro a maio de 2016, o comércio bilateral entre o Brasil e a Alemanha foi de US\$ 5,7 bilhões, o que representou recuo percentual de 18% nas trocas bilaterais. As exportações foram de US\$ 2 bilhões, redução de 17% em comparação com o mesmo período de 2015. As importações do Brasil montaram a US\$ 3,70 bilhões, redução de 19% frente ao mesmo período de 2015.

A Alemanha tem apoiado o prosseguimento das negociações para acordo de livre comércio entre o Brasil e a UE e contribuiu para fazer avançarem os entendimentos que permitiram a realização da troca de ofertas em maio ultimo.

Assuntos Consulares

Estima-se em 113.716 pessoas a comunidade brasileira na Alemanha. Há 43 brasileiros presos, cumprindo pena ou aguardando julgamento. Além do setor consular da Embaixada em Berlim, os cidadãos brasileiros contam com Consulados-Gerais em Frankfurt e Munique. Há consulados honorários em Bremen, Hamburgo, Hannover, Aachen, Düsseldorf, Heidelberg, Nuremberg e Stuttgart.

As demandas são diversas, mas concentram-se em serviços consulares (melhoria do atendimento, diminuição dos emolumentos consulares e mudanças nos meios de pagamento disponíveis), em questões trabalhistas e previdenciárias, especialmente na execução do Acordo Previdenciário Brasil-Alemanha e no enfrentamento do tráfico de pessoas e da violência doméstica, principalmente contra a mulher.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Alemanha.

POLÍTICA INTERNA

A Alemanha é uma República Federativa, com sistema de governo parlamentarista. O Poder Executivo é encabeçado pelo Chanceler Federal (Bundeskanzler), Chefe do Governo. O Presidente Federal (Bundespräsident) exerce a função de Chefe do Estado. O Poder Legislativo federal compõe-se de duas casas: a Câmara Baixa (Bundestag) e a Câmara Alta (Bundesrat). O Poder Judiciário tem como instância máxima o Tribunal Constitucional Federal (Bundesverfassungsgericht).

Como Chefe do Estado, o Presidente Federal detém algumas atribuições executivas, mas seu papel é basicamente protocolar. A Lei Fundamental (Grundgesetz) garante-lhe, por exemplo, a competência de assinar acordos e tratados internacionais, mas a formulação e a execução da política externa cabem ao Governo,

chefeado pelo Chanceler Federal. O atual Presidente é Joachim Gauck, sem filiação partidária, no cargo desde 2012.

O Presidente é eleito de forma indireta, pela Assembleia Federal (Bundesversammlung), que se reúne exclusivamente para esse fim. Metade da Assembleia é formada pelos parlamentares do Bundestag e a outra metade, por delegados escolhidos pelas Assembleias Legislativas dos 16 Estados (Länder). O mandato presidencial é de cinco anos, sendo permitida uma única reeleição. Está prevista a realização de eleições presidenciais em fevereiro de 2017, após o anúncio, em junho corrente, de que o atual Presidente não concorrerá à reeleição.

No sistema parlamentarista alemão, o Poder Executivo convive diretamente com o Legislativo, pois o Chanceler Federal e seus Ministros são, em geral, parlamentares e frequentam as sessões plenárias do Bundestag.

Desde a fundação da República Federal da Alemanha, em 1949, o Governo Federal sempre foi composto por coalizões, em razão da dificuldade de um único partido obter maioria absoluta no Parlamento. O costume tem sido a agremiação política de maior bancada buscar parceiro(s) para formar maioria, eleger o Chanceler Federal e compor o Gabinete de Governo. As eleições gerais para o Bundestag, diretas, têm lugar de quatro em quatro anos.

Após expressiva votação de seu partido, a União Democrata-Cristã (CDU, centro-direita), nas últimas eleições parlamentares, em setembro de 2013, Angela Merkel foi reconduzida ao cargo de Chanceler, que ocupa pela terceira vez consecutiva. A CDU e seu partido-irmão na Baviera, a União Social-Cristã (CSU), firmaram acordo com o Partido Social-Democrata (SPD, centro-esquerda) para a formação de novo Governo (a chamada "Grande Coalizão", por controlar cerca de 80% dos assentos no Parlamento). O Presidente do SPD e Vice-Chanceler da Alemanha, Sigmar Gabriel, assumiu a pasta de Economia e Energia. A composição atual do Bundestag, com 630 deputados, é a seguinte: 310 parlamentares da CDU/CSU; 193 do SPD; 64 do Die Linke (esquerda); 63 da Aliança 90/Verdes (esquerda).

A negociação da crise da dívida da Grécia, em 2015, concluiu ciclo de grande sintonia entre os principais partidos políticos e alta popularidade da Chanceler Merkel. Com a irrupção da crise dos refugiados, no segundo semestre de 2015, ocorreram alterações importantes no equilíbrio político, tendo sido conferida força inesperada a movimentos e partidos de extrema direita, particularmente o Alternativa para a Alemanha (AfD), que adotou, recentemente, discurso anti-imigração. A decisão da Chanceler de acolher refugiados sem estabelecer limites ao seu ingresso foi, inicialmente, recebida com entusiasmo. No entanto, ante a intensificação do afluxo de pessoas e as dificuldades que começaram a aflorar relativas à capacidade do país de

acolher números tão significativos de entrantes, a política adotada por Merkel passou a ser criticada de forma mais ou menos contundente, mesmo por membros relevantes dos partidos da base de sustentação do Governo. A Coalizão tem procurado introduzir medidas de acolhimento e integração de migrantes e a própria Chanceler engajou-se na viabilização de acordo entre a União Europeia e a Turquia. Tem sido fonte de crescente preocupação o recrudescimento da violência política de extrema direita, com grande número de ataques contra refugiados (mais de 1.000 em 2015). As agressões sexuais contra mulheres em Colônia, durante o Réveillon, praticadas alegadamente por homens de aparência norte-africana e árabe, contribuíram também para acirrar o debate em torno da questão dos refugiados. De todo modo, apesar de o apoio ao Governo manter-se em níveis relativamente baixos em comparação com a situação de meados de 2015 (cerca de 50%), Merkel tem conseguido manter o controle sobre seu partido e continua a ser o único nome capaz de manter unida a Grande Coalizão.

As próximas eleições gerais na Alemanha terão lugar no segundo semestre de 2017. Antes da crise dos refugiados, Angela Merkel era considerada imbatível. No presente cenário, seu nome permanece competitivo, mas já não há o mesmo sentimento de inevitabilidade de sua vitória, embora nomes alternativos em seu partido não tenham ganhado projeção. As pesquisas indicam, ainda, possível maior fragmentação do cenário político a partir de 2017, com até seis partidos representados no Bundestag (além dos quatro atuais, AFD poderia conseguir assentos e o FDP – liberais – retornaria ao Parlamento, depois de permanecer fora durante uma legislatura).

Poder Legislativo

O Legislativo da República Federal da Alemanha é bicameral. O Parlamento (Bundestag) é composto, na atual legislatura, por 630 deputados eleitos para mandato de quatro anos (o sistema eleitoral é o distrital misto). O Conselho Federal (Bundesrat) é composto por representantes dos 16 estados da Federação. Cada estado tem seu parlamento, que elege o governador (Ministerpräsident).

Poder Judiciário

Na Alemanha, o órgão supremo do poder judiciário é a Corte Constitucional Federal (Bundesverfassungsgericht), sediada em Karlsruhe (enquanto os outros poderes têm suas sedes em Berlim). Os estados contam com cortes constitucionais estaduais, uma para cada um dos 16 estados.

POLÍTICA EXTERNA

Ao iniciar sua gestão, em dezembro de 2013, o Ministro Federal do Exterior, Frank-Walter Steinmeier, indicou a necessidade de revitalização das "coordenadas básicas" da política externa alemã: i) redefinição da política para a Europa e aprofundamento do projeto comunitário de integração; ii) reestruturação das relações transatlânticas; iii) política externa mais ativa e mais engajada na promoção da paz e da ordem mundial, no âmbito das Nações Unidas e das organizações internacionais. O Ministro alemão também sinalizou a necessidade de relançamento da política europeia para o Leste, com foco no estabelecimento de relação mais cooperativa com Moscou.

As crises que se sucederam no continente europeu, nos últimos anos, obrigaram a política externa alemã a reavaliar suas prioridades e atuar além de suas zonas de conforto históricas. Da Alemanha, esperaram-se liderança e protagonismo no contexto da crise na Crimeia, no âmbito do recrudescimento do conflito na Ucrânia, bem como no contexto das respostas do continente à ascensão do "Estado Islâmico", na Síria e no Iraque. As decisões internas do país no tratamento da crise de refugiados, a partir do segundo semestre de 2015, traçaram os contornos do debate europeu sobre o tema. Avalia-se que, sem a insistência alemã em adotar políticas europeias para buscar reduzir o fluxo de refugiados, o acordo entre a UE e a Turquia para gestão da crise migratória não teria sido obtido e os países do continente teriam aprofundado medidas "ad hoc" de fechamento de fronteiras, com possíveis impactos sobre o Espaço Schengen e a livre movimentação de pessoas.

A difícil realidade do entorno regional tem corroborado avaliação de Steinmeier de que a Europa – e, particularmente, a Alemanha - não teria opção de adotar estratégia de inação, uma vez que os desequilíbrios têm provocado consequências domésticas diretas, na forma de ameaças à segurança (terrorismo), riscos econômicos (acesso a recursos energéticos e efeitos de sanções no comércio com a Rússia) e desafios político-sociais (acolhimento e integração de crescente contingente de refugiados e migrantes).

Acostumada a manter-se à margem de alguns dos principais debates e iniciativas internacionais, a Alemanha tem buscado hoje conciliar seus princípios tradicionais de política externa e sua aversão a intervenções militares com a necessidade de maior engajamento internacional, por vezes ocupando posição de liderança. Ainda com cautela, mas de forma visível, Berlim tem fornecido apoio às operações contra o "Estado Islâmico" no Oriente Médio, bem como intensificado sua participação em missões no Mediterrâneo e no Norte da África (Mali), ao mesmo tempo em que são discutidas internamente mudanças no papel de suas Forças

Armadas. O foco de sua atuação tem permanecido firme, entretanto, na função de "facilitadora" de negociações diplomáticas – por exemplo, no tocante ao conflito na Síria e à crise na Ucrânia, bem como no que tange às conversações sobre o dossier nuclear iraniano.

A anexação da Crimeia, a crise política na Ucrânia e o respaldo do Kremlin a rebeldes separatistas no leste do país conduziram as relações teuto-russas a seu patamar mais crítico desde o término da Guerra Fria. A Alemanha, secundada pela França, logrou, por meio dos acordos Minsk II, em fevereiro de 2015, a obtenção de cessar-fogo. Berlim continua a defender a manutenção das sanções europeias contra a Rússia, apesar de críticas de parte de sua comunidade empresarial e de divergências no âmbito da Grande Coalizão governista (lideranças do SPD advogam a retirada das sanções, ainda que de forma gradual e vinculada à implementação dos acordos).

A vitória do Brexit no referendo britânico de 23 de junho corrente e o percebido fortalecimento eleitoral de forças políticas ultranacionalistas e eurocéticas em diversas partes do continente têm demandado ação e reflexão da Alemanha sobre o futuro do projeto europeu. O anterior consenso sobre a integração também vem diminuindo no plano interno. A negociação com o Reino Unido sobre sua saída do bloco, bem como a percebida necessidade de reformar a UE deverão ocupar o centro das atenções do Governo Merkel nos próximos meses, fazendo com que a política externa alemã venha a concentrar-se no entorno regional imediato e na instabilidade das fronteiras externas do continente.

De resto, as diversas arestas entre Berlim e Ancara, surgidas na negociação do acordo UE-Turquia para gestão da crise migratória – acentuadas, em junho corrente, por decisão do Bundestag de qualificar de "genocídio" o massacre sofrido por armênios e outros grupos no território do então Império Otomano, durante a Primeira Guerra Mundial -, conferiram às relações com a Turquia caráter prioritário.

Cumpre ressaltar, por fim, que, em seus aspectos principais, as posições da política externa da Alemanha aproximam-se das do Brasil - por exemplo, no concernente à ênfase na utilização de meios pacíficos para a solução de conflitos, à necessidade de reforma das estruturas de governança global e à defesa de princípios e de regras internacionais nos campos de direitos humanos, direito à privacidade, entre outros.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia alemã é a maior da Europa e a quarta maior do mundo, depois dos EUA, da China e do Japão. O país conta com força de trabalho altamente qualificada,

o que lhe permite especializar-se na produção de bens de alta e média tecnologias (sobretudo máquinas, equipamentos, produtos químicos, farmacêuticos e automóveis). A indústria, com forte componente de pequenas e médias empresas (PMEs), responde por 30,5% do PIB.

A economia alemã vem passando, desde 2014, por período de crescimento estável e moderado do PIB (0,3% em 2013; 1,6% em 2014; 1,7% em 2015; previsões de 1,7% em 2016 e 1,5% em 2017), impulsionado pelo dinamismo de seu setor exportador e pelo consumo privado, que se tem beneficiado de taxas sustentáveis de emprego e de aumentos salariais e do poder de compra. Os gastos com o tratamento e a acomodação de refugiados também têm sido fonte de estímulo adicional para a demanda, assim como o cenário europeu de juros muito baixos.

Nos últimos anos, motor importante do crescimento passou a ser, portanto, o consumo doméstico, relativizando o peso tradicional do setor externo. O bom desempenho econômico vem assegurando maior crescimento das importações sobre as exportações, embora se observem recordes históricos de superávits na balança comercial. A melhor atividade econômica tem permitido, ainda, a manutenção de taxas inéditas de emprego, sem se verificar, contudo, impacto significativo sobre o nível de preços.

No âmbito fiscal-orçamentário, o Governo alemão tem seguido rígida política de austeridade, pouco criticada internamente, justificada a partir do objetivo de reduzir a dívida pública total da Alemanha, assim como de conter os efeitos negativos, no médio prazo, do envelhecimento da população e, no curto prazo, do grande afluxo de refugiados. Desde 2015, o equilíbrio orçamentário tornou-se meta do Governo, sem previsão de novos endividamentos.

Maior credor da Europa, o país vê a si mesmo como âncora da estabilidade no continente, pregando o discurso de austeridade aos demais parceiros europeus, como verificado na crise da dívida da Grécia, em 2015. A relação dívida pública/PIB da Alemanha vem decrescendo desde 2012, podendo chegar a 70% ainda neste ano (75% do PIB em 2014; 72%, em 2015).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

2015 - A Alemanha, juntamente com a França, torna-se fiadora do Acordo Minsk II, entre Rússia e Ucrânia
2013 - Nova coalizão CDU/CSU e SPD, com renovação do mandato de Angela Merkel
2011 - Início do processo de abandono da energia nuclear
2009 - Nova coalizão CDU/CSU e FDP, com renovação do mandato de Angela Merkel
2009 - Retração econômica entre -4% e -5%; pior resultado desde 1945
2005 - Grande Coalizão CDU/CSU e SPD, sob a chefia da Chanceler Angela Merkel
2004/2007 - Ampliação da UE, com a inclusão de oito países do Centro-Leste europeu
2002 - Reeleição da coalizão SPD e Verdes sob a liderança de Gerhard Schröder
2001 - Alemanha envia tropas ao Afeganistão
1999 - Envio de tropas alemãs ao Kosovo, sob a OTAN
1998 - Eleições gerais. Coalizão SPD e Verdes sob a liderança de Gerhard Schröder.
1998 - Aprovação da adoção do Euro pelo Parlamento
1993 - Soldados alemães participam de voos de reconhecimento na Bósnia. Primeira participação em operações militares desde a Segunda Guerra
1991 - Transferência da capital de Bonn para Berlim
1990 - Extinção da RDA; reunificação (3.10); primeira eleição para o Parlamento da Alemanha unificada (2.12); Helmut Kohl (CDU): primeiro Chanceler Federal
1989 - Queda do Muro de Berlim (9 de novembro)
1972 - Willy Brandt (SPD) ajoelha-se no memorial da revolta dos judeus do gueto de Varsóvia, em gesto de reconciliação da Alemanha
1963 - Tratado da amizade entre a França (De Gaulle) e a Alemanha (Adenauer)
1961 - Construção do Muro de Berlim em 13 de agosto
1959 - O SPD adota o "Programa de Godesberg" e compromete-se com a economia social de mercado praticada pela CDU/CSU desde 1949
1957 - A República Federal da Alemanha assinou, em Roma, o Tratado de Fundação da Comunidade Econômica Europeia
1949 - Oficializada a divisão entre Leste e Oeste e entrada em vigor da constituição da RDA (7/10)
1949 - Elege-se o primeiro parlamento e Konrad Adenauer (CDU) torna-se Chanceler Federal (14/8)
1949 - Promulgação da Lei Fundamental da República Federal da Alemanha (23/5)
1948 - Ante a introdução do marco alemão nas zonas de ocupação ocidentais a URSS interditou as conexões por terra para Berlim Ocidental (24/6/48). Os aliados estabeleceram ponte aérea para abastecer Berlim Ocidental
1945 - Fim da Segunda Guerra Mundial, em 8/5/45. A Alemanha é dividida em 4 zonas de ocupação e Berlim em 4 setores
1939 - Início da II Guerra Mundial, em 1/9, com a invasão da Polônia pela Alemanha
1933 - Adolf Hitler torna-se Chanceler do Reich

1932 - O NSDAP (partido nacional-socialista) vence as eleições
1919 - Eleições para a Assembleia Nacional. Estabelecimento da República de Weimar
1919 - Assinatura do Tratado de Paz de Versalhes
1918 - O Imperador Guilherme II abdicou e o social-democrata Philipp Scheidemann proclamou a República
1914-1918 - O Imperador Guilherme II isolou a Alemanha na política externa, levando o país à I Guerra Mundial
1871 - Guilherme I proclamado Imperador alemão em Versalhes (18/1)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2016 - O Ministro Mauro Vieira participa da 52ª Conferência de Segurança de Munique
2015 - Visita do Ministro do Exterior, Frank-Walter Steinmeier, ao Brasil (fevereiro). Visita da Chanceler Angela Merkel e primeira edição das Consultas Intergovernamentais de Alto Nível (agosto)
2014 - Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, a Berlim
2013 - Visita do Presidente Federal Joachim Gauck. Ano da Alemanha no Brasil
2013 - O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participa da 49ª Conferência de Segurança de Munique
2013 - Em encontro durante a Cúpula CELAC-UE, a Presidente Dilma Rousseff e a Chanceler Angela Merkel decidem estabelecer mecanismo de consultas intergovernamentais de alto nível
2012 – Visita da Senhora Presidente da República à Alemanha, em março
2012 – Visita do Ministro do Exterior Guido Westerwelle ao Brasil, em fevereiro
2011 – Visita do Presidente Federal Christian Wulff ao Brasil, em maio
2010 - Visita do Ministro do Exterior Guido Westerwelle ao Brasil, em março
2009 - Visita de Estado do Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro
2008 - Assinatura do Acordo sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública. Assinatura do Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética
2008 - Visita oficial da Chanceler Angela Merkel, em maio
2007 - Visita oficial do Presidente Federal Horst Köhler
2007 - Viagem do Presidente Lula para a Cúpula do G-8, em Heiligendamm
2006 - Visita oficial do Ministro do Exterior, Frank-Walter Steinmeier
2005 - Assinatura de Acordo sobre o Estatuto das Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados e Acordo sobre Co-Produção Cinematográfica
2003 - O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Alemanha, quatro semanas após ser empossado
2002 e 2003 - Assinatura de Acordos sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais (em vigor)
2002 - O Chanceler Federal Schröder visita o Brasil
1999 - O Presidente Fernando Henrique Cardoso encontra-se com o Chanceler Federal Gerhard Schröder, em abril, em Bonn
1996 - O Chanceler Federal Helmut Kohl visita o Brasil. Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica (em vigor) e Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico (em vigor)
1995 - O Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a RFA. O Presidente Federal Roman Herzog retribui a visita.

1993 - Klaus Kinkel, Ministro das Relações Exteriores da RFA, visita o Brasil
1991 - O Chanceler Federal Helmut Kohl visita o Brasil
1990 - Fernando Collor de Mello, presidente eleito, visita a RFA
1983 - Assinatura de Acordo sobre Transporte Marítimo (em vigor)
1981 - O Presidente João Figueiredo visita a Alemanha
1979 - O chanceler Helmut Schmidt visita o Brasil
1978 - O Presidente Ernesto Geisel visita a RFA
1975 - Assinatura de Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (em vigor) ; Assinatura de Acordo para Evitar a Dupla Tributação (denunciado pela Alemanha em 2005)
1974 - Assinatura de Acordo constitutivo da Comissão Mista de Cooperação Econômica (em vigor) e Acordo sobre Cooperação Agrícola (em vigor)
1973 - Assinatura de Acordo sobre Pesquisa Espacial (em vigor)
1970 - Sequestro do Embaixador da Alemanha no Brasil
1969 - Assinatura de Acordo Cultural (em vigor)
1968 - Willy Brandt, Ministro das Relações Exteriores da RFA, visita o Brasil e propõe "parceria ampliada"
1964 - O Presidente alemão Heinrich Lübke visita o Brasil e assegura investimentos alemães no país. Assinatura de Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares (em vigor)
1961 - O Brasil abole a proibição do ensino de alemão nas escolas públicas
1959 - Inauguração da montadora da Volkswagen em São Bernardo do Campo
1956 - Visita do Presidente eleito Juscelino Kubitschek a Bonn
1954 - A Siderúrgica Mannesmann é a primeira grande companhia alemã a instalar-se no Brasil
1951 - Abertura de Embaixada da RFA no Rio de Janeiro (julho). Abertura de Embaixada do Brasil em Bonn (novembro)
1942 - Anúncio do Rompimento das Relações Diplomáticas do Brasil com os países do Eixo (28 de janeiro). Reconhecimento do Estado de beligerância com Alemanha e Itália (22 de agosto)
1917 - Navio brasileiro é torpedeado, na costa francesa, por navio alemão (3 de abril). O Brasil suspende as relações diplomáticas com a Alemanha (11 de abril) e declara guerra ao Império Alemão (27 de outubro)
1910 - Envio de Missão Militar alemã ao Brasil com o objetivo de cooperar na reorganização e modernização do exército brasileiro
1902 - O Barão do Rio Branco é nomeado Ministro das Relações Exteriores
1900 - O Barão do Rio Branco é nomeado Ministro Plenipotenciário em Berlim
1896 - Revogação do "Rescrito de Heydt"
1871 - Incorporação do "Rescrito de Heydt" pelo Império Alemão
1859 - Após a divulgação de notícias sobre as más condições de vida e de trabalho dos imigrantes alemães, a Prússia proíbe o recrutamento de imigrantes, com o "Rescrito de Heydt"

1827 - Assinatura de Tratados de Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Reino da Prússia e entre o Império do Brasil e as cidades hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo
1826 - Abertura do Consulado do Brasil em Hamburgo
1825 - Reconhecimento, pela Prússia e as cidades hanseáticas, da independência do Brasil, após acordo celebrado entre Brasil e Portugal
1824 - Após a promulgação da Constituição, que oficializava a soberania do Estado e permitia a imigração de pessoas não católicas, inicia-se a colonização alemã no Brasil, com a chegada dos primeiros imigrantes na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul
1822 - Major Jorge Antonio Schäffer é enviado por Dom Pedro para a corte de Viena e cortes alemãs, para recrutar colonos e conseguir soldados para o Corpo de Estrangeiros no Rio de Janeiro.

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	08/11/2010	07/06/2013	19/08/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil o Governo da República da Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública.	06/11/2008	29/01/2010	02/03/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular	14/02/2008	01/03/2010	22/02/2010
Acordo sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados	01/06/2005	12/02/2009	02/03/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Co-produção Cinematográfica	17/02/2005	20/11/2007	20/02/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira	27/11/2003	29/09/2008	04/12/2008

(2000/2001)			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos na Área de Preservação das Florestas Tropicais	10/06/2003	24/05/2004	29/07/2004
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos - Reforço"	10/03/1999	19/05/2000	20/06/2000
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira de 24 de outubro de 1991.	26/05/1997	04/08/1999	06/10/1999
Protocolo de Intenções sobre a Realização de um Projeto Conjunto na Área de Recolhimento, do Tratamento e da Disposição Final de Resíduos Urbanos.	17/09/1996	17/09/1996	25/09/1996
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação na Área de Transporte.	17/09/1996		25/09/1996
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	17/09/1996	09/03/1998	07/05/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico	20/03/1996	18/02/1997	09/04/1997
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Estudos Técnico, Econômico e de Impácto Ambiental para a Melhoria do Transporte de Carga e Passageiros, no	06/04/1995	28/10/1995	18/10/1995

Corredor Rio de Janeiro/São Paulo-Campinas, inclusive em seus Acessos aos Portos da Região".			
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos".	06/04/1995	28/10/1995	13/10/1995
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal/Demarcação de Terras Indígenas".	06/04/1995	28/10/1995	13/10/1995
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Proteção da Mata Atlântica/Paraná.	06/04/1995	28/10/1995	13/10/1995
Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Marítimo.	17/11/1992	19/05/1995	29/08/1995
Acordo, por Troca de Notas, para a Consecução dos Compromissos ao Abrigo do Expirado Acordo de Comércio e Pagamento com a RDA.	22/10/1992	22/10/1992	19/11/1992
Acordo sobre Cooperação Financeira no Montante de 304.858.202,00 Marcos Alemães	24/10/1991		29/06/1992
Memorando de Entendimento entre o MME e o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha.	29/08/1989	29/09/1989	22/11/1989
Relativo ao Procedimento para a Certificação de Produtos Aeronáuticos	26/09/1987	26/09/1987	09/10/1987

Protocolo sobre Cooperação Financeira, para o Projeto "Saneamento Básico no Ceará".	11/06/1987		19/06/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira, para o Projeto "Abastecimento de Energia Elétrica na Região São Francisco/Bahia Ocidental.	11/06/1987		19/06/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Saneamento Básico no Espírito Santo".	11/06/1987		19/05/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Banco do Desenvolvimento BNDES IX/PROMICO".	11/06/1987		19/05/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira	19/10/1984		31/10/1984
Convênio Especial entre o CNPq e a Deutsche Forschungsgemeinschaft (DPG), Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico de 09/06/69.	15/12/1983	25/10/1984	13/12/1984
Protocolo sobre Cooperação Financeira (DM 25 Milhões para Abastecimento de Energia na Área Rural do Estado de Alagoas e Estudo de Viabilidade para o Desenvolvimento Agrícola no Vale do Rio Mearim).	09/12/1983	09/12/1983	15/12/1983
Protocolo sobre Cooperação Financeira (DM 20 Milhões para o Projeto	09/12/1983		15/12/1983

PROVÁRZEAS/ES).			
Protocolo sobre Cooperação Financeira	02/07/1982	02/07/1982	15/07/1982
Protocolo sobre Cooperação Financeira, (empréstimo de DM 56,74 milhões).	12/06/1981		17/07/1981
Acordo para Substituição do Quadro de Rotas do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 29 de agosto de 1957	19/12/1979	19/12/1979	11/03/1980
Acordo sobre Cooperação Financeira	01/11/1979		20/11/1979
Protocolo sobre Cooperação Financeira (no montante de 24 milhões de marcos alemães)	04/04/1979		24/04/1979
Protocolo sobre Cooperação Financeira (no montante de 26 milhões de marcos alemães)	04/04/1979		24/04/1979
Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transporte Marítimo, de 4/04/79	04/04/1979		24/04/1979
Acordo sobre Transporte Marítimo	04/04/1979	22/10/1983	09/11/1983
Convênio Especial entre a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich	08/03/1978	15/06/1978	29/09/1978
Convênio Especial entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe Ltda. sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	08/03/1978	31/05/1978	03/10/1978
Protocolo sobre Cooperação Financeira	18/11/1975		02/12/1975

Protocolo sobre Cooperação Financeira no Montante de 105 Milhões de Marcos Alemães	18/11/1975		02/12/1975
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	27/06/1975	18/11/1975	02/12/1975
Acordo sobre Cooperação no Setor Agrícola	21/01/1975		28/02/1975
Protocolo sobre Cooperação Financeira	07/03/1974		13/03/1974
Acordo sobre Pesquisa Espacial e Memorando de Entendimento entre o CNPq , o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha e a NASA	19/10/1973		27/11/1973
Acordo para a Aprovação de um Adendo ao Convênio Especial entre a CNEN e o Centro de Pesquisa Nuclear, em Jülich, sobre Cooperação Científico-Tecnológica. Complemento do Acordo Geral de 9/06/69	04/10/1973	04/10/1973	27/11/1973
Protocolo sobre Cooperação Financeira	31/07/1972		07/08/1972
Convênio sobre a Entrada de Navios Nucleares em Águas Brasileiras e sua Permanência em Portos Brasileiros	07/06/1972	04/09/1974	25/12/1974
Acordo de Radioamadorismo	11/04/1972		26/04/1972
Acordo de Aprovação de Convênio Especial Celebrado entre o Centro Técnico Aeroespacial do Brasil e o Instituto Alemão de Pesquisa e Ensaio de Navegação Aérea e	18/11/1971		15/03/1972

Espacial, para a Execução de Projeto Científicos			
Acordo de Aprovação de Convênio Especial entre o CNPq e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich	18/11/1971	18/11/1971	15/03/1972
Acordo para a Aprovação de um Convênio Especial entre a CNEN e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich	23/04/1971		01/06/1971
Protocolo sobre Cooperação Financeira	23/04/1971		27/05/1971
Protocolo sobre Cooperação Financeira	02/10/1970		30/10/1970
Acordo Para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo Internacional	28/11/1969		27/05/1971
Convênio Relativo à Troca de Informações, Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisas e do Desenvolvimento Tecnológico	09/06/1969	12/08/1969	17/09/1969
Acordo Cultural	09/06/1969	17/12/1970	27/01/1971
Protocolo de Cooperação Financeira e Ajuste Relativo ao Artigo 3 do Protocolo de Cooperação Financeira de 09/04/69	30/05/1969		01/07/1969
Protocolo sobre Cooperação Financeira	09/04/1969		18/07/1969
Protocolo sobre Cooperação Financeira	30/11/1963		07/01/1964
Acordo Sobre Transportes Aéreos Regulares	29/08/1957	15/08/1964	26/08/1964
Acordo, por Troca de Notas, sobre Direitos de Tráfego Aéreo a serem	19/08/1957		17/10/1957

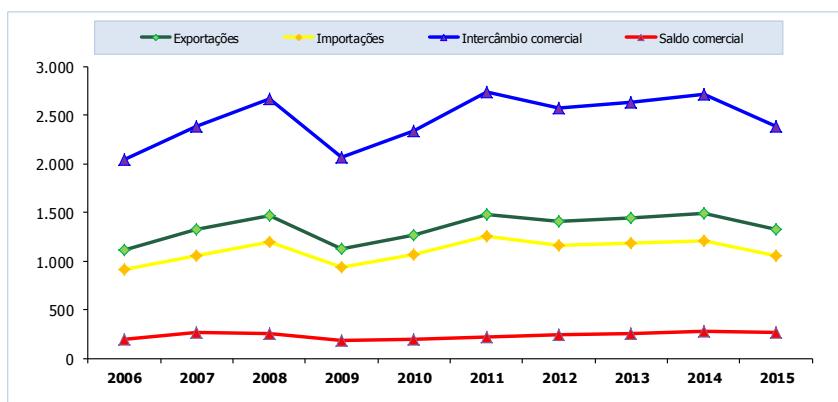
Regulados em Futuros Acordos			
Acordo sobre visto em passaportes	08/07/1957	01/08/1957	14/08/1957
Cooperação Econômica e Financeira, Ajuste Modificativo do Acordo de Investimentos e Financiamentos de 4 de setembro de 1953	01/07/1955		05/08/1955
Acordo sobre Convenções, sobre Propriedade Industrial de 4 de setembro de 1953 - Retificação ao Acordo	20/12/1954	20/12/1954	03/02/1955

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior da Alemanha
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	1.122	14,8%	922	18,3%	2.044	16,3%	200
2007	1.329	18,4%	1.059	14,9%	2.388	16,8%	270
2008	1.466	10,3%	1.204	13,7%	2.670	11,8%	262
2009	1.128	-23,1%	938	-22,1%	2.066	-22,6%	189
2010	1.271	12,7%	1.067	13,7%	2.338	13,2%	204
2011	1.482	16,6%	1.260	18,1%	2.742	17,3%	222
2012	1.410	-4,9%	1.161	-7,9%	2.571	-6,2%	249
2013	1.451	2,9%	1.187	2,2%	2.638	2,6%	264
2014	1.498	3,3%	1.215	2,3%	2.713	2,8%	283
2015	1.331	-11,1%	1.056	-13,1%	2.388	-12,0%	275
2016(jan-mar)	326	-1,2%	259	-1,7%	586	-1,4%	67
Var. % 2006-2015	18,6%	--	14,5%	--	16,8%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
 (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

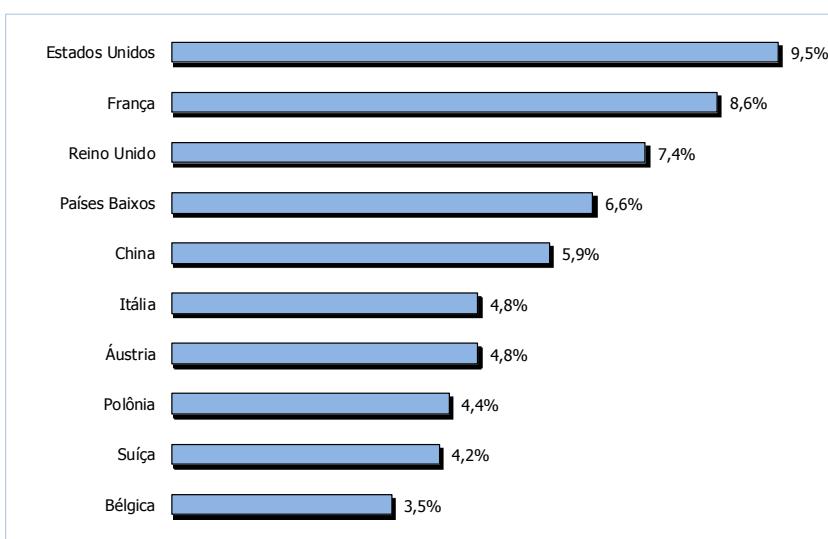


Direção das exportações da Alemanha
US\$ bilhões

Países	2015	Part.% no total
Estados Unidos	127	9,5%
França	114	8,6%
Reino Unido	99	7,4%
Países Baixos	88	6,6%
China	79	5,9%
Itália	64	4,8%
Áustria	64	4,8%
Polônia	58	4,4%
Suíça	56	4,2%
Bélgica	46	3,5%
...		
Brasil (26ª posição)	11	0,8%
Subtotal	806	60,5%
Outros países	525	39,5%
Total	1.331	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais destinos das exportações

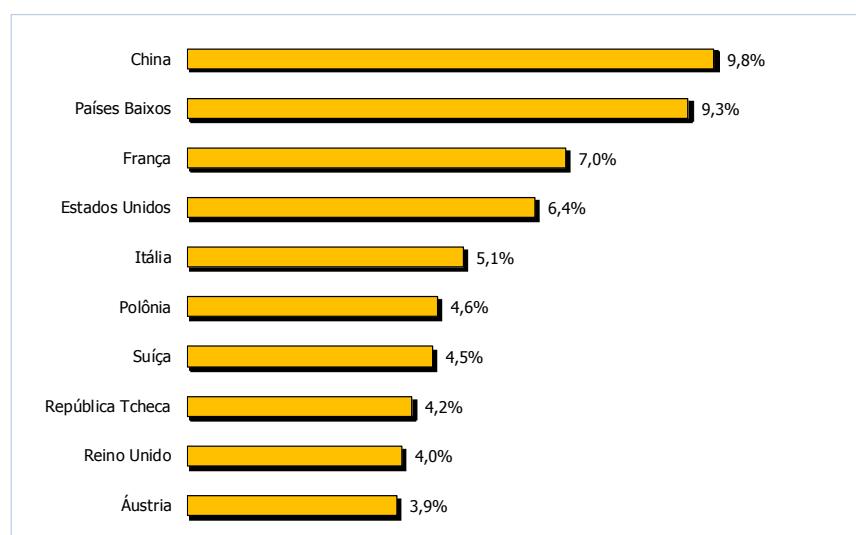


Origem das importações da Alemanha
US\$ bilhões

Países	2015	Part.% no total
China	103	9,8%
Países Baixos	98	9,3%
França	74	7,0%
Estados Unidos	68	6,4%
Itália	54	5,1%
Polônia	49	4,6%
Suíça	48	4,5%
República Tcheca	44	4,2%
Reino Unido	42	4,0%
Áustria	41	3,9%
...		
Brasil (24ª posição)	9	0,9%
Subtotal	630	59,6%
Outros países	426	40,4%
Total	1.056	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais origens das importações

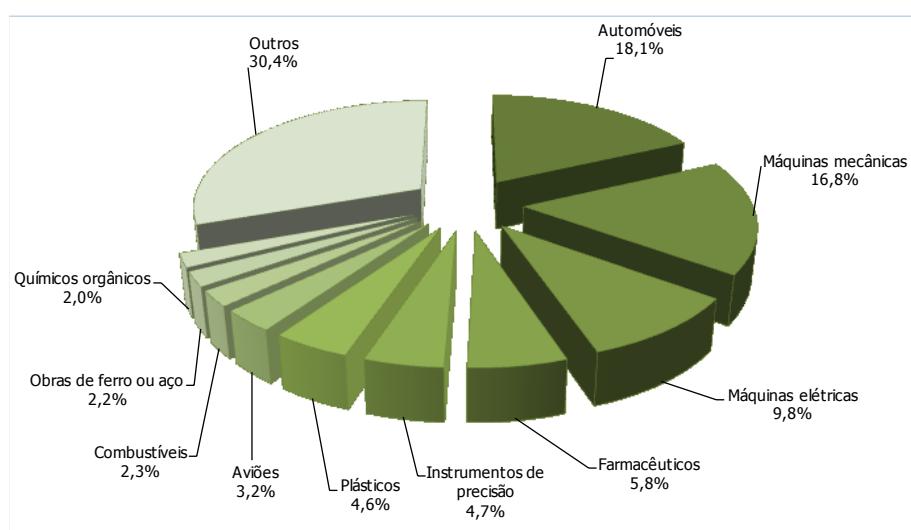


Composição das exportações da Alemanha
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Automóveis	241	18,1%
Máquinas mecânicas	224	16,8%
Máquinas elétricas	131	9,8%
Farmacêuticos	77	5,8%
Instrumentos de precisão	62	4,7%
Plásticos	61	4,6%
Aviões	43	3,2%
Combustíveis	31	2,3%
Obras de ferro ou aço	29	2,2%
Químicos orgânicos	27	2,0%
Subtotal	926	69,6%
Outros	405	30,4%
Total	1.331	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

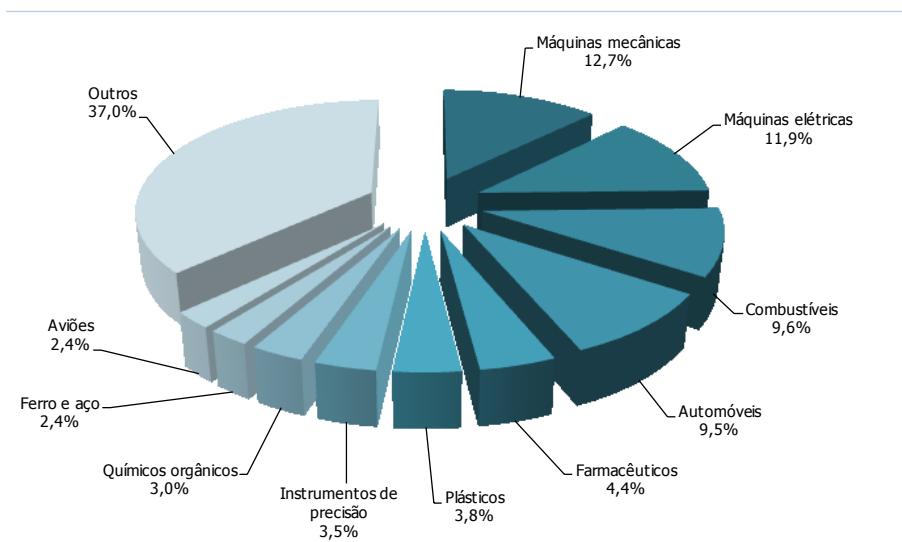


Composição das importações da Alemanha
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas mecânicas	134	12,7%
Máquinas elétricas	126	11,9%
Combustíveis	101	9,6%
Automóveis	100	9,5%
Farmacêuticos	46	4,4%
Plásticos	40	3,8%
Instrumentos de precisão	37	3,5%
Químicos orgânicos	32	3,0%
Ferro e aço	25	2,4%
Aviões	25	2,4%
Subtotal	666	63,0%
Outros	390	37,0%
Total	1.056	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

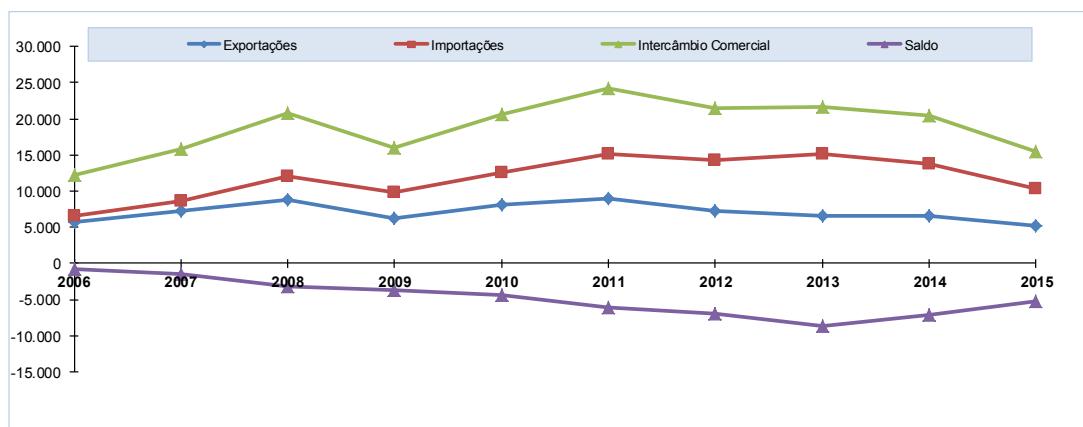
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Alemanha
US\$ milhões

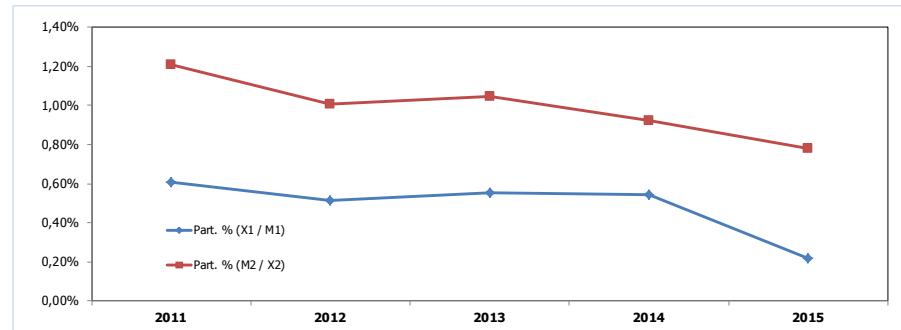
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	5.691	13,1%	4,13%	6.503	5,8%	7,12%	12.194	9,1%	5,32%	-812
2007	7.211	26,7%	4,49%	8.669	33,3%	7,19%	15.880	30,2%	5,65%	-1.458
2008	8.851	22,7%	4,47%	12.027	38,7%	6,95%	20.877	31,5%	6,26%	-3.176
2009	6.175	-30,2%	4,04%	9.869	-17,9%	7,73%	16.043	-23,2%	5,72%	-3.694
2010	8.138	31,8%	4,03%	12.554	27,2%	6,91%	20.692	29,0%	5,39%	-4.415
2011	9.039	11,1%	3,53%	15.214	21,2%	6,72%	24.253	17,2%	5,03%	-6.175
2012	7.277	-19,5%	3,00%	14.212	-6,6%	6,37%	21.489	-11,4%	4,61%	-6.935
2013	6.552	-10,0%	2,71%	15.183	6,8%	6,33%	21.735	1,1%	4,51%	-8.631
2014	6.633	1,2%	2,95%	13.838	-8,9%	6,04%	20.471	-5,8%	4,51%	-7.205
2015	5.179	-21,9%	2,71%	10.380	-25,0%	6,05%	15.558	-24,0%	4,29%	-5.201
2016 (jan-mai)	1.964	-16,8%	1,03%	3.702	-19,0%	2,16%	5.666	-18,3%	4,45%	-1.738
Var. % 2006-2015	-9,0%	--	--	59,6%	--	--	27,6%	--	n.c.	

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2016.
 (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



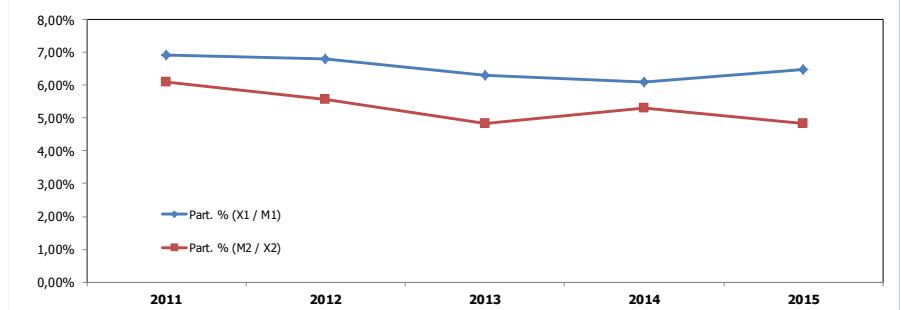
Part. % do Brasil no comércio da Alemanha
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a Alemanha (X1)	9.039	7.277	6.552	6.633	5.179	-42,7%
Importações totais da Alemanha (M1)	1.482.202	1.410.130	1.187.315	1.214.956	2.387.534	61,1%
Part. % (X1 / M1)	0,61%	0,52%	0,55%	0,55%	0,22%	-64,4%
Importações do Brasil originárias da Alemanha (M2)	15.214	14.212	15.183	13.838	10.380	-31,8%
Exportações totais da Alemanha (X2)	1.260.298	1.410.130	1.450.951	1.498.158	1.331.194	5,6%
Part. % (M2 / X2)	1,21%	1,01%	1,05%	0,92%	0,78%	-35,4%



Part. % do país no comércio do Brasil
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações da Alemanha para o Brasil (X1)	15.630	15.165	15.148	13.955	11.095	-29,0%
Importações totais do Brasil (M1)	226.247	223.183	239.748	229.154	171.449	-24,2%
Part. % (X1 / M1)	6,91%	6,79%	6,32%	6,09%	6,47%	-6,3%
Importações da Alemanha originárias do Brasil (M2)	15.584	13.505	11.721	11.938	9.254	-40,6%
Exportações totais do Brasil (X2)	256.040	242.578	242.034	225.101	191.134	-25,3%
Part. % (M2 / X2)	6,09%	5,57%	4,84%	5,30%	4,84%	-20,5%



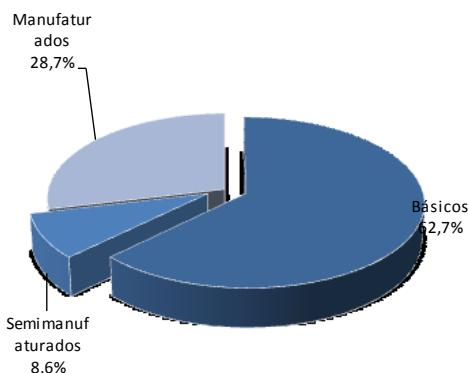
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Cazaquistão e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

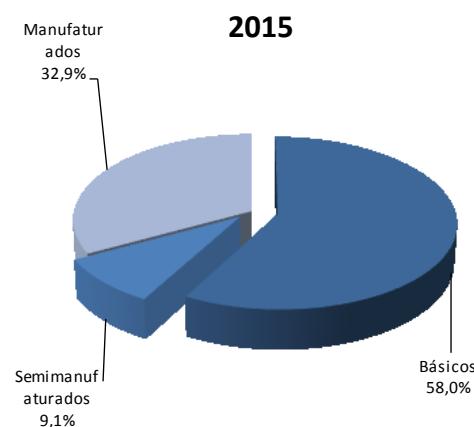
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

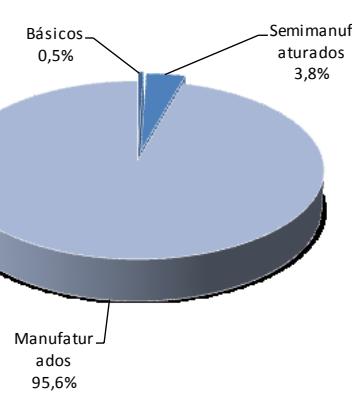


2015



Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2016.

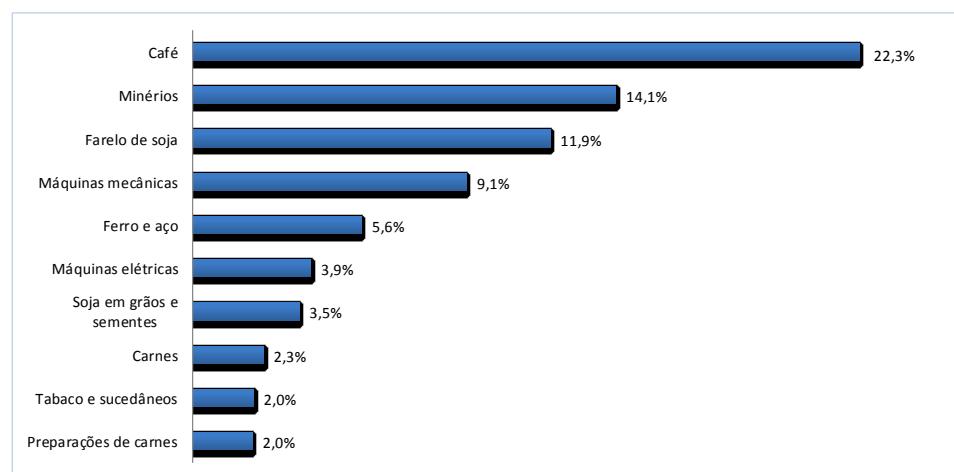
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Alemanha
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café	913	13,9%	1.364	20,6%	1.153	22,3%
Minérios	1.724	26,3%	1.189	17,9%	732	14,1%
Farelo de soja	670	10,2%	806	12,2%	618	11,9%
Máquinas mecânicas	662	10,1%	548	8,3%	473	9,1%
Ferro e aço	97	1,5%	278	4,2%	291	5,6%
Máquinas elétricas	284	4,3%	207	3,1%	203	3,9%
Soja em grãos e sementes	174	2,7%	334	5,0%	183	3,5%
Carnes	109	1,7%	174	2,6%	121	2,3%
Tabaco e sucedâneos	160	2,4%	145	2,2%	104	2,0%
Preparações de carnes	139	2,1%	143	2,2%	102	2,0%
Subtotal	4.932	75,3%	5.188	78,2%	3.980	76,9%
Outros produtos	1.620	24,7%	1.445	21,8%	1.199	23,1%
Total	6.552	100,0%	6.633	100,0%	5.179	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

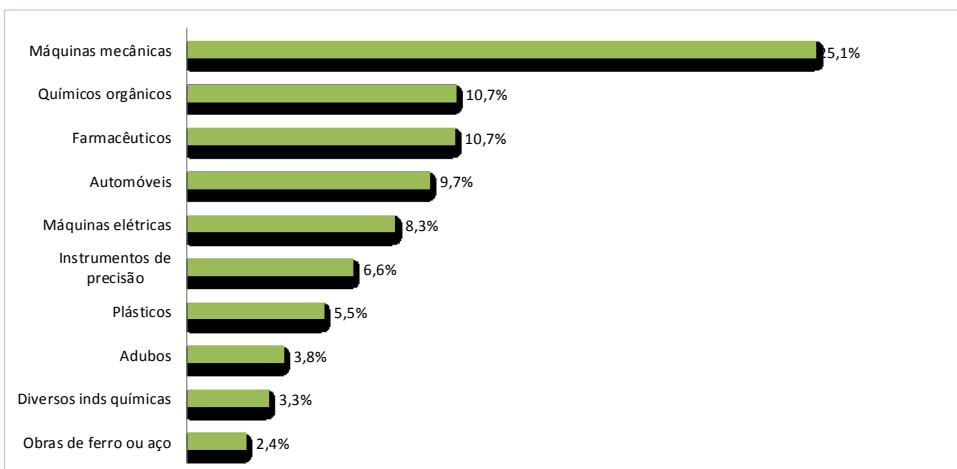


Composição das importações brasileiras originárias da Alemanha
US\$ milhões

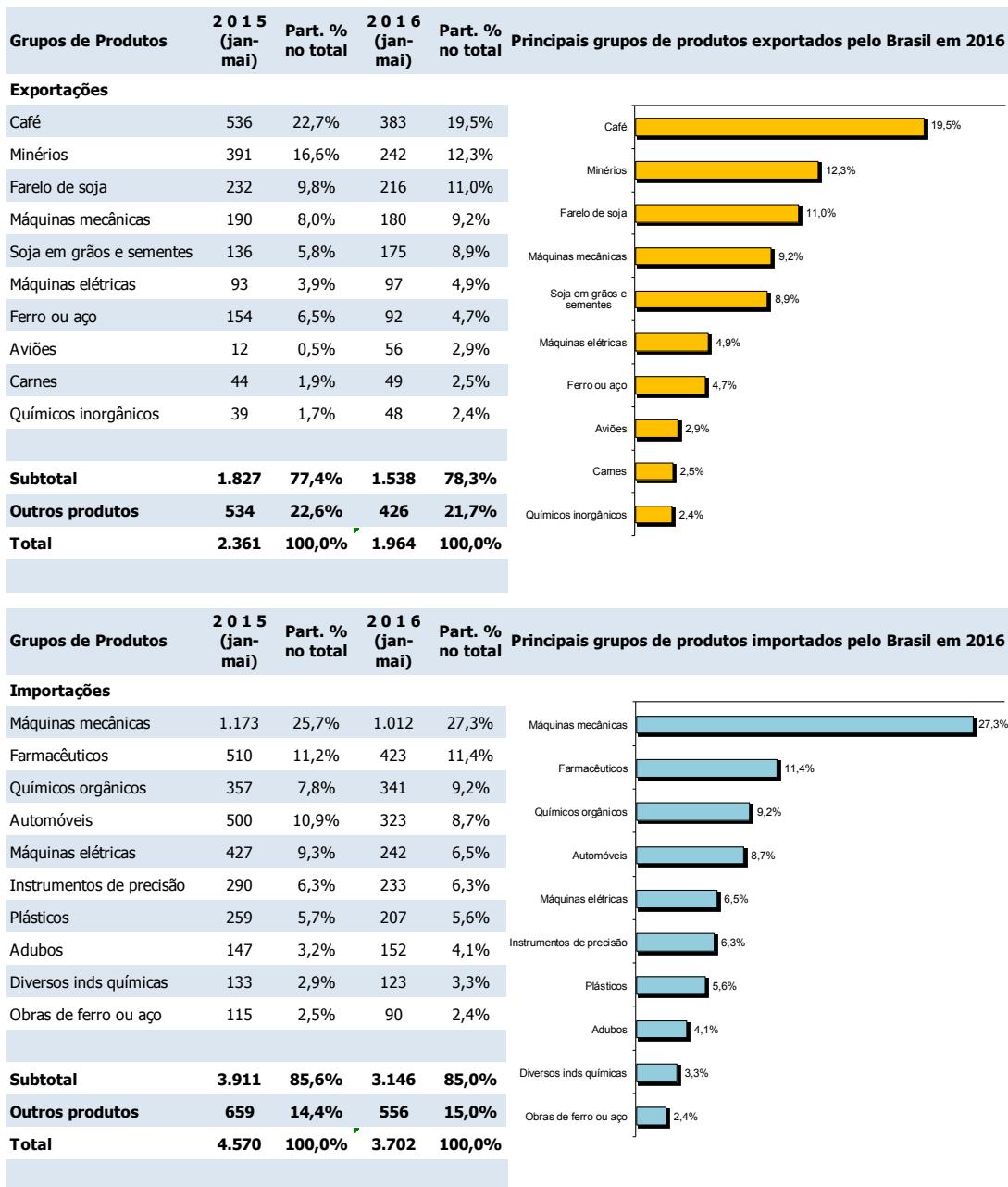
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	3.845	25,3%	3.481	25,2%	2.601	25,1%
Químicos orgânicos	1.316	8,7%	1.327	9,6%	1.112	10,7%
Farmacêuticos	1.420	9,4%	1.402	10,1%	1.108	10,7%
Automóveis	2.063	13,6%	1.815	13,1%	1.003	9,7%
Máquinas elétricas	1.146	7,5%	996	7,2%	860	8,3%
Instrumentos de precisão	1.015	6,7%	937	6,8%	687	6,6%
Plásticos	765	5,0%	709	5,1%	566	5,5%
Adubos	592	3,9%	413	3,0%	399	3,8%
Diversos inds químicas	416	2,7%	404	2,9%	338	3,3%
Obras de ferro ou aço	388	2,6%	349	2,5%	244	2,4%
Subtotal	12.966	85,4%	11.833	85,5%	8.918	85,9%
Outros produtos	2.217	14,6%	2.005	14,5%	1.462	14,1%
Total	15.183	100,0%	13.838	100,0%	10.380	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aiceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2016.

2^a PARTE - SABATINA

1



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 71, de 2016 (Mensagem nº 394, de 12 de julho de 2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

RELATOR: Senador TASSO JEREISSATI

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL é filho de Pedro Augusto do Amaral e Maria Aparecida Silva do Amaral e nasceu em São Paulo/SP, em 1º de junho de 1944.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

É graduado em Direito e Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e em Ciência Política pela Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne). Pós - graduou-se, com Estudos Superiores Especializados e Doutorado, também em Ciência Política pela mesma universidade francesa. Depois de concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, ingressou na carreira diplomática, em 1971, como Terceiro-Secretário.

Ascendeu a Conselheiro em 1982; a Ministro de Segunda Classe, em 1988; e a Ministro de Primeira Classe, em 1994. Todas as promoções por merecimento. Está aposentado da carreira efetiva desde 2007.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se as de Assessor na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de 1980 a 1984; Conselheiro na Embaixada em Washington, entre 1984 e 1988; Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, de 1988 a 1990; Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra, de 1990 a 1991; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, de 1991 a 1993; Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, em 1994; Chefe de Gabinete do Ministério da Fazenda, de 1994 a 1995; Ministro Chefe e Porta-Voz da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de 1995 a 1999; Embaixador em Londres, de 1999 a 2001; Ministro de Estado do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, de 2001 a 2003; e Embaixador em Paris, de 2003 a 2005.

Desempenhou ainda importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações.

O Embaixador Sérgio Amaral, ao longo de sua carreira, recebeu as seguintes condecorações: Ordem do Mérito Forças Armadas, do Brasil, no grau de Grande Oficial; Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal; Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, do Brasil; Grande Cordão da Ordem do Tesouro Sagrado, do Japão; Grã-Cruz da Ordem da República da Itália; Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil, no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Naval, do Brasil, no grau de Grande Oficial; Grã-Cruz da Ordem do Mérito da República Portuguesa; *Knight Commander of the British Empire*; *Légion d'Honneur*, da França, no grau de Grande Oficial; Grã-Cruz da Ordem do Mérito



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Judiciário, do Brasil/DF; Grã Cruz do Mérito Científico, do Brasil; e Grã-Cruz da Ordem Azteca, do México.

Por fim, registre-se que estão publicados de sua lavra, entre outras, as obras: “O Problema da Dívida da América Latina – A Visão de um Grande País Devedor”, in *Congressional Research Service*, Biblioteca do Congresso, Washington; “A Crise da Dívida do Ponto de Vista de um País Devedor”, in *Journal of International Law and Politics*, Universidade de Nova York, volume 17, primavera de 1985; “A Dívida Externa: Da Crise de Liquidez à Crise do Crescimento”, in *Case Western Reserve Journal of International Law*, in *Canada-United States Law Journal*; “Comércio e Desenvolvimento”, in *World Economic Forum*, Nova York/Estados Unidos da América (EUA).

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre os Estados Unidos da América, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Atualmente, a relação bilateral beneficia-se muito das semelhanças existentes entre os dois países. Brasil e Estados Unidos são as duas maiores economias e populações das Américas. Países de dimensões continentais, com amplos recursos naturais, são democracias multiétnicas e multiculturais.

Consubstanciada em mais de trinta mecanismos bilaterais, a relação Brasil-EUA abrange praticamente todos os itens das agendas bilateral, regional e internacional. Temas como educação, ciência, tecnologia e inovação, investimento, infraestrutura e direitos humanos – prioritários na política interna dos dois países – ocupam espaço importante na cooperação bilateral.

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos ganhou forte impulso com as visitas de Barack Obama ao Brasil (março de 2011) e da presidente Dilma Rousseff aos EUA (abril de 2012). A segunda visita da presidente Dilma Rousseff aos EUA, em 30 de junho de 2015, consolidou a parceria Brasil-EUA, reativando diálogos bilaterais e inaugurando novas iniciativas.

A visita presidencial aos EUA em junho de 2015 aprofundou a cooperação em defesa, meio ambiente, energia, ciência, tecnologia e inovação,



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

educação, comércio e investimentos, direitos humanos e fluxo de pessoas; serviu para divulgar as oportunidades de investimento em infraestrutura no Brasil junto a empresários e investidores norte-americanos; reafirmou o compromisso do Brasil e dos EUA de se coordenarem quanto a temas centrais das agendas regional e global – como atestam as Declarações Conjuntas sobre Mudança do Clima e sobre Governança da Internet; ensejou a assinatura do Acordo Bilateral de Previdência Social, do Memorando de Entendimento sobre Educação Profissional e Tecnológica, do Memorando de Intenções sobre Normas Técnicas e Avaliação de Conformidade, da Declaração Conjunta sobre Compartilhamento de Exame de Patentes entre Escritórios, bem como de outros instrumentos na área ambiental e em ciência, tecnologia e inovação; e impulsionou a retomada de negociações para concluir o programa Entrada Global (facilitação do ingresso de viajantes frequentes) e dos entendimentos relativos à isenção futura de vistos.

A visita presidencial ensejou, também, o anúncio da conclusão dos procedimentos para entrada em vigência do Acordo sobre Cooperação em Defesa, promulgado em 18 de dezembro de 2015, e do Acordo sobre Proteção de Informações Militares Sigilosas (GSOMIA).

Destacam-se também, na agenda Brasil-EUA de 2016, os entendimentos para avançar no combate à epidemia do vírus Zika; a cooperação para garantir a segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro; as negociações em torno da criação do Grupo de Trabalho sobre o Setor de Infraestrutura; e o impulso a iniciativas de fomento à inovação e competitividade, reunindo os setores empresarial, governamental e acadêmico.

A comunidade brasileira residente nos Estados Unidos é estimada, segundo dados do Relatório Consular de 2014 (RCN 2014) das Repartições Consulares brasileiras naquele país, em cerca de 1.315.000 (um milhão e trezentos e quinze mil) pessoas. Cerca de 35% a 40% dos brasileiros que residem no exterior estão nos Estados Unidos. Acredita-se que esse número esteja subestimado, em razão da extensão do país, da circularidade migratória e do espraiamento dos brasileiros pelo território norte-americano.

O perfil da comunidade é o mais diverso possível, incluindo brasileiros indocumentados que exercem empregos menos qualificados, passando por brasileiros documentados, estudantes, trabalhadores no setor de serviços, profissionais liberais, cientistas e pesquisadores de renome, e



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

investidores internacionais. Parte dos emigrantes brasileiros já está estabelecida há algumas décadas (desde 1980), mas, continuamente, há circulação de novos emigrantes.

Do ponto de vista comercial, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), apesar do incremento de 70,2% no intercâmbio comercial entre Brasil e EUA no período de 2009 a 2013, a balança comercial passou a exibir tendência de déficit para o Brasil. De 2012 a 2013, o déficit brasileiro aumentou 100,6%, passando de -US\$ 5,66 bilhões para -US\$ 11,36 bilhões. No período 2014-2015, o déficit com os EUA reduziu-se sensivelmente, passando de -US\$ 7,99 bilhões para -US\$ 2,39 bilhões. O resultado ocorreu em meio à queda generalizada da corrente de comércio Brasil-EUA (da ordem de - 8,06%), que passou, no período, de US\$ 62,04 bilhões para US\$ 50,55 bilhões.

Embora os EUA tenham sido superados pela China como o maior importador do Brasil, ao contrário do que ocorre com o parceiro asiático, o perfil das exportações brasileiras para os EUA é majoritariamente composto por produtos manufaturados e semimanufaturados, o que indica alto perfil de valor agregado.

Sobre investimentos, de acordo com o Banco Central, os EUA continuam a ser o país com maior estoque de investimentos no Brasil, no valor de aproximadamente US\$ 136,6 bilhões, no final de 2013. O estoque de investimentos brasileiros nos EUA, em 2013, manteve tendência de crescimento, alcançando valor de US\$ 21,1 bilhões (em 2012, era de 18,4 bilhões). Com relação ao fluxo de investimentos, ingressaram US\$ 9 bilhões no Brasil, originários dos EUA, em 2013, enquanto empresas brasileiras investiram US\$ 2,7 bilhões na economia norte-americana no mesmo ano.

Finalmente, embora não seja a praxe de relatórios desta natureza, não poderia deixar de dar meu testemunho pessoal a respeito do indicado, não apenas destacadíssimo diplomata, mas principalmente virtuoso homem público. Seja como Ministro de Estado, seja como chefe das mais elevadas missões diplomáticas, o embaixador Sérgio Amaral é um profundo conhecedor dos meandros das relações internacionais, notadamente as implicações políticas e comerciais em um mundo cada vez mais globalizado e interdependente. Após ter cumprido com imenso louvor suas funções como dignitário brasileiro nos mais



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

altos postos diplomáticos, inclusive em Londres e Paris, chegará a Washington em um momento especialíssimo da conjuntura internacional, de renovação e repactuação de alianças estratégicas. Sua largueza intelectual, sua experiência e temperança no trato das mais sensíveis questões ao longo de toda sua vida pública, certamente o credenciam como condutor das relações do Brasil com a maior potência mundial, com a altivez e a autoridade que lhe reconhece todo o mundo diplomático, sempre honrando o Brasil e a tradição da casa de Rio Branco por onde passou.

Este é, portanto, o nosso Relatório, acreditando que os nobres pares já dispõem das informações necessárias à sua apreciação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Relatório de gestão

Luiz Alberto Figueiredo Machado

Embaixada do Brasil em Washington,

Estados Unidos da América

1. INTRODUÇÃO: UMA RELAÇÃO MADURA

2. Assumi a Embaixada do Brasil em Washington no dia 7 de maio de 2015, em um momento particularmente auspicioso das relações bilaterais, em meio aos preparativos da visita da Presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, que teve lugar em 29 e 30 de junho daquele ano e foi integrada por expressiva delegação ministerial (nove ministros) e importante segmento empresarial. Inicialmente prevista para ocorrer em 2013, a visita fora adiada de comum acordo entre os dois governos, em função das revelações da imprensa sobre monitoramento de altas autoridades por parte de agências de inteligência dos Estados Unidos. A reforma dos programas de vigilância dessas agências, ao lado das garantias oferecidas pelo próprio presidente Obama de que países amigos e aliados não seriam mais alvo desse tipo de monitoramento, permitiram superar o episódio e retomar a trajetória ascendente do relacionamento bilateral. A visita presidencial representou marco no fortalecimento da relação que, com o conjunto de compromissos assumidos, alcançou grau inédito de maturidade e institucionalização. No plano econômico, os Estados Unidos mantêm-se como o nosso primeiro sócio em matéria de investimentos externos e segundo maior parceiro comercial, ao passo que o Brasil segue na posição de um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos na região e, cada vez mais, também assume o papel de investidor, com a presença crescente de empresas brasileiras no mercado norte-americano.

3. Durante o período de pouco mais de um ano em que

estive à frente do posto, pude testemunhar o interesse firme e constante no aprofundamento das relações Brasil-Estados Unidos nas mais diversas áreas, seja por parte dos governos, dos corpos de estado, dos agentes privados ou dos setores organizados das respectivas sociedades. Os documentos resultantes da visita presidencial - em cuja negociação me empenhei pessoalmente - incluem, entre outros instrumentos, um comunicado conjunto presidencial sobre ampla gama de temas, e outro específico, sobre mudança do clima, que refletem em grande medida esses interesses e fornecem ambicioso mapa do caminho para seguir aprofundando a relação bilateral em áreas como diálogo político-diplomático; comércio e investimentos; defesa e segurança; ciência, tecnologia e inovação; energia e meio ambiente; direitos humanos e temas sociais; questões migratórias; cooperação educacional e técnica. Em conjunto, os mecanismos de consulta regular entronizados nos comunicados presidenciais de 2011 e 2014 representam o maior nível de institucionalização jamais alcançado na relação entre Brasil e Estados Unidos: conta-se, hoje, com uma densa rede de acordos e mecanismos bilaterais de diálogo e cooperação, sendo quatro diálogos estratégicos em nível ministerial, que se reportam diretamente aos presidentes (político-diplomático; defesa; energia; e finanças e economia), e mais de trinta outros grupos ou comissões bilaterais de consulta e coordenação, em uma gama variada de áreas, além de foro de altos executivos Brasil-Estados Unidos.

4. No plano político-diplomático, o tempo que me tocou em Washington foi caracterizado por um nível excelente de diálogo e de entendimento, que pode ser sintetizado nas menções públicas do Presidente Obama ao papel do Brasil como "potência global" e "major global player", o que se refletiu, de maneira muito concreta, nos progressos alcançados em matéria de facilitação do comércio e convergência regulatória; na remoção do principal obstáculo para a abertura do mercado norte-americano para a carne 'in natura' brasileira; no diálogo de alto nível em energia e em ciência e tecnologia; na coordenação de posições para as negociações sobre mudança do clima e para a atuação nos foros multilaterais de direitos

humanos; na estreita cooperação mantida na área de segurança, com vistas aos jogos olímpicos; ou ainda na disposição de retomar, em novo patamar, o diálogo e a cooperação no setor de defesa, entre outras iniciativas descritas a seguir. Não menos importante, a atitude adotada pelo governo norte-americano, com relação ao processo político interno no Brasil, foi pautada, a todo o momento, por estrito respeito às decisões emanadas das instituições brasileiras nos marcos constitucionais.

5. Este relatório, ao tratar de diversos temas da agenda bilateral ou da política externa dos EUA, demonstra a maturidade alcançada nessa relação, essencial por todos os pontos de vista, e confirma o interesse em seu fortalecimento contínuo como um caminho sem volta, não obstante eventuais divergências pontuais que possam ocorrer e que têm sido encaradas com naturalidade de parte a parte. O relatório, no presente formato, foi concebido não como inventário exaustivo dos diversos assuntos que foram objeto de tratamento e atenção por parte da Embaixada em Washington no período, mas como guia geral, do qual sobressaem os aspectos de maior interesse e relevância, bem como as linhas mestras que imprimi para a atuação da Embaixada. O amplo leque de temas aqui tratados busca dar uma ideia clara da variedade e complexidade das relações com os Estados Unidos e da natureza especial do trabalho diplomático em Washington, não apenas na promoção dos interesses brasileiros nas gestões e negociações com a contraparte norte-americana e no diálogo com os diversos e influentes atores governamentais e não governamentais presentes nesta capital, mas também na observação e análise dos distintos aspectos da política interna e externa da principal potência mundial, tendo presente sua atuação decisiva nos principais tabuleiros das relações internacionais e suas implicações para a segurança nacional e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

POLÍTICA INTERNA

6. Durante minha gestão, a Embaixada efetuou, como corresponde, acompanhamento e análise da vida política dos Estados Unidos, levando em consideração a diversidade de agentes e as características locais, com especial atenção para desenvolvimentos que possam ter implicações para a relação bilateral e os interesses brasileiros. Em contexto de crescente polarização entre os partidos Democrata e Republicano, marcado, entre outros fenômenos, pela ascensão de grupos conservadores principistas (como o "Tea Party") no seio do Partido Republicano e pela correspondente reação do Partido Democrata, e pela dificuldade de promoção de soluções de conciliação no Congresso, o que impôs dificuldades ao governo do presidente Obama e levou-o a atuar nos limites das prerrogativas do executivo, de maneira a consolidar avanços em matéria de política externa (normalização das relações com Cuba, cujo fim do embargo necessita de ação do Congresso), saúde ("Obamacare") e direitos civis (intervenções do Executivo em casos de abuso policial e apoio à união homoafetiva). Por outro lado, o governo não logrou avançar em temas caros ao presidente, como nas áreas de imigração (as medidas executivas de 2014, que legalizariam cinco milhões de imigrantes, foram travadas judicialmente); controle de armas; e direitos sociais e trabalhistas (licença-maternidade paga, aumentos do salário mínimo, entre outros).

7. Mereceu atenção detida, nesse período, o processo das primárias partidárias norte-americanas, com vistas às eleições presidenciais de novembro de 2016. O posto registrou e analisou os posicionamentos dos principais pré-candidatos, com base nos debates, declarações públicas e entrevistas, bem como registrou a evolução dos desempenhos e prognósticos individuais, por meio do cotejamento de pesquisas eleitorais, da análise do debate público norte-americano e da troca de informações com formadores de opinião nesta capital. Consideradas "pouco usuais", por suas características únicas nesta edição, as primárias para as eleições de 2016 contaram com grande número de pré-candidatos em seu começo: dezessete do lado republicano e cinco do lado democrata. Se, entre os

democratas, a disputa concentrou-se rapidamente nas figuras de Hillary Clinton e Bernie Sanders, entre os republicanos o número de pré-candidatos continuou alto durante certo período, mas sempre sob a liderança de Donald Trump, que logrou consolidar-se, no início de maio, como único candidato restante. As convenções partidárias, previstas para julho de 2016, deverão validar as candidaturas de Donald Trump e Hillary Clinton, ambos já com o número necessário de delegados, com vistas às eleições de novembro deste ano.

POLÍTICA EXTERNA

8. Dada a multiplicidade de processos internacionais nos quais os Estados Unidos se fazem presentes de maneira determinante, alguns dos quais com implicações para o próprio funcionamento do sistema internacional, inclusive em sua dimensão regional, ademais da extensa agenda bilateral mantida com terceiros países de todos os quadrantes, o acompanhamento e análise da política externa norte-americana é tarefa complexa, que exige da Embaixada capacidade de processamento e análise de volume considerável de informações qualificadas. Contatos com diversas áreas de governo, interlocução regular com o corpo diplomático local e com atores privados e do mundo acadêmico, além de acompanhamento e diálogo com o influente circuito de 'think tanks' (centros de estudo ou pensamento) sediados nesta capital, são instrumentos do trabalho diário da Embaixada.

9. No período em que estive à frente do posto, acompanhei as posições e as políticas do governo norte-americano com relação aos países da América Latina e busquei manter contato frequente com meus pares latino-americanos e caribenhos, individualmente ou por meio do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC). Mantive interlocução com os 'think tanks' locais que seguem a região, tais como o "Council of the Americas", o "Inter-American Dialogue", o "Atlantic Council", e o "Wilson

Center" - nos quais tive ocasião de fazer apresentações sobre temas brasileiros - e fiz acompanhamento das movimentações de pessoas em cargos-chave da administração norte-americana responsáveis por América Latina, em Washington e nos principais postos norte-americanos na região, entre os quais ressalto o processo de nomeação da secretária assistente para hemisfério ocidental, Roberta Jacobson, para o cargo de embaixadora no México, havendo sido substituída interinamente no Departamento de Estado por Mari Carmen Aponte, que visitou o Brasil em 2 e 3 de junho de 2016.

10. Minha gestão à frente da Embaixada coincidiu com momento particularmente promissor para as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Após o anúncio do processo de normalização das relações com Cuba, tornado público em 17 de dezembro de 2014, a realização da Cúpula das Américas no Panamá (10 e 11 de abril de 2015), na qual os presidentes Barack Obama e Raúl Castro encontraram-se formalmente pela primeira vez, marcou mudança na abordagem adotada pelo governo Obama para a região. O processo de normalização das relações entre Washington e Havana foi seguido de perto pelo posto, que manteve diálogo frequente com autoridades norte-americanas responsáveis, com diplomatas da seção de interesses de Cuba nesta capital - que voltou a atuar plenamente como Embaixada em 20 de julho de 2015 - e com os meios especializados. Marco do processo de normalização foi a visita do presidente Barack Obama a Cuba (20-22 de março de 2016), que buscou consolidar tendência à irreversibilidade do processo de reaproximação. Pude testemunhar e relatar, ao longo do período, as alterações na opinião pública norte-americana com relação a Cuba, a formação de grupos de "lobby" em favor da normalização e o crescente interesse dos grupos empresariais norte-americanos em investir e fazer negócios com aquele país.

11. Outros processos importantes na relação dos Estados

Unidos com a região foram observados, acompanhados e analisados, em particular no que se refere às relações com Colômbia, Argentina e Venezuela. A visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, a Washington (3-5 de fevereiro de 2016) serviu para o anúncio do compromisso dos Estados Unidos com o desenvolvimento do país no período pós-conflito, por meio da substituição do "Plano Colômbia" pelo "Paz Colômbia", que prevê ajuda e cooperação econômica norte-americana da ordem de US\$ 450 milhões. O posto acompanhou, ainda, o lançamento de iniciativa plurilateral capitaneada pelos Estados Unidos, com vistas à desminagem do vizinho andino. No que se refere à Argentina, com cuja representação diplomática o posto manteve estreito diálogo, a eleição do presidente Mauricio Macri, em dezembro de 2014, marcou superação de quadro de esgarçamento, o que foi coroado pela visita do presidente Obama à Argentina (23-24 de março de 2016), que abriu novo capítulo nas relações com Buenos Aires. As relações com a Venezuela, por sua vez, viram-se marcadas pela promulgação, em março de 2015, pouco antes de minha chegada ao posto, de sanções a altas autoridades do governo venezuelano, com fortes implicações diplomáticas decorrentes de linguagem que classificava a Venezuela como "ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos". Nos meses seguintes, o governo norte-americano diminuiu o tom e apostou em diálogo calibrado. Em março de 2016, em contexto de acirramento do quadro interno venezuelano, Washington renovou as sanções, o que ocasionou a retirada do encarregado de negócios da Venezuela e novo congelamento das relações.

12. A Europa permaneceu um dos focos principais do interesse norte-americano, tanto do ponto de vista econômico quanto geopolítico. Acompanhei com atenção as negociações com vistas à conclusão da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, em inglês), especialmente mediante interlocução direta com Michael Froman, o USTR. Esse acordo potencialmente complementa os tradicionais laços na área de defesa e constituiria novo e relevante esteio à parceria

transatlântica, de importância central para a política externa norte-americana desde a Segunda Guerra Mundial. O combate ao terrorismo também foi, no período, elemento central da agenda de cooperação entre os Estados Unidos e a Europa. Os atentados em Paris e em Bruxelas, cujas repercussões foram acompanhadas e analisadas pelo posto, demonstraram a vulnerabilidade do espaço europeu à atuação terrorista e ao fluxo de refugiados do Oriente Médio, acendendo sinal de alerta na "parceria transatlântica". Acompanhei, ademais, as discussões neste país e as correspondentes manifestações de apoio do presidente Obama à importância de uma Europa unida, em que manifestou o interesse explícito do governo norte-americano de que o Reino Unido permanecesse na União Europeia. O resultado do referendo (pelo "Brexit"), em 23/6, tem sido acompanhado detidamente pela Embaixada, tendo em vista suas implicações para as relações transatlânticas, em particular econômicas e comerciais, os rearranjos geopolíticos decorrentes, os aspectos de segurança no âmbito da OTAN ou, ainda, suas eventuais consequências para a economia global e para o desempenho da economia norte-americana, que comento mais abaixo.

13. Mais além da agenda econômico-comercial, mereceram especial atenção do posto, durante esse período, as relações entre Washington e Moscou. A crise ucraniana e a crescente tensão com a Rússia vêm revigorando antigos temores sobre a segurança coletiva europeia, alimentando, nos meios de análise de Washington, a percepção de uma potencial "nova guerra fria", com repercussões sobre o futuro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cuja próxima reunião de cúpula ocorre em Varsóvia, em 8 e 9 de julho. As relações com a Rússia, nesse cenário, atravessam possivelmente o seu pior momento desde a Guerra Fria, a ponto de o estamento de segurança nacional norte-americano elencar o país como um dos cinco principais desafios estratégicos dos Estados Unidos nos próximos anos (juntamente com China, Coréia do Norte, Irã e o combate ao terrorismo). Não obstante, prevalece entre Washington e Moscou a visão comum de que se deve resguardar um grau de coordenação em temas mais amplos da agenda internacional, como desarmamento

nuclear, conflitos regionais, terrorismo, migração, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e energética, ameaças cibernéticas, desenvolvimento do Ártico ou exploração espacial. A coordenação para o acordo P5+1/Irã sobre o programa nuclear iraniano, bem como para a cessação de hostilidades no conflito da Síria, foram exemplos da importância de resguardar uma margem de cooperação entre Washington e Moscou.

14. O Oriente Médio continuou a merecer atenção prioritária da política externa norte-americana. Para além da cobertura das numerosas viagens de alto nível de autoridades médio-orientais a Washington (incluindo a primeira visita aos Estados Unidos do rei Salman, da Arábia Saudita, em sua atual função), e sem descurar do acompanhamento das relações norte-americanas com países como Israel, Líbano, Egito e Arábia Saudita, entre outros, a Embaixada procurou manter acompanhamento sistemático do papel desempenhado pelos Estados Unidos nos principais e mais sensíveis dossiês daquela região, com implicações mais amplas para as relações internacionais e de interesse para a atuação externa do Brasil: o conflito sírio e, de forma imbricada, o combate ao autodenominado "Estado Islâmico - EI"; o processo de paz israelo-palestino; e o dossiê nuclear iraniano.

15. No que diz respeito à situação na Síria, busquei, mediante contatos com representantes do Departamento de Estado, com diplomatas de países da região e com os círculos locais de reflexão estratégica, analisar a posição dos Estados Unidos e avaliar seus impactos sobre o desenrolar do conflito, de maneira a subsidiar Brasília e também nossa rede de postos mais diretamente implicada, em particular a Embaixada do Brasil em Damasco. No período, o principal objetivo de Washington naquele país passou a ser a destruição do EI e a resolução do conflito, tornando-se menos contundente o clamor pela deposição de Bashar al-Assad, que fundamentara o envolvimento norte-americano nos primeiros anos da guerra. O envolvimento russo no teatro de operações teve novas e complexas implicações para a política externa norte-americana, que tem liderado, com Moscou, o processo

de tratativas intra-sírias, apostando em uma pacificação e transição política no país. Embora tais esforços pareçam insuficientes para dar fim, no curto prazo, ao conflito sírio, é certo que os Estados Unidos, em conjunto com a Rússia, terão papel central em qualquer desfecho na Síria, em processo que seguirá exigindo acompanhamento detido do posto.

16. Meu tempo à frente da Embaixada coincidiu, ademais, com reveses no esforço diplomático norte-americano de reanimar o processo de paz entre israelenses e palestinos, após o fracasso de esforço liderado pelo Secretário de Estado, John Kerry, em 2014. Ao longo do período recente, pareceu haver diminuído a margem de manobra de Washington para buscar avanços, em meio a certa erosão no relacionamento com o governo israelense, tema sobre o qual deixei diversos registros. O posto relatou, ainda, o engajamento dos Estados Unidos com a chamada "iniciativa francesa" para retomar o processo de paz. Deu-se também seguimento à interlocução tradicional da Embaixada com alguns dos principais grupos de representação de interesses israelenses em Washington, por meio de contatos frequentes com suas lideranças, havendo-se organizado duas recepções na Embaixada por ocasião do Fórum Global do 'American Jewish Committee' (AJC), a que estiveram presentes expoentes da comunidade judaica no Brasil e no mundo.

17. A Embaixada empenhou-se, ao longo do período, em acompanhar proximamente as negociações do acordo sobre o programa nuclear iraniano entre União Europeia, Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia (UE/P5+1) e Irã, finalmente concluído em 14 de julho de 2015, bem como seu complexo processo de aprovação pelo congresso norte-americano. Para tanto, o posto manteve estreito diálogo com as áreas responsáveis pelo assunto tanto no Departamento de Estado quanto no Departamento do Tesouro, com as representações diplomáticas de diversos países envolvidos e com os círculos de análise

estratégica sediados nesta capital. O acordo ("Joint Comprehensive Plan of Action" - JCPOA) representa um dos principais legados da política externa do governo Obama. A suspensão das sanções relacionadas ao programa nuclear iraniano por parte dos Estados Unidos e da União Europeia, por ocasião da entrada em vigor do JCPOA, em 16 de janeiro de 2016, desencadeou movimentação de diversos países, entre os quais o Brasil, interessados em explorar o mercado interno iraniano. Nesse contexto, a Embaixada realizou gestões para obter esclarecimentos do governo estadunidense a respeito da modificação do regime de sanções em relação ao Irã, e, por instrução da Secretaria de Estado, intermediou a organização de videoconferência, em 7/6/16, com funcionários dos Departamentos de Estado e do Tesouro, inclusive do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC, da sigla em inglês), com o objetivo de elucidar dúvidas do setor bancário brasileiro no tocante ao reestabelecimento de relações bancárias e financeiras com o Irã. Em seguimento à videoconferência, está em curso a organização de missão técnica norte-americana ao Brasil em setembro próximo.

18. De todo modo, ainda que permaneça algum grau de antagonismo frente a Teerã (sempre estimulado por pressões políticas internas e externas), o presidente Obama, nessa fase final de seu mandato, deixou claro que esse deixou de ser a lógica primordial da atuação dos Estados Unidos na região, posição agora ocupada pelo combate ao terrorismo. A erradicação do autodenominado "Estado Islâmico - EI", em particular, assumiu papel cada vez mais relevante na estratégia de defesa norte-americana e lugar cada vez mais central na pauta bilateral dos Estados Unidos com diversos países médio-orientais e com os demais países membros da OTAN, muitos dos quais integram a coalizão militar liderada por Washington contra aquele grupo terrorista. A retomada de territórios antes controlados pelo EI, em especial no Iraque (incluindo centros urbanos importantes como Ramadi e, mais recentemente, Fallujah), tem permitido progressos graduais no esforço para combater o terrorismo. Uma das

grandes apostas do mandatário norte-americano no "front" externo, nos poucos meses que lhe restam na Casa Branca, é de que a campanha militar obtenha novos êxitos de relevo, com destaque para a reconquista de Raqqa, na Síria, e Mosul, no Iraque.

19. A Ásia permaneceu um dos focos principais da política externa norte-americana, no bojo da política de "pivô" ou "rebalanceamento" para a Ásia-Pacífico, concebida pelo presidente Obama. As relações com a China mereceram particular atenção do posto, em virtude da densidade e complexidade da relação, caracterizada por um misto de cooperação e competição. A Embaixada acompanhou detidamente os resultados da visita de estado do presidente Xi Jinping aos Estados Unidos, em 25 de setembro de 2015, bem como as negociações da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês), componente econômico estratégico para os interesses norte-americanos no contexto da política de reequilíbrio e maior acordo de livre comércio do qual os Estados Unidos jamais participaram. O engajamento dos Estados Unidos com o multilateralismo regional asiático, em particular as relações com a 'Asia Pacific Economic Cooperation' (APEC), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e seus vários mecanismos institucionais ganhou, no período, particular dinamismo. O posto dedicou atenção ao acompanhamento e análise dos resultados da primeira reunião de cúpula Estados Unidos-ASEAN em território norte-americano (Sunnylands, Califórnia, 15 e 16 de fevereiro de 2016), bem como o lançamento da "nova parceria estratégica" Estados Unidos-ASEAN e seus desdobramentos. Também foram objeto de acompanhamento e análise do posto, no período, a normalização das relações com o Vietnã e a abertura estadunidense para Myanmar.

20. Minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Washington coincidiu, ainda, com o acirramento das tensões na península coreana, razão pela qual mereceram especial acompanhamento o impacto dos anúncios da Coreia do Norte da realização de testes nucleares e relatos de

lançamento de satélite com tecnologia de mísseis balísticos, nos primeiros meses de 2016, episódios que tiveram desdobramentos no âmbito das Nações Unidas, em particular a aprovação da resolução 2270 do Conselho de Segurança, cujas negociações foram lideradas pelos Estados Unidos e China, que estabeleceu as mais duras sanções impostas por aquele órgão à RPDC. Ainda na vertente securitária da política de "rebalanceamento", a Embaixada tem acompanhado as tensões no Mar do Sul da China, o reforço, atualização e aprofundamento das alianças tradicionais dos EUA com Japão e Coréia do Sul e a renovada relação de defesa com as Filipinas, que constituem os pilares dos interesses norte-americanos na garantia da segurança, da liberdade de navegação e de sobrevoo na área.

21. No que diz respeito à África, buscou-se acompanhar o engajamento dos Estados Unidos principalmente com os países da África Subsaariana e avaliar os principais aspectos da política externa norte-americana para a África no último ano de mandato do presidente Obama. Ao longo do período, mantive contato estreito com meus homólogos dos países de língua oficial portuguesa da África com representação diplomática na capital estadunidense e, de forma mais ampla, com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nesse sentido, procurei promover e estimular uma maior coordenação e intercâmbio, nos assuntos de interesse comum, entre as embaixadas em Washington dos estados membros da CPLP, tendo em vista a assunção pelo Brasil, em meados deste ano, da presidência de turno da Comunidade. Para tanto, instituí em Washington um "grupo de embaixadores da CPLP", com o apoio entusiástico de meus colegas lusófonos, com vistas à promoção conjunta de nossa identidade cultural e de interesses compartilhados pelos países de língua portuguesa neste país, no momento em que o Brasil assume, a partir da metade do ano corrente, a presidência 'pro tempore' da CPLP.

RELAÇÕES COM O CONGRESSO

22. Como tem sido prática, porção significativa do trabalho da Embaixada foi dedicada, no período, ao relacionamento com o Congresso norte-americano, sabidamente um eixo fundamental de qualquer atuação diplomática consequente em Washington. Nesse sentido, além de dar apoio às missões de parlamentares brasileiros a esta capital, empenhei-me em manter e fortalecer a rede de relacionamentos do posto com lideranças do poder legislativo norte-americano, contribuindo para o adensamento do relacionamento bilateral e promovendo a melhor compreensão do lado norte-americano sobre a complexa realidade brasileira e as oportunidades de cooperação com o Brasil. Na tarefa de trabalhar as relações com o Congresso, foi instrumental o relacionamento com os parlamentares integrantes do 'Brazil Caucus', grupamento presente na Câmara que congrega cerca de trinta representantes com interesse no Brasil, seja pela presença significativa de imigrantes brasileiros em seus distritos, seja por razões econômico-comerciais. Colaboradores meus estiveram sempre em contato constante com assessores (ou "staffers") de diversos parlamentares, além de fazer acompanhamento cotidiano da pauta da Câmara e do Senado, de maneira a identificar o tratamento de matérias de interesse direto ou indireto para o Brasil.

23. No tratamento da relação com o Congresso, dei continuidade aos eventos ou programas tradicionais realizados com a presença de parlamentares e "staffers". Um dos principais eventos dessa agenda é a recepção 'Brazil on the Hill', organizada anualmente na residência da Embaixada. Em sua edição de 16 de setembro de 2015, o evento foi realizado em parceria com a 'Brazil Industries Coalition' (BIC) e contou com o apoio da APEX-Brasil, do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da churrascaria Fogo de Chão, oferecendo coquetel e jantar a

183 pessoas, entre parlamentares norte-americanos, diplomatas, empresários, "staffers", havendo contado com a presença de importante delegação de parlamentares brasileiros, liderada pela senadora Ana Amélia (PP-RS) e integrada pelos deputados federais Eduardo Barbosa (PSDB-MG), Sibá Machado (PT-AC), Geraldo Resende (PMDB-MS), Alexandre Serfiotis (PSD-RJ) e Nelson Marquezelli (PTB-SP).

24. Eventos de importância singular para o avanço dos interesses brasileiros junto ao legislativo norte-americano são as viagens de parlamentares e 'staffers' ao Brasil promovidas ao amparo do "Mutual Educational and Cultural Exchange Act" (MECEA), que muito contribuem para o melhor entendimento da realidade nacional e para a formação de simpatias benéficas ao Brasil junto aos legisladores norte-americanos. Realizado com periodicidade anual, em parceria com a APEX-Brasil, o MECEA não pôde, infelizmente, ter lugar no ano de 2015, em virtude de exiguidade de recursos. Não obstante, considero esse programa fundamental para criar um terreno mais propício aos interesses nacionais no Congresso estadunidense. Seria importante, portanto, que o programa fosse retomado no prazo mais breve possível.

25. A Embaixada também trabalhouativamente na viabilização de diversas missões de parlamentares brasileiros, individualmente ou em grupo, aos Estados Unidos. Ressalto, por especialmente relevante, o apoio prestado no agendamento e execução de missão do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, senador Aloysio Nunes Ferreira a esta capital (17-20 de abril 2016), cuja agenda incluiu reunião com o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, senador Bob Corker (R-Tennessee), e com o líder da minoria naquela Comissão, senador Ben Cardin (D-Maryland); reunião com o subsecretário de assuntos políticos do Departamento de Estado, embaixador Thomas Shannon; e encontro com correspondentes brasileiros de imprensa em Washington, entre outros compromissos.

26. Na dimensão da diplomacia federativa, vertente indispensável e tradicional do trabalho da Embaixada, tendo em vista o alto grau de autonomia e a diversidade de interesses dos governos estaduais, realizei duas visitas de trabalho ao estado da Califórnia e a Nova York, com foco na agenda de comércio e investimentos, em particular em setores de alta tecnologia. Por razões de ordem estritamente orçamentária, não foi possível manter o planejamento de viagens do chefe do posto e tampouco enviar funcionários diplomáticos em missões a outros estados da União, conforme tem sido a prática do posto, o que, entendo, será retomado uma vez normalizada a situação orçamentária.

DEFESA E SEGURANÇA

27. No período em que estive à frente do posto, a área de defesa confirmou-se como uma das mais promissoras para a relação bilateral, tanto na vertente da cooperação militar-militar e do diálogo político-militar, quanto na da associação entre os setores industriais, a começar pelo potencial identificado de cooperação em matéria de pesquisa e desenvolvimento industrial. A visita de trabalho a Washington do então Ministro de Estado da Defesa, Jacques Wagner, às vésperas da visita presidencial, em junho de 2015, foi marcada pela entrada em vigor, naqueles dias, do Acordo de Cooperação em Defesa e do Acordo Geral sobre a Segurança de Informações Militares. A aprovação de ambos os instrumentos, em ação coordenada entre executivo e legislativo brasileiros, foi corretamente percebida em Washington como sinal de disposição do Brasil de elevar o diálogo e a cooperação em defesa a um novo patamar. A visita do Ministro de Estado da Defesa a esta capital foi acompanhada, ademais, de delegação empresarial brasileira do setor, que manteve reunião de trabalho com seus pares norte-americanos, da qual resultou entrega de carta às autoridades de ambos os governos, em que se indica, entre outros, a expectativa

de institucionalizar um diálogo industrial de defesa entre os dois países e explorar possibilidades de desenvolver projetos produtivos conjuntos no setor. O diálogo industrial de defesa poderia também servir de fórum para explorar e estruturar iniciativas de cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação na área de defesa, aproximando os atores do chamado "complexo militar-industrial-acadêmico" de ambos os países, em benefício de futuros projetos industriais e do esforço nacional em matéria de desenvolvimento tecnológico e industrial em áreas estratégicas, com sabida irradiação para o conjunto da atividade da indústria nacional.

28. A par desses desdobramentos, os presidentes, em seu comunicado conjunto, determinaram que fossem retomados o Diálogo de Cooperação em Defesa (DCD), inaugurado em 2012 e de nível ministerial, e o Diálogo Político-Militar, que ocorre entre os ministérios das Relações Exteriores e da Defesa de ambos os países e que se encontrava suspenso desde 2013. Apesar de sucessivos reagendamentos, por razões internas de lado a lado, há expectativa de que as reuniões de ambos os mecanismos possam ocorrer ainda em 2016.

29. Além disso, manteve-se, ao longo de todo o período, intensa agenda bilateral de cooperação militar-militar, acompanhada pelas adidâncias das Forças Armadas na Embaixada em Washington, sempre em estreita coordenação interna no posto. Foi extensa a lista de altas autoridades militares brasileiras que realizaram missões a Washington e aos Estados Unidos no período, entre os quais ressalto a do comandante da Marinha, almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira; do comandante do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas-Bôas; e do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Luiz. Ao lado das agendas específicas de cooperação, treinamento e aparelhamento de cada Força, bem como dos exercícios militares regulares conjuntos, foram numerosas as missões relacionadas à cooperação em matéria de inteligência e segurança, com vistas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro. De todos os oficiais-generais em visita a Washington, os quais invariavelmente recebi na

Embaixada, colhi a percepção de uma ampla disposição das autoridades militares estadunidenses de manter diálogo franco e cooperação aprofundada com o Brasil.

30. Na agenda de cooperação em segurança propriamente dita, cujo acompanhamento conta com o concurso da adidânciia da Polícia Federal na Embaixada, ressalto o compromisso dos presidentes, plasmado no comunicado conjunto de 2015, no sentido de explorar iniciativas bilaterais ou trilaterais de combate aos ilícitos transnacionais, inclusive por meio da valorização do grupo de trabalho sobre segurança e crimes transnacionais, criado em outubro de 2012. Aguarda-se, ainda, convocação de nova reunião do referido GT, que envolve, do lado brasileiro, os distintos órgãos e agências de governo responsáveis pela política de segurança pública e combate a ilícitos internacionais.

DESARMAMENTO E NÃO PROLIFERAÇÃO

31. Durante minha gestão, a Embaixada deu continuidade ao acompanhamento das posições e iniciativas dos Estados Unidos em matéria de desarmamento e não proliferação, por meio de contatos regulares com as autoridades estadunidenses responsáveis pelo assunto e pelo acompanhamento sistemático das discussões sobre o tema promovidas por 'think tanks' e círculos de reflexão estratégica locais. No plano bilateral, o posto trabalhou na preparação e produção de subsídios para a realização da 4^a reunião do Diálogo Brasil-Estados Unidos sobre Desarmamento e Não Proliferação, que teve lugar em Brasília em 13 de agosto de 2015. O mecanismo tem permitido o intercâmbio de opiniões de modo abrangente e estruturado sobre o tema, promovendo a melhor compreensão das posições nacionais.

32. Como parte dos preparativos para a IX Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (Nova York, 27/4-22/5/2015), o posto manteve

interlocução com o secretário adjunto para segurança internacional e não proliferação, Thomas Countryman, com base em diálogo franco sobre as posições e expectativas dos Estados Unidos para a Conferência, com o intuito de subsidiar a participação brasileira. O posto atuou, ademais, na preparação e apoio à participação da delegação brasileira à 4ª Cúpula de Segurança Física Nuclear (IV CSFN), realizada nesta capital em 31 de março e 1º. de abril de 2016. A delegação brasileira foi encabeçada pelo então ministro de estado das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira. A IV CSFN contou com a presença de 35 chefes de estado ou de governo e encerrou processo lançado em 2010 e capitaneado pessoalmente pelo presidente Obama.

33. No período em questão, não houve avanços em relação à ratificação do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT) pelo Senado americano e às negociações para um tratado sobre material físsil nuclear ("Fissile Material Cut-off Treaty"). Ambos os temas foram compromissos de Obama em seu discurso sobre desarmamento e não proliferação, proferido em Praga, em 5 de abril de 2009. Em 27 de maio de 2016, Barack Obama tornou-se o primeiro presidente dos Estados Unidos a visitar Hiroshima, ocasião na qual reforçou, em seu discurso, a ideia de um mundo livre de armas nucleares, sem lançar, no entanto, novas iniciativas em matéria de desarmamento.

34. Em relação ao Irã, como mencionado anteriormente, os Estados Unidos mudaram o foco de sua abordagem de sanções para incentivos econômicos e a perspectiva de reinserção financeira do país na economia global. A aprovação do "Plano Abrangente de Ação Conjunta", em 14 de julho de 2015, e sua entrada em vigor, em 16 de janeiro de 2016 ("dia da implementação"), gerou, por um lado, intensa movimentação de países buscando se posicionarem em relação ao mercado iraniano, e, por outro, incerteza com relação ao novo regime de sanções, com a atitude de cautela por parte de agentes econômicos. Ao final de meu período em Washington, o executivo dos Estados Unidos realizou gestos no sentido de garantir que não imporia entraves a países que desejem fazer negócios

com o Irã. Se o acordo nuclear com o Irã foi a grande aposta do governo Obama na área de não proliferação, o avanço do programa nuclear norte-coreano, inclusive com a realização de novos testes nucleares, evidenciou os limites da estratégia dos Estados Unidos conhecida como "paciência estratégica" e as dificuldades do governo americano na contenção do programa nuclear e missilístico da Coreia do Norte, como referido mais acima.

DIREITOS HUMANOS, TEMAS SOCIAIS E COOPERAÇÃO JURÍDICA E CONSULAR

35. Durante minha gestão, a Embaixada acompanhou atentamente a evolução dos assuntos ligados aos direitos humanos e aos temas sociais nos Estados Unidos, bem como suas repercussões domésticas e internacionais. Esse exercício incluiu frequente contato com representantes do governo norte-americano e da sociedade civil, dedicando especial atenção à forma como o Brasil é retratado nas declarações de autoridades e especialistas, além dos relatórios por eles publicados. Os temas acompanhados incluíram o tráfico internacional de pessoas, a violência policial, o trabalho infantil e forçado, as liberdades de expressão, religião e na Internet, o sequestro internacional de menores, os direitos de populações LGBT, as populações deslocadas (migrantes e refugiados), entre outros. Em linhas gerais, o Brasil continua a ser observado com olhar muito favorável, havendo, contudo, menções esporádicas a problemas pontuais que são reconhecidos e combatidos pelo próprio governo brasileiro.

36. A Embaixada dedicou particular atenção a relatórios elaborados pelos EUA em que o Brasil é citado. O Departamento de Trabalho dos EUA, em seus relatórios, continua a citar o Brasil como um país onde persiste a prática de trabalho forçado e infantil. A consequência mais concreta dessa observação é a inclusão de setores produtivos brasileiros na "Lista de Bens Produzidos por Meio de Trabalho Forçado e Infantil", não obstante reiteradas gestões bilaterais minhas e de meu antecessor, bem como do setor privado brasileiro. Embora não haja

qualquer tipo de sanção decorrente da inclusão nessa lista, a inclusão do Brasil arranha a imagem de setores produtivos brasileiros. Por essa razão, é recomendável continuar manter um diálogo fluido e fornecer informações de qualidade para garantir que os relatórios reflitam de maneira adequada as ações empreendidas pelo governo brasileiro para eliminar o problema.

37. Ainda assim, de maneira geral, a agenda de direitos humanos tem servido como meio de aproximação entre as duas grandes democracias da região. Talvez o fruto recente mais concreto dessa confluência de visões tenha sido a constituição, no contexto da última visita presidencial bilateral aos EUA, do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos Globais. Desde 2015, o grupo reuniu-se em duas ocasiões, e tem se mostrado instrumento valioso para a adoção, nos foros multilaterais, de abordagens e estratégias que, quando não são comuns, são ao menos transparentes, constituindo-se em excelente medida para o entendimento mútuo e alcance dos respectivos objetivos.

38. Dediquei também especial atenção à abordagem dos EUA sobre a evolução da epidemia do vírus zika no continente americano. Esse trabalho envolveu tanto o acompanhamento do tratamento do tema pelas agências especializadas norte-americanas ('Centers for Disease Control and Prevention' - CDC, 'National Institutes of Health' - NIH, 'Food and Drug Administration' - FDA), com cujos diretores tive ocasião de interagir, bem como o recebimento e resposta a consultas encaminhadas e a divulgação das medidas adotadas pelo Brasil para combater a doença. Procurei, nesses termos, apontar o decisivo papel que o Brasil tem desempenhado na produção de conhecimento sobre o vírus e também na luta contra a doença, buscando, ao mesmo tempo, desfazer percepções equivocadas sobre o país. Os esclarecimentos envolveram a produção de artigos em periódicos de grande circulação, palestras a representantes da indústria do turismo, entrevistas em meios televisivos, contato com parlamentares e intermediação da participação de especialistas brasileiros em eventos locais. Nesse

contexto, e à medida que se aproximam as datas de início dos jogos olímpicos e paralímpicos, avalio que, no curto prazo, devem ser intensificados os esforços para informar o real estado do surto da doença no continente, no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro, desconstruindo argumentos que sugiram qualquer tipo de medida desconectada de justificativas científicas. No médio e longo prazos, será essencial continuar a apoiar e a divulgar a interação das instituições científicas dos dois países.

39. Durante minha gestão, a Embaixada apoiou, ademais, o seguimento dos passos necessários à implementação do acordo de previdência social, em negociação desde 2009 e finalmente assinado na última visita presidencial, em 2015. A reunião de implementação do acordo deverá ocorrer, em princípio, na sede da "Social Security Administration" nos próximos meses. Quando passar a vigorar, o acordo permitirá aos brasileiros em situação migratória regular que contribuam para o sistema de segurança social norte-americano a utilização das contribuições feitas à previdência brasileira para antecipar a solicitação de sua aposentadoria, bem como garantirá o mesmo direito a cidadãos norte-americanos em situação análoga. Outro compromisso advindo da última visita presidencial foi a adoção de medidas para ingresso do Brasil no programa "Global Entry", cuja expectativa de concretização havia sido estimada para o fim do primeiro semestre de 2016. O programa, que não isenta da necessidade de visto, permitirá ingresso desburocratizado nos aeroportos norte-americanos para os indivíduos previamente cadastrados. Foram identificados, contudo, entraves de ordem técnica para a integração dos sistemas da Polícia e da Receita Federal com suas contrapartes norte-americanas. Considerando-se o esperado impacto positivo que a consecução desse objetivo poderá ter para viajantes frequentes, sobretudo no meio empresarial, avalio como fundamental a renovação de esforços para superar as dificuldades existentes.

40. A Embaixada seguiu conferindo, ainda, atenção às responsabilidades do posto no encaminhamento de assuntos relacionados à cooperação jurídica e consular que têm

interface direta com o Departamento de Estado, o Departamento de Justiça e, em menor medida, o Departamento de Segurança Interna. Ao longo do último ano, foram realizadas mais de duzentas gestões de natureza jurídica, em especial aquelas relacionadas com cartas rogatórias, pedidos de transferências de presos e pedidos de extradição. O posto apoiou e organizou, ainda, diversas visitas de representantes das mais altas cortes brasileiras a esta capital, entre os quais destaco o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Francisco Falcão, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro José Antonio Dias Toffoli.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

41. Durante o tempo em que estive à frente do posto, pude testemunhar o crescente papel da cooperação educacional como vetor positivo e de alta visibilidade na agenda bilateral. Contribuiu para tanto a participação protagônica dos Estados Unidos como principal destino de bolsistas brasileiros do programa Ciência sem Fronteiras (CsF): das 92 880 bolsas implementadas no mundo, 27 821 o foram nos EUA, das quais mais de 6500 apenas em minha gestão. A intensa mobilidade proporcionada pelo CsF pôs o Brasil em destaque no meio acadêmico local, o que pode ser aferido, a título de exemplo, pela intensidade da interlocução da Embaixada com o setor: no período de pouco mais de um ano, foram cerca de 55 as visitas recebidas pela Embaixada de delegações universitárias (alunos, professores ou administradores) ou realizadas pelo posto a universidades norte-americanas, - ou seja, em média uma por semana - além de dezenas de palestras temáticas proferidas pelo setor educacional da Embaixada, entre outras atividades.

42. A implementação de programa de tal magnitude demandou, por outro lado, atento e permanente acompanhamento do posto no apoio aos bolsistas, na

facilitação de contatos e na promoção da interlocução entre as agências implementadoras no Brasil e nos EUA (notadamente a CAPES e o Instituto de Educação Internacional-IIE) e mantendo constante fluxo de informação com as universidades participantes. Busquei, assim, ajudar a garantir a fluida execução do programa em todos os seus aspectos, inclusive os financeiro-orçamentários, de modo a assegurar a tranquilidade dos milhares de bolsistas brasileiros presentes neste país.

43. A intensificação da agenda de cooperação educacional materializou-se, ademais, na assinatura de memorando de entendimento sobre educação técnico-profissionalizante, por ocasião da visita presidencial de junho de 2015. O 'MoU' pavimenta o caminho para uma relação bilateral ainda mais vigorosa na área educacional e - tendo em vista os impactos objetivos da educação técnico-profissionalizante - alinhada com os melhores interesses econômicos do Brasil e com os anseios da sociedade brasileira.

PROMOÇÃO CULTURAL

44. Em contexto de severas restrições orçamentárias, que afetaram a capacidade do posto de promover atividades culturais, a Embaixada intensificou a busca de parcerias com produtores locais e instituições públicas e privadas interessadas em apoiar ou associar-se a iniciativas de difusão da cultura brasileira, em suas mais diversas manifestações, de maneira a racionalizar recursos e manter presença e visibilidade do Brasil na cena cultural e artística desta capital.

45. No que considero o exemplo mais ilustrativo de parceria desse tipo, em maio de 2016 a residência oficial recebeu mais de cinco mil visitantes por ocasião do 'Around the World /Passport DC', evento anual em que dezenas de embaixadas nesta capital abrem suas portas ao público externo. Neste ano, graças a patrocínios diversos, a Embaixada foi capaz de propiciar programação cultural diversificada, além de exibir inédita exposição

de tochas históricas dos jogos olímpicos, o que fez do Brasil o ponto alto dessa programação já tradicional da capital norte-americana. Outro exemplo bem-sucedido de parceria negociada pela Embaixada, sem ônus, foi a participação do Brasil, como país tema, da gala anual benéfica da principal rede hospitalar de reabilitação Medstar, em evento para mais de 600 convidados, a que esteve presente o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, ocasião em que foi premiado atleta paralímpico brasileiro.

46. Sempre com base em parcerias e associações com entidades locais, a Embaixada foi capaz de apoiar programação musical regular, nos mais variados gêneros, da qual destaco a apresentação, em setembro de 2015, do grupo musical *Reco do Bandolim e Choro Livre*, e o recital, em junho de 2016, do pianista clássico brasileiro Ronaldo Rolim. A Embaixada renovou, no período, a cooperação com a Biblioteca do Congresso, onde realizou-se, em abril de 2016, o evento '*Clarice Lispector: a conversation with Benjamin Moser*', em que o biógrafo e tradutor da escritora brasileira para o inglês apresentou e discutiu sua obra. No que toca à promoção do audiovisual brasileiro, a Embaixada organizou, em parceria com a Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, mostra de cinema brasileiro, em que foram exibidos filmes nacionais vinculados à temática dos direitos humanos.

47. Além disso, a Embaixada divulgou, prestigiou e emprestou apoio institucional, entre outras, às seguintes iniciativas: exposições da artista plástica Denise Milan; exposição sobre a obra da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi; festival anual Afro-Bahia, que celebrou a música, a arte e a culinária da Bahia; peça teatral sobre a vida de Carmen Miranda, exibida em teatro da capital; painel acadêmico sobre capoeira; lançamento e discussão de livros de autores brasileiros e norte-americanos sobre o Brasil; palestra do arquiteto brasileiro Arthur Casas; prêmio concedido à violinista brasileira Deborah Wanderley dos Santos pela '*Young Orchestra of Americas*'; apresentações de músicos brasileiros em casas de espetáculos locais, como Joyce Moreno, Ana Carolina, Rose

Moraes, Cyro Baptista; divulgação de filmes brasileiros em apresentação na cidade, como 'Que Horas Ela Volta?', 'Rio I Love You?' e 'Pelé', bem como dos longa metragens exibidos na edição de 2015 do Festival de Cinema Latino-Americano.

DIPLOMACIA

PÚBLICA

48. Durante minha gestão, foram ampliadas as ações de diplomacia pública, com o objetivo de divulgar as iniciativas relativas ao Brasil e as atividades da Embaixada, bem como modernizar a interação com o público norte-americano. Buscou-se, nesse contexto, diversificar o uso de mídias sociais e fortalecer o relacionamento com a comunidade dos chamados 'think tanks' (centros de estudo ou pensamento) sediados em Washington e com a grande imprensa norte-americana. Além das funções de ponto focal para a mídia norte-americana e para os correspondentes brasileiros, bem como de assessoria de imprensa e contato para entrevistas concedidas a meios locais, a Embaixada auxiliou na preparação e no acompanhamento da cobertura de imprensa a visitas de altas autoridades brasileiras a Washington. No período, mantiveram contato com a imprensa, em entrevistas individuais ou coletivas organizadas na Embaixada, os ministros da Fazenda (em três ocasiões); do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Ciência, Tecnologia e Inovação; de Minas e Energia; da Defesa; e das Relações Exteriores.

49. Em minha gestão, procurei aproximar-me da imprensa norte-americana e manter interlocução fluida do posto com os principais meios de comunicação estadunidenses. Em setembro de 2015, fiz publicar no 'Huffington Post', um dos maiores e mais influentes portais de notícias dos Estados Unidos, artigo de minha autoria sobre as relações Brasil-Estados Unidos. Ao longo do período, concedi entrevistas, entre outros, para o jornal 'Washington Diplomat' e para os canais de televisão WUSA (programa 'This is America and the World') e PBS, bem como para rede local de televisão DC Cable, com foco nos jogos olímpicos e paralímpicos.

50. A importância crescente das mídias sociais levou a Embaixada a aperfeiçoar o uso de seus perfis institucionais no Facebook, Youtube, Twitter, Periscope e Instagram. Determinei que todas as mensagens recebidas por meio das mídias sociais do posto fossem respondidas, tanto quanto possível, imediatamente. As contas da Embaixada em Washington no Facebook e no Twitter contam, hoje, com cerca de doze mil e de três mil seguidores respectivamente, o que representou aumento de 50% de público nas duas mídias sociais desde o início de minha gestão. Com periodicidade mensal, a 'Newsletter' eletrônica 'Brazil in USA', produzida e distribuída pelo posto, somou-se ao objetivo de divulgar o Brasil e as ações da Embaixada, e vem sendo enviada a cerca de 1600 destinatários, com repercussão crescentemente positiva. Com base nessa experiência, instruí a que fosse criada, em 2016, mala direta eletrônica específica - 'The Brazilian Cultural Insider' - dedicada à divulgação de atividades culturais, artísticas e acadêmicas relacionadas ao Brasil na região de Washington e arredores, iniciativa que tem gerado resultados notáveis.

51. Com base no diagnóstico de que o Brasil tem presença ainda pouco condizente, no cenário local de 'think tanks', com sua importância econômica e política - até por não ser encarado como um "problema" para a política externa norte-americana - determinei que a Embaixada renovasse os esforços no sentido de aumentar nossa capacidade de influência e interlocução com esses centros de pensamento. Em 2014, ainda durante a gestão de meu antecessor, foi lançada a Iniciativa Brasil no 'Center for Strategic and International Studies' (CSIS), projeto piloto apoiado pela APEX-Brasil, com duração inicial de dois anos e que, desde então, vem promovendo encontros e publicando estudos sobre o país. Fui, desde o primeiro dia, um incentivador desse tipo de iniciativa, havendo participado de eventos nesse e em outros 'think tanks'. A APEX-Brasil estuda atualmente a renovação da cooperação com o CSIS, o que seria altamente recomendável diante dos resultados positivos alcançados nos últimos dois anos, ao projetar uma imagem mais sofisticada da

realidade brasileira e das inúmeras oportunidades de cooperação com o país. No mesmo espírito da cooperação com o CSIS, a Embaixada estimulou e prestigiou a presença de brasileiros e estudiosos de Brasil em outros centros de pensamento importantes, como 'Wilson Center', 'Atlantic Council', 'Brookings' e 'Interamerican Dialogue'.

52. No contexto do fortalecimento dos vínculos com 'think tanks' e comunidade acadêmica, foram também organizados, na Embaixada, eventos sobre Brasil com ampla participação de acadêmicos brasileiros e norte-americanos de várias universidades da região, diretores encarregados de América Latina e Brasil de importantes 'think tanks', executivos de consultorias privadas e associações empresariais, funcionários do Banco Mundial, brasilianistas e especialistas, jornalistas brasileiros e estrangeiros, autoridades brasileiras de passagem por Washington, entre outras personalidades, o que se tem provado de grande utilidade para estimular um debate mais aprofundado sobre a contribuição do Brasil para diversos temas de interesse não apenas dos EUA, mas de uma audiência global. A título de sugestão, seria importante considerar a manutenção e ampliação do apoio da APEX-Brasil a iniciativas como a parceria com o CSIS, se possível replicando o modelo de parceria com outros centros de estudo e pensamento de grande influência nesta capital, como forma de contribuir para a divulgação e compreensão da realidade política e econômica brasileira, bem como das oportunidades de parceria e negócios com o país, junto a formadores de opinião e importantes tomadores de decisão presentes nesta capital.

TEMAS

ECONÔMICOS

53. O período em que estive à frente do posto foi marcado por contexto econômico de baixa persistente no valor do petróleo e demais commodities, de valorização do dólar norte-americano e de fraco desempenho de parceiros tradicionais dos Estados Unidos. Relatei o debate econômico e financeiro nos EUA, marcado, principalmente, pela inflexão da política monetária expansiva, adotada

desde o pós-crise de 2008.

54. A taxa básica de juros da economia norte-americana ("Fed funds rate"), que não sofria elevações desde 2006 e era mantida entre zero e 0,25% ao ano desde dezembro de 2008, sofreu, em dezembro de 2015, sua primeira elevação, para o patamar entre 0,25% e 0,5% ao ano. Sinalizado como iminente desde outubro de 2014, o início da chamada "normalização monetária" foi sendo sucessivamente adiado, em função de incertezas no cenário externo, de desempenho positivo da economia norte-americana - porém aquém das expectativas -, e de inflação preocupantemente abaixo da meta, a despeito de baixos índices de desemprego. O cenário de avanços constantes, porém modestos, na economia também reduziu o ritmo inicialmente esperado para outros aumentos nos juros básicos. Ademais, o resultado do referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit") e a consequente incerteza do mercado financeiro mundial causaram aumento nas expectativas de agentes econômicos no sentido de que o "Federal Reserve" manterá o mesmo patamar da taxa básica de juros até dezembro de 2016, protelando ainda mais sua eventual elevação.

55. O Produto Interno Bruto (PIB) não deixou de crescer, mas desacelerou seu ritmo de crescimento, que passou dos 3,9%, registrados no segundo trimestre de 2015, para 2% no terceiro trimestre de 2015, 1,4% no quarto trimestre de 2015 e 0,8% no primeiro trimestre de 2016. O índice de desemprego, que, em maio de 2015 estava em 5,5%, caiu quase que constantemente, até chegar a 4,7% em maio de 2016. A inflação registrou 1,02% no acumulado de 12 meses até maio de 2016, distante ainda da meta de 2%.

56. No que se refere à situação das contas públicas, o déficit de 439 bilhões de dólares registrado no ano fiscal encerrado em 30 de setembro de 2015 foi o menor desde 2007, tanto em seu valor nominal quanto no que representa em relação ao PIB (2,5%). Incrementos de cerca de 8% na arrecadação e de 5% nas despesas possibilitaram redução de 9% no déficit na comparação com o ano fiscal

finalizado em 30/09/2014. Já a dívida pública norte-americana finalizou o ano de 2015 em 18,9 trilhões de dólares, o que equivale a cerca de 105% do PIB. Nesse contexto, a Embaixada acompanhou e informou sobre o impasse entre o executivo e o legislativo norte-americanos relacionado ao limite para endividamento público ('debt ceiling') e os embates para aprovação do orçamento 2015/2016, que quase resultaram em nova interrupção das atividades do governo federal ('shutdown').

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS

57. Washington sedia importantes organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os governadores pelo Brasil nessas instituições financeiras são o ministro da Fazenda (Banco Mundial e FMI) e o ministro de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (BID). Como embaixador em Washington, tive a oportunidade de acompanhar as atividades das diretorias executivas pelo Brasil e apoiar a promoção de interesses brasileiros naqueles organismos. A Embaixada também prestou apoio técnico e logístico a visitas de autoridades da área econômica a Washington, em nível técnico e ministerial, para encontros bilaterais com contrapartes norte-americanas ou reuniões no FMI, no Banco Mundial ou BID. Entre as autoridades brasileiras da área econômica que receberam apoio da Embaixada, cumpre destacar o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o então presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e o então secretário executivo do Ministério do Planejamento, Dyogo de Oliveira.

Fundo Monetário Internacional

58. A Embaixada acompanhou de perto os assuntos relevantes para o Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), a exemplo da 14^a Reforma Geral de Quotas e

Governança do FMI, a qual, apesar de aprovada em 2010, tinha sua implementação pendente de ratificação pelos Estados Unidos, detentor de poder de voto na instituição. Em processo de mais de cinco anos, cujo desfecho foi prontamente reportado e relatado a Brasília, a aprovação da 14ª Reforma foi ratificada pelo Congresso dos Estados Unidos, em dezembro de 2015. Sua entrada em vigor elevou o poder de voto do Brasil no FMI de 1,7% para 2,32%, colocando o país entre os dez maiores quotistas do Fundo. Teve início, na sequência, a negociação da 15ª Reforma de Quotas, ainda em fase embrionária, mas prevista para ser finalizada até as Reuniões Anuais de 2017.

59. Em contatos com o então diretor-executivo pelo Brasil, Paulo Nogueira Batista, substituído por Otaviano Canuto em julho de 2015, segui as negociações para renovação do acordo de 'constituency' do Brasil no FMI, que compreende outros dez países (Cabo Verde, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Suriname, Timor-Leste e Trinidad e Tobago). O novo acordo deverá ser assinado nos próximos meses, visto que o atual, em vigor desde 2004, expirará em novembro próximo.

60. Na esteira do reatamento das relações entre os EUA e Cuba, comentado mais acima, acompanhou-se ainda o debate que se seguiu a respeito da possível normalização das relações da ilha caribenha com o FMI, primeiro passo para eventual reengajamento daquele país com as principais instituições financeiras internacionais. Reportei, ainda, importantes discussões e decisões do FMI, que colaboraram para subsidiar a atuação de Embaixadores brasileiros em países como a Grécia, que está em fase de negociação de suas dívidas com os principais credores internacionais, notadamente os países europeus.

Banco Mundial

61. Meu contato com o Banco Mundial foi constante e frutífero durante todo esse período, em particular com o escritório da Diretoria-Executiva brasileira, chefiada

por Antônio Henrique Silveira, até 30 de junho último. O Brasil encontra-se entre os três maiores clientes do Banco Mundial, o que implica contínuo esforço de desenho e aprovação de novos projetos, voltados especialmente para estados e municípios. Não por outra razão, durante esse período, foram frequentes as visitas de autoridades federais, estaduais e municipais à sede do Banco Mundial, as quais contaram com apoio técnico e logístico da Embaixada.

62. O Banco Mundial vem passando por profundas reformas de governança e de estrutura administrativa, e a Embaixada procurou acompanhar seus desdobramentos, fornecendo as informações relevantes a Brasília. Após a ambiciosa reforma de 2010, mediante a qual o poder de voto do Brasil passou de 2,07% para 2,23%, e o dos países em desenvolvimento aumentou de 42,7% para 47,2%, está em curso novo processo de realinhamento das ações do Banco Mundial, por meio do qual o Brasil poderá elevar ainda mais sua influência na instituição. Outros debates importantes do Banco Mundial no período foram: a reforma, ainda em andamento, das salvaguardas sociais e ambientais aplicadas a projetos do Banco; o futuro da Associação para o Desenvolvimento Internacional, braço do Banco Mundial voltado para os países pobres e que conta com contribuição brasileira; e o apoio da instituição à crise dos refugiados no Oriente Médio e Europa.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

63. A Embaixada deu continuidade, também, à interlocução com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 2015, acompanhei a segunda reeleição do colombiano Luis Alberto Moreno, candidato único, que contou com apoio brasileiro, para seu terceiro mandato à frente do Grupo BID. Também mantive contato fluido com a Diretoria-Executiva pelo Brasil no BID, chefiada por Ricardo Carneiro, até 30 de junho último, quando foi substituído pelo ex-diretor pelo Brasil no Banco Mundial, Antonio Henrique Silveira.

64. Atualmente, o Brasil representa 10,75% dos votos no banco, é o principal tomador de recursos e o segundo maior acionista, junto com Argentina, ficando atrás somente dos Estados Unidos, que contam com pouco mais de 30% dos votos no banco. A exposição nominal do BID é estimada em US\$ 140 bilhões, sendo que o Brasil responde por 22% do total; o México, por 18%; a Argentina, por 16%; e a Colômbia, por 9%. Como o conjunto de programas para o país está direcionado a estados e municípios, a Embaixada intermediou visitas de autoridades federais e, principalmente, estaduais e municipais ao Banco ao longo de minha gestão, a despeito da forte redução na contratação de novos empréstimos a partir de 2015, por conta do ajuste fiscal.

65. Acompanhou-se, ainda, a implementação das decisões da Assembleia Anual de 2015, para a reestruturação das janelas de operação com o setor privado, que permitiu o aumento do capital do Banco, com aporte de "capital fresco" à Corporação Interamericana de Investimentos (CII) do BID, para a criação, a partir de 2017, da Nova Corporação ("NewCo"). Na "NewCo", os EUA diluirão seu poder acionário para operações sem garantia soberana, do atual patamar de 22,78% para algo em torno de 15% (ainda suficientes para mantê-los como o principal acionista). Também acompanhei as decisões da Assembleia Anual de 2016, nas Bahamas, que debateu, entre outros temas, a consolidação de meta mais ambiciosa para o financiamento de projetos relacionados a mudanças climáticas e a operacionalização dos compromissos financeiros do Banco com o Haiti.

PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

66. A Embaixada dedicou especial atenção ao fortalecimento da relação comercial entre Brasil e Estados Unidos, a fim de ampliar as exportações brasileiras, promover investimentos norte-americanos no Brasil e atender às consultas de empresas e associações

empresariais interessadas em incrementar o intercâmbio entre os dois países. Além de participar dos principais mecanismos de diálogo comercial e empresarial, a Embaixada promoveu encontros para atrair investimentos e divulgar a imagem e os produtos do Brasil nos EUA.

67. Segundo os dados do MDIC, o fluxo de comércio entre o Brasil e os EUA em 2015 alcançou 55,5 bilhões de dólares (US\$), com déficit de US\$ 2,4 bilhões para o Brasil. Trata-se de declínio em relação ao déficit brasileiro de US\$ 8,3 bilhões registrado em 2014, quando a corrente bilateral de comércio alcançou US\$ 61,7 bilhões. Nos primeiros cinco meses de 2016, a corrente de comércio alcançou US\$ 17,8 bilhões, com déficit de US\$ 569 milhões para o Brasil, que representou diminuição importante em relação ao déficit de US\$ 2,1 bilhões registrado no período de janeiro a maio de 2015.

68. No tocante a investimentos, em 2015 foram registrados, pelos dados do Banco Central do Brasil, fluxo de investimento externo direto da ordem de US\$ 9,9 bilhões dos EUA para o Brasil, e de US\$1,9 bilhão do Brasil para os EUA. Nos primeiros cinco meses de 2016, o fluxo dos EUA para o Brasil foi de US\$ 5,6 bilhões, 56,5% acima dos US\$ 3,6 bilhões registrados em igual período do ano anterior. No sentido inverso, o fluxo do Brasil para os EUA, nos primeiros cinco meses de 2016, foi de US\$ 543 milhões, 21,3% menor do que o verificado em igual período do ano anterior, quando alcançou US\$ 690 milhões. Os estoques de IED norte-americano no Brasil e brasileiro nos EUA fecharam o ano de 2014 (últimos dados divulgados) em US\$111,7 bilhões e US\$ 11,8 bilhões, respectivamente.

69. Empenhado em ampliar o fluxo de investimentos entre Brasil e EUA, dediquei especial atenção à promoção e manutenção de parcerias com entidades empresariais locais como a 'Brazil Industries Coalition' (BIC), a 'US Chamber of Commerce' e a Câmara de Comércio Brasil-EUA de Nova York na realização de seminários de divulgação das oportunidades comerciais e de investimentos no Brasil. Periodicamente, proferi palestras sobre a economia brasileira a grupos de investidores, empresários e

formadores de opinião norte-americanos. Promovi contatos de funcionários da Embaixada e do governo brasileiro com interlocutores locais no governo norte-americano, na academia e em institutos especializados para o acompanhamento de temas de interesse mútuo. Por ocasião da 3ª. Conferência de Investimentos SelectUSA, organizada pelo governo dos EUA, em Washington, em junho último, recebi delegação empresarial brasileira, acompanhada pela embaixadora dos EUA no Brasil, Liliana Ayalde. Na ocasião, foi realizado, nas dependências da Embaixada, seminário sobre o processo de internacionalização de empresas brasileiras.

70. Conferi particular atenção à necessidade de apoiar empresas transnacionais brasileiras nos EUA, tendo mantido diálogo constante com os grupos presentes nos EUA como a Embraer, entre outros, e prestado assistência a empresas brasileiras de pequeno e médio portes, sobretudo no que se refere à identificação de oportunidades de comércio e de investimento. Nesse sentido promovi a atualização do "Guia Como Exportar - Estados Unidos da América", cuja edição anterior datava de 2012.

71. Mantive, ademais, diversas reuniões com empresários e associações empresariais norte-americanas baseadas na região de Washington DC, Maryland e Virgínia. Essas reuniões e missões representaram importantes oportunidades de promoção comercial, ao viabilizar encontros também com funcionários dos governos estaduais e municipais norte-americanos, bem como com empresários e associações empresariais e comerciais desses locais. Participei, ainda, de eventos empresariais fora da capital, em missões comerciais a estados norte-americanos, como Califórnia e Nova York. Recebi, com frequência, executivos e representantes de empresas brasileiras e norte-americanas, os quais me informaram sobre o andamento de suas atividades no Brasil e nos EUA e consultaram-me sobre aspectos referentes aos seus setores de atuação.

72. Avalio como importante atribuição da Embaixada o atendimento a consultas de empresários brasileiros e norte-americanos interessados em explorar oportunidades de comércio e investimento bilateral. Em 2015 e nos primeiros cinco meses de 2016, o setor de promoção comercial e de investimentos da Embaixada atendeu a mais de 1000 consultas de importadores norte-americanos e exportadores brasileiros. Atendeu, igualmente, 235 solicitações de investidores e outras empresas em busca de informações sobre como investir no Brasil.

73. Por ocasião da visita presidencial aos EUA, em junho de 2015, a Embaixada organizou, em parceria com o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), evento empresarial que reuniu altos representantes do governo norte-americano, como a Secretaria de Comércio dos EUA, e contou com a presença de mais de 200 executivos dos dois países, interessados em fortalecer os laços comerciais e de investimentos bilaterais. Foi realizado, ainda, 'road-show' para a divulgação de oportunidades de investimento no setor de infraestrutura oferecidas pelo Programa de Investimento em Logística (PIL), com a presença de centenas de potenciais investidores, selecionados pela Embaixada e pelos consulados brasileiros nos EUA. Outro destaque foi a reunião da mandatária brasileira com os executivos brasileiros integrantes do 'CEO Forum' Brasil-EUA, que retomara seus encontros com a realização, no mesmo mês, da IX edição do Fórum, em Brasília.

74. A Embaixada acompanhou o estabelecimento de um grupo de trabalho bilateral (GTB), a fim de aprofundar a parceria em infraestrutura entre os dois países. No âmbito desse GTB, a Embaixada participou das negociações (02/2016), da assinatura (03/2016) e da primeira reunião técnica (04/2016) do "Memorando de Cooperação sobre o Desenvolvimento do Setor de Infraestrutura". Esse

exercício propiciará a coordenação e a exploração de sinergias entre i) a Parceria em Transportes Brasil-Estados Unidos, ii) a Parceria em Aviação Brasil-Estados Unidos e iii) o Diálogo Estratégico em Energia Brasil-Estados Unidos, mecanismos pré-existentes, que continuarão a operar de forma independente, mas que se beneficiarão da visão ampliada da cooperação bilateral e do compartilhamento de melhores práticas, conferidos pelo Memorando.

75. Ao longo do último ano, o posto acompanhou e prestou apoio logístico a visitas do então ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Armando Monteiro, e do secretário de comércio exterior do MDIC, Daniel Godinho. Importantes medidas de convergência e coerência regulatória e de facilitação de comércio foram definidas e implementadas nessas visitas. São exemplos dessas iniciativas a assinatura de acordo de conformidade no setor de cerâmica, que deverá ser seguido de entendimentos similares nos setores têxtil, calçadista e de equipamentos elétricos, e de interoperabilidade dos portais de comércio exterior ('single window').

POLÍTICA COMERCIAL

76. Desde o início de minha gestão, a Embaixada deu prosseguimento às gestões junto ao Congresso dos Estados Unidos, com vistas à renovação do Sistema Geral de Preferências, do qual o Brasil havia sido o terceiro maior beneficiário (US\$ 2,33 bilhões em exportações brasileiras beneficiadas) antes sua expiração, em julho de 2013. Juntamente com as demais embaixadas que compõem a Aliança para o SGP (A-SGP: grupo de representações diplomáticas em Washington, de países beneficiados pelo SGP), a Embaixada do Brasil procurou ressaltar aos congressistas a importância do programa de isenção tarifária para os exportadores brasileiros, bem como para as empresas dos Estados Unidos, muitas das quais dependiam dos produtos brasileiros e vinham diminuindo sua capacidade produtiva em razão dos impostos de

importação antes eliminados pelo SGP, mas novamente vigentes a partir da expiração do programa em agosto de 2013.

77. Ademais, a Embaixada procurou ressaltar, junto aos membros do Congresso, que, diante da perda dos benefícios tarifários concedidos pelo programa, a China vinha substituindo muitas das exportações dos países do SGP, contrariando o argumento de críticos do programa, no sentido de que o fim do SGP proporcionaria ganhos de produção e de mercados a empresas norte-americanas. Esse argumento teve importância particular, dado o engajamento da administração Barack Obama e do Congresso, no sentido de contrapor-se ao avanço da influência chinesa na região da Ásia-Pacífico (um dos principais motivos, inclusive, para a negociação da Parceria Transpacífica - TPP). Finalmente, em junho de 2015, o Congresso aprovou projeto de lei amplo, sobre vários temas referentes à política comercial dos Estados Unidos, inclusive a 'Trade Promotion Authority' (TPA), que incluiu a renovação do SGP.

78. A partir início do processo de revisão anual de 2015 do SGP, iniciada em agosto daquele ano, a Embaixada prestou apoio a petição-árias norte-americanas que buscavam manter os benefícios tarifários concedidos a produtos brasileiros importados por suas empresas. Segundo resultado da revisão, publicado em 1º de julho de 2016, os produtos brasileiros ameaçados de serem graduados ou removidos do programa mantiveram-se como elegíveis aos benefícios tarifários do SGP.

79. Também acompanhei atentamente as negociações entre a Casa Branca e o Congresso dos Estados Unidos a respeito da tramitação do projeto de lei que renovaria a 'Trade Promotion Authority (TPA)'. A aprovação da lei de renovação da TPA, que autoriza o presidente dos EUA a firmar acordos de livre comércio, que deverão, após assinados, ser votados pelo Congresso sem possibilidade de emendas, vinha sendo aguardada pelos países negociadores da Parceria Transpacífica, pois não poderiam avançar nas tratativas sobre temas sensíveis sem antes

terem a certeza de que o que fosse acordado não seria modificado pelos congressistas norte-americanos. Após finalmente aprovada pelo Congresso, a renovação da TPA foi assinada pelo presidente Barack Obama, em 29 de junho de 2015, e, conforme previsto, as negociações da TPP logo foram concluídas, em 5 de outubro daquele ano, e o acordo assinado em 4 de fevereiro de 2016.

80. A partir da publicação do texto do acordo, em 5 de novembro de 2015, instrui os setores econômico e comercial e de ciência e tecnologia da Embaixada a analisar a TPP e avaliar possíveis impactos sobre as relações econômicas e comerciais bilaterais, entre Brasil e Estados Unidos, cujos resultados foram enviados a Brasília. Resta saber em que medida o acordo poderá afetar o comércio externo brasileiro em decorrência da eliminação de barreiras não tarifárias, bem como se as concessões feitas pelos EUA aos países da TPP poderão afetar eventuais futuras negociações comerciais do Brasil com os Estados Unidos, a exemplo das quotas tarifárias norte-americanas.

81. Além da TPP, a Embaixada seguiu acompanhando com atenção a evolução das negociações, ainda em curso, do acordo de Parceria Transatlântica para Comércio e Investimentos (TTIP), entre os EUA e a União Europeia, lançadas em julho de 2013. Pude observar que, por meio da TTIP (assim como na TPP), os EUA buscam defender seus interesses econômicos por meio de acordo com configuração OMC-plus no que se refere a mecanismo de solução de controvérsias investidor-estado (ISDS), proteção a direitos de propriedade intelectual, compras governamentais, bem como de normas e procedimentos regulatórios, leis trabalhistas, comércio eletrônico e proteção ambiental. As negociações avançaram lentamente durante o último ano, principalmente por restrições dos Estados Unidos sobre compras governamentais em nível subfederal e serviços financeiros e por dificuldades da União Europeia em relação a coerência regulatória e mecanismo de solução de controvérsias investidor-estado. Além disso, a incerteza gerada pelo resultado do referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia

poderá ser elemento de desaceleração das negociações, não só por razões de reorganização interna do bloco europeu, mas também pelo fato de que os EUA poderão perder contraparte negociadora com a qual o país apresentava maior alinhamento de posições.

82. A Embaixada acompanhou, ainda, a intensa disputa no Congresso pela renovação do mandato de funcionamento do banco de crédito de exportações e importações dos Estados Unidos, o "Ex-Im Bank". Apesar da forte oposição de parlamentares do Partido Republicano ao banco, que consideram representar gastos públicos desnecessários, o mandato do "Ex-Im Bank" foi finalmente renovado, em dezembro de 2015, por período de quatro anos.

DEFESA COMERCIAL E ACESSO AO MERCADO DOS EUA

83. Conforme estudo realizado pela Embaixada ("Relatório de barreiras, nos Estados Unidos, à exportação de produtos brasileiros", edição de 2016), as exportações brasileiras seguem sendo prejudicadas por barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos a produtos como: açúcar, algodão, camarão, carne bovina 'in natura', carne de frango, etanol, milho, soja, tabaco, frutas e hortaliças, sucos de fruta, lácteos, produtos siderúrgicos e produtos têxteis, entre outros. Ademais, as exportações brasileiras são igualmente afetadas, nos EUA, por medidas de caráter horizontal, como subsídios à produção agrícola, subsídios à exportação, barreiras técnicas em agricultura, medidas antidumping e antissubsídios, exigências de conteúdo nacional e restrições relacionadas a propriedade intelectual, produtos de defesa e investimentos estrangeiros.

84. À frente do posto, realizei gestões pela remoção de barreiras a produtos brasileiros, com destaque para a publicação, no contexto da visita presidencial de junho de 2015, da lei ("Final Rule") que finalmente determinou a abertura mercado norte-americano de carne bovina "in

natura" (resfriada e congelada) para exportadores brasileiros, depois de cumpridas exigências de equivalência sanitária. Tratou-se do mais importante passo em processo de negociação que se estendia desde 1999. Nos meses recentes, a Embaixada também encabeçou força tarefa que preveniu a aprovação de emendas parlamentares à lei orçamentária que exigiriam, do produto brasileiro, novas avaliações de risco - o que poderia levar a novo atraso no processo de abertura do mercado norte-americano. O início da comercialização da carne bovina depende, agora, somente de processo mútuo de certificação, a ser concluído em breve. Para além dos ganhos diretos de acesso ao mercado norte-americano, a comercialização poderá propiciar a abertura a mercados de terceiros países, que seguem os parâmetros sanitários e fitossanitários estadunidenses.

85. Minha gestão coincidiu com momento em que, diante da valorização cambial do dólar norte-americano e da sobre capacidade produtiva chinesa, principalmente de produtos siderúrgicos, várias empresas norte-americanas, por temerem incremento desmesurado do ingresso de determinadas importações, solicitaram ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos (DoC) o início de investigações antidumping e antissubsídios. O Brasil, apesar de não contar com volume de produção e exportação equivalentes aos chineses, acabou sendo objeto das investigações, juntamente com os principais exportadores mundiais de produtos siderúrgicos.

86. Desde o início de minha gestão, os produtos brasileiros incluídos em investigações antidumping e antissubsídios dos Estados Unidos foram laminados de aço a quente, laminados de aço a frio e laminados de aço-carbono ou aço-liga, cujas principais empresas brasileiras exportadoras foram a Companhia Siderúrgica Nacional, a Usiminas e a Gerdau Açominas. Ademais, o DoC concluiu, nesse período, investigação antidumping, iniciada em período anterior à minha chegada ao posto, sobre exportações brasileiras de papel não revestido,

produzido pela empresa Suzano Papel e Celulose.

87. Nas investigações sobre exportações do setor siderúrgico brasileiro, a Embaixada realizou gestões junto ao DoC e à USITC com vistas a reverter o início de processos ou reduzir o escopo das investigações tanto no que se refere aos programas governamentais suspeitos de fornecerem subsídios quanto no que se refere às empresas suspeitas de praticarem dumping. Ademais, em reuniões com autoridades norte-americanas, manifestei sempre a importância que o governo brasileiro atribui ao tema, bem como a relevância do mercado dos EUA para o Brasil. Nos casos dos laminados de aço a quente e dos laminados de aço a frio, foi possível eliminar dos processos parte dos programas governamentais que seriam investigados. No caso dos laminados de aço-carbono ou aço-liga, foi possível retirar o Brasil da lista de países a serem investigados no processo antissubsídios, tendo-se prosseguido apenas à investigação antidumping.

88. Também durante minha gestão, foram retomadas as reuniões da Comissão Brasil-Estados Unidos de Relações Econômicas e Comerciais (ATEC), cuja última reunião havia ocorrido em setembro de 2013, em Brasília. A elaboração da agenda, sobre a qual discuti diretamente com o USTR, Michael Froman, refletiu o interesse de ambos os governos, expressado durante a visita presidencial de junho de 2015, no sentido de "elevar o nível de ambição do relacionamento econômico bilateral". Por essa razão, o encontro da ATEC, realizado em Washington, em março último, contou com reunião em nível ministerial, tendo participado os Ministros de Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e do Representante de Comércio dos Estados Unidos. A reunião foi precedida de encontro técnico, quando foram discutidos, entre outros temas, as respectivas agendas comerciais dos EUA e do Brasil, cooperação no âmbito da OMC e atuais desafios na área econômica, a exemplo da sobreoferta global de aço.

TEMAS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS

89. A Embaixada acompanhou as discussões do Diálogo Econômico e Financeiro Brasil-Estados Unidos, realizado nesta capital, em dezembro de 2015, entre o então Ministro de Estado da Fazenda, Joaquim Levy, e o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Jacob Lew. O encontro reforçou o adensamento dos contatos entre funcionários do Ministério da Fazenda e do Departamento do Tesouro dos EUA, assim como proporcionou a troca de opiniões sobre a situação da economia internacional, temas relativos à política financeira internacional e às instituições e foros correlatos. Na área tributária, gestões feitas pela Embaixada garantiram o importante voto dos Estados Unidos em favor do Subsecretário da Receita Federal, Ernani Checucci, eleito em junho de 2015 para o cargo de diretor de fortalecimento de capacidades da Organização Mundial de Aduanas (OMA). Em agosto do mesmo ano, entrou em vigor o "Acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA ('Foreign Account Tax Compliance Act')", importante instrumento bilateral, que se soma aos esforços do governo brasileiro para combater a evasão fiscal, em linha com o projeto 'Base Erosion and Profit Shift' (BEPS), desenvolvido na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

90. A Embaixada recebeu, em junho de 2015, representantes de grandes empresas norte-americanas pertencentes ao grupo 'Business Roundtable', para discutir aspectos do BEPS em relação aos investimentos dessas empresas no Brasil. Em outubro, participei de reunião com a Secretária de Comércio dos Estados Unidos, Penny Pritzker, durante o qual, entre outros assuntos, foi proposta a criação de um grupo de trabalho intergovernamental destinado a avaliar os aspectos de nossos sistemas tributários que constituem empecilhos ao comércio bilateral, em particular com vistas a considerar

eventual assinatura de Acordo para Evitar a Dupla Tributação (ADT), que facilitaria os investimentos de empresas transnacionais de ambos os países.

91. Determinei, ademais, que Embaixada fizesse acompanhamento detido das políticas de sanções econômico-financeiras dos EUA a terceiros países, com ênfase nas medidas aplicadas pelo 'Office of Foreign Assets Control' (OFAC), órgão do Departamento do Tesouro responsável pela implementação das sanções econômico-financeiras dos EUA a países como Coreia do Norte, Sudão e Rússia. A Embaixada também acompanhou as importantes alterações realizadas nos regimes de sanções norte-americanas a países como Cuba e Irã, buscando esclarecer eventuais dúvidas de entidades financeiras e do governo brasileiro. Foram realizadas, ainda, gestões junto ao Tesouro norte-americano em prol de dilação dos prazos exigidos pelo G-20 Financeiro para a aprovação de legislação brasileira que tipificasse o crime de financiamento ao terrorismo.

TURISMO E MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

92. Durante todo o período, a Embaixada intensificou as atividades de divulgação das potencialidades turísticas do Brasil, tendo presente a condição do país como sede de megaeventos esportivos. Em 2015, foi amplamente divulgada a realização, em Palmas, da primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. O posto promoveu a realização de série de eventos, em parceria com o 'Smithsonian Institute' e com o 'think-tank' 'Council of the Americas', para o marco de um ano para abertura dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Também foi organizado, em outubro de 2015, na residência da Embaixada, evento em colaboração com a rede de televisão NBC, detentora dos direitos de transmissão dos Jogos.

93. Em 2016, guiado pelo imperativo da austeridade orçamentária, busquei o estabelecimento de parcerias com diversos atores da iniciativa privada (NBC4, NBC/Comcast, Coca-Cola, Nike, LATAM Airways, Panasonic, MedStar NHR,

Texas de Brazil), com vistas a divulgar os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Como mencionado mais acima, o Brasil como sede dos jogos paralímpicos foi o tema da prestigiosa gala anual da rede hospitalar MedStar NHR. Também celebrei o marco dos 100 dias para a abertura dos jogos olímpicos, com a inauguração, na residência, de exposição inédita de tochas dos jogos de verão, desde a primeira, dos Jogos de Berlim (1936), que reintroduziu a tradição das tochas ao olimpismo contemporâneo, à que está sendo utilizada para os Jogos do Rio de Janeiro. A coleção, adquirida ao longo do ano pela Coca-Cola, por sugestão do posto, também pode ser apreciadas por mais de cinco mil pessoas, durante a edição 2016 do "Passport DC", em que abri as portas da Residência para o público em geral. Proferi palestras sobre a preparação do Brasil para a realização dos Jogos e publiquei artigos sobre as medidas do governo brasileiro para combater a propagação do vírus zika. Por fim, a Embaixada negociei parceria com a rede de televisão NBC/Comcast, para a realização, nas dependências do renomado 'Newseum', de recepção, para cerca de 800 pessoas, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, em 5 de agosto próximo.

ENERGIA

94. Na área de energia, destaco, no período em que chefiei a Embaixada, a retomada do Diálogo Estratégico de Energia e o estreitamento da interlocução com a Agência de Proteção Ambiental (EPA) em torno do programa 'Renewable Fuel Standard' (RFS).

III Diálogo Estratégico em Energia

95. O diálogo estratégico Brasil-EUA de energia (DEE) foi retomado, conforme instrução do comunicado conjunto da última visita presidencial, com a organização de sua

terceira edição, em Washington, em 13 de novembro de 2015. O diálogo foi precedido de reunião de coordenação, realizada em 20 de outubro, entre o então ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, e o secretário de Energia, Ernest Moniz. O III DEE caracterizou-se pelo alto nível técnico das discussões e pela objetividade dos resultados alcançados.

96. Entre os resultados, destacam-se: i) compromisso de relatar aos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, ainda em 2016, as iniciativas desenvolvidas no âmbito do diálogo de energia no período; ii) desenvolvimento de plano de trabalho em energia solar; iii) ampliação da exitosa cooperação em eficiência energética em edificações para o estudo da eficiência energética no setor industrial, por meio da criação de força-tarefa com foco em financiamento; iv) formalização da cooperação científica e tecnológica com os laboratórios nacionais norte americanos; v) renovação do trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho em biocombustíveis, com especial atenção à troca de informações sobre produção e consumo de biocombustíveis no Brasil e nos Estados Unidos; vi) recuperação das iniciativas de cooperação com terceiros países, como convite aos Estados Unidos para integrarem os trabalhos de elaboração de Atlas Global da Bioenergia; vii) inclusão dos temas "hidrocarbonetos não-convencionais" e "captura e armazenamento de carbono" (CCS) no âmbito de grupo de trabalho sobre combustíveis fósseis; viii) organização de missão de especialistas em energia nuclear da Eletrobras e da Eletronuclear ao Laboratório Nacional de Idaho; e ix) troca de experiências e informações sobre o nexo água-energia.

97. Do trabalho desenvolvido ao longo desse período, meus contatos com o Secretário de Energia Ernest Moniz me deixam convencido de que o lado norte-americano nutre claro interesse em estreitar as relações bilaterais nessa área. Os Estados Unidos reconhecem o Brasil como importante ator, em função: a) da capacidade tecnológica do país em matéria de energias renováveis; b) da dimensão

do mercado brasileiro e as perspectivas de aumento da demanda por energias renováveis, como resultado das nossas políticas públicas de estímulo à expansão da participação dessas energias na matriz energética nacional; c) da capacidade de liderança brasileira em foros internacionais de mudança do clima e energia, como país emergente cuja matriz energética está entre as mais limpas do mundo, com base tecnológica e capaz de compartilhar experiências exitosas nessas duas áreas.

"Renewable Fuel Standard" (RFS)

98. A Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos conduz anualmente o processo de revisão do programa de estímulo à adoção de combustíveis renováveis, denominado "renewable fuel standard" (RFS). O RFS estabelece mandatos anuais de utilização de biocombustíveis (convencionais e avançados) na matriz energética dos Estados Unidos, com cronograma de aumento gradual até 2022. Desde então, o RFS vem sendo revisado anualmente, sempre com a possibilidade de correção, para mais ou para menos, do volume de biocombustíveis mandatado para o ano subsequente. Em 2010, a EPA incluiu o etanol de cana-de-açúcar na categoria de biocombustíveis avançados, à qual também pertencem o biodiesel, o etanol celulósico, o etanol de sorgo e outros tipos de biocombustíveis ainda em estágio experimental. O etanol de milho norte-americano continua a ser considerado biocombustível convencional.

99. A Embaixada buscou intensificar o diálogo com a Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos, com vistas a inteirar-se em mais profundidade do processo em curso de reavaliação das regras do RFS, bem como a manter presente nesse debate os interesses exportadores da indústria brasileira de etanol, que propugna pela priorização do uso de biocombustíveis avançados. Mais concretamente, foram efetuadas repetidas gestões em favor do aumento dos volumes obrigatórios de biocombustíveis a serem misturados à gasolina em 2016 e 2017. Buscou-se,

ademas, atualizar a EPA com informações sobre a projetada expansão da capacidade de oferta de etanol pelo Brasil, em decorrência dos investimentos anunciados pelo setor. Por fim, chamou-se atenção para o início da produção industrial de etanol celulósico no Brasil e as perspectivas de expansão da capacidade produtiva desse biocombustível.

100. A EPA manifestou interesse em realizar visita às plantas industriais brasileiras de etanol celulósico em 2016. À luz do progresso da indústria de etanol 2G no Brasil, o EPA poderia fazer refletir a expectativa de crescimento da produção desta categoria de biocombustível em futuros "mandatos" de mistura de biocombustíveis, no âmbito do "Renewable Fuel Standard". Mais recentemente, em 18 de maio passado, a EPA divulgou proposta dos volumes obrigatórios de biocombustíveis a serem misturados à gasolina no mandato de 2017. A Embaixada está acompanhando o processo de consulta pública da proposta, marcado por movimentos de pressões e contrapressões de diversos setores, favoráveis e contrários aos números divulgados e, até mesmo, por questionamentos em torno da própria existência do programa RFS. Neste contexto, além da intensificação do diálogo com a EPA, a Embaixada vem mantendo em bases regulares reuniões de coordenação com o escritório da UNICA em Washington, com vistas atualizar argumentos e estratégias de promoção dos interesses dos produtores e exportadores brasileiros.

MEIO AMBIENTE E ESPAÇO

101. A temática ambiental continuou a ocupar papel importante na agenda do governo Barack Obama, que trabalhou por deixar legado na área ambiental ao lançar políticas como o Plano Energia Limpa ("Clean Power Plan") e determinar o engajamento dos Estados Unidos nas negociações do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima. A resistência de diversos atores, entre eles a liderança do Partido Republicano, ao Plano Energia Limpa, cuja

implementação encontra-se suspensa por ordem judicial, é ilustrativa da falta de consenso interno em relação à gravidade do problema da mudança do clima e do papel que cabe aos Estados Unidos em seu enfrentamento. A despeito dos obstáculos domésticos, o senso de prioridade atribuído por Obama ao tema da mudança do clima, inédito em comparação com administrações anteriores, abriu espaço para maior colaboração entre Brasil e Estados Unidos nessa área.

102. A cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos em mudança do clima foi um dos destaques da visita presidencial a Washington em junho de 2015, que resultou na adoção da Declaração Conjunta específica sobre o assunto - em cuja negociação me empenhei pessoalmente - e na criação de grupo de trabalho com o objetivo de ampliar a cooperação bilateral em questões relacionadas ao uso da terra, energia limpa e adaptação, bem como diálogos políticos sobre a questão climática em nível nacional e internacional. O Grupo de Trabalho de Alto Nível sobre Mudança do Clima reuniu-se pela primeira vez em outubro de 2015, em Brasília, e a segunda reunião deve ocorrer no segundo semestre de 2016, nos Estados Unidos. Esse processo de aproximação contribuiu para a consolidação de clima cooperativo entre os negociadores brasileiros e estadunidenses durante a 21^a Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que resultou na adoção do Acordo de Paris em dezembro de 2015.

103. Também por ocasião da última visita da presidencial a Washington, adotou-se Programa de Trabalho entre o Ministério do Meio Ambiente e a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) e Declaração de Intenções entre o Ministério do Meio Ambiente e o Serviço Florestal dos Estados Unidos sobre Cooperação no Combate a Incêndios Florestais. Em julho de 2015, foi celebrado Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Águas (ANA), o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o Serviço Geológico dos Estados Unidos.

104. Além de incluir o tema do meio ambiente em meus contatos com autoridades locais, empenhei-me em desfazer percepções equivocadas sobre a realidade ambiental brasileira por meio da organização de eventos, participação em palestras, interação com organizações não governamentais e concessão de entrevistas. Sendo Washington sede de escritórios de organizações ambientais, 'think tanks' e meios de comunicação de alcance global, a cidade é local privilegiado para a divulgação dos resultados bem sucedidos das políticas ambientais brasileiras. Em diferentes ocasiões, procurei enfatizar o êxito da política brasileira de combate ao desmatamento e os ambiciosos compromissos adotados pelo Brasil no âmbito das negociações do Acordo de Paris. Destaco, entre as atividades promovidas, a organização de evento em comemoração do Dia da Amazônia, em 11 de setembro de 2015, e do evento "Clima e Biodiversidade – Conquistas e Desafios", em 19 de outubro de 2015, que contou com a participação da Secretaria de Biodiversidades e Florestas, Ana Cristina Barros, e o Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Klink; bem como palestras que proferi com foco na questão do meio ambiente, tais como as promovidas pelas organizações "Diplomacy Matters", em 15 de outubro de 2015; "World Affairs Council", em 4 de novembro de 2015, "The New Republic", em 16 de dezembro de 2015 e "George Washington University", em 19 de abril de 2016.

105. A Embaixada deu continuidade ao trabalho de acompanhamento das reuniões semestrais do Conselho do Fundo para o Meio Ambiente Global (Global Environment Facility - GEF), entidade sediada em Washington que atua como mecanismo financeiro de convenções internacionais sobre o meio ambiente e é fonte importante de recursos externos para programas ambientais brasileiros. Destaca-se, no último ano, a aprovação de recursos para a terceira fase do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e o programa regional também sobre a Amazônia

envolvendo Brasil, Colômbia e Peru.

106. A cooperação em nível técnico entre Brasil e Estados Unidos na área espacial desenvolve-se de maneira correta, embora haja grande potencial a ser explorado. No contexto da visita da presidencial a Washington, em junho de 2015, foram firmados dois instrumentos entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a NASA, um para permitir a participação de estudantes brasileiros em programas de estágio na NASA (programa GLOBE), e outro para promover a cooperação na área de física solar espacial (heliofísica) e a pesquisa sobre clima espacial. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Agência Nacional para Oceanos e Atmosfera dos Estados Unidos (NOAA), por sua vez, firmaram instrumento para permitir a participação do Brasil no programa de satélites COSMIC-2. Permanece em aberto a questão da efetivação de um Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre os dois países, tema que considero fundamental para o desenvolvimento pleno da cooperação espacial Brasil-Estados Unidos, em benefício do programa espacial brasileiro e do desenvolvimento da indústria de alta tecnologia no país.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

107. Os temas de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) estiveram no centro dos esforços da Embaixada para imprimir novo impulso à agenda de cooperação bilateral. Em 2015, coube ao posto trabalhar na preparação e no seguimento da IV comissão conjunta Brasil-Estados Unidos em C,T&I (Washington, 28 e 29 de maio de 2015), foro em que são definidas as áreas e os programas prioritários da cooperação. O nível de representação de ambas as delegações evidenciou a importância dos temas de C,T&I para as relações bilaterais. Do lado brasileiro, a delegação foi chefiada pelo então ministro da C,T&I, Aldo Rebelo. Do lado norte-americano, pelo diretor do escritório para políticas de ciência e tecnologia da Casa Branca (OSTP), Antony Holdren, a mais alta autoridade do

governo americano no setor. Vale recordar que a comissão mista Brasil-Estados Unidos é um dos poucos foros bilaterais chefiados pelo próprio diretor do OSTP. Os outros países com os quais o governo norte-americano mantém foro de C,T&I com chefia de delegação neste nível são China, Índia, Rússia, Coréia e Japão.

108. Entre os temas discutidos na comissão mista, destacaram-se os relativos a gerenciamento e resposta a desastres; pesquisa sobre ecossistemas e gerenciamento de recursos naturais; sistemas de energia limpa e eficiente; física de alta energia e fontes de luz sincrotron; e saúde pública (incluindo biomedicina e biotecnologia). A comista e seus eventos paralelos foram particularmente exitosos não somente por terem dado seguimento a iniciativas anteriores como também por terem lançado novas áreas de cooperação, conforme refletido na declaração conjunta emanada da visita presidencial de julho de 2015. Na ocasião foram firmados seis instrumentos negociados no âmbito da comissão conjunta: a) declaração de intenções entre o MCTI e departamento de energia sobre colaboração em ciência e tecnologia da radiação sincrotron e física de neutrinos; b) acordo entre o INPE/MCTI e a administração nacional oceânica e atmosférica dos Estados Unidos (NOAA) para o programa da constelação do sistema de observação para meteorologia, ionosfera e clima (COSMIC-2); c) acordo entre a AEB (Agencia Espacial Brasileira) e a NASA (Agencia Espacial Americana) para pesquisa em heliofísica; d) acordo entre a AEB e a NASA para adesão do Brasil ao programa GLOBE – programa de aprendizagem e observações globais em benefício do meio ambiente; e) acordo entre o CNPEM, o LNLS e o Laboratório Nacional de Argonne para desenvolver mecanismos e processos para aprofundar a colaboração relacionada a pesquisa e desenvolvimento com fontes de luz sincrotron; f) memorando de entendimento entre a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e o Conselho de Competitividade (CoC) no campo da inovação e competitividade, para estabelecer uma cooperação que contribua para a melhoria das políticas públicas brasileiras e norte-americanas na área.

109. Busquei sempre promover e intensificar iniciativas com vistas a aprofundar integração da diáspora científica brasileira às atividades de promoção da inovação do governo brasileiro. Destacam-se: a) a realização de encontro de cientistas e profissionais brasileiros do 'Brazilian Expert Network' (BEN) com representantes do IPEA; b) realização do 'I encontro Ciência sem Fronteiras-Brazilian Expert Network'; c) organização de 'BEN Talk' com a participação de representantes do 'US-Brazil Business Council' para debater o novo marco legal de C,T&I (Lei 13.243). Em consonância com os esforços de integrar C,T&I à diplomacia pública, o evento foi transmitido ao vivo por meio de mídias sociais e a gravação divulgada posteriormente.

110. Além da interface dos temas de C,T&I com a academia e o governo, a Embaixada tem procurado apoiar a participação do setor privado em debates e iniciativas em matéria de inovação. A título de exemplo, o posto: a) auxiliou na organização do fórum de inovação, organizado pelo Conselho Empresarial Brasil-EUA na Câmara de Comércio dos EUA (27/5/2015); b) acompanhou o projeto-piloto 'immersion in innovation ecosystems', organizado pelo Conselho de Competitividade (18 a 26 de abril de 2016) exclusivamente para 21 brasileiros, entre os quais representantes do setor privado, acadêmico e governamental.

111. A Embaixada organizou também missões de estudo e prospecção de cooperação. A título de exemplo: a) montou programa de visita da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e CEBRAP, para estudo pormenorizado, 'in loco', da 'National Network for Manufacturing Innovation' (NNMI), iniciativa do governo Obama com o objetivo de promover em diversos setores industriais, o desenvolvimento de produtos e processos inovadores; b) organizou visitas de delegações brasileiras da área de C,T&I aos EUA, entre outras, da Agência de Inovação Brasileira (FINEP), do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

112. A dificuldade apresentada pela estrutura pulverizada do sistema de C,T&I norte-americano tem sido contornada por um contínuo diálogo com as grandes instituições governamentais, como o escritório para política de ciência e tecnologia da Casa Branca (OSTP), a Fundação Nacional de Ciência (NSF), o Departamento de Energia (DoE), o Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia NIST) e os Institutos Nacionais de Saúde (NIH); com o setor privado, como a "Biotechnology Industry Organization" (BIO), o Conselho de Competitividade (CoC); com instituições vinculadas à pesquisa e desenvolvimento, como a Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS) e a Universidade Georgetown; e organizações não governamentais, como a "Public Knowledge". Com base nesses contatos, a Embaixada buscou fortalecer mecanismos já consolidados, apoiar o estabelecimento de novas iniciativas, facilitar contatos e parcerias entre entidades dos dois países, divulgar políticas brasileiras na área de C,T&I e prospectar novas possibilidades de cooperação identificadas a partir do acompanhamento de políticas de C,T&I nos Estados Unidos.

113. Não posso deixar de registrar meu agradecimento e reconhecimento à equipe de diplomatas e funcionários da Embaixada, cuja excelência profissional, espírito público e sentido de equipe foram fundamentais para que eu tenha podido fazer frente à multiplicidade das tarefas e desafios inerentes à função de embaixador do Brasil em Washington.

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Embaixador



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 71, DE 2016

(nº 394/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 394

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Os méritos do Senhor Sérgio Silva do Amaral que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de julho de 2016.

EM nº 00202/2016 MRE

Brasília, 8 de Julho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **SÉRGIO SILVA DO AMARAL**, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **SÉRGIO SILVA DO AMARAL** para inclusão em++.....

Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 450 - C. Civil.

Em 12 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE, APOSENTADO, SÉRGIO SILVA DO AMARAL**

CPF.: 110.152.927-04

ID.: 4207 MRE

1944 Filho de Pedro Augusto do Amaral e Maria Aparecida Silva do Amaral, nasce em 1º de junho, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

Direito e Ciências Sociais, USP
 CPCD - IRBR
 Graduação, Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne), Certificado de Ciências Políticas
 Pós-graduação, Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne), Diploma de Estudos Superiores Especializados (DESS) em Ciências Políticas
 Doutor em Ciências Políticas, Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne)

Cargos:

1971 Terceiro-Secretário
 1975 Segundo-Secretário
 1979 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1982 Conselheiro, por merecimento
 1988 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 1994 Ministro de Primeira Classe, por merecimento
 2007 Ministro de Primeira Classe, aposentado

Funções:

1971-72 Divisão de Cooperação Intelectual, assistente
 1972-74 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assistente
 1974-77 Embaixada em Paris, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1977-1980 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 1980-84 Presidência da República, Secretaria de Planejamento, assessor
 1984-88 Embaixada em Washington, Conselheiro
 1988-1990 Ministério da Fazenda, Secretário de Assuntos Internacionais
 1990-91 Delegação Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro
 1991-93 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro
 1994 Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Secretário Executivo
 1994-95 Ministério da Fazenda, Chefe de Gabinete
 1995-99 Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministro Chefe e Porta-Voz
 1999-2001 Embaixada em Londres, Embaixador
 2001-03 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Ministro de Estado
 2003-05 Embaixada em Paris, Embaixador

Condecorações:

Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Grande Oficial
 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
 Ordem do Tesouro Sagrado, Japão, Grande Cordão
 Ordem da República da Italia, Grã-Cruz
 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
 Ordem do Mérito da República Portuguesa, Grã-Cruz
 Knight Commander of the British Empire

Légion d'Honneur, France, Grande Oficial
Ordem do Mérito Judiciário, Brasil/DF, Grã-Cruz
Mérito Científico, Brasil, Grã Cruz
Ordem Azteca, México, Grã-Cruz

Publicações:

O Problema da Dívida da América Latina - A Visão de um Grande País Devedor, in Congressional Research Service, Library of Congress, Washington;
A Crise da Dívida do Ponto de Vista de um País Devedor, in Journal of International Law and Politics, Universidade de Nova York, volume 17, primavera de 1985;
A Dívida Externa: Da Crise de Liquidez à Crise do Crescimento, in Case Western Reserve Journal of Internacional Law, Canada-United States Law Journal;
Comércio e Desenvolvimento, in World Economic Forum, Nova York/EUA.

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADOS UNIDOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Maio de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE OS EUA

NOME OFICIAL:	Estados Unidos da América
----------------------	---------------------------

CAPITAL:	Washington, DC
ÁREA:	9.631.418 km ²
POPULAÇÃO (2014/julho):	318,8 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Não tem.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantes (52%), católicos (24%), mórmons (2%), judeus (2%), muçulmanos (1%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral. A Câmara de Representantes e o Senado
CHEFE DE ESTADO:	Barack Hussein Obama II (desde 20/1/2009)
CHANCELER:	John Forbes Kerry (desde 1º/2/2013)
PIB NOMINAL (FMI, est 2015):	US\$ 18,28 trilhões
PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI, est 2015):	US\$ 18,28 trilhões
PIB PER CAPITA (FMI, est 2015):	US\$ 57,04 mil
PIB PPP PER CAPITA (FMI, est 2015):	US\$ 57,04 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,6% (2015); 2,4% (2014); 2,21% (2013); 2,32% (2012); 1,8% (2011); 2,4% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014, PNUD):	0,915 (8ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014, PNUD):	79,1 anos (PNUD, relatório de 2014)
ALFABETIZAÇÃO:	99% (CIA World Fact Book, 2014)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	5% (dezembro de 2015 - US Bureau of Labor Statistics)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar dos EUA (USD ou US\$)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Liliana Ayalde; concedido <i>agrément</i> a Peter McKinley em 25 de maio de 2016
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 1.315.000 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (em US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

Brasil → EUA	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	22.416	27.114	26.297	35.206	43.788	35.633	59.774	60.671	50.551
Exportações	10.675	14.208	16.728	22.539	25.065	15.601	25.804	24.653	24.079
Importações	11.741	12.905	9.569	12.666	18.723	20.032	33.970	36.018	26.471
Saldo	-1.065	1.303	7.158	9.873	6.341	-4.430	-8.165	-11.365	-2.391

Informação elaborada em 24/05/2016 por Claudia de Angelo Barbosa. Revisada por Claudia de Angelo Barbosa, em 24/05/2015.

APRESENTAÇÃO

Em termos de organização política, os Estados Unidos são uma república federal de sistema presidencialista.

Geograficamente, o país está situado na América do Norte, é banhado pelo Atlântico, no leste, e pelo Pacífico, no oeste, e faz fronteira, ao norte, com o Canadá e, ao sul, com o México.

A federação norte-americana é composta por 50 estados e um distrito federal (Washington DC). O Alasca – que faz divisa ao leste com o Canadá, e, ao oeste, com a [Rússia](#), através do [estreito de Bering – e o Havaí – arquipélago](#) no Pacífico Central – são dois dos 50 estados que compõem os EUA. O país conta, ainda, com territórios "incorporados", muitos dos quais dispõem de administração própria, como é o caso de Guam (Pacífico), Ilhas Virgens Americanas (Caribe), Marinas Setentrionais (Pacífico), Porto Rico (Caribe), e Samoa Americana (Pacífico), entre outros.

Com 9.631.418 km² de território e uma população de 318 milhões de habitantes, o país é o [quarto](#) maior em área total (incluindo terras descontínuas, como o Alasca e Havaí), o quinto maior em área contígua e o terceiro mais populoso do mundo.

A história da formação dos Estados Unidos da América resulta da revolta de [treze colônias](#) do [Império Britânico](#) localizadas ao longo da [costa atlântica](#). Em 4 de julho de 1776, os estados rebeldes emitiram a Declaração de Independência e derrotaram a Grã-Bretanha na Guerra Revolucionária Americana. Em 17 de setembro de 1787, seus representantes, reunidos na Convenção da Filadélfia, aprovaram a atual Constituição dos Estados Unidos. Em 1788, com a ratificação da Constituição, os estados tornaram-se parte de uma única república com um governo central. Outro documento fundamental do país é a [Carta dos Direitos, ou Declaração dos Direitos dos Cidadãos dos Estados Unidos](#), composta pelas dez primeiras emendas constitucionais, as quais garantem direitos civis e liberdades fundamentais, ratificada, por sua vez, em 1791.

A expansão territorial dos Estados Unidos pela América do Norte deu-se ao longo do século XIX, resultando na anexação de novos estados. Nesse período, diferenças políticas entre o [sul do país – de perfil predominantemente agrário –](#) e o [norte – mais industrializado](#) – em torno dos direitos dos estados e da escravidão provocaram a [Guerra de Secessão](#), que durou de 1861 a 1865.

Com a vitória do norte, o país escapou da possibilidade de divisão e a abolição da escravidão em toda a nação tornou-se viável, colaborando, também, para que, já em fins do século XIX, sua economia assumisse a maior escala do mundo e o país lograsse expandir-se em direção ao Pacífico, na chamada "corrida para o oeste".

Nos últimos anos do século XIX e início do XX, a [Guerra Hispano-Americana](#) e a [Primeira Guerra Mundial](#) deixaram clara a condição do país como

potência militar. Encerrada a Segunda Guerra Mundial, o país tornou-se o primeiro a possuir armas nucleares e, terminado o período da Guerra Fria, a dissolução da antiga União Soviética deixou os EUA na posição de única superpotência mundial.

Com um PIB nominal estimado, em 2015, pelo FMI, em US\$ 18,28 trilhões, a economia norte-americana beneficia-se de abundância de recursos naturais e infraestrutura bem desenvolvida. Não obstante ser considerado uma economia pós-industrial, o país continua a ser um dos maiores produtores de bens manufaturados do mundo. Em termos de poderio militar, destaca-se o fato de que 39% dos gastos mundiais do setor dizem respeito aos Estados Unidos, país que exerce, também, forte liderança política e cultural no mundo todo.

PERFIL BIOGRÁFICO

Barack Hussein Obama II
Presidente dos Estados Unidos



Nasceu em 4 de agosto de 1961, em Honolulu (Havaí). Filho de economista queniano e de antropóloga norte-americana. Viveu com a mãe e o padrasto na periferia de Jacarta, Indonésia, e no Havaí, com os avós maternos. Casado com Michelle LaVaughn Robinson Obama, nascida em 1964, tem duas filhas: Malia Ann (1998) e Natasha (2001).

Após dois anos no "Occidental College", em Los Angeles, cursou Ciência Política pela Universidade Columbia, de Nova York, onde se formou em 1983. Em 1985, mudou-se para Chicago, onde trabalhou como ativista comunitário. Em 1988, ingressou na Faculdade de Direito de Harvard e chegou ao cargo de

editor da “Harvard Law Review”, sendo o primeiro afrodescendente a ocupá-lo. Formou-se em 1991.

Em 1992, lecionou Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Chicago. Ingressou no Partido Democrata, tendo sido eleito, em 1996, “Senador Estadual”, representando o 13º distrito de Chicago. Em 2004, elegeu-se Senador Federal por Illinois. Tornou-se célebre, naquele ano, pelo discurso na Convenção Democrata que escolheu John Kerry como candidato a presidente.

Em 2007, lançou-se candidato à presidência. Venceu Hillary Clinton nas primárias do Partido Democrata. Derrotou o adversário republicano John McCain nas presidenciais de 2008, tomando posse em janeiro de 2009. No mesmo ano, recebeu o Prêmio Nobel da Paz, “por suas ações por um mundo sem armas nucleares”, segundo o comitê do Prêmio. Cumpriu a promessa de campanha de retirar as tropas norte-americanas do Iraque (em dezembro de 2011) e de acelerar a retirada das tropas do Afeganistão. Em contrapartida, não logrou avanços significativos para o fechamento da prisão de Guantánamo. Na área econômica, teve como grande desafio administrar o país que havia sido o epicentro da crise financeira de 2008.

Reeleito em novembro de 2012, Obama governa um país cuja economia mostra sinais de gradual recuperação da crise de 2008. Enfrenta, contudo, cenário de polarização política, acentuado com as eleições de novembro de 2014, que concederam ao Partido Republicano a maioria nas duas Casas do Congresso. Na esfera internacional, Obama enfrenta, entre outros desafios, o ressurgimento de movimentos fundamentalistas islâmicos no Iraque e Síria; a questão ucraniana e seu impacto na relação com a Rússia; o impasse no processo de paz entre Israel e Palestina; e as dificuldades encontradas no relacionamento com a Venezuela. Obama deixará, como legado, a normalização das relações com Cuba, o fechamento de um acordo em torno do dossiê nuclear iraniano, o entendimento com a China em mudança do clima, a assinatura do Acordo da Parceria Transpacífica (TPP) e o impulso dado às negociações da Parceria Transatlântica em Comércio e Investimentos (TIP), com a expectativa da Casa Branca de finalizar o acordo ainda durante o mandato de Barack Obama.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1824, os Estados Unidos reconheceram a independência do Brasil; ao ser recebido pelo presidente dos EUA como representante diplomático do Brasil, José Silvestre Rebello foi o primeiro diplomata a apresentar credenciais em nome do governo brasileiro após a independência do Brasil.

Em 1825, os EUA inauguraram sua missão diplomática no Brasil. Em 1905, o Brasil e os EUA elevaram o *status* de ambas as missões a embaixadas e Joaquim Nabuco foi o primeiro embaixador do Brasil nos EUA.

Ao longo do século XX, a cooperação entre Brasil e EUA intensificou-se. Em 22 de agosto de 1942, após ataques alemães a navios brasileiros, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, aderindo à coalizão dos Aliados, liderada pelos norte-americanos. Em 30 de abril de 1948, Brasil e EUA uniram esforços com mais 19 países das Américas para fundar a Organização dos Estados Americanos, sediada em Washington, DC.

Atualmente, a relação bilateral beneficia-se muito das semelhanças existentes entre os dois países. Brasil e Estados Unidos são as duas maiores economias e populações das Américas. Países de dimensões continentais, com amplos recursos naturais, são democracias multiétnicas e multiculturais.

Consubstanciada em mais de trinta mecanismos bilaterais, a relação Brasil-EUA abrange praticamente todos os itens das agendas bilateral, regional e internacional. Temas como educação, ciência, tecnologia e inovação, investimento, infraestrutura e direitos humanos – prioritários na política interna dos dois países – ocupam espaço importante na cooperação bilateral.

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos ganhou forte impulso com as visitas de Barack Obama ao Brasil (março de 2011) e da presidente Dilma Rousseff aos EUA (abril de 2012). A segunda visita da presidente Dilma Rousseff aos EUA, em 30 de junho de 2015, consolidou a parceria Brasil-EUA, reativando diálogos bilaterais e inaugurando novas iniciativas.

A visita presidencial aos EUA em junho de 2015 aprofundou a cooperação em defesa, meio ambiente, energia, ciência, tecnologia e inovação, educação, comércio e investimentos, direitos humanos e fluxo de pessoas; serviu para divulgar as oportunidades de investimento em infraestrutura no Brasil junto a empresários e investidores norte-americanos; reafirmou o compromisso do Brasil e dos EUA de se coordenarem quanto a temas centrais das agendas regional e global – como atestam as Declarações Conjuntas sobre Mudança do Clima e sobre Governança da Internet; ensejou a assinatura do Acordo Bilateral de Previdência

Social, do Memorando de Entendimento sobre Educação Profissional e Tecnológica, do Memorando de Intenções sobre Normas Técnicas e Avaliação de Conformidade, da Declaração Conjunta sobre Compartilhamento de Exame de Patentes entre Escritórios, bem como de outros instrumentos na área ambiental e em ciência, tecnologia e inovação; e impulsionou a retomada de negociações para concluir o programa Entrada Global (facilitação do ingresso de viajantes frequentes) e dos entendimentos relativos à isenção futura de vistos.

A visita presidencial ensejou, também, o anúncio da conclusão dos procedimentos para entrada em vigência do Acordo sobre Cooperação em Defesa, promulgado em 18/12/2015, e do Acordo sobre Proteção de Informações Militares Sigilosas (GSOMIA).

Reuniões Bilaterais em 2016:

Como desdobramentos da visita, foram programadas, para 2016, várias reuniões bilaterais.

Em 29-30/3, ocorreu, em Washington, a III Reunião da Comissão Brasil-EUA de Relações Econômicas e Comerciais (III ATEC), reunindo, em seu segmento ministerial, os titulares do MRE e do MDIC e ensejando a assinatura de Memorando de Entendimento que criou o Grupo de Trabalho (GT) para o Desenvolvimento do Setor de Infraestrutura. O GT sobre Infraestrutura visa a divulgar oportunidades de investimentos em projetos de infraestrutura e esclarecer questões sobre marcos regulatórios que regem os setores de transporte e energia. A Primeira Reunião Técnica sobre o Plano de Trabalho relativo ao GT de Infraestrutura ocorreu em 08 de abril de 2016, em Washington.

Também em abril, realizaram-se o II Seminário Brasil-EUA sobre Segurança Cibernética e Privacidade da Internet (Florida, 07-08/04) e a II Reunião do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos Globais (Washington, 08/04). Aguarda-se a realização das reuniões do Comitê Consultivo Agrícola Brasil-EUA (Washington); do IX Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (IX GTBD Brasil-EUA) e da XI Reunião do Diálogo Político-Militar; do V Diálogo de Parceria Global, entre o Ministro de Relações Exteriores e o Secretário de Estado; e do II Diálogo de Cooperação em Defesa, presidido pelos Ministros de Defesa.

Em junho, estão previstos a II Reunião do GT sobre Mudança do Clima e o XIV Diálogo MDIC-Departamento de Comércio (DoC). Também em 2016, deverá ser convocado o X Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA (X CEO Forum Brasil-EUA), que reúne, em seu segmento governamental, os titulares do MDIC e da Casa Civil.

Destacam-se também, na agenda Brasil-EUA de 2016, os entendimentos para avançar no combate à epidemia do vírus zika; a cooperação para garantir a segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro; as negociações em torno da criação do Grupo de Trabalho sobre o Setor de Infraestrutura; e o impulso a iniciativas de fomento à inovação e competitividade, reunindo os setores empresarial, governamental e acadêmico.

Assuntos Consulares

A rede consular brasileira conta com dez Consulados-Gerais nos Estados Unidos, nas seguintes cidades: Atlanta; Boston; Chicago; Hartford; Houston; Los Angeles; Miami; Nova York; São Francisco; e Washington, D.C. Conta também com Consulados Honorários em quinze cidades estadunidenses (Cincinnati, Norfolk, Birmingham, Charleston, Memphis, Jackson, New Orleans, Phoenix, Honolulu, Salt Lake City, San Diego, Las Vegas, Filadélfia, Hamilton, e Seattle).

A comunidade brasileira residente nos Estados Unidos é estimada, segundo dados do Relatório Consular de 2014 (RCN 2014) das Repartições Consulares brasileiras naquele país, em cerca de 1.315.000 (um milhão e trezentos e quinze mil) pessoas. Cerca de 35% a 40% dos brasileiros que residem no exterior estão nos Estados Unidos. Acredita-se que esse número esteja subestimado, em razão da extensão do país, da circularidade migratória e do espraiamento dos brasileiros pelo território norte-americano.

O perfil da comunidade é o mais diverso possível, incluindo brasileiros indocumentados que exercem empregos menos qualificados, passando por brasileiros documentados, estudantes, trabalhadores no setor de serviços, profissionais liberais, cientistas e pesquisadores de renome, e investidores internacionais. Parte dos emigrantes brasileiros já está estabelecida há algumas décadas (desde 1980), mas, continuamente, há circulação de novos emigrantes.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de crédito oficial do Brasil aos Estados Unidos, como tomadores soberanos.

POLÍTICA INTERNA

O sistema parlamentar norte-americano é bicameral, composto pela Câmara dos Representantes, com 435 membros, eleitos para mandatos de 2 anos, e pelo Senado, com 100 integrantes (2 por Estado), cujos mandatos são de 6 anos.

Desde a reeleição do presidente Obama, a forte polarização partidária no Congresso já vinha dificultando a aprovação dos projetos de lei do Executivo. O Partido Republicano detinha a maioria na Câmara de Representantes, enquanto os Democratas dominavam o Senado.

Em novembro de 2014, as eleições de "meio de mandato" ("midterm elections") reduziram, ainda mais, a base de sustentação parlamentar do governo Obama. O Partido Republicano conquistou maioria no Senado (54 republicanos, contra 46 democratas), posição que não ocupava desde 2007; ampliou seu domínio na Câmara de Representantes (244 republicanos, contra 188 democratas); e angariou o maior número de governadores estaduais em 100 anos (24 republicanos, contra 10 democratas). Trata-se do domínio republicano na legislatura que se iniciou em 6 de janeiro de 2015 (114º Congresso) e que exige do governo Obama grandes esforços para consolidar sua herança.

Em novembro de 2016, ocorrerão as eleições presidenciais nos EUA. Segundo projeções eleitorais, a disputa deverá ocorrer entre a candidata do Partido

Democrata, Hillary Clinton – ex- Primeira Dama, ex-senadora por Nova York e ex-Secretária de Estado no primeiro mandato de Obama – e o magnata Donald Trump, do Partido Republicano. A cerimônia de posse do novo presidente dos Estados Unidos está marcada para 20 de janeiro de 2017.

POLÍTICA EXTERNA

Como principal potência política, militar e econômica do mundo, os Estados Unidos são membros dos principais organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), Organização dos Estados Americanos (OEA), Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entre outros.

Os EUA são membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, maior contribuinte de vários organismos internacionais, inclusive da ONU, e respondem por grande parte das quotas e do poder de decisão do FMI e do Banco Mundial.

O presidente Barack Obama, em seus dois mandatos (2009-2012 e 2013-2016), colocou em marcha diversos processos. A normalização das relações com Cuba, as negociações em torno do dossiê nuclear iraniano, o entendimento com a China sobre mudança do clima e, no campo comercial, a assinatura do Acordo da Parceria Transpacífica (TTP) e o impulso às negociações da Parceria Transatlântica em Comércio e Investimentos (TTIP) – que a Casa Branca espera concluir ainda em 2016 – são exemplos dessas iniciativas.

No âmbito político-militar, o presidente Obama buscou diferenciar-se de seu antecessor, o republicano George W. Bush, ao defender maior seletividade no uso da força, acompanhada de esforços diplomáticos no sentido do multilateralismo.

Um dos eixos da política externa de Obama é o "reequilíbrio para a Ásia-Pacífico", tendo como referência as maiores perspectivas econômicas e comerciais da região, bem como riscos à segurança internacional, a exemplo da tensão na Península Coreana e dos distintos conflitos de soberania em curso no Mar da China.

Apesar da prioridade concedida à Ásia-Pacífico, o Oriente Médio continua a absorver, na prática, boa parte dos recursos da diplomacia norte-americana. Embora a negociação sobre o dossiê nuclear iraniano figure como importante legado de Obama, o impasse nas negociações entre Israel e Palestina, as crises na Síria, Iraque e Líbia e a ascensão do autoproclamado "Estado Islâmico"

(EI) são alguns dos pontos criticados, sobretudo pela oposição republicana, na política externa de Obama.

Também a Europa é foco do interesse norte-americano, com a negociação em curso da "Parceria Transatlântica em Comércio e Investimento" (TTIP, em inglês).

A Rússia, objeto de sanções norte-americanas por sua atuação na crise ucraniana, voltou a ocupar papel relevante na agenda diplomática dos EUA devido a sua influência no processo de paz na Síria.

Com relação à África, a Casa Branca tem procurado, desde a realização de Cúpula EUA-África (outubro de 2014), consolidar a posição do continente como plataforma para a promoção de interesses norte-americanos na área de segurança e combate ao terrorismo.

Nas Américas, desde o lançamento do processo de normalização das relações com Cuba, intensificaram-se as visitas mútuas em nível ministerial. Em vista dos avanços na relação, Barack Obama visitou Havana em 21 e 22 de março de 2016, em gesto histórico – primeira visita de um presidente norte-americano desde 1928.

Na sequência, em 23 e 24 de março de 2016, o presidente Obama foi à Argentina. O gesto foi interpretado, pela imprensa norte-americana, como tentativa de maior aproximação com aquele país, após a eleição do presidente Maurício Macri.

Permanecem, contudo, dificuldades nas relações entre os EUA e a Venezuela. A aprovação, pelo governo Obama, em 2014-2015, de medidas que sancionam representantes do governo Maduro contribuiu para escalar a retórica entre Caracas e Washington.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

I – Economia

Em momento de baixa persistente no valor do petróleo e demais *commodities*, a economia norte-americana oscila entre o otimismo provocado por baixos índices de desemprego (5% em março e há oito meses oscilando entre 5,1% e 4,9%) e o razoável desempenho do consumo doméstico (crescimento de 3,1% em 2015, embora declinando para 2,4% no último trimestre de 2015 e 1,9% no primeiro de 2016), contraposto à desconfiança decorrente de crescimento modesto do PIB (0,5% registrado no primeiro trimestre de 2016), de inflação significativamente abaixo da meta de 2% (0,3% no primeiro trimestre de 2016 e 0,82% no acumulado dos últimos 12 meses) e de cenário externo de baixo crescimento em parceiros importantes.

O governo dos Estados Unidos e o Banco Central norte-americano, o "Federal Reserve" (Fed), seguem projetando que o aquecimento no mercado de trabalho implicará aumentos de salário, da renda disponível, do consumo e, por

fim, da inflação. Com efeito, houve incremento salarial real de 2,9% no primeiro trimestre de 2016, mas a poupança tem aumentado mais rapidamente que o consumo, sendo este último responsável por 2/3 do PIB e principal vetor para o esperado aumento da inflação.

Essa mesma oscilação de humores já retardara em mais de um ano o aumento da taxa básica de juros da economia norte-americana (“Fed funds rate”), do patamar de zero a 0,25% ao ano para o patamar atual, de 0,25% a 0,50% ao ano. Sinalizada como iminente a partir de outubro de 2014, a decisão, que, esperava-se, marcaria a plena recuperação da economia dos Estados Unidos dos efeitos da crise iniciada em 2008 e, consequentemente, o início da “normalização” da política monetária deste país, foi finalmente implementada apenas em dezembro último.

Apesar da clara sinalização conferida pelo Fed ao mercado, a decisão, unânime, foi criticada por economistas de renome, como o ex-presidente do Federal Reserve, Larry Summers, e por altos representantes de entidades multilaterais, como o presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, e a Diretora-Gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde. Argumentam que, após sucessivos adiamentos da alta de juros, que geravam incertezas e volatilidade no mercado, o Fed, após inúmeras indicações de aumento, acabou compelido a fazê-lo, com base em incrementos sucessivos, porém modestos, de relevantes indicadores econômicos locais.

Diante dos efeitos anti-inflacionários da elevação dos juros, de sua contribuição à valorização do dólar norte-americano e à deterioração das contas externas estadunidenses (o comércio exterior teria subtraído 0,34 pontos percentuais do PIB do primeiro trimestre), a “guerra preventiva à inflação” poderia, em alguma medida, dificultar a própria recuperação econômica que todos almejavam.

Nesse contexto, nas reuniões de janeiro, março e abril do corrente, o Fed, a despeito de seguir sinalizando possível alta da taxa básica de juros da economia norte-americana, preferiu mantê-la inalterada. Em 28/04/2016, um dia após o encerramento da última reunião, foi divulgado, em primeira estimativa, que o PIB norte-americano do primeiro trimestre teria crescido apenas 0,5% (a quarta queda consecutiva do indicador, que caiu para o seu menor patamar em dois anos).

O encontro previsto para ocorrer em junho próximo será realizado à luz da primeira revisão, a ser divulgada em 27/05, do desempenho do PIB para o primeiro trimestre de 2016. Os dados de desemprego e de inflação dos meses de abril e de maio de 2016 também serão conhecidos antes do encontro e poderão ser utilizados para justificar a manutenção da taxa em seu patamar atual ou sua elevação, caso seja verificado maior dinamismo na economia estadunidense.

II – Comércio exterior bilateral

Segundo dados do MDIC, apesar do incremento de 70,2% no intercâmbio comercial entre Brasil e EUA no período de 2009 a 2013, a balança comercial passou a exibir tendência de déficit para o Brasil. De 2012 a 2013, o déficit brasileiro aumentou 100,6%, passando de -US\$ 5,66 bilhões para -US\$ 11,36 bilhões.

No período 2014-2015, o déficit com os EUA reduziu-se sensivelmente, passando de -US\$ 7,99 bilhões para -US\$ 2,39 bilhões. O resultado ocorreu em meio à queda generalizada da corrente de comércio Brasil-EUA (da ordem de -8,06%), que passou, no período, de US\$ 62,04 bilhões para US\$ 50,55 bilhões. A redução no fluxo comercial deveu-se tanto à queda das exportações brasileiras para os EUA (-8,9%) – que passou de US\$ 27,02 bilhões em 2014 para US\$ 24,07 bilhões em 2015 – quanto ao declínio das importações (-7,56%) no mesmo período – de US\$ 35,01 bilhões para US\$ 26,47 bilhões.

Ainda de acordo com o MDIC, em abril de 2016, a corrente de comércio foi de US\$ 3,46 bilhões, com exportação de US\$ 1,64 bilhão e importação de US\$ 1,82 bilhão – déficit de US\$ 182 milhões.

Embora os EUA tenham sido superados pela China como o maior importador do Brasil, ao contrário do que ocorre com o parceiro asiático, o perfil das exportações brasileiras para os EUA é majoritariamente composto por produtos manufaturados e semimanufaturados, o que indica alto perfil de valor agregado.

III – Investimentos bilaterais

De acordo com o BACEN, os EUA continuam a ser o país com maior estoque de investimentos no Brasil, no valor de aproximadamente US\$ 136,6 bilhões, no final de 2013. O estoque de investimentos brasileiros nos EUA, em 2013, manteve tendência de crescimento, alcançando valor de US\$ 21,1 bilhões (em 2012, era de 18,4 bilhões). Com relação ao fluxo de investimentos, ingressaram US\$ 9 bilhões no Brasil, originários dos EUA, em 2013, enquanto empresas brasileiras investiram US\$ 2,7 bilhões na economia norte-americana no mesmo ano.

A participação dos investimentos norte-americanos diretos no total de investimentos recebidos pelo Brasil, segundo dados do BACEN, foi de 11,8%, em 2010; 12,8 %, em 2011; 20,3%, em 2012; e 18,3%, em 2013. Entre janeiro e agosto de 2014, segundo estatísticas do BACEN, o Brasil recebeu investimento de aproximadamente US\$ 4,9 bilhões dos EUA e, por sua vez, investiu US\$ 1,93 bilhão naquele país – o que indica uma razão de investimento de US\$ 2,5 investidos pelos EUA no Brasil por cada US\$ 1 investido pelo Brasil nos EUA.

Historicamente dominados pelos investimentos norte-americanos no Brasil, os fluxos bilaterais de investimentos estão tendendo para o equilíbrio por

causa do aumento dos investimentos brasileiros naquele país. Em 2000, para cada dólar investido nos EUA por empresas brasileiras, cerca de 47 dólares eram investidos no Brasil por empresas norte-americanas; em 2015, essa razão caiu para 3 dólares de empresas norte-americanas para cada dólar investido por empresas brasileiras (US\$ 6.647/US\$ 1.943).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1898	Início da Guerra Hispano-Americana (aquisição de Porto Rico, Cuba e Filipinas).
1914	Início da Primeira Guerra Mundial; os Estados Unidos entram no conflito só em 1917.
1929	Quebra da Bolsa de Nova York; Grande Depressão; “New Deal” de Roosevelt em 1932.
1941	Ataque japonês a Pearl Harbour; bombas atômicas sobre o Japão em 1945.
1944	Conferência de Bretton Woods cria FMI e Banco Mundial; o dólar passa a ser reserva internacional.
1945	Ata de San Francisco; criação da Organização das Nações Unidas.
1947	Assinatura do GATT, Acordo Geral de Tarifas e Comércio (futura OMC).
1947	Plano Marshall apoia a reconstrução europeia.
1949	Criação da OTAN; início da Guerra Fria com a URSS.
1950	Envolvimento norte-americano na Guerra da Coreia (até 1953).
1954	Início do movimento de direitos civis.
1961	Corte das relações diplomáticas com Cuba; tentativa de invasão da Baía dos Porcos.
1963	Assassinato do presidente John Kennedy em Dallas.
1964	Envolvimento militar no Vietnã após ataque a navio americano no Golfo de Tonkin.
1968	Martin Luther King Jr. e Robert F. Kennedy são assassinados; Partido Democrata racha na Convenção em Chicago e Richard Nixon é eleito presidente.
1971	EUA suspendem convertibilidade do dólar em ouro; crise monetária mundial.
1972	Nixon visita a China; EUA e URSS assinam acordo para limitação de armas.
1973	Embargo da OPEP causa choque do petróleo e crise na economia norte-americana.
1974	Nixon renuncia após escândalo Watergate.
1975	EUA se retiram do Vietnã após intensa campanha de mobilização social.
1978	Carter promove Acordo de Camp David (Sadat e Begin); fim do conflito Egito-Israel.
1979	Estabelecimento de relações diplomáticas com a China continental.
1981	Governos Reagan. Invasão de Granada (1983) e escândalo “Irã-Contras” (1986).
1987	Gorbachev e Reagan assinam tratado de redução de arsenal nuclear; declínio da URSS.

1990	Liderança norte-americana na Guerra do Golfo, após invasão do Kuwait pelo Iraque.
1992	Presidentes Bush e Gorbachev encontram-se em Camp David; fim da Guerra Fria.
1993	Assinatura do NAFTA (acordo de livre comércio e regras com México e Canadá).
2001	Ataques ao World Trade Center e ao Pentágono deixam quase 3000 mortos.
2002	Início das guerras contra o Iraque e o Afeganistão.
2008	Barack Obama é o primeiro afro-americano a eleger-se presidente da República.
2011	Osama Bin Laden é morto por um grupo de agentes especiais da marinha americana (Seals), no Paquistão.
2012	Reeleição do presidente Barack Obama, vencendo o candidato republicano Mitt Romney.
2014	Em novembro, os Republicanos obtêm, nas <i>midterm elections</i>, a maioria da Câmara e do Senado.
2014	O presidente Barack Obama anuncia normalização das relações entre EUA e Cuba, após cinco décadas.
2015 (julho)	EUA e Cuba abrem oficialmente embaixadas em Havana e Washington.
2016 (março)	Barack Obama realiza visita oficial a Havana (a primeira de um presidente norte-americano desde 1928).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Histórica

1824	Os EUA reconhecem a Independência do Brasil (primeira nação a fazê-lo). Estabelecimento das relações diplomáticas. Abertura da Legação do Brasil em Washington.
1825	Abertura da Legação dos EUA no Brasil.
1905	Elevação do <i>status</i> de ambas as Legações a Embaixadas. Joaquim Nabuco é o primeiro embaixador do Brasil em Washington.

Recente

2007 (março)	Visita do presidente George W. Bush a São Paulo. Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis.
2007 (março)	Visita do presidente Lula a Camp David.
2007	Resolução da Câmara dos Representantes reconhece a “calorosa

(setembro)	amizade” e a crescente “relação estratégica” entre os Estados Unidos e o Brasil.
2008 (setembro)	Primeira reunião do novo “Brazil Caucus”, agrupamento informal que reúne cerca de 30 parlamentares com interesse pelo Brasil e pelas relações bilaterais.
2011 (março)	Visita do presidente Barack Obama ao Brasil. Assinatura de 10 Acordos Bilaterais.
2012 (9-10 de abril)	Visita oficial da presidente da República, Dilma Rousseff, aos Estados Unidos.
2013 (31 de maio)	Visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ao Brasil. Encontros com o vice-presidente da República, Michel Temer, e com a presidente da República, Dilma Rousseff, com agenda que teve foco em assuntos econômicos e de energia.
2014 (julho)	O vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, veio ao Brasil por ocasião da Copa do Mundo, para assistir, em Natal, a jogo da seleção norte-americana, e encontrar-se, em Brasília, em 17/06, com a presidente Dilma Rousseff e com o vice-presidente Michel Temer.
2015 (janeiro)	Visita do vice-presidente Joe Biden ao Brasil, por ocasião da cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff.
2015 (junho)	Visita da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos.

ATOS BILATERAIS

Atos em vigor [mais recentes-1990]

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate a Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes	12/04/1995	28/04/1997	03/06/1997
Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	01/03/1996	09/07/1997	26/08/1997
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal	14/10/1997	21/02/2001	03/05/2001
Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear.	14/10/1997	15/09/1999	14/10/1999
Acordo Relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência.	26/10/1999	N/D	N/D

Acordo para o Fornecimento de Material de Defesa Norte-americano	02/06/2000	N/D	N/D
Acordo, por troca de Notas, para a Cooperação no Âmbito do Sistema Landsat-7, nos Termos do Memorando de Entendimento de 26/12/2000.	27/12/2001	N/D	N/D
Acordo Relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras	20/06/2002	N/D	N/D
Acordo, por troca de Notas, para a Cooperação no Âmbito do Sistema Landsat-7 e seu anexo III, nos termos do Memorando de Entendimento de 26/12/2002.	29/12/2003	N/D	N/D
Acordo para a Promoção da Segurança da Aviação	22/03/2004	27/02/2006	05/04/2006
Acordo para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos	20/03/2007	19/03/2013	16/05/2013
Acordo sobre Propriedades de Imóveis Diplomáticos e Consulares	01/06/2007	18/01/2008	18/01/2008
Acordo para Programas Educacionais e de Intercâmbio Cultural	27/05/2008	17/11/2009	13/05/2010
Acordo, por troca de Notas, sobre a alteração do prazo de validade dos vistos e os emolumentos consulares incidentes sobre os mesmos vistos	14/11/2008	28/05/2010	02/06/2010
Acordo de Comércio e Cooperação Econômica	19/03/2011	N/D	26/09/2011
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa	12/04/2010	18/12/2015	21/12/2015
Acordo para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA	23/09/2014	N/D	25/08/2015
Acordo relativo a Medidas de Segurança para a Proteção de Informações Militares Sigilosas (GSOMIA)	21/11/2010 Emenda em 09/6/2015	21/3/2016	22/3/2016

Atos em tramitação

Título	Data de celebração	Tramitação
Acordo sobre Transporte Marítimo	30/09/2005	MRE

Acordo sobre Transportes Aéreos	19/03/2011	Casa Civil
Acordo Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	19/03/2011	Câmara dos Deputados
Acordo de Previdência Social	30/06/2015	Câmara dos Deputados

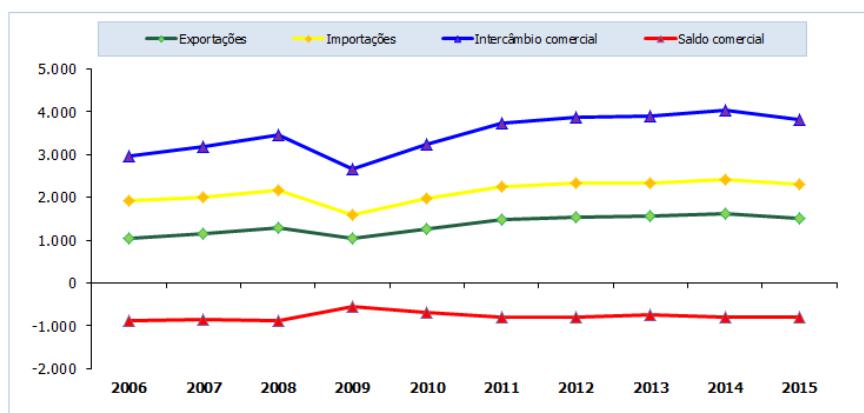
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior dos Estados Unidos

US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2006	1.037	14,7%	1.919	10,8%	2.956	12,1%	-882
2007	1.163	12,1%	2.017	5,1%	3.180	7,6%	-855
2008	1.300	11,8%	2.165	7,3%	3.465	9,0%	-865
2009	1.057	-18,7%	1.602	-26,0%	2.659	-23,3%	-545
2010	1.278	21,0%	1.968	22,9%	3.246	22,1%	-690
2011	1.482	15,9%	2.264	15,0%	3.745	15,4%	-782
2012	1.545	4,3%	2.335	3,1%	3.880	3,6%	-790
2013	1.578	2,1%	2.327	-0,3%	3.904	0,6%	-749
2014	1.620	2,7%	2.411	3,6%	4.031	3,2%	-791
2015	1.504	-7,2%	2.307	-4,3%	3.811	-5,5%	-803
Var. % 2006-2015	45,0%	--	20,2%	--	28,9%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

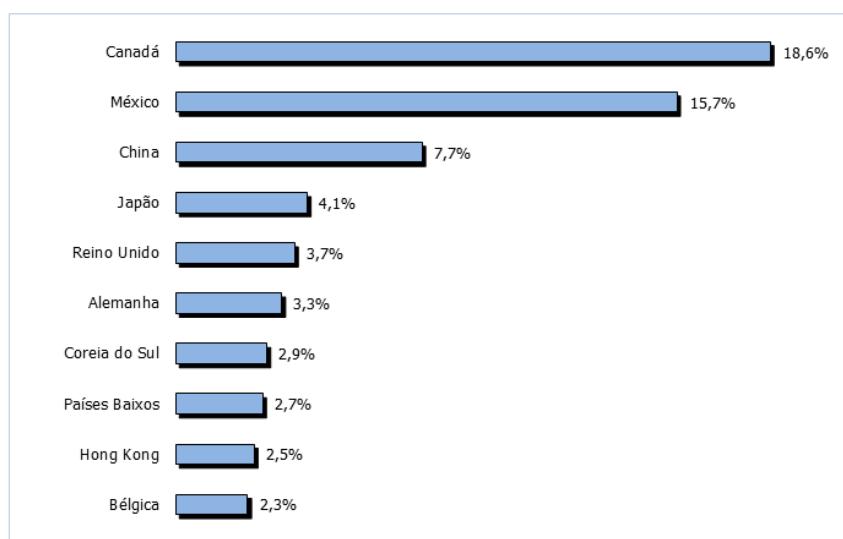


Direção das exportações dos Estados Unidos
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Canadá	280	18,6%
México	236	15,7%
China	116	7,7%
Japão	62	4,1%
Reino Unido	56	3,7%
Alemanha	50	3,3%
Coreia do Sul	43	2,9%
Países Baixos	41	2,7%
Hong Kong	37	2,5%
Bélgica	34	2,3%
...		
Brasil (11ª posição)	32	2,1%
Subtotal	987	65,6%
Outros países	517	34,4%
Total	1.504	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais destinos das exportações

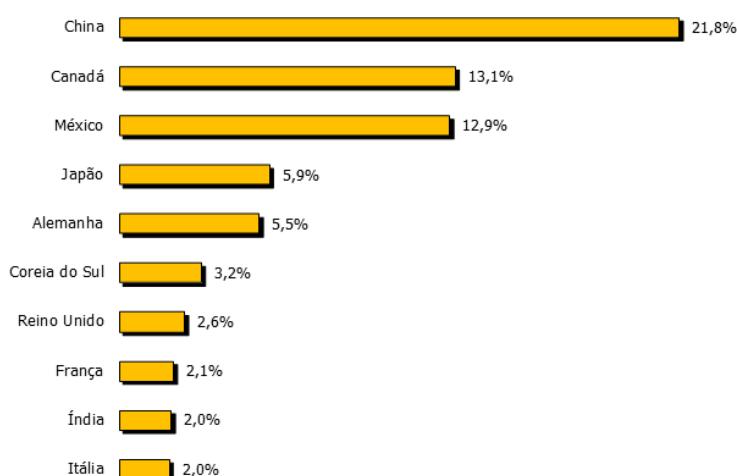


Origem das importações dos Estados Unidos
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
China	503	21,8%
Canadá	302	13,1%
México	297	12,9%
Japão	135	5,9%
Alemanha	126	5,5%
Coreia do Sul	74	3,2%
Reino Unido	59	2,6%
França	49	2,1%
Índia	47	2,0%
Itália	45	2,0%
...		
Brasil (17ª posição)	28	1,2%
Subtotal	1.665	72,2%
Outros países	642	27,8%
Total	2.307	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais origens das importações

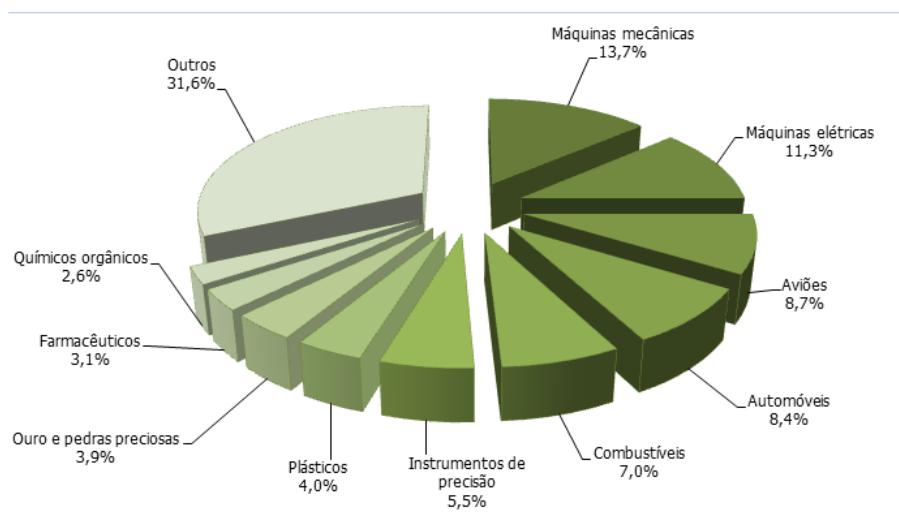


Composição das exportações dos Estados Unidos
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2015	Part.% no total
Máquinas mecânicas	206	13,7%
Máquinas elétricas	170	11,3%
Aviões	131	8,7%
Automóveis	127	8,4%
Combustíveis	106	7,0%
Instrumentos de precisão	83	5,5%
Plásticos	60	4,0%
Ouro e pedras preciosas	59	3,9%
Farmacêuticos	47	3,1%
Químicos orgânicos	39	2,6%
Subtotal	1.028	68,4%
Outros	476	31,6%
Total	1.504	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

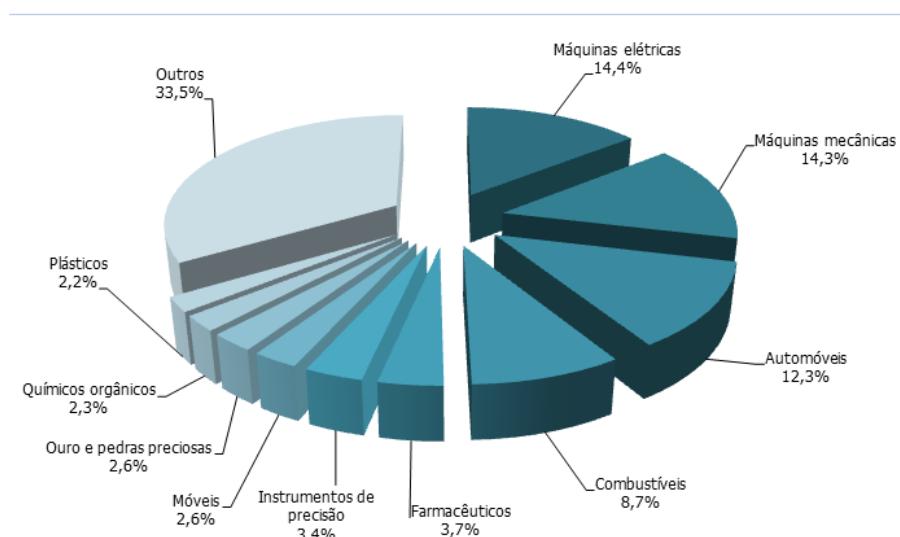


Composição das importações dos Estados Unidos
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2015	Part.% no total
Máquinas elétricas	333	14,4%
Máquinas mecânicas	329	14,3%
Automóveis	284	12,3%
Combustíveis	201	8,7%
Farmacêuticos	86	3,7%
Instrumentos de precisão	78	3,4%
Móveis	61	2,6%
Ouro e pedras preciosas	60	2,6%
Químicos orgânicos	52	2,3%
Plásticos	50	2,2%
Subtotal	1.534	66,5%
Outros	773	33,5%
Total	2.307	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

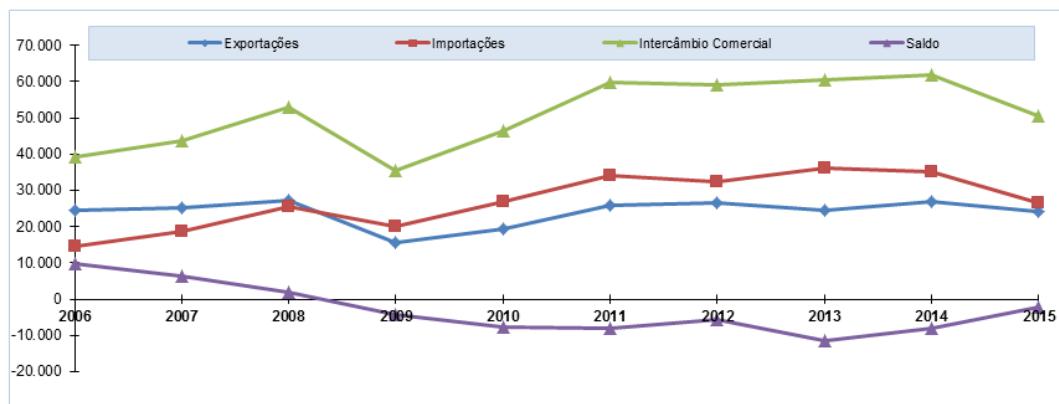
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Estados Unidos
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial				Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil		
2006	24.525	8,8%	17,80%	14.657	15,7%	16,05%	39.182	11,3%	17,10%	9.867	
2007	25.065	2,2%	15,60%	18.723	27,7%	15,52%	43.788	11,8%	15,57%	6.342	
2008	27.423	9,4%	13,85%	25.628	36,9%	14,82%	53.051	21,2%	15,90%	1.795	
2009	15.602	-43,1%	10,20%	20.032	-21,8%	15,68%	35.634	-32,8%	12,69%	-4.431	
2010	19.307	23,8%	9,56%	27.044	35,0%	14,88%	46.352	30,1%	12,08%	-7.737	
2011	25.805	33,7%	10,08%	33.970	25,6%	15,01%	59.775	29,0%	12,39%	-8.166	
2012	26.701	3,5%	11,01%	32.363	-4,7%	14,50%	59.064	-1,2%	12,68%	-5.662	
2013	24.653	-7,7%	10,19%	36.019	11,3%	15,02%	60.672	2,7%	12,59%	-11.365	
2014	27.028	9,6%	12,01%	35.018	-2,8%	15,28%	62.046	2,3%	13,66%	-7.991	
2015	24.080	-10,9%	12,60%	26.471	-24,4%	15,44%	50.551	-18,5%	13,94%	-2.391	
2016 (jan-abr)	6.698	-13,9%	11,97%	7.174	-24,8%	16,80%	13.871	-19,9%	3,83%	-476	
Var. % 2006-2015	-1,8%	--	80,6%	--	29,0%	--	n.c.				

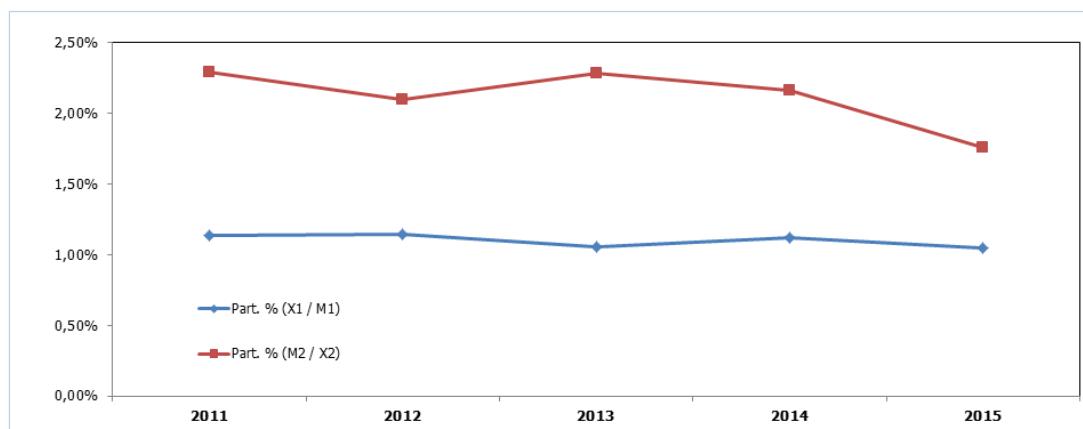
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio dos Estados Unidos
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para os Estados Unidos (X1)	25.805	26.701	24.653	27.028	24.080	-6,7%
Importações totais dos Estados Unidos (M1)	2.263.619	2.334.678	2.326.590	2.410.855	2.306.822	1,9%
Part. % (X1 / M1)	1,14%	1,14%	1,06%	1,12%	1,04%	-8,4%
Importações do Brasil originárias dos Estados Unidos (I)	33.970	32.363	36.019	35.018	26.471	-22,1%
Exportações totais dos Estados Unidos (X2)	1.481.682	1.544.932	1.577.587	1.619.743	1.503.870	1,5%
Part. % (M2 / X2)	2,29%	2,09%	2,28%	2,16%	1,76%	-23,2%

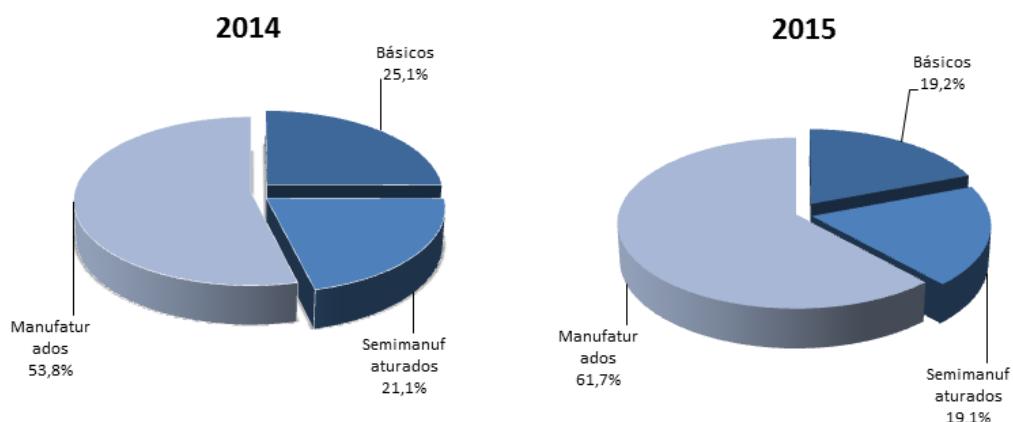
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações dos Estados Unidos e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



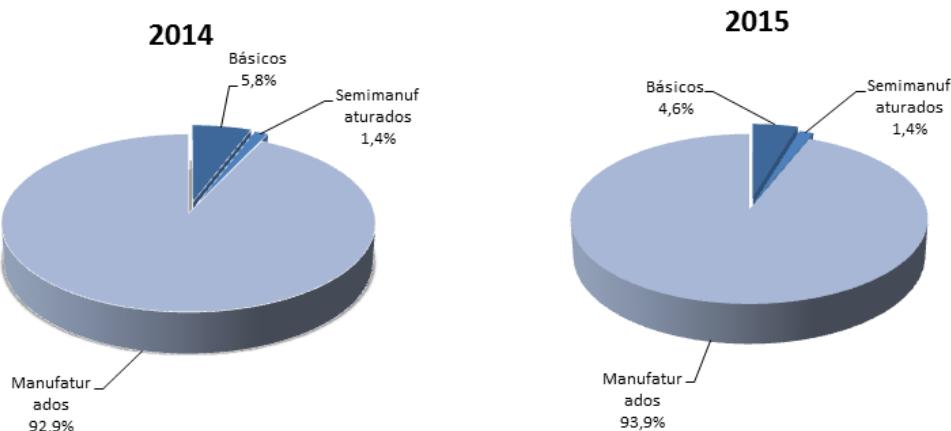
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

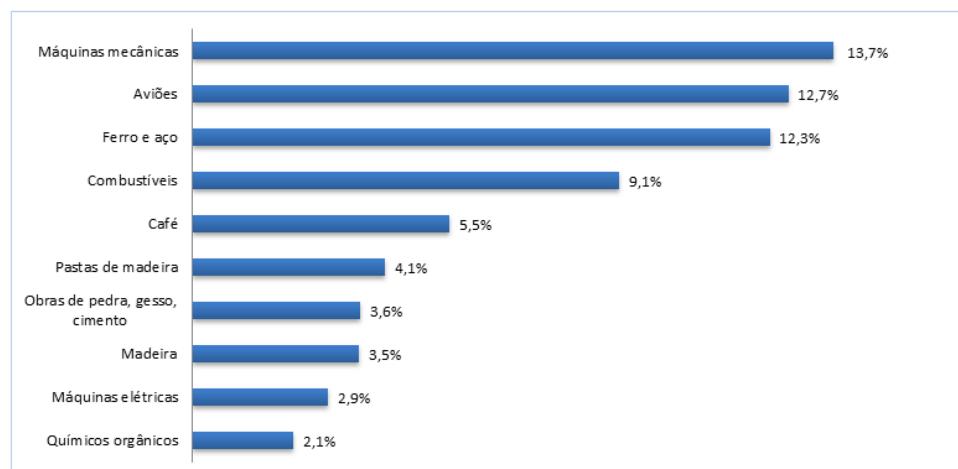
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para os Estados Unidos
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	2.882	11,7%	3.591	13,3%	3.292	13,7%
Aviões	1.381	5,6%	2.243	8,3%	3.060	12,7%
Ferro e aço	3.129	12,7%	3.844	14,2%	2.965	12,3%
Combustíveis	3.622	14,7%	3.588	13,3%	2.187	9,1%
Café	982	4,0%	1.317	4,9%	1.314	5,5%
Pastas de madeira	1.028	4,2%	974	3,6%	984	4,1%
Obras de pedra, gesso, cimento	842	3,4%	864	3,2%	859	3,6%
Madeira	724	2,9%	819	3,0%	852	3,5%
Máquinas elétricas	796	3,2%	777	2,9%	694	2,9%
Químicos orgânicos	936	3,8%	853	3,2%	514	2,1%
Subtotal	16.322	66,2%	18.870	69,8%	16.721	69,4%
Outros produtos	8.331	33,8%	8.158	30,2%	7.359	30,6%
Total	24.653	100,0%	27.028	100,0%	24.080	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

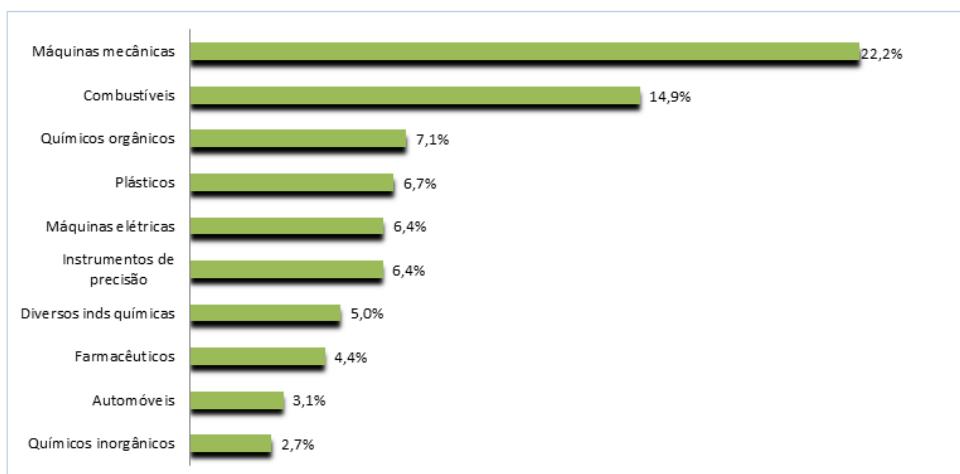


Composição das importações brasileiras originárias dos Estados Unidos
US\$ milhões

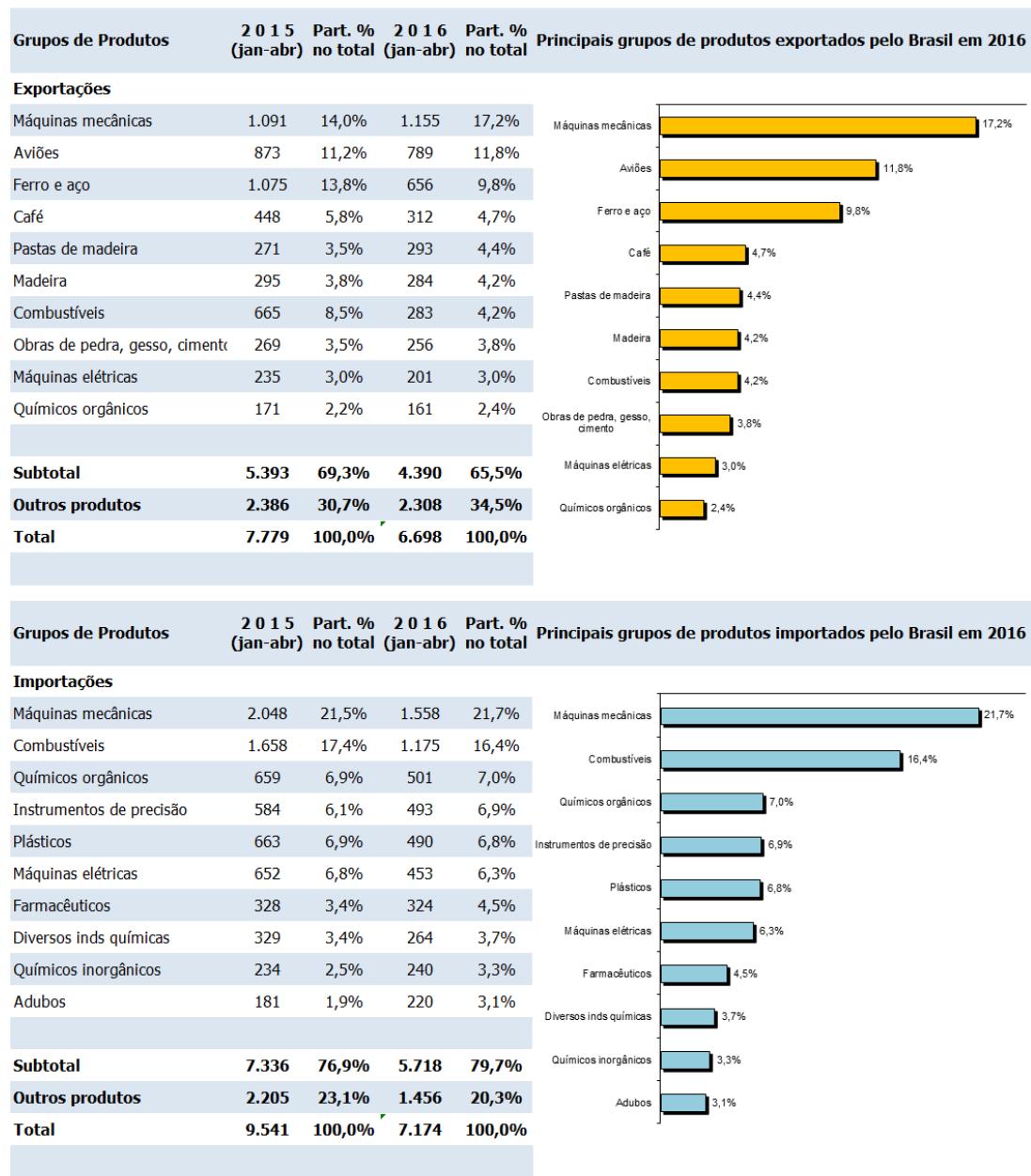
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	7.040	19,5%	6.781	19,4%	5.870	22,2%
Combustíveis	6.772	18,8%	7.429	21,2%	3.943	14,9%
Químicos orgânicos	2.296	6,4%	2.240	6,4%	1.891	7,1%
Plásticos	2.206	6,1%	2.080	5,9%	1.784	6,7%
Máquinas elétricas	2.855	7,9%	2.475	7,1%	1.691	6,4%
Instrumentos de precisão	2.103	5,8%	2.008	5,7%	1.686	6,4%
Diversos inds químicas	1.610	4,5%	1.583	4,5%	1.314	5,0%
Farmacêuticos	1.320	3,7%	1.388	4,0%	1.177	4,4%
Automóveis	1.040	2,9%	967	2,8%	814	3,1%
Químicos inorgânicos	781	2,2%	715	2,0%	711	2,7%
Subtotal	28.023	77,8%	27.666	79,0%	20.881	78,9%
Outros produtos	7.996	22,2%	7.352	21,0%	5.590	21,1%
Total	36.019	100,0%	35.018	100,0%	26.471	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Maio de 2016.

2^a PARTE - SABATINA

2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 75, de 2016 (Mensagem nº 403, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.*

RELATOR: Senador **LASIER MARTINS**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 75, de 2016, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraímos as informações que passamos a relatar.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Filho de João Domingos da Luz Vargas e de Iná Vieira Vargas, o Sr. Everton Vieira Vargas nasceu em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, em 23 de janeiro de 1955.

Formou-se em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal em 1977, tendo obtido o título de *Master of Arts in International Relations* pela Universidade de Boston, EUA, em 1983, e o Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília, em 2001. Em 1976, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Foi nomeado Terceiro-Secretário, em 1977, e, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário, em 1979, a Primeiro-Secretário, em 1985, Conselheiro, em 1991, Ministro de Segunda Classe, em 1997 e a Ministro de Primeira Classe em 2005, sempre por merecimento.

Dentre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Coordenador-Geral da Cúpula das Américas, em 1995; Chefe da Divisão do Meio Ambiente, em 1998; Diretor-Geral do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, em 2001; Professor de Linguagem Diplomática no Instituto Rio Branco, de 2002 a 2007; Assessor Especial e Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, em 2005 e Subsecretário-Geral para Política, entre 2007 e 2009. Foi Representante Titular do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, em 2001, e na Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima, em 2003.

No exterior, atuou na Missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU), de 1988 a 1992; e na Embaixada em Tóquio, em 1992. Foi Embaixador em Berlim, entre 2009 e 2013, e em Buenos Aires, desde 2013.

Entre as missões que desempenhou no exterior, cabe ressaltar a chefia da delegação brasileira à VII e VIII Reunião Operativa da Agenda Comum Brasil-Estados Unidos sobre Meio Ambiente, Brasília e Washington, em 2003 e 2005, respectivamente; Reunião do GT Brasil-Argentina sobre Cooperação Espacial, Buenos Aires, 2004; à Reunião Brasil-Rússia para Negociação do Acordo de Proteção Mútua de



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Tecnologia, Moscou, 2006; à Reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil-Ucrânia, Kiev, 2008.

Em 1994, defendeu a tese “Parceria Global? As Alterações Climáticas e a Questão do Desenvolvimento”, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco – CAE. Registrados, ainda, que Sua Excelência tem profícua produção acadêmica.

No tocante à missão brasileira junto à União Europeia, observamos que, segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a então Comunidade Econômica Europeia, em 1960. Desde então, observa o Relatório, *o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira.*

As relações entre o Brasil e o bloco europeu atingiram um patamar diferenciado em 2007, com a assinatura da Parceria Estratégica, ampliando-se as oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse bilateral ou regional (Mercosul e CELAC com a UE). O Relatório destaca que a *Parceria tem contribuído para que Brasil e UE aprofundem as relações políticas, dinamizem os vínculos econômicos e diversifiquem as iniciativas de cooperação e que o relacionamento em nível estratégico pressupõe interlocução intensa e consultas sistemáticas, o que se dá por meio de uma série de encontros entre representantes do governo brasileiro e das instâncias comunitárias.*

Muitas Reuniões de Cúpula, em nível presidencial, e encontros regulares entre altos funcionários, especialistas e técnicos têm ocorrido nos últimos anos. Nesse sentido, assevera o Itamaraty, dada a *diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento, em áreas como paz e segurança, comércio, investimentos, regulação, serviços, energia, sociedade da informação, desenvolvimento sustentável, mudança do clima, educação e cultura.*

Convém destacar, ainda, que, no plano político, Brasil e União Europeia *reconhecem-se como atores de um sistema internacional multipolar e em transformação, e compartilham o compromisso de*



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

fortalecer o multilateralismo, pois entendem ser este *o mecanismo mais eficaz para viabilizar a paz e a cooperação, em âmbito mundial*. A valorização das instâncias democráticas e o respeito aos direitos humanos são, também, princípios basilares da Parceria Estratégica, assinala o Relatório.

Em termos de relações econômico-comerciais, estas *são de imensa relevância para ambos os lados*. Afinal, tomada em seu conjunto, a União Europeia é hoje o maior parceiro comercial do Brasil, à frente dos Estados Unidos da América e da República Popular da China. Entre 2003 e 2013, o intercâmbio comercial mais que triplicou e o bloco detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou na quinta maior fonte de investimentos diretos estrangeiros na União Europeia.

De fato, os laços do Brasil com a União Europeia vão muito além dos vínculos políticos e econômicos. Compreendem estreita cooperação em distintas áreas, como Educação, Ciência e Tecnologia e Segurança. Ademais, o espírito de integração europeu e os valores que fundamentam o bloco também são compartilhados pelos brasileiros.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**RELATÓRIO DE GESTÃO DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL
JUNTO À UNIÃO EUROPEIA
EMBAIXADORA VERA MACHADO**

1 Ainda que circunstâncias políticas e econômicas internas de parte a parte possam ter contribuído para que o potencial da cooperação bilateral não tenha sido plenamente realizado nos últimos três anos, o relacionamento entre o Brasil e a União Europeia (EU) manteve-se em nível condizente com a relevância que ambas as partes atribuem uma à outra.

2. A profunda afinidade de valores que alicerça as densas relações do Brasil com a Europa representa inegável trunfo na condução de nossa agenda com Bruxelas. Tal fica patente em cada contato mantido com interlocutor da União Europeia e reforça a percepção de que se deverá continuar a conferir alta prioridade à Parceria Estratégica com a UE, que, desde seu lançamento, em 2007, propiciou intenso exercício de fortalecimento e diversificação dos canais institucionais de diálogo, de que são mostra, "inter alia", os mais de 30 diálogos setoriais hoje existentes, cobrindo ampla gama de temas políticos e econômico-comerciais.

3. Ao lado das relações bilaterais propriamente ditas, as relações birregionais, quer em sua vertente Mercosul-UE, quer na forma do diálogo entre a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a UE constituem elemento a que também se atribuiu foco especial ao longo da gestão da antiga titular do posto. Enquanto, no primeiro caso, longo processo de tratativas culminou, em maio último, com troca de ofertas iniciais de acesso a mercados entre as partes, no âmbito do exercício CELAC-UE, foi realizada, em junho de 2015, a II Cúpula do foro, a qual contou com a presença da Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff.

4. Em 2013 realizou-se, em 21 de novembro, a XV Reunião da Comissão Mista bilateral, precedida por reunião do Subcomitê de Temas Econômicos e Comerciais. O encontro permitiu proveitoso exercício de avaliação de parte importante dos diálogos setoriais estabelecidos entre o Brasil e a UE, bem como outros aspectos da cooperação bilateral. Confirmou-se, na ocasião, a importância do foro como instância técnica de acompanhamento das iniciativas levadas a cabo no âmbito da cada vez mais diversificada agenda Brasil-UE e, nesse sentido, seu importante papel

como instrumento de preparação das instâncias mais altas de diálogo, em particular das Cúpulas bilaterais.

5.Pouco depois, teve lugar, também em Bruxelas, a III Reunião do Mecanismo de Diálogo Político Brasil-UE em Nível de Altos Funcionários, que propiciou intercâmbio dos mais profícuos não apenas sobre os respectivos quadros regionais e os grandes temas da agenda internacional, mas também sobre questões de natureza bilateral. Nesse contexto, a parte europeia reiterou o interesse da UE em firmar com o Brasil acordo-quadro que permita ao País participar de operações de gerenciamento de crises internas da União Europeia.

Recorde-se que tal ideia tem sido vista com reticência pelo lado brasileiro, em face tanto da prioridade conferida pelo Brasil às missões de paz no âmbito das Nações Unidas, quanto das dificuldades de natureza legal e administrativa que a proposta encerraria.

6.A possibilidade de fortalecimento da ação conjunta na área da segurança cibernética foi discutida na ocasião. Naquele momento, ambas as partes procuravam ainda definir sua resposta às revelações de Edward Snowden sobre a interceptação de comunicações levada a cabo pela NSA. Também naquela oportunidade passava-se a registrar crescente preocupação do lado europeu com os desenvolvimentos na Ucrânia, tema que assumiu particular relevância na definição das prioridades da ação externa da União Europeia no restante da gestão da embaixadora Vera Machado. A crise ucraniana, agravada com a anexação da Crimeia e o conflito no leste do país, tornou-se, então, objeto de crescente atenção da delegação brasileira, que também passou a acompanhar de perto a resultante deterioração das relações entre Bruxelas e Moscou, marcada pela imposição de sanções de parte a parte entre outros desdobramentos.

7.Prevista para realizar-se em abril de 2015, a IV Reunião do Mecanismo teve de ser adiada, por dificuldades de agenda da Secretária-Geral Adjunta do Serviço Europeu de Ação Exterior (SEAE), Helga Schmid. Embora não se tenha podido agendar nova reunião, foram constantes os contatos da antiga titular desta Missão com aquela autoridade do SEAE durante os três anos de sua gestão. Tais contatos invariavelmente contribuíram para uma melhor leitura pelo posto da ação externa da União Europeia nas questões mais candentes da agenda internacional. Dentre estas, cabe ressaltar as tratativas sobre o dossiê nuclear iraniano, em que Schmid esteve diretamente envolvida, além das crises na Síria, no Iraque e

na Líbia, as perspectivas do processo de paz no Oriente Médio e o conflito na Ucrânia, entre outras. A prioridade atribuída por Bruxelas a esses temas refletiu-se na atenção que lhes foi dedicada pela Missão nos últimos três anos. Nesse contexto, cumpre mencionar a realização, em julho de 2013, em Bruxelas, de reuniões dos diálogos bilaterais sobre assuntos de paz e segurança internacionais, sobre temas das Nações Unidas e sobre desarmamento e não proliferação. Nova edição de tais diálogos teve lugar, em Brasília, em abril de 2015.

8. Em 24 de fevereiro de 2014, realizou-se, em Bruxelas, a VII Cúpula bilateral. A Delegação brasileira foi chefiada pela Sra. Presidente da República, enquanto a União Europeia esteve representada pelos então Presidentes do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. O evento propiciou discussão proveitosa sobre questões centrais das agendas bilateral e birregional, bem como a respeito de temas regionais e globais de interesse mútuo. Os debates foram caracterizados por marcado clima de entendimento e evidenciaram coincidências de pontos de vista sobre os caminhos a serem seguidos para o adensamento das relações bilaterais. Até mesmo o tratamento de assuntos de inegável sensibilidade - como foi o caso das consultas entre Brasil e UE na Organização Mundial do Comércio (OMC) referentes a medidas tributárias brasileiras (Inovar-Auto e certos incentivos à Zona Franca de Manaus) - deu-se de forma franca e construtiva e em nada afetou a atmosfera positiva do encontro. A percepção de ambas as partes da importância de fazer avançar as tratativas do acordo de associação entre o Mercosul e a UE deu o tom dos trabalhos de reunião de Cúpula que serviu para atestar a prioridade que os dois lados atribuem à Parceria Estratégica.

9. A Cúpula praticamente coincidiu com o desfecho da Revolução da Maidan, na Ucrânia, e a derrubada do Presidente Viktor Yanukovich, desdobramentos que vieram a se somar a uma sucessão de eventos que já haviam tornado o tema ucraniano "uma questão central da política europeia", conforme definiu Van Rompuy na oportunidade.

10. Com exceção da reunião de atualização do Subcomitê de Temas Econômicos e Comerciais, realizada em junho, verificou-se hiato na sequência de reuniões dos mecanismos de diálogo de alto nível ou de abrangência temática mais ampla ao longo de 2014, período marcado, no contexto da União Europeia, por eleições para o Parlamento Europeu e a

escolha e posse dos novos Presidente da Comissão Europeia, Colégio de Comissários e Presidente do Conselho Europeu. Tais processos foram objeto de extensa informação do posto. O resultado do pleito para o Legislativo da União Europeia, com o crescimento de agremiações céticas em relação à União Europeia (ditas "eurocéticas") em quase todo o continente - à esquerda e à direita do espectro político -, fez crescer a percepção entre os líderes europeus da necessidade de proceder a mudanças no projeto de integração, de modo a torná-lo mais relevante para o cidadão. A surpreendente decisão favorável ao "Brexit" no plebiscito britânico de 23 de junho passado veio reforçar, de maneira dramática, as divergências no âmbito da UE sobre como lidar com os desafios que o bloco tem diante de si, tanto no plano interno - em que a prioridade parece ser agora desestimular efeito dominó da decisão do Reino Unido -, quanto no externo, especialmente em sua vizinhança a leste e a sul. Se são frequentes as indicações de que a decisão britânica exige uma "reação europeia", parece inexistir entendimento comum sobre o que isto implica. Alguns enfatizam a necessidade de avançar o processo integracionista por meio de um "relançamento" ou "refundação", capaz de superar resistências e assegurar vínculos mais profundos. Outros, contudo, por meio de leitura oposta, interpretam o voto britânico não como um convite para novas iniciativas, e sim como uma advertência sobre a necessidade de respeitar os interesses das sociedades e evitar propostas desprovidas de apoio popular.

11. Reuniões dos mecanismos de diálogo bilateral foram retomadas no ano de 2015, com a realização de novo encontro do Subcomitê de Temas Econômicos e Comerciais e da XVI Reunião da Comissão Mista bilateral, em Brasília, em 28 de abril. Esta última possibilitou avaliar o estado final de implementação das ações acordadas no Plano de Ação Conjunta 2012-2014 da Parceria Estratégica, bem como debater as perspectivas para a cooperação futura, tendo em conta o andamento dos diálogos setoriais existentes. A exemplo de edições anteriores, representou exercício amplo de avaliação da cooperação bilateral e, nesse sentido, contribuiu de forma importante para subsidiar a elaboração do Plano de Ação Conjunta 2016-2021, ora em fase final de negociação.

12. Em 9 de junho de 2015, a Alta Representante da UE para Relações Exteriores e Política de Segurança, Federica Mogherini, recebeu o então Ministro de Estado, embaixador Mauro Vieira, para almoço de trabalho na sede do SEAE, à margem da II Cúpula CELAC-UE. O encontro

versou sobre questões das agendas bilateral e birregional, bem como acerca de desenvolvimentos no contexto latino-americano e de desafios globais. Na ocasião, as partes coincidiram quanto à importância das relações bilaterais em suas diversas vertentes e ao caráter estratégico das tratativas sobre o acordo de associação entre o Mercosul e a UE. Ambos concordaram, ainda, em promover o diálogo em temas multilaterais.

13. No final de setembro, o então Ministro de Estado voltou a avistar-se com a Alta Representante, à margem da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Examinaram- se, na ocasião, as perspectivas de troca de ofertas no quadro das negociações de Acordo de Associação entre o Mercosul e a UE, a crise migratória e de refúgio e as situações na Venezuela, na Colômbia e na Palestina. No que toca ao tema migratório, Federica Mogherini elogiou os esforços da população brasileira para receber e integrar as vítimas de conflitos armados. Como marco final das discussões bilaterais ocorridas no período de chefia da embaixadora Vera Barrouin Machado, realizou-se, em junho de 2016, a reunião de atualização do Subcomitê de Temas Econômicos e Comerciais, que, como de praxe, examinou os resultados dos diálogos setoriais econômicos, explorou soluções para entraves às exportações e facilitou o intercâmbio de informações sobre temas técnicos e prioridades políticas.

DIÁLOGO INTERPARLAMENTAR

14. No que toca ao diálogo interparlamentar, o principal desdobramento durante a gestão da embaixadora Vera Barrouin Machado consistiu, inegavelmente, no estabelecimento da Delegação para as Relações com o Brasil no Parlamento Europeu (D-BR). Tratou-se de reconhecimento por parte daquela Casa do aumento do perfil do País na cena internacional, bem como da importância da Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia. Com a decisão, a Delegação para as Relações com os Países do Mercosul deu lugar à Delegação para as Relações com o Mercosul (DEMER). A D-BR iniciou formalmente seus trabalhos em 1º de outubro de 2014. A convite de seu Presidente, o eurodeputado português Paulo Rangel (Grupo do Partido Popular Europeu - PPE), a antiga chefe do posto participou de um bom número de sessões da Delegação, ocasiões em que teve a oportunidade de tratar tanto de temas internos brasileiros, quanto de questões atinentes às relações Brasil-UE e às negociações Mercosul-UE.

Membros da D-BR realizaram missão a Brasília e Belo Horizonte em novembro de 2015, chefiada pelo Deputado Paulo Rangel, ocasião em que foram recebidos pelo então Ministro de Estado.

15. Em 2 de junho último, realizou-se em Brasília o XXIII Fórum Parlamentar Brasil-Europa, de que participaram, do lado do Parlamento Europeu, entre outros, os eurodeputados portugueses Francisco Assis (Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu - S&D) e António Marinho e Pinto (Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa - ALDE, no acrônimo em inglês), respectivamente, Presidente da DEMER e Vice-Presidente da D- BR. O tema do evento foi "Desafios de Formulação de Políticas Comerciais e Sociais frente à Soberania Globalizada". O Fórum reveste-se de particular importância, na medida em que consiste em canal de diálogo interparlamentar com o envolvimento de diversos atores de ambas as partes. Em sua mais recente edição, tomaram parte, além de parlamentares brasileiros e europeus, representantes do Itamaraty, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MICS), do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da Universidade de Brasília (UnB).

16. No dia 16 do mesmo mês, teve lugar, em Bruxelas, a II Reunião Interparlamentar Parlamento Europeu-Brasil. O encontro foi conduzido pelo Presidente do Grupo de Amizade Brasil-UE, Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e pelo eurodeputado António Marinho e Pinto. A delegação de deputados brasileiros, integrada também pelos deputados Pedro Vilela (PSDB/AL), presidente da CREDN da Câmara dos Deputados, Victor Mendes (PSD/MA), Pedro Fernandes (PTB/MA) e Gilberto Nascimento (PSC/SP), manteve, ainda, encontros com o eurodeputado Francisco Assis e com a Diretora-Executiva para as Américas do SEAE, Edita Hrda. A II Reunião Interparlamentar PE-Brasil propiciou oportunidade para discussão franca e direta sobre temas do interesse concreto de ambas as partes e ilustrou a importância do aprofundamento do diálogo entre o Congresso Nacional e o Parlamento Europeu no contexto da Parceria Estratégica Brasil-UE. São patentes os benefícios que o adensamento de tal diálogo traz para as relações bilaterais, conforme também atestaram o XXIII Fórum Parlamentar Brasil-Europa e a missão ao Brasil de eurodeputados da D-BR, acima citados, entre outros eventos recentes. Justifica-se, assim, que se continue a envidar esforços no sentido

de assegurar o estabelecimento de diálogo parlamentar regular e estruturado entre o Brasil e a UE, compromisso, de resto, assumido pelas partes nos Planos de Ação da Parceria Estratégica de 2008 e de 2011, e presente no texto ora em negociação.

17.No âmbito do diálogo parlamentar birregional, em junho de 2015, os Senadores Roberto Requião (PMDB/PR), Lídice da Mata (PSB/BA), Lindbergh Farias (PT/RJ) e Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) e o Deputado Federal Heráclito Fortes (PSB/PI) participaram, em Bruxelas, da 8ª Sessão Plenária Ordinária da Assembleia Euro-Latino-Americana (EuroLat), em cujo âmbito também tiveram lugar o Encontro EuroLat-Sociedade Civil e o Fórum Euro-Latino-Americano da Mulher. Na oportunidade, o Senador Roberto Requião foi eleito copresidente da EuroLat, pela parte latino-americana. No princípio de novembro passado, o eurodeputado espanhol Ramón Jáuregui Atondo (S&D), copresidente pelo lado europeu, realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com parlamentares brasileiros e no Itamaraty, os quais se centraram na discussão das perspectivas de progressos nas negociações do Acordo de Associação entre o Mercosul e a UE.

CELAC-UE

18.Em janeiro de 2013, alguns meses antes do início da gestão da embaixadora Vera Machado, realizou-se, em Santiago do Chile, a primeira Cúpula CELAC-UE, na esteira do início do funcionamento da Comunidade, em dezembro de 2011. A Cúpula de Santiago deu continuidade ao diálogo de alto nível entre as duas regiões, que remonta a 1999, quando os respectivos Chefes de Estado e de Governo se reuniram, no Rio de Janeiro, para "fortalecer os laços de um entendimento político, econômico e cultural entre as duas regiões, a fim de desenvolver uma parceria estratégica".

19.Pouco mais de dois anos depois, em junho de 2015, foi organizada a segunda Cúpula birregional, da qual emanaram a Declaração de Bruxelas e a Declaração Política, espécie de documento síntese sobre a parceria birregional. A Declaração de Bruxelas resultou em texto equilibrado, premido pela necessidade de acomodar as posições de 61 países. Para o Brasil, o exercício negociador revelou-se positivo, na medida em que foi possível introduzir temas de interesse para o País que não

haviam sido inseridos na proposta original europeia. Entre esses temas, vale destacar a importância do fortalecimento do sistema multilateral, a necessidade de conferir equilíbrio aos três pilares do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares - TNP (desarmamento, não proliferação e uso pacífico da energia nuclear) e o compromisso de dar seguimento aos esforços com vistas à plena implementação das reformas do sistema de quotas do FMI. Na Declaração Política, os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a levar a cabo exercício de reflexão sobre o futuro das relações birregionais.

PLANO DE AÇÃO CELAC-UE 2015-2017

20. Nos meses que antecederam a Cúpula de Bruxelas, foram também realizadas negociações para atualizar o conteúdo do Plano de Ação CELAC-UE 2015-2017. Desde o lançamento do instrumento original, em 2010, seu texto não havia passado por processo de revisão. Em cada capítulo, o Plano de Ação procura identificar áreas a serem objeto de troca de experiências e informações, de formação de parcerias ou de programas de cooperação. Ao longo dos anos, algumas matérias incluídas no Plano de Ação deram origem a foros técnicos específicos, a exemplo do Mecanismo de Coordenação e Cooperação em Matéria de Drogas; o Diálogo Abrangente e Estruturado sobre Migrações; e a Iniciativa Conjunta de Pesquisa e Inovação. A partir de 2015, capítulos novos foram incorporados ao Plano de Ação, que passou a ter a seguinte estrutura: 1. Ciência, pesquisa, inovação e tecnologia; 2. Desenvolvimento sustentável; meio ambiente; mudança do clima; biodiversidade; energia; 3. Integração regional e interconectividade para promover a inclusão e coesão social; 4. Migração; 5. Educação e emprego para promover inclusão e coesão social; 6. O Problema Mundial das Drogas; 7. Gênero; 8. Investimentos e empreendedorismo para o desenvolvimento sustentável; 9. Educação Superior; e 10. Segurança cidadã.

21. Nos últimos meses, no âmbito do citado exercício de reflexão, os países da CELAC têm-se dedicado a negociar documento de avaliação sobre os programas e iniciativas do Plano de Ação CELAC-UE 2015-2017, tarefa mandatada pelos Chefes de Estado e de Governo por ocasião da segunda Cúpula birregional. Espera-se que o texto final do documento

figure entre os resultados da próxima reunião ministerial CELAC-UE, a realizar-se em outubro próximo, em Punta Cana, República Dominicana.

- FUNDAÇÃO EULAC

22.Após anos de negociações, o texto do Convênio Constitutivo da Fundação EULAC encontrava-se, em 2015, praticamente fechado, havendo sido, até mesmo, objeto de rubrica da Alta Representante e do MNE do Equador (país que ocupava a Presidência "Pro Tempore" da CELAC) por ocasião da segunda Cúpula CELAC-UE, em junho daquele ano. Discordâncias supervenientes, já superadas, atrasaram o processo negociador. Vislumbra-se, portanto, como forte a possibilidade de que o Convênio seja firmado por ocasião da Reunião de Ministros de Relações Exteriores CELAC-UE, em outubro próximo.

- CÚPULA ACADÊMICA

23.Em junho de 2015, realizou-se, em Bruxelas, no contexto da segunda Cúpula CELAC-UE, a II Reunião de Cúpula Acadêmica birregional. Na oportunidade, buscou-se seguimento às discussões e às ações planejadas na primeira edição do evento, em Santiago do Chile, na qual foi criado o Fórum Acadêmico Permanente América Latina e Caribe - União Europeia (FAP ALC-UE). A Declaração final da II Cúpula Acadêmica registrou, entre outras, proposta de criação de agências de avaliação e de acreditação acadêmica nos âmbitos regional e birregional.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, TEMAS EDUCACIONAIS E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA

24.A cooperação entre o Brasil e a União Europeia nas diversas áreas de ciência e tecnologia, em temas educacionais e de sociedade da informação avançou de forma consistente durante a gestão da embaixadora Vera Machado no posto. Os bons resultados devem-se, em grande medida, aos contatos e entendimentos que puderam ser estabelecidos diretamente entre setores da Comissão Europeia (incluindo a Delegação da UE em Brasília) e diferentes instâncias técnicas do Governo federal. A Missão

envolveu-se diretamente nos eventos organizados em Bruxelas e contribuiu para a fluidez da interlocução entre a Comissão e as autoridades brasileiras. Já a área de cooperação técnica é singular. Desde 2014, com sua graduação pela UE à condição de país industrializado ou de alta renda, o Brasil deixou de ser favorecido por programas bilaterais europeus, embora ainda receba recursos no âmbito de projetos da União Europeia para a América Latina.

25. A cooperação em ciência e tecnologia abrange áreas tão diversas como ciências do mar e pesquisa diversas em segurança alimentar, agricultura sustentável, bioeconomia e fontes de energia renováveis. Destaca-se também a área de fusão nuclear, no quadro do Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Agência Europeia de Energia Atômica (EURATOM), que entrou em vigor no Brasil em abril último. Outro ponto importante é a cooperação entre o MCTI e o "Joint Research Center" (JRC). Desde junho de 2013, os dois órgãos têm organizado profícuos encontros anuais para a avaliação de suas atividades conjuntas, que abrangem áreas como prevenção de desastres e gerenciamento de crises, uso sustentável de recursos naturais, tecnologias de informação e telecomunicações, gestão de recursos hídricos e análise de imagens de satélite. Iniciativa central para o apoio e fomento às diversas iniciativas tem sido o projeto "Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil", coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), pela Delegação da UE em Brasília e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Um dos seus diversos segmentos é, justamente, a área de ciência e tecnologia.

26. A cooperação educacional tem permitido intensa troca de informações e resultou em reuniões de alto nível, como o "Seminário Brasil-União Europeia sobre Mobilidade Acadêmica, Internacionalização e Inovação", em Brasília, em outubro de 2013, e o "Fórum Brasil-União Europeia sobre a Internacionalização da Educação", em Bruxelas, em fevereiro de 2014. Já a cooperação em temas da sociedade da informação tem sido objeto de reuniões bilaterais anuais, que abrangem iniciativas em áreas como computação em nuvem, Internet das Coisas (IoT), segurança cibernética, estratégias de políticas digitais, governança da Internet e redes ópticas. Recentemente, à margem do Congresso Mundial da Telefonia Móvel, realizado em Barcelona, em fevereiro último, o então Ministro das Comunicações, André Figueiredo, e o Comissário europeu de Economia e

Sociedade Digital, Günther Oettinger, firmaram instrumento sobre cooperação em tecnologia 5G.

DIREITOS HUMANOS

27.O respeito aos direitos humanos constitui valor fundamental do bloco, a ser observado pelos Estados-membros e na atuação externa da UE. Com hierarquia semelhante à dos principais Tratados do processo de integração europeu, a Carta dos Direitos Fundamentais elenca os direitos dos cidadãos e residentes na UE. Em que pese o reconhecimento, por parte de entidades afetas ao tema, dos importantes avanços propiciados por medidas da União Europeia no campo dos direitos humanos, critica-se a capacidade da UE de assegurar a observância destes no âmbito das liberdades, segurança e justiça, bem como aponta-se persistente discriminação contra determinados grupos sociais. No plano de sua atuação externa, o bloco adotou diretrizes sobre pena de morte, tortura e outros tratamentos cruéis, proteção de crianças em conflitos armados, proteção de defensores dos direitos humanos, observância do direito internacional humanitário e violência contra mulheres. Os acordos firmados pela UE com terceiros países e organizações regionais contêm cláusulas de defesa da democracia e dos direitos humanos, bem como de sanções e de revogação do instrumento em caso de sua violação. No contexto multilateral, a defesa comunitária dos princípios democráticos, dos direitos humanos e do Estado de Direito nem sempre está revestida de imparcialidade e coerência.

28.De 2013 a 2016, realizaram-se duas edições das Reuniões do Diálogo Brasil-UE sobre Direitos Humanos. O IV Diálogo Brasil-UE sobre Direitos Humanos (Brasília, abril de 2014), contou com a participação do Representante Especial da UE para os Direitos Humanos, Stavros Lambrinidis, e da então Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, e constituiu oportunidade de enumerar as principais ações levadas a cabo na área, bem como de reiterar a disposição em aprofundar o diálogo e a parceria no assunto. A V edição do Diálogo (Brasília, setembro de 2015) abrangeu seminários com a sociedade civil e com o setor empresarial, ambos sobre o tema de empresas e direitos humanos e de defensores de direitos humanos, propostos pela parte europeia, além da reunião bilateral para o intercâmbio de informações

sobre políticas aplicadas, resultados obtidos e áreas de interesse comum para a atuação conjunta nos planos bilateral e multilateral.

29.Houve desenvolvimentos relevantes no que tange ao tratamento das temáticas de gênero, como a participação de seis parlamentares brasileiras na primeira edição do Fórum Global de Mulheres em Parlamentos (Bruxelas, novembro de 2013), a alocução da antiga chefe do posto no Fórum EUROLAT da Mulher (Bruxelas, junho de 2015), e a participação de autoridade brasileira, como oradora, no "Seminário CELAC-UE sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento Econômico da Mulher" (Bruxelas, março de 2016).

30.A UE buscou, no período, aprofundar sua relação com a sociedade civil no Brasil. Nesse contexto, o SEAE formalizou compromisso estratégico com entidades brasileiras, destinado a "melhorar o impacto, a previsibilidade e a visibilidade da ação europeia", bem como ao desenvolvimento de "cooperação mais estruturada e estratégica" com aquele segmento. O documento pretende-se uma resposta a demandas daquelas entidades com "experiência sólida em gestão de fundos de origem privada, pública e estrangeira", com vistas a orientar a cooperação da Delegação da UE em Brasília e dos Estados- membros no Brasil entre 2014 e 2017.

31.Ao longo desse período de consolidação da parceria na promoção e proteção dos direitos humanos, o Brasil e a UE puderam identificar e avançar em áreas de interesse para atuação conjunta, como o direito à privacidade em meio digital, direitos humanos e responsabilidade social corporativa, direitos de pessoas com deficiência, enfrentamento do racismo e da discriminação racial, direitos da população em situação de rua, liberdade de religião e crença e direitos das pessoas LGBTI, proteção de defensores dos direitos humanos e prevenção da tortura.

MIGRAÇÕES

32.Durante a primavera setentrional de 2015 registrou-se grande intensificação do fluxo migratório em direção à UE, tanto pela via do Mar Mediterrâneo Central, a partir da costa líbia, quanto pela rota do Mar Egeu. O recrudescimento da crise migratória e de refugiados colocou a questão no topo da agenda de Bruxelas e, a exemplo da crise ucraniana e seus efeitos na relação com a Rússia, acabou por desviar a atenção do bloco de seus

vínculos com parceiros como o Brasil. As respostas de Bruxelas a tal desafio mereceram ampla atenção do posto até o fim da gestão da embaixadora Vera Barroquin Machado. Nesse contexto, caberá destacar, entre outras iniciativas, o lançamento de operação militar específica de combate aos traficantes de pessoas na Líbia, a decisão comunitária de promover mecanismo de redistribuição e realocação de requerentes de refúgio mediante o estabelecimento de cotas por Estado-membro - medida que se tem revelado de difícil implementação - e a conclusão de acordo com a Turquia para a redução do fluxo de migrantes daquele país, o qual levou à virtual cessação do uso da rota do mar Egeu.

33.Em diferentes instâncias de diálogo bilateral, Brasil e UE promoveram diálogo franco e abrangente sobre temas afetos às migrações e à mobilidade, o que propiciou o aprofundamento do conhecimento mútuo de realidades, limites, expectativas e intenções quanto à cooperação em assunto prioritário para ambas as partes e que ganha crescente visibilidade no contexto global, em suas vertentes política, econômica e humanitária. O interesse da UE em promover o tema migratório no âmbito da relação bilateral com o Brasil fez-se ainda mais concreto quando da apresentação pelo bloco, em maio de 2015, de proposta de Declaração Conjunta sobre Agenda Comum em Matéria de Migração e Mobilidade. A iniciativa se inseriu no âmbito da Abordagem Global da União Europeia de Migração e Mobilidade, adotada em 2012, a partir da percepção da União Europeia da necessidade de levar a cabo política "coerente e global" de migração, na esteira dos acontecimentos da Primavera Árabe e do sul do Mar Mediterrâneo em 2011.

TEMAS SECURITÁRIOS

34. Importante notar que a deterioração do quadro humanitário se deu paralelamente ao recrudescimento da crise de segurança interna, com o temor da ameaça terrorista disseminado após os ataques à redação do jornal Charlie Hebdo e a supermercado Kosher, em Paris, em janeiro de 2015, o qual se viria a agudizar em novembro, com a série de novos ataques perpetrados na capital francesa, coordenados em solo belga, e, meses depois, em março deste ano, com os atentados ao aeroporto internacional e a estação de metrô de Bruxelas.

35.Tais ataques fizeram crescer a percepção de vulnerabilidade no continente, em decorrência da acrescida capacidade de mobilização de nacionais europeus por redes islamistas radicais. O tema alcançou centralidade no debate europeu, tanto no contexto da União Europeia, quanto no âmbito dos Estados-membros. Vistos como ataques aos valores fundamentais europeus, contra a liberdade de expressão e contra a democracia, os atentados motivaram a busca pelas autoridades da UE do fortalecimento da política da União Europeia de contratarrorismo. Nesse quadro, tornavam-se cada vez mais expostas as divergências no plano da União Europeia relacionadas ao equilíbrio entre o fortalecimento do arsenal securitário do bloco e a preservação das liberdades civis, com a crescente pressão em favor de medidas como o estabelecimento de um Registro de Identificação de Passageiros europeu (PNR, na sigla em inglês), o qual acabou por ser aprovado pelo Parlamento Europeu em abril passado, somadas a iniciativas voltadas a fortalecer o controle das fronteiras externas e a ações de combate à radicalização e ao extremismo na internet.

36.Longe de se esgotar nos planos da União Europeia e regional, a questão deverá receber crescente atenção no contexto das relações da UE com o Brasil, conforme deixa patente o interesse manifestado pela EUROPOL, agência europeia responsável por aplicação da lei, em 2014, de firmar acordo estratégico de cooperação policial com o País. O correspondente projeto de decisão do Conselho da UE recebeu a aprovação do Parlamento Europeu em março de 2016 e, tão logo formalmente autorizado pelo Conselho, o instrumento poderá ser proposto à parte brasileira, firmado e ter vigência imediata.

CONJUNTURA MACROECONÔMICA

37.Nos últimos três anos, têm sido complexos os desafios da UE em matéria de política macroeconômica e financeira, ainda que a fase mais aguda da crise de anos antecedentes já tenha sido superada. O maior bloco mundial enfrenta dificuldades para firmar a lenta e modesta recuperação econômica em caminho sustentável, restaurar a confiança dos investidores e preservar a estabilidade do sistema financeiro. Tais desafios deverão continuar no horizonte do bloco pelos próximos anos. A recente decisão popular no Reino Unido de abandonar a UE agravou significativamente o quadro de adversidades, já afetado, desde 2015, pela crise na Grécia e os

riscos de fragmentação do espaço "Schengen" de livre circulação, em decorrência da crise de refugiados e das ameaças de terrorismo.

38.O passivo socioeconômico da crise econômico-financeira ainda é tangível em muitos países, podendo-se comprová-lo no desemprego (10,1% na média da zona do euro, em maio de 2016), no endividamento dos setores público e privado (90,7% na média da zona do euro, no fim de 2015) e na vulnerabilidade de muitos bancos, altamente expostos à inadimplência. A desaceleração dos mercados emergentes e o embargo russo ao setor agrícola são fatores externos adversos ao processo de recuperação e crescimento econômico. Tais circunstâncias somam-se a problemas internos, como o envelhecimento da população europeia, as críticas eurocéticas ao projeto de integração e as diferenças notáveis entre os Estados-membros no tratamento devários assuntos da pauta econômico-financeira, como política fiscal, política monetária e regulamentação dos bancos.

39.A recuperação europeia encontra-se em seu quarto ano consecutivo, movida pela demanda doméstica; contudo, é ainda frágil, mesmo na comparação com outras economias desenvolvidas egressas da crise, como os Estados Unidos. Como consequência desse quadro, a taxa média de desemprego tem decrescido nos últimos três anos, porém em ritmo lento, e ainda há disparidades entre Estados-membros, inclusive entre as maiores economias. Além disso, o índice de inflação, com tendência de queda nos últimos quatro anos, continua em níveis persistentemente baixos (+0,1% nos 12 meses até junho na zona do euro). Essa situação tem representado exigente teste de credibilidade para as autoridades monetárias do continente, em especial o Banco Central Europeu (BCE), no cumprimento de seu mandato de estabilidade de preços. O contexto de baixa inflação, explicável em parte pelos baixos preços do petróleo no mercado internacional, levou o BCE a superar divisões decisórias internas e introduzir série de significativos estímulos monetários, incluindo programa de compras de títulos de dívida pública e privada ("quantitative easing").

40.Segundo analistas, o ativismo do BCE no apoio à recuperação não tem sido, entretanto, complementado a contento por outras políticas econômicas, como a fiscal e as reformas estruturais. A ausência dessa contribuição decisiva encontra diversas explicações, como o fato de essas políticas não estarem plenamente integradas no nível europeu e, portanto, as decisões estarem fragmentadas entre os diversos Governos

(diferentemente da política monetária), a escassez de apoio popular às reformas estruturais e certa descoordenação entre os Estados-membros no processo de consolidação das finanças públicas. Ainda que tenha sido fortalecida a coordenação macroeconômica na UE, entende-se haver espaço para melhoria nos exercícios de monitoramento coletivo.

41. Não obstante os questionamentos ao princípio de 'ever closer Union', alguns projetos de integração e de coordenação econômico-financeira na Europa lograram avançar. Podem ser citados: a harmonização da regulamentação dos bancos e a criação da União Bancária (com o objetivo primordial de reduzir as chances de crises bancárias e mitigar o efeito de contágio das finanças dos bancos para as finanças públicas); a União dos Mercados de Capitais (que visa a diversificar as fontes de financiamento para as empresas e reduzir a alta concentração da intermediação financeira sobre os bancos na Europa); o Plano de Investimentos (com a finalidade de eliminar a insuficiência de investimentos para projetos de infraestrutura, de alto risco e longa maturação); e a cooperação administrativa para fins tributários (voltada a estimular a transparência e anular as práticas agressivas adotadas por multinacionais para minimizar seu passivo de impostos).

42. No âmbito das relações bilaterais, o Diálogo sobre Questões Macroeconômicas e o Diálogo sobre Serviços Financeiros foram realizados, pela última vez, em 2013, no Brasil. Caberia, como perspectiva de futuro, seguir trabalhando junto ao lado europeu, a quem caberia, em princípio, sediar as próximas edições, de modo a retomar o processo, preferencialmente antes da próxima reunião da Comissão Mista Brasil-UE.

43. Além das instituições principais da UE, sediadas em Bruxelas, como a Comissão Europeia, a Missão também procurou estabelecer ou aprofundar contatos com organismos econômicos e financeiros vinculados ao bloco, tais como o Banco Europeu de Investimentos (BEI), sediado em Luxemburgo, e o BCE, sediado em Frankfurt. O BCE e o Banco Central do Brasil assinaram, em abril de 2016, memorando de entendimento sobre cooperação. Quanto ao BEI, o Brasil figura como o principal beneficiário de financiamento extrarregional do Banco na região da América Latina, mas, diferentemente dos outros países dos BRICS, não conta, em seu território, com escritório regional da instituição europeia, tema que poderia merecer trabalho futuro.

COMÉRCIO

44.Nos últimos anos, a corrente comercial entre o Brasil e a União Europeia refletiu a tendência mundial de desaceleração do comércio exterior, bem como as conjunturas econômicas desafiadoras enfrentadas por ambos os parceiros e também algumas decisões específicas, como a reforma do Sistema Geral de Preferências comerciais da UE, em 2014, que excluiu da lista de países beneficiários aqueles que - como o Brasil - são classificados pelo Banco Mundial como de renda média alta ou renda alta. Após alcançar quase 100 bilhões de dólares em 2011, a corrente bilateral vem caindo nos últimos anos e somou 70,6 bilhões de dólares em 2015, sendo 33,9 bilhões correspondentes a exportações brasileiras e 36,6 bilhões a importações (dados do MDIC). Nos cinco primeiros meses deste ano, a queda mais pronunciada em suas importações vem levando o Brasil a retomar sua tradicional posição superavitária. Durante a gestão da embaixadora Vera Machado, o marco principal na área comercial foi a exitosa retomada das negociações comerciais correspondentes ao Acordo de Associação Mercosul-UE, por meio de troca de ofertas iniciais de acesso a mercados, realizada em 11 de maio do corrente, a primeira troca ocorrida desde 2004. A troca foi estimulada por contatos em nível de negociadores, realizados em 2014 e 2015, e por encontros políticos, como a Reunião Ministerial Mercosul-UE, mantida à margem da II Cúpula CELAC-UE, em junho do ano passado. Com vistas à confirmação da troca, a embaixadora Vera Machado realizou diversas gestões junto a representantes da Comissão Europeia (Direção-Geral de Comércio e Direção-Geral de Agricultura), do Serviço Europeu de Ação Exterior, do Parlamento Europeu e das delegações dos Estados membros da UE nesta capital.

Houve ainda gestões junto ao setor privado, com o intuito de contrabalançar as pressões do setor agrícola europeu, e também um esforço de coordenação frequente com as Missões dos demais países do Mercosul em Bruxelas. A continuidade das negociações será um dos principais desafios futuros da Missão do Brasil junto à União Europeia, tendo em vista, sobretudo, as reações de alguns produtores europeus à competitividade do agronegócio brasileiro.

45.Em marco mais amplo, esta Missão vem acompanhando a evolução da política comercial da União Europeia, tanto em suas formulações conceituais, de que serve como exemplo a nova estratégia

comercial da Comissão Europeia, "Trade for All", lançada em outubro de 2015, quanto nas negociações mantidas pela UE com terceiros países. Neste último caso, o destaque, devido ao seu potencial impacto global, corresponde às tratativas da Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimentos (TTIP) com os EUA, mas outros processos foram também informados e analisados de modo contínuo, servindo como exemplos os acordos concluídos recentemente com Canadá, Vietnã e Cingapura, as discussões sobre a atualização dos instrumentos já celebrados com o México e o Chile e a proposta de futuras negociações com a Austrália e a Nova Zelândia. Cabe destacar, nesses exercícios, o modo como a Comissão busca consolidar um novo modelo de acordo comercial, caracterizado por recorte temático abrangente e defesa de concessões simétricas de acesso, independentemente do nível de desenvolvimento das partes contratantes. Esta nova orientação poderá influenciar a postura europeia nas negociações com o Mercosul.

46. Para além das negociações bilaterais ou birregionais, mereceram acompanhamento do posto o posicionamento europeu em negociações multilaterais, como a Rodada de Doha e o Pacote de Bali da OMC, bem como, dentro das atribuições específicas da Missão, temas como o painel iniciado pela UE, na OMC, sobre medidas tributárias brasileiras. Outra área focada pelo setor econômico do posto foi a de defesa comercial. Procurou-se aportar celeridade ao intercâmbio de notificações sobre abertura e demais fases do processo de investigações antidumping da Comissão Europeia contra produtos brasileiros. No caso específico da investigação para revisão de final de período das medidas antidumping contra as importações de lâminas de alumínio provenientes do Brasil, foi realizada gestão junto à Comissão Europeia e foi mantido contato estreito com o escritório de advocacia que defendeu a indústria brasileira de alumínio. O resultado da investigação foi positivo para o Brasil, ao encerrar a imposição de medidas contra o produto brasileiro. Atualmente, estão em curso investigações antidumping contra certos óxidos de manganês e certos produtos de ferro e aço planos laminados a quente, que poderão afetar o Brasil e são objeto, novamente, de monitoramento pela Missão.

47. Ainda no campo da defesa comercial, este posto vem informando sobre os instrumentos à disposição da Comissão Europeia e a discussão em curso na UE sobre sua eventual reforma, de modo a assegurar maior rapidez e eficácia, particularmente relevantes para a indústria siderúrgica,

em contexto de crescimento dos excedentes globais de produção. Acompanhou-se o debate legislativo sobre o tema iniciado em 2013 e ainda em curso. Neste contexto de exame dos instrumentos de defesa comercial disponíveis e de crescimento dos excedentes da produção de aço, a Missão acompanha e informa sobre o acirrado debate, na UE, referente ao eventual reconhecimento da China como economia de mercado, para efeitos de investigações antidumping.

48. Vale comentar a atuação do posto no Subcomitê Brasil-UE de Temas Econômicos e Comerciais, instrumento da Parceria Estratégica bilateral. Seja por meio de participação ativa durante as reuniões que aconteceram nesta capital, seja por meio do envio de subsídios para as reuniões realizadas em Brasília, a Missão colaborou para aperfeiçoar o Subcomitê como instância para a solução de questões comerciais, bem como para a identificação de novas oportunidades de trabalho conjunto.

49. Tem sede na jurisdição do posto a Organização Mundial de Aduanas (OMA), entidade que define os padrões aduaneiros globais, com o intuito de estimular o comércio e combater atividades fraudulentas. Sem descuidar de suas tarefas técnicas tradicionais, a OMA vem incorporando à sua agenda a discussão de novos temas, como o comércio eletrônico e o terrorismo. Ademais, a organização vem se aprimorando, por demanda dos membros, no papel de fortalecimento de capacidades, o que poderá ser importante para a implementação eficaz do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC. A Missão do Brasil junto à União Europeia participou ativamente das sessões, representando o Brasil ou assessorando delegações da Receita Federal em encontros do Conselho de Cooperação (órgão plenário da OMA), Comissão de Política, Comitê de Auditoria e Grupo sobre Contrafação e Pirataria. Diplomatas da Missão participaram, também, das frequentes reuniões dos representantes aduaneiros dos BRICS baseados em Bruxelas, para o intercâmbio de opiniões e coordenação de posições sobre os temas da OMA.

50. No período em que a embaixadora Vera Machado esteve à frente do posto, o candidato brasileiro Ernani Checcucci, então Subsecretário de Aduanas e Relações Internacionais da Receita Federal, foi eleito para mandato de cinco anos (2016-2020) à frente da Diretoria de Fortalecimento de Capacidades da OMA, com forte apoio do Itamaraty e desta Missão, por meio de gestões junto a todos os membros da organização. A embaixadora engajou-se pessoalmente nesse pleito, podendo testemunhar, ao longo da

sessão plenária durante a qual ocorreu a eleição, o alto conceito de que goza o Brasil no seio da OMA. Cabe assinalar que a preservação de tal quadro favorável exige, entre outros elementos, a continuidade dos pagamentos das contribuições ordinárias à organização.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

51.Nos últimos três anos, a UE continuou proativa na área de propriedade intelectual (PI). As iniciativas legislativas adotadas pelo bloco, nesse período, incluem a reforma do sistema de marcas, o aprimoramento do sistema de gestão coletiva de direitos autorais, a regulamentação do serviço de licenciamento de obras musicais 'online' e a proteção de informações confidenciais com valor comercial das empresas. Além disso, a Comissão vislumbra possíveis leis para harmonizar a proteção de indicações geográficas de produtos não agrícolas e modernizar o sistema de direitos autorais. O novo projeto da "patente unitária", adotado em 2012, ainda não entrou em vigor, por insuficiência de ratificações. A decisão britânica de abandonar a UE deverá atrasar o cronograma da patente unitária, uma vez que o Reino Unido era um dos atores centrais da iniciativa.

52.Como parte de sua estratégica internacional, a Comissão Europeia publicou, em julho de 2015, relatório bienal sobre o grau de proteção de PI em terceiras jurisdições. A China, apontada como a principal origem de produtos falsificados no mundo, e a Índia continuam sendo a principal fonte de preocupações para o bloco. O Brasil permaneceu com sua posição inalterada na categoria 3 de prioridade, atrás da China (categoria 1), Índia, Argentina, Rússia e Turquia (categoria 2) e junto com outros onze países (incluídos o Canadá, os Estados Unidos e países latino-americanos, como Equador e México).

53.Na vertente bilateral, o Brasil continua mantendo discussões construtivas sobre PI com a UE, no marco do Diálogo informal anual. Esta Missão tem buscado contribuir com o objetivo brasileiro de assegurar equilíbrio aos debates. O posto também realizou numerosas gestões junto às instituições da UE sobre a nova legislação europeia de marcas, para ressaltar a importância de preservar o trânsito de mercadorias legítimas, sobretudo medicamentos, pelo território da UE. Nos últimos dois anos, a Missão também manteve interlocução fluida sobre o tema com a

Organização "Médicos sem Fronteiras", entidade diretamente interessada no acesso de países em desenvolvimento a medicamentos de baixo custo.

54.Na vertente multilateral, esta Missão tem representado o Brasil no Grupo sobre Contrafação e Pirataria da Organização Mundial de Aduanas (Grupo CAP/OMA), trabalhando para fortalecer o intercâmbio de experiências entre autoridades aduaneiras. Serve como exemplo adicional da atuação do posto na agenda de combate à contrafação e à pirataria da OMA a participação na divulgação de resultados da Operação "Gol 14", ocorrida no País e em vizinhos latino-americanos, no contexto da Copa do Mundo de Futebol, e que resultou na apreensão aduaneira de milhares de mercadorias falsificadas.

AGRICULTURA

55.Entre 2013 e 2016, o Brasil manteve-se como principal fornecedor de produtos agrícolas e alimentícios para a UE, com parcela de mercado variando entre 11,5% e 13%. Nesse período, o agronegócio respondeu, em média, por aproximadamente 50% das exportações totais do Brasil para a UE, tendo o país obtido sempre saldos consideráveis no comércio bilateral de produtos agrícolas. Em 2015, as exportações brasileiras de produto agrícolas para a UE chegaram a US\$ 18,2 bilhões, com saldo de US\$ 15,7 bilhões nesse setor.

56.Tais dados têm como reflexo acentuada sensibilidade do setor agrícola europeu com relação à produção brasileira, vista como extremamente competitiva em setores especialmente sensíveis da agricultura europeia, como os de carnes e açúcar. Isto afeta as condições de acesso dos produtos brasileiros ao mercado europeu. Os anseios dos agricultores europeus, frise-se, passam por recrudescimento no momento atual, por conta de seu entendimento, reiteradamente divulgado, de que o setor estaria passando por uma conjuntura de crise, cujos efeitos, consubstanciados principalmente na redução dos preços recebidos pelos produtores, são atribuídos ao impacto cumulativo do embargo russo sobre exportações europeias de produtos agrícolas e alimentícios e da entrada em vigor de medidas específicas com caráter liberalizante no âmbito da última reforma da Política Agrícola Comum (PAC), concluída em 2013.

57.Foi profícuo o relacionamento bilateral na área agrícola durante esses últimos três anos. Observou-se significativo estreitamento dos

contatos no nível técnico entre os dois lados, com a realização, em Bruxelas, da IV e da V reuniões do Mecanismo de Consultas em Questões Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), em junho de 2014 e outubro de 2015, respectivamente, e a II reunião do Diálogo em Agricultura, também em outubro de 2015. Com o importante estímulo da visita da então Ministra Kátia Abreu a Bruxelas, em maio de 2015, foi ainda inaugurada nova dinâmica nas relações bilaterais em temas SPS. Entre 2013 e 2016, garantiram-se avanços para o acesso dos produtos agrícolas brasileiros ao mercado europeu, entre os quais: a habilitação de novas áreas para a exportação de carne bovina termoprocessada e "in natura"; a exclusão do limão "tahiti" ("Citrus latifolia Tanaka"), principal fruta cítrica exportada pelo Brasil para a UE, das medidas emergenciais de importação de cítricos com relação à doença da "pinta preta"; a revisão da regionalização aplicada ao Brasil para o trânsito de equídeos com relação ao mormo, de modo a permitir a participação dos cavalos europeus nas competições equestres dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos deste ano; e a aprovação da soja geneticamente modificada "Cultivance", desenvolvida, em conjunto, pela Embrapa e pela multinacional do setor químico BASF, para uso em alimentos e rações.

58. Pleitos importantes do lado brasileiro, contudo, permanecem pendentes de resolução, como o interesse na abertura do mercado europeu para exportações brasileiras de carne suína, cuja efetivação esbarra na proibição, pela UE, da utilização da substância beta-agonista ractopamina. Diante da estrutura tarifária do bloco europeu, contudo, vale registrar que ampliação expressiva das vendas brasileiras dependeria, principalmente, de ações que se desdobram no plano das negociações comerciais multilaterais ou entre o Mercosul e a UE. Outro aspecto que deverá continuar a ser acompanhado com atenção nos próximos anos, em razão de seu potencial de impacto sobre o comércio de produtos agrícolas, refere-se aos desdobramentos de regulamentos da União Europeia sobre a aplicação de certas tecnologias e práticas à produção agrícola, tal como nos casos de organismos geneticamente modificados, pesticidas e clonagem animal, por exemplo.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

59.O tema do desenvolvimento sustentável tem sido objeto de crescente interesse, não apenas das instituições da União Europeia, mas também da sociedade civil, do mundo acadêmico e da esfera empresarial. Nota-se sua crescente aproximação às agendas de comércio, segurança e ciência e tecnologia do bloco. Dessa forma, o tratamento da União Europeia da matéria tem se tornado cada vez mais transversal.

60.Certas iniciativas da União Europeia na área de desenvolvimento sustentável demandam especial atenção do Brasil. Serve como exemplo o Regulamento sobre Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Químicos (REACH, na sigla em inglês), em vigor desde 2007, que tem atraído preocupação de terceiros países, uma vez que poderia afetar severamente produção e comércio de uma vasta gama de mercadorias. Em linhas gerais, o REACH representa um sistema de normatização da produção, comercialização e uso de substâncias químicas, produzidas na UE ou importadas, por razão de seus possíveis impactos sobre o meio ambiente e a saúde humana. Tendo em vista que a UE concentra o 2º maior mercado e a maior indústria química mundial, o sistema REACH afeta interesses globais nos âmbitos comercial, legal, tecnológico, ambiental e de saúde pública. A Missão manteve contato constante com representantes da Direção-Geral de Meio Ambiente da Comissão Europeia, com vistas a expressar a perspectiva brasileira e acompanhar o calendário de implementação da iniciativa. Participou, ainda, de eventos organizados pela Critical Raw Materials Alliance, que congrega empresas, potencialmente afetadas pelo REACH, sediadas em diversos países. Nesses eventos, realizados no Parlamento Europeu, a Missão pode não apenas acompanhar as discussões entre as autoridades europeias e representantes do setor privado, mas também expressar as preocupações brasileiras quanto ao tema.

61.A principal iniciativa do relacionamento Brasil-UE no âmbito de meio ambiente e desenvolvimento sustentável é o Diálogo de Alto Nível sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável. O mecanismo constitui importante ferramenta para troca de informações e debate de temas relevantes da agenda internacional. Sua última reunião ocorreu em janeiro de 2014, em Brasília.

62. As políticas da União Europeia para o setor de energia são orientadas por três objetivos principais: garantir a segurança energética, o que implica ações intra e extra-bloco para assegurar suprimento contínuo e confiável; buscar ganhos de competitividade, por meio da redução de custos; e alavancar a sustentabilidade, pela redução da emissão de gases de efeito estufa e menor dependência de combustíveis fósseis. Os desafios para a consecução de tais prioridades, porém, são significativos. Pouco mais da metade da necessidade europeia de energia é suprida por fontes externas. A dependência europeia de importações de energia aumentará até 2030, chegando a 56,4%, de acordo com estimativas da Comissão Europeia. O principal fornecedor externo é a Rússia, responsável por 41% das importações de gás e 33% das importações de petróleo da UE (calculadas por valor), o que acentua o desafio da União Europeia, tendo em vista os irritantes no relacionamento do bloco com o referido país. Além disso, cabe registrar a dificuldade, por razões técnicas e políticas, de integrar as redes físicas europeias de distribuição, o que gera fragmentação no mercado da União Europeia de energia.

63. Entre as diversas iniciativas recentes empreendidas para atingir os objetivos traçados pela UE, a União Energética constitui a mais ambiciosa e abrangente. A União Energética representa, essencialmente, um guarda-chuva para diferentes iniciativas já existentes e/ou planejadas. Em termos políticos e normativos, pode-se afirmar que todas as suas cinco dimensões - segurança energética, solidariedade e confiança, mercado interno, eficiência energética e descarbonização da economia - já foram exploradas em outros dispositivos. Mas, em termos práticos, pode-se igualmente afirmar que a União Energética considera novos elementos concretos, como, por exemplo, a centralização de governança do mercado de energia europeu.

64. O Brasil é constantemente mencionado pela Comissão como parceiro estratégico nas ações de cooperação internacional no setor. A entidade também confere prioridade ao incremento do diálogo com o Brasil em temas como inovação e pesquisa de tecnologias de produção de energia sustentável, inclusive biocombustíveis, regulação de mercados e eficiência energética. A cooperação bilateral no setor de energia decorre, em particular, de iniciativas gestadas nos encontros de alto nível e no âmbito do Diálogo Regular sobre Política Energética entre o Brasil e a UE, cujo último encontro foi realizado em fevereiro de 2014. Tema de especial

interesse para o Brasil, no âmbito do relacionamento bilateral, decorre da diretiva comunitária que estabelece os critérios para a celebração de acordos bilaterais de sustentabilidade para biocombustíveis com terceiros países. Nesse contexto, a percepção brasileira é de que a produção de etanol no Brasil logra o mesmo resultado de sustentabilidade da produção europeia, o que permitiria, portanto, a assinatura de acordo de equivalência de critérios de sustentabilidade. No entanto, a UE apresenta resistência em avançar no tema. Ainda na esfera das energias renováveis, estão em curso, nas instituições da União Europeia, discussões referentes à revisão da diretiva sobre fontes renováveis, que estabelecerá novos objetivos do bloco para o período pós-2020. Este processo é altamente relevante para os interesses brasileiros, o que justifica esforço constante de acompanhamento por parte deste posto.

65.Cabe destacar, ainda, que o processo de construção da usina de Belo Monte foi objeto de grande interesse, de maneira geral com viés negativo, por parte das autoridades da União Europeia, bem como de ONGs e da opinião pública europeia. Nesse contexto, a Missão desempenhou papel ativo no sentido de esclarecer a importância estratégica de Belo Monte para o desenvolvimento do Brasil, bem como para apresentar as iniciativas de proteção ambiental e social associadas ao projeto.

66.Em matéria de mudança do clima, a UE tem pautado sua atuação pela defesa de um regime multilateral "verdadeiramente global e eficaz", o que implica, em sua visão, compromissos legalmente vinculantes de mitigação para países desenvolvidos e países em desenvolvimento; maior convergência dos compromissos de mitigação dos países desenvolvidos e dos grandes países em desenvolvimento; e avaliação de adequação do esforço global, de modo a assegurar o cumprimento do objetivo de manter o aquecimento global abaixo de dois graus centígrados. Nas negociações da UNFCCC, que culminaram no Acordo de Paris, a UE orientou-se pela perspectiva de se alcançar um instrumento legalmente vinculante e de aplicação global. Apresentou proposta ambiciosa de contribuição nacionalmente determinada (INDC), cujo elemento central é o compromisso de redução das emissões de gases de efeito estufa em 40% até 2030, frente ao patamar de 1990. A UE participouativamente da COP 21, inclusive por meio de entendimentos com o Brasil, o que contribuiu para elevar o nível de ambição das negociações. 67.No plano das relações

bilaterais, o Diálogo de Alto Nível Brasil-UE sobre Mudança do Clima, realizado pela última vez em 2014 com uma atualização informal em 2015, tem se apresentado como importante mecanismo de troca de informações, esclarecimentos e aproximação entre as partes. Os contatos entre Brasil e UE têm sido um importante fator para o progresso das negociações no âmbito da UNFCCC. Adicionalmente, o diálogo oferece espaço para abordar temas específicos de interesse nacional, como o potencial dos biocombustíveis para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa no setor de transportes.

OUTROS TEMAS ECONÔMICOS

68. Em 2015, o Brasil foi o oitavo maior importador de serviços da União Europeia (14,0 bi, 1,5%) e o nono maior exportador para a UE (8,9 bi, 1,3%). O setor de serviços é responsável por cerca de 75% do PIB europeu e de 68% do brasileiro. O posto tem acompanhado a participação da União Europeia no processo plurilateral de negociação do Acordo sobre Comércio de Serviços (TISA), bem como o tratamento de serviços nos acordos comerciais do bloco europeu.

69. A União Europeia é o maior investidor externo no Brasil e o principal destino dos investimentos brasileiros. O estoque de investimentos estrangeiros diretos (IED) da UE no Brasil era, no final de 2014, de 343,6 bilhões de euros, sendo o país o terceiro maior receptor de recursos da UE. Os setores que mais receberam investimentos foram: extração de petróleo e gás natural; metalurgia; agricultura, pecuária e extrativismo mineral; produtos alimentícios; produtos químicos; veículos automotores; telecomunicações; serviços financeiros; e planos de saúde. O estoque de IED do Brasil na União Europeia era, por sua vez, de 113,6 bilhões de euros no fim de 2014, sendo o país o quinto maior investidor no continente europeu. Os investimentos brasileiros na UE cobrem ampla gama de setores, como: siderurgia; cimento e construção; mineração; máquinas e equipamentos; automotivo; petróleo; petroquímico; açúcar e álcool; produtos alimentícios; serviços financeiros; software; e aviação.

70. A Comissão Europeia prioriza ganhos de acesso em compras governamentais, por entender que, atualmente, apenas um quarto do mercado mundial de contratos estaria aberto à concorrência internacional.

Brasil e União Europeia iniciaram discussões sobre formas de estabelecer contatos mais regulares sobre a matéria.

71. Brasil e UE retomaram recentemente a cooperação no setor de transportes aéreos. Em dezembro de 2015, foi publicado, no Diário Oficial da União, o Acordo sobre Segurança da Aviação Civil entre o Brasil e a União Europeia, firmado em julho de 2010. Na área de transportes, cabe registrar também a realização, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em março do corrente, de missão técnica a Bruxelas, focada em troca de experiências nos setores de transporte ferroviário e corredores logísticos multimodais.

72. Na área de relações empresariais, criou-se, em 2014, por ocasião da VI Cúpula Brasil-União Europeia, com participação pública e privada, o Grupo de Trabalho 'Ad Hoc' sobre Temas Econômicos, com ênfase em Investimentos e Competitividade. Outras iniciativas, como o diálogo sobre pequenas e médias empresas (PMEs), o projeto bilateral de cooperação e internacionalização de "clusters" e o programa "Connect", voltado para o intercâmbio de empreendedores entre Brasil e União Europeia, geraram resultados, mas sofreram também o efeito de fatores como, em alguns casos, a falta de financiamento por parte do lado brasileiro.

73. Dentre as atividades organizadas conjuntamente na área de defesa da concorrência, destacam-se as discussões de cunho técnico sobre cumprimento de regras de competição econômica, consideradas prioritárias pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); o intercâmbio, entre o CADE e a Direção-Geral de Concorrência da Comissão Europeia, de informações sobre desafios específicos nessa área; e os seminários sobre Defesa da Concorrência e Cooperação Internacional, desenvolvidos no âmbito do diálogo sobre cooperação administrativa em matéria de concorrência, cuja segunda edição foi realizada em maio de 2014.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 75, DE 2016

(nº 403/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



Página da matéria

Mensagem nº 403

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

Os méritos do Senhor Everton Vieira Vargas que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de julho de 2016.

ESTE DOCUMENTO NÃO FAZ PARTE DO PROCESSO

Aviso nº 459 - C. Civil.

Em 14 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EVERTON VIEIRA VARGAS

CPF.: 249.887.070-91

ID.: 6538 MRE

1955 Filho de João Domingos da Luz Vargas e Iná Vieira Vargas, nasce em 23 de janeiro, em Santo Ângelo/RS

Dados Acadêmicos:

- 1976 CPCD - IRBR
- 1977 Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal
- 1982 CAD - IRBR
- 1983 Master of Arts in International Relations, Boston University/EUA
- 1994 CAE - IRBR, Parceria Global? As Alterações Climáticas e a Questão do Desenvolvimento
- 2001 Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF

Cargos:

- 1977 Terceiro-Secretário
- 1979 Segundo-Secretário
- 1985 Primeiro-Secretário, por merecimento
- 1991 Conselheiro, por merecimento
- 1997 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
- 2005 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

- 1977-81 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
- 1981-85 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário
- 1985-88 Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente e chefe, substituto
- 1988 Instituto Rio Branco, Professor de Estudos Brasileiros para Estrangeiros
- 1988-92 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro-Secretário e Conselheiro
- 1992-95 Embaixada em Tóquio, Conselheiro
- 1993 V Conferência das Partes da Convenção Ramsar, Kushiro, Japão, Chefe da delegação
- 1993 XIV Sessão do Conselho Internacional sobre Madeiras Tropicais e Sessão Especial para Negociação do Acordo Sucessor do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais de 1983, Iocoama, Japão, Chefe da delegação
- 1995-98 Secretaria-Geral, Coordenador-Geral da Cúpula das Américas
- 1998-2001 Divisão do Meio Ambiente, Chefe
- 1998-2000 II, III e IV Sessão do Foro Intergovernamental de Florestas das Nações Unidas, Genebra e Nova York, Chefe da delegação
- 1999 V Conferência das Partes da Convenção da Basílica sobre Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, Basílica, Chefe de delegação
- 2000 XIII Sessão do Órgão de Assessoramento Científico e Técnico e do Órgão de Assessoramento para Implementação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Lyon, Chefe da delegação
- 2000 Sessão Final do Comitê Intergovernamental Negociador da Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), Joanesburgo, África do Sul, Chefe da delegação
- 2000 V Conferência das Partes da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e XII Reunião das Partes do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, Ouagadougou, Burkina Faso, Chefe da delegação
- 2001 Comissão Interministerial Preparatória da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002), Secretário-Executivo
- 2001 Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, Representante Titular do MRE

2001	Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor-Geral
2002-07	Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática
2003	Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima, Representante titular do MRE
2003-2005	VII e VIII Reunião Operativa da Agenda Comum Brasil- Estados Unidos sobre Meio Ambiente, Brasília e Washington, Chefe da delegação (2003 e 2005)
2004	Reunião do GT Brasil-Argentina sobre Cooperação Espacial, Buenos Aires, Chefe da delegação
2005-07	Secretaria-Geral, Assessor Especial e Chefe de Gabinete
2006	Reunião Brasil-Rússia para negociação do Acordo de Proteção Mútua de Tecnologia, Moscou, Chefe da Delegação.
2007-09	Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretário-Geral
2008	Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil-Ucrânia, Kiev, Chefe de Delegação
2009-13	Embaixada em Berlim, Embaixador
2013-	Embaixada em Buenos Aires, Embaixador

Condecorações:

1997	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1999	Medalha do Pacificador, Brasil
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2008	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2008	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial
2008	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2012	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial
2013	Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha, Grã-Cruz

Publicações:

1997	Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL, in Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 40, No.1
2002	A atuação diplomática do Brasil e a mudança do clima. in PHILIPPI JR, Arlindo et allii (editores) Meio Ambiente, Direito e Cidadania. São Paulo: Universidade de São Paulo;Signus Editora
2003	The Basel Liability Protocol on Liability and Compensation for Damage Resulting from Transboundary Movements of Hazardous Wastes and Their Disposal. in YIEL Vol.12, Oxford:OUP. (Co-autoria com Guido Soares)
2005	A Sustentabilidade Como Valor. In Batista, Eleizer; Cavalcanti, Roberto B.; Fujihara, Marco Antônio. Os Caminhos da Sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Terra das Artes Editora, 2005.
2006	A Construção Recente do Direito Internacional do Meio Ambiente:uma visão brasileira. In Nasser, Salem Hikmat; Rey, Fernando. Direito Internacional do Meio Ambiente.São Paulo: Atlas, 2006.
2006	Global Challenges and the Shaping of International Law. In Caldeira Brant, Leonardo Nemer (coordenador). Anuário Brasileiro de Direito Internacional. v.1, nº.1, 2006. Belo Horizonte: CEDIN, 2006
2007	O Legado do Discurso: brasiliade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
2007	A Biodiversidade como Recurso Estratégico: uma reflexão do ângulo da política externa. Rio de Janeiro: CEBRI, Volume 2, Ano 6, 2007. (em co-autoria com Adriana Sader Tescari)
2013	Brasilien und Deutschland: Partner auf Augenhöhe, In Fritz, Erich G. (hrsg) Brasilien: Auf dem Sprung zur Weltwirtschaftsmacht? Oberhausen: Athen, 2013
2014	Argentina y America del Sur en la Inserción Internacional del Brasil. Revista Gestar, Ano 4, No. 13, Buenos Aires, 2014.

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa III

UNIÃO EUROPEIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA	
PAÍSES MEMBROS:	Alemanha; Áustria; Bélgica; Bulgária; Chipre; Croácia; Dinamarca; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Estônia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Polônia; Portugal; Reino Unido; República Tcheca; Romênia; e Suécia

PRINCIPAIS ÓRGÃOS:	Conselho Europeu (Chefs de Estado e de Governo); Conselho de ministros (com várias formações); Parlamento Europeu; Comissão Europeia; Corte Europeia de Justiça
SEDE PRINCIPAL:	Bruxelas
ÁREA:	4.463.600 km ²
POPULAÇÃO (Eurostat, 2015):	508,4 milhões
PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU:	Donald Tusk (Polônia)
PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA (CE):	Jean-Claude Juncker (Luxemburgo)
ALTA REPRESENTANTE PARA OS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A POLÍTICA DE SEGURANÇA:	Federica Mogherini (Itália)
PRESIDÊNCIA DE TURNO DO CONSELHO DA UE:	Países Baixos (Primeiro-Ministro Mark Rutte), até 30/6/2016
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 16,220 trilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 19,205 trilhões
PIB PER CAPITA (2015)	US\$ 31.968,93
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 37.852,24
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	1,986% (2015); 1,445% (2014); 0,279% (2013)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	Maior: Noruega – 0,944 - 1º no ranking Menor: Bulgária – 0,782 – 59º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	80,6 anos
ALFABETIZAÇÃO (2014):	99,75%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):	9,4%
UNIDADES MONETÁRIAS:	euro, coroa dinamarquesa, coroa tcheca, coroa sueca, florim húngaro, leu romeno, kuna croata, lev búlgaro, libra esterlina, zloty polonês
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	João Gomes Cravinho

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ bilhões FOB) - Fonte: MDIC

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	51,35	67,31	82,79	63,43	82,48	99,63	96,82	98,52	88,77	70,59
Exportações	31,13	40,57	46,60	34,19	43,32	53,17	49,10	47,77	42,05	33,95
Importações	20,21	26,74	36,19	29,24	39,15	46,46	47,72	50,75	46,72	36,65
Saldo	10,92	13,83	10,40	4,95	4,17	6,71	1,39	-2,98	-4,67	-2,70

Informação elaborada em 01/junho/2016.

PERFIS BIOGRÁFICOS
Donald Tusk
Presidente do Conselho Europeu



Nasceu em Gdańsk, Polônia, em 22/4/1957. Graduou-se em História pela Universidade de Varsóvia em 1980. Na universidade, ajudou a fundar o Comitê Estudantil do Solidarność (Solidariedade) e, mais tarde, a União Independente dos Estudantes, diretamente afiliada àquele sindicato. Impedido de ingressar no serviço público, trabalhou por sete anos em uma cooperativa em Swietlik. Fundou o partido Congresso Liberal Democrática (KLD) em 1991. Foi eleito Senador em 1997. Tornou-se líder da oposição na Câmara Baixa em 2001. Derrotado nas eleições presidenciais de 2005, saiu vitorioso das eleições legislativas dois anos depois. Em 16/11/2007, tomou posse como Primeiro-ministro. Como Chefe de Governo polonês, atribuiu prioridade à plena inserção na União Europeia, à defesa dos interesses dos membros mais recentes do Bloco e à construção de relações cordiais com a Rússia. Assumiu o posto de presidente do Conselho Europeu em dezembro de 2014.

Jean-Claude Juncker
presidente da Comissão Europeia



Nasceu em Redange, Luxemburgo, em 9/12/1954. Graduou-se em Direito na Universidade de Estrasburgo. Exerceu diversos cargos públicos durante sua vida: em 1982, foi nomeado vice-ministro do Trabalho de Luxemburgo; em 1984, foi designado ministro do Trabalho; em 1989, ministro das Finanças; e foi primeiro-ministro de Luxemburgo entre 1995 e 2013; entre 2005 e 2013, foi presidente do Eurogrupo, instituição europeia que congrega os ministros da Economia e Finanças dos estados membros da Zona do Euro, o presidente do Banco Central Europeu e o Comissário Europeu de Assuntos Econômicos e Monetários. Em 1º de novembro de 2014, assumiu a presidência da Comissão Europeia.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a então Comunidade Econômica Europeia, em 1960. Desde então, o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira. Com a assinatura da Parceria Estratégica, em 2007, as relações Brasil-União Europeia (UE) atingiram novo patamar, e ampliaram-se as oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse bilateral ou birregional (Mercosul e CELAC com a UE). A Parceria tem contribuído para que Brasil e UE aprofundem as relações políticas, dinamizem os vínculos econômicos e diversifiquem as iniciativas de cooperação.

O relacionamento em nível estratégico pressupõe interlocução intensa e consultas sistemáticas, o que se dá por meio de uma série de encontros entre representantes do governo brasileiro e das instâncias comunitárias. Além das Reuniões de Cúpula anuais, em nível presidencial, há encontros regulares entre altos funcionários, especialistas e técnicos. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento, em áreas como paz e segurança, comércio, investimentos, regulação, serviços, energia, sociedade da informação, desenvolvimento sustentável, mudança do clima, educação e cultura. A Comissão Mista bilateral, criada em 1992, exerce o papel de coordenação da ampla agenda bilateral. Há, ainda, encontros regulares entre representantes das sociedades civis e do empresariado, que contribuem para aproximar as sociedades brasileira e europeia, bem como para debater ideias sobre como explorar novas oportunidades e superar desafios.

No plano político, Brasil e UE reconhecem-se como atores de um sistema internacional multipolar e em transformação. Compartilham, ademais, o compromisso de fortalecer o multilateralismo: entendem ser esse o mecanismo mais eficaz para viabilizar a paz e a cooperação, em âmbito mundial. O Brasil tem na UE importante interlocutor, por exemplo, na questão do fortalecimento e da reforma das instituições multilaterais e de seus processos de decisão, sobretudo a Organização das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. A valorização das instâncias democráticas e o respeito aos direitos humanos são, também, princípios basilares da Parceria Estratégica.

As relações econômico-comerciais são de imensa relevância para ambos os lados. Entre 2003 e 2013, o intercâmbio comercial mais que triplicou. Tomada em seu conjunto, a UE é hoje o maior parceiro comercial do Brasil. A UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou em importante fonte de investimentos estrangeiros na

UE (5º maior). As dinâmicas relações econômicas têm enorme potencial de expansão: além das perspectivas de incremento do comércio, sobretudo com a expectativa de conclusão das negociações de acordo comercial entre Mercosul e UE, espera-se que os investimentos recíprocos sigam em rota de expansão.

A agenda de cooperação é igualmente intensa. No campo da educação, cerca de metade dos bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras, da graduação ao pós-doutorado, nas áreas prioritárias do Programa, escolhem países da UE como destino. Na área de ciência e tecnologia, Brasil e UE cooperam de maneira próxima em pesquisas e investimentos conjuntos em áreas como biocombustíveis e tecnologia da informação. Como sede de importantes centros de pesquisa, a UE é parceira fundamental em projetos de tecnologia e inovação, os quais poderão contribuir para um salto qualitativo no desenvolvimento brasileiro.

Brasil e UE têm, ainda, procurado avançar na formulação de estruturas que permitam ampliar o escopo de sua cooperação, como a cooperação trilateral, modalidade que promove o intercâmbio de experiências sobre como lidar com desafios comuns aos países em desenvolvimento.

A última Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia (Bruxelas, 24 de fevereiro de 2014), a sétima a ocorrer, contribuiu, entre outras coisas, para as negociações do Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Europeia, ao reiterar a disposição das partes, no mais alto nível político, em alcançar acordo ambicioso, abrangente e equilibrado. Cabe referir, outrossim, às discussões sobre governança da Internet, assunto no qual Brasil e UE têm identificado convergência de posições – defesa de modelo multissetorial, democrático e transparente de governança, e o entendimento de que as tecnologias da informação e da comunicação podem constituir poderosa ferramenta para o desenvolvimento.

Entre os acordos bilaterais assinados nos últimos anos, pode-se destacar o Acordo sobre a Segurança da Aviação Civil e o Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns – ambos em vigor –, além de Acordo sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos, em processo de tramitação no Congresso Nacional.

Assuntos consulares

Tendo em conta que a competência sobre temas consulares continua pertencente aos estados membros individualmente, não cabe referência ao presente tópico nesta informação.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Tópico tampouco aplicável à União Europeia em seu conjunto.

POLÍTICA INTERNA

Nas eleições para o Parlamento Europeu de maio de 2014, uma sólida maioria de 479 das 751 cadeiras (63,8%) do Parlamento Europeu continua nas mãos dos três maiores blocos "tradicionalis" da política pan-europeia – 221 no Partido Popular Europeu (PPE), de centro-direita; 191 com os Socialistas/Democratas (S&D), de centro-esquerda; e 67 em mãos dos liberais-democratas da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ADLE), de centro. O mandato dos parlamentares europeus é de cinco anos. Acordo entre tais blocos partidários permitiu a divisão das principais posições europeias:

i) a presidência da Comissão Europeia, com Jean-Claude Juncker (cabeça de chapa do Grupo PPE, vencedor das eleições) – por mandato de 5 anos, renovável uma vez –, que, a despeito da vocal oposição britânica, contou com apoio decisivo da chanceler alemã, Angela Merkel, do presidente francês, François Hollande, e do primeiro-ministro italiano, Matteo Renzi. A Comissão Europeia é o órgão executivo da UE, sendo politicamente independente. É responsável pela elaboração de propostas de novos atos legislativos europeus e pela execução das decisões do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia. Entre suas competências encontram-se: ser a única instituição da UE que apresenta legislação para adoção pelo Parlamento e pelo Conselho com o objetivo de proteger os interesses da UE e dos seus cidadãos em questões que podem ser tratadas com maior eficácia ao nível europeu do que ao nível nacional; resolver questões técnicas específicas mediante consulta de peritos e do público em geral; gerir as políticas europeias e distribuir os fundos da UE; definir as prioridades de despesa da UE juntamente com o Conselho e o Parlamento; elaborar orçamentos anuais que devem ser aprovados pelo Parlamento e pelo Conselho Europeus; controlar as despesas, que são verificadas pelo Tribunal de Contas; juntamente com o Tribunal de Justiça, garantir a aplicação da legislação da UE em todos os estados membros; representar a UE nas instâncias internacionais, designadamente nas áreas da política comercial e da ajuda humanitária; e negociar acordos internacionais em nome da UE.

ii) o cargo de presidente do Conselho Europeu, com a escolha do ex-primeiro-ministro polonês Donald Tusk, ao término do mandato de Herman Van Rompuy, em 1º de dezembro de 2014, para mandato de dois anos e meio, renovável uma vez. Sua escolha se deu por consenso entre os estados membros e contou com forte apoio da Alemanha, em particular pela intenção de dar posição relevante no âmbito do Bloco a alguém proveniente do Leste da Europa. Com a nova composição da Comissão Europeia e do Conselho Europeu, configura-se divisão de tarefas mais clara entre os órgãos: Tusk tenderá a ser a face externa da União

Europeia, enquanto Juncker se concentrará na gestão interna do Bloco. O Conselho Europeu reúne os Chefes de Estado e de Governo dos estados membros para definir a agenda política da UE, representando o nível mais elevado de cooperação política do Bloco. Entre suas competências, encontram-se: decidir sobre as orientações gerais e as prioridades políticas, mas não aprovar legislação; tratar de questões complexas e sensíveis que não podem ser resolvidas em níveis inferiores de cooperação intergovernamental; definir a política externa e de segurança comum da UE, tendo em conta os interesses estratégicos e as implicações em termos de defesa; designar e nomear candidatos a determinados altos cargos nas instituições da UE, como a presidência do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia;

iii) a escolha do alemão Martin Schulz (S&D) para a presidência do Parlamento Europeu, para mandato de dois anos e meio. O bloco partidário também passou a ocupar o cargo de Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, com a italiana Federica Mogherini. O Parlamento Europeu tem três tipos principais de poderes: poderes legislativos (adotar legislação, juntamente com o Conselho da UE, com base em propostas da Comissão Europeia; decidir sobre os acordos internacionais; decidir sobre os alargamentos do Bloco; analisar o programa de trabalho da Comissão; e convidar a Comissão a propor legislação); poderes de supervisão (exercer o controle democrático de todas as instituições da UE; eleger o presidente da Comissão; e aprovar a Comissão no seu todo; poder votar moção de censura, obrigando a Comissão a demitir-se; conceder quitação, isto é, aprovar a forma como o orçamento da UE é gasto; examinar as petições dos cidadãos e abrir inquéritos; debater a política monetária com o Banco Central Europeu; interrogar a Comissão e o Conselho; realizar observações eleitorais); e poderes orçamentários (definir o orçamento da UE, juntamente com o Conselho Europeu; e aprovar o quadro financeiro plurianual da UE).

O número de representantes ligados a partidos eurocéticos e com matriz populista está distante da maioria absoluta de 376 vozes necessárias para bloquear decisões no Parlamento Europeu. Nesse quadro, não deverá haver real ruptura do *modus operandi* do Parlamento Europeu, cujas decisões continuarão a derivar da composição pragmática entre os seus três grandes blocos. Minoritários, os eurocéticos deverão atuar como forças obstrucionistas no cotidiano do Parlamento, tornando mais lento e conturbado o já complexo processo decisório. Poderão ter influência indireta, ademais, se as vozes do "mainstream", impactadas pelo avanço dos eurocéticos, vierem a adotar certos elementos de seu discurso político.

Outras instituições de relevo no âmbito comunitário são:

- i) Conselho da União Europeia, onde os ministros dos governos de cada país membro da UE reúnem-se para discutir, alterar e aprovar legislação e coordenar políticas. Os ministros estão habilitados a assumir compromissos em nome dos respectivos governos em relação às medidas aprovadas nas reuniões. Ele negocia e adota a legislação europeia, juntamente com o Parlamento Europeu, com base em propostas da Comissão Europeia; coordena as políticas dos países da UE; define a política externa e de segurança, com base nas orientações do Conselho Europeu; celebra acordos entre a UE e outros países ou organizações internacionais; e aprova o orçamento da UE em conjunto com o Parlamento Europeu. Sua presidência é exercida rotativamente pelos países da UE, por períodos de 6 meses; e
- ii) Tribunal de Justiça da União Europeia, que interpreta a legislação da UE para garantir sua aplicação da mesma forma em todos os países do Bloco e delibera sobre diferendos jurídicos entre governos nacionais e instituições da UE. Os particulares, as empresas e as organizações podem também, em determinadas circunstâncias, recorrer ao Tribunal se considerarem que os seus direitos foram infringidos por uma instituição europeia.

No último ano, podem ser destacados quatro temas que atraíram a atenção das instituições europeias e colocam sob pressão o projeto comunitário: i) a crise ucraniana; ii) a crise migratória; iii) a crise na Grécia; e iv) o referendo no Reino Unido sobre a permanência na União Europeia. A atual conjuntura de crises econômica, migratória e institucional, com aproximação de referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE, tem paralisado parte da ação internacional do Bloco.

POLÍTICA EXTERNA

A Política Externa e de Segurança Europeia, criada pelo Tratado de Maastricht (1992) e fortalecida a partir do Tratado de Lisboa (2007), permite à União Europeia (UE) maior grau de ação conjunta e coordenada sobre questões regionais e internacionais, sempre que concedido mandato à UE pelos estados membros. Dessa forma, os vinte e oito países da UE têm uma influência muito maior do que individualmente.

Embora as características dessa política comunitária sejam essencialmente intergovernamentais, dependente da posição conjunta de todos os estados membros da UE, esse instrumento demonstra a busca pela constituição de uma voz única para a região em temáticas menos conflituosas entre seus países-membros, como Comércio Internacional, Direitos Humanos e Meio Ambiente.

No campo das relações exteriores da União, dois grupos de países foram identificados como prioritários para a atuação inicial da Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE): os países vizinhos da UE e os grandes atores globais, tradicionais e emergentes. Dentro do primeiro grupo, o conflito na Ucrânia e os levantes em países do Norte da África e do Oriente Médio merecem grande atenção por parte da UE, com especial destaque para o desenvolvimento da guerra civil na Líbia e na Síria, que conta com forte atuação de organizações e inclusive tropas de países europeus, e do conflito israelo-palestino. A UE tem desempenhado relevante papel, igualmente, em questões como o programa nuclear iraniano e a estabilização da Somália, da região do Chifre da África e do Sahel. Os temas migratórios têm ganhado destaque na agenda externa da União Europeia, com atuação junto a países de origem e de trânsito de migrantes, bem como outros atores regionais relevantes no Norte da África e no Oriente Médio.

A construção de parcerias estratégicas com os países de maior destaque no sistema internacional também tem sido priorizada. Dez países foram considerados estratégicos pela UE, nações de reconhecimento internacional histórico ou emergente, sendo esses Estados Unidos, Japão, Canadá, Coréia do Sul, países pertencentes ao agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e México.

No campo econômico-comercial, destacam-se as negociações para estabelecimento da Parceria Transatlântica em Comércio e Investimentos (TTIP, na sigla em inglês). Rodadas de negociações entre as partes têm ocorrido desde 2014. As últimas notícias dão conta de que as negociações serão prolongadas muito além da expectativa inicial das partes de concluir-las até o final deste ano.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama geral

De acordo com o último relatório da Comissão Europeia (4/5/2016), em meio à deterioração adicional do cenário econômico mundial no início de 2016, a economia europeia entrou em seu quarto ano de recuperação modesta. De acordo com a análise, os fatores positivos que, em 2015, favoreceram o consumo privado e as exportações – baixos preços de petróleo, baixos custos de financiamento e desvalorização do euro em relação ao dólar – deverão continuar a apoiar o crescimento nos anos de 2016 e 2017. Não obstante, indicou agravamento dos riscos ao crescimento, notadamente externos. As principais preocupações apontadas são a desaceleração da China e de outras economias emergentes, a fragilidade do comércio internacional, as tensões geopolíticas e outras incertezas políticas.

No âmbito interno, embora a política fiscal tenha se mostrado ligeiramente favorável ao crescimento, em razão de maiores gastos governamentais relacionados com o intenso influxo de refugiados, o legado da crise ainda continua a constranger o ímpeto da recuperação europeia. O alto nível de endividamento público e privado restringe a potencialidade de investimentos e também de consumo. Adicionalmente, a elevada exposição dos bancos a créditos de baixa qualidade inibe a disposição e a capacidade das instituições financeiras de prover liquidez à economia real.

Quanto ao comércio exterior, a deterioração do ambiente internacional começou a ter visível impacto sobre as exportações da zona do euro a partir do segundo semestre de 2015, anulando o fator positivo da depreciação da moeda comum. Por outro lado, graças à melhora da competitividade de preços, resultado da desvalorização cambial passada e da queda dos custos unitários do trabalho, espera-se que o crescimento das exportações se acelere ao longo de 2016. Contudo, a contribuição das vendas externas deverá ser superada pelo aumento das compras, resultante tanto da maior demanda doméstica, quanto do alto conteúdo de importações nos bens europeus de exportação. A Comissão Europeia estima, nesse sentido, que as "importações líquidas" impactariam negativamente o crescimento do PIB em 2016, tornando-se neutras em 2017.

No primeiro trimestre de 2016, o PIB da Zona do Euro (ZE), atualmente com 19 países, ampliou-se em 0,6% frente ao período anterior, e o da União Europeia (UE), com seus 28 países, em 0,5%, confirmando diagnóstico de modesta

e frágil recuperação. Em comparação com o primeiro trimestre de 2015, a expansão do PIB foi de 1,6% na ZE e de 1,7% na UE. O resultado foi superior àquele obtido pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, surpreendendo positivamente analistas, que previam crescimento de 0,4%. Mais uma vez, confirma-se o diagnóstico de recuperação moderada da economia europeia, movida principalmente pela demanda doméstica. O consumo privado continua a ser o principal motor do crescimento, mas economistas vêm sinais de retomada dos investimentos. Teria igualmente contribuído para a aceleração neste início de ano, embora em menor grau, a orientação fiscal levemente expansionista. O PIB real da ZE finalmente alcançou o nível pré-crise, após oito anos de períodos de recessão, estagnação e limitado crescimento. O dado mostra o caráter lento da atual retomada da atividade econômica da zona do euro, que, em ciclos recessivos anteriores, precisou de cinco a oito trimestres para recuperar o nível de produção pré-crise. Desta vez, foram necessários mais de 30 trimestres. A projeção atual do órgão europeu é que a economia da UE cresça a taxas de 1,8% em 2016 e 1,9% em 2017, e a da ZE, 1,6% e 1,8%.

O desemprego deverá, segundo análise do escritório de estatísticas europeu, seguir declinando gradualmente nos próximos dois anos, embora em ritmo mais lento do que em 2015. Na ZE, estima-se que o índice recuará de 10,9%, em 2015, para 10,3% em 2016 e 9,9% em 2017. Na UE, é prevista queda de 9,4% para 8,9% e 8,5%, respectivamente. Vale observar que, mesmo que os prognósticos se confirmem no fim do horizonte de previsão (2017), as taxas de desemprego ainda estarão acima dos níveis pré-crise: 7,2% na ZE e 6,7% na UE. Em comparação com um ano atrás, o índice retrocedeu em 25 estados membros da UE, subiu em dois (Áustria e Finlândia) e manteve-se estável em um (Romênia).

O índice inflacionário anualizado na zona do euro e na União Europeia, segundo o Gabinete de Estatísticas da UE (Eurostat), subiu ligeiramente em dezembro de 2015: de 0,1% para 0,2% na ZE e para 0,0%, na UE. Em dezembro de 2014, o índice era de -0,2% na zona do euro e de -0,1% na UE. Acredita-se que o preço da cesta de produtos subirá 0,5% tanto na ZE, quanto na UE. Há apenas três meses, a estimativa do órgão era de inflação de 1,0% no caso da zona do euro e de 1,1% no caso do bloco. Nesse contexto, a CE rebaixou novamente suas previsões para a variação de preços ao consumidor: 0,2% em 2016 e 1,4% em 2017, contra as projeções de 0,5% e 1,5%, de três meses atrás.

Na seara comercial, em 2015, a UE obteve superávit comercial de 64,2 bilhões de euros – comparado a 13,3 bilhões em 2014, resultado de um aumento de 5% nas exportações, para EUR 1,789 trilhão, e de 2% nas importações, para EUR 1,725 trilhão. O maior aumento foi observado no comércio com o maior parceiro:

tanto as vendas para os EUA quanto as compras de produtos oriundos daquele país subiram 19%. O Brasil manteve-se em décimo lugar em 2015, apesar da queda de 6% nas exportações da UE para o país. O comércio com a Rússia continuou a apresentar forte queda (-28% nas exportações europeias e -25% nas importações). Além de Rússia e Brasil, apenas o comércio com a Noruega registrou queda. O ranking completo, em 2015, em ordem decrescente de comércio, é o seguinte: EUA, China, Suíça, Rússia, Turquia, Noruega, Japão, Coreia do Sul, Índia e Brasil. No primeiro trimestre de 2016, o Brasil continuou a registrar forte queda no comércio com a UE, segundo o Eurostat. As exportações europeias para o Brasil caíram 19,9%, na comparação anual, tendo somado EUR 6,9 bilhões. As importações de produtos brasileiros pela UE recuaram 9,3%, para EUR 6,7 bilhões. Na comparação trimestral, os números também mostram queda: -11,5% e -5,7%, respectivamente. O Brasil passou a ser, assim, o 11º maior parceiro comercial da UE, cedendo a 10ª posição para o Canadá e imediatamente à frente de Emirados Árabes Unidos, Cingapura e Arábia Saudita.

Comércio exterior com o Brasil

Nas relações com o Brasil, destaca-se, em primeiro lugar, o caráter complementar das economias brasileira e europeia, o que confere grande potencial ao relacionamento econômico-comercial entre os dois países. Há interesse, no lado europeu, em suprir a demanda brasileira por produtos e serviços em setores nos quais o Bloco conta com reconhecida "expertise", tais como infraestrutura, logística, transportes e alta tecnologia. Entre as principais importações brasileiras na atualidade, pode-se mencionar máquinas mecânicas, automóveis, farmacêuticos e máquinas elétricas. O Brasil, por sua vez, encontra-se em condições de diversificar a pauta de exportações – atualmente concentrada em minérios, café, chá, mate, especiarias e farelo de soja.

O comércio bilateral Brasil-União Europeia tem-se decaído significativamente desde 2013, quando o intercâmbio bilateral atingiu US\$ 98,52 bilhões, o segundo maior valor na série histórica, inferior apenas ao registrado no ano de 2011 – US\$ 99,63 bilhões. A participação do intercâmbio com a União Europeia no comércio exterior brasileiro tem ficado ao redor de 20% do total. As quedas em 2014 e 2015 foram respectivamente de 9,9% e de 20,5%.

Investimentos

A União Europeia, tida em seu conjunto, conta com o maior estoque de investimentos no Brasil.

Segundo dados do Banco Central, em 2014, os investimentos diretos da União Europeia no Brasil chegaram a US\$ 27,7 bilhões (50% do total e mais que o dobro da América do Norte, segunda colocada); em 2013, o montante foi de US\$ 24,5 bilhões (50% do total e duas vezes e meia mais que a América do Norte, novamente a segunda colocada).

Com referência ao estoque de investimentos em todo mundo, os dados mais recentes do Eurostat, referentes ao ano de 2014, registram que a cifra alcança 5,749 trilhões de euros (acréscimo de 7,6% frente ao ano anterior), tendo como principal destino os EUA (EUR 1,985 trilhões), a Suíça (EUR 632,3 bilhões), o Brasil (EUR 343,6 bilhões, acréscimo de 0,9% - equivalente a mais que o dobro do valor correspondente aos investimentos da América do Norte, US\$ 143 bilhões, e seis vezes mais que os investimentos da Ásia e da Oceania combinados), o Canadá (EUR 274,7 bilhões) e Rússia (EUR 171,5 bilhões).

Por outro lado, o estoque de investimentos alocados no espaço comunitário totalizou 4,583 trilhões de euros (acréscimo de 9,6% frente ao ano anterior), tendo como principal origem os EUA (EUR 1,810 trilhões), a Suíça (EUR 509,4 bilhões), o Japão (EUR 166,3 bilhões), o Canadá (EUR 165,9 bilhões) e o Brasil (EUR 113,6 bilhões, apresentando aumento expressivo, de EUR 55,4 bilhões, na comparação com o ano anterior).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1949	Criação do Conselho da Europa
1951	Seis países – Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos instituem a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), cujo tratado constitutivo entraria em vigor em 1952
1955	Decisão dos ministros do Exterior dos seis países de estender a integração a toda a economia
1957	Assinatura em Roma dos Tratados que instituem a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom), que entrariam em vigor em 1º de janeiro de 1958
1965	Assinado tratado de fusão das três comunidades e que cria um Conselho e uma Comissão únicos. Entraria em vigor em 1º de julho de 1967.
1968	Eliminação completa, com 18 meses de avanço sobre o previsto, dos direitos aduaneiros intracomunitários sobre os produtos industriais. Entra em vigor uma Pauta Aduaneira Comum.
1970	É assinado em Luxemburgo tratado que permite sejam as Comunidades Europeias progressivamente financiadas por “recursos próprios” e que confere maiores poderes ao Parlamento Europeu.

1972	São assinados em Bruxelas os tratados de adesão da Dinamarca, da Irlanda, da Noruega e do Reino Unido às Comunidades Europeias.
1973	A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderem às Comunidades Europeias, que passam a ter nove estados membros. A Noruega não adere ao bloco, na sequência de referendo em que o voto majoritário foi desfavorável à adesão.
1974	Na Cimeira de Paris, os líderes políticos dos Nove decidem reunir-se regularmente em Conselho Europeu três vezes por ano. Estabelecem-se eleições diretas para o Parlamento Europeu e cria-se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
1975	É assinado um tratado que reforça os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e cria o Tribunal de Contas Europeu. Entraria em vigor em 1 de junho de 1977.
1978	Na Reunião de Cúpula de Bremen, a França e a República Federal da Alemanha propõem um relançamento da cooperação monetária por meio da criação de um Sistema Monetário Europeu (SME), que começa a funcionar em 13 de março de 1979.
1979	É assinado o tratado de adesão da Grécia às Comunidades Europeias. São realizadas as primeiras eleições diretas dos 410 deputados do Parlamento Europeu.
1981	Entrada da Grécia nas Comunidades Europeias, que passam a contar 10 estados membros.
1985	Assinatura dos Tratados de adesão da Espanha e de Portugal às Comunidades Europeias. No Conselho Europeu de Luxemburgo, os Dez acordam em rever o Tratado de Roma e relançar a integração europeia, por meio do “Ato Único Europeu”, que abre caminho à realização plena do mercado interno até 1993
1986	Espanha e Portugal aderem às Comunidades Europeias, que passam a contar 12 estados membros. É assinado em Luxemburgo e na Haia o Ato Único Europeu, que entraria em vigor em 1 de julho de 1987
1990	É assinado o Acordo de Schengen, que visa a suprimir os controles de fronteiras entre os estados membros das Comunidades Europeias
1991	O Conselho Europeu de Maastricht adota o Tratado da União Europeia, que estabelece as bases para uma política externa e de segurança comum, uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e a criação de uma União Económica e Monetária, incluindo uma moeda única. A conjugação da cooperação intergovernamental nestes domínios com o sistema comunitário existente dá origem à União Europeia (UE). A CEE passa a chamar-se “Comunidade Europeia” (CE)
1992	É assinado em Maastricht o Tratado da União Europeia, que entraria em vigor em 1º de novembro de 1993
1993	É criado o mercado interno
1994	São assinados no Conselho Europeu de Corfu (Grécia) os tratados de adesão à União Europeia da Áustria, da Finlândia, da Noruega e da Suécia
1995	A Áustria, a Finlândia e a Suécia juntam-se à UE, que passa a ter 15 estados

	membros. A Noruega, na sequência de novo referendo em que o voto majoritário foi desfavorável, volta a desistir do processo de adesão
1997	O Conselho Europeu de Amsterdã adota um tratado que dá à União Europeia novas competências, que entraria em vigor em 1º de maio de 1999
1998	Tem início o processo de adesão dos novos países candidatos, que vai abranger Chipre, Malta e 10 países da Europa Central e Oriental. O Conselho Europeu de Bruxelas decide que 11 estados membros (Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha) preenchem as condições necessárias para a adoção da moeda única em janeiro de 1999. A estes juntar-se-á mais tarde a Grécia
1999	As moedas de 11 Estados membros são substituídas pelo euro
2000	Em Nice, o Conselho Europeu chega a acordo sobre o texto de um novo Tratado, que reforma o sistema decisório da UE na perspectiva do alargamento. Os presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e da Comissão Europeia proclamam a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia
2001	É assinado o Tratado de Nice, que entraria em vigor em 1 de fevereiro de 2003.
2002	Entrada em circulação das moedas e notas em euros. O Conselho Europeu de Copenhague decide que 10 dos países candidatos (Chipre, Malta, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia) poderão aderir à UE em 1º de maio de 2004. A adesão da Bulgária e da Romênia é prevista para 2007
2003	São assinados em Atenas os tratados de adesão de Chipre, Malta, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia. A Convenção sobre o futuro da Europa adota um projeto de Constituição Europeia e conclui os seus trabalhos. Tem início a Conferência Intergovernamental que deverá redigir um novo Tratado incorporando a Constituição Europeia
2004	Chipre, Malta, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia aderem à União Europeia. Os 25 estados membros assinam um Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa
2005	São assinados os Tratados de adesão com a Bulgária e a Romênia
2007	A Bulgária e a Romênia aderem à União Europeia, elevando o número de estados membros para 27. Os 27 estados membros da UE assinaram o Tratado de Lisboa, que modifica os Tratados anteriores. O Tratado de Lisboa é ratificado por todos os países da UE antes de entrar em vigor a 1º de dezembro de 2009.
2013	A Croácia passa a ser o 28º país membro da UE

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Europeia
1992	Acordo-Quadro de Cooperação entre a Comunidade Econômica Europeia e o Brasil
1995	Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional Mercosul-Comunidade Europeia
2004	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e União Europeia (UE)
2006	Visita ao Brasil do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso
2007	Primeira Cúpula Brasil-União Europeia. Lançamento da Parceria Estratégica Brasil-UE. Publicação do I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2008-2011)
2008	Visita ao Brasil do presidente do Conselho da União Europeia, Nicolas Sarkozy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. II Cúpula Brasil-UE
2009	Visita a Estocolmo (a Suécia exercia a Presidência do Conselho da União Europeia naquele momento) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. III Cúpula Brasil-UE
2010	Visita ao Brasil do presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. IV Cúpula Brasil-UE
2011	Visita a Bruxelas da presidente Dilma Rousseff. V Cúpula Brasil-UE. Lançamento do II Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2012-2014).
2013	Visita ao Brasil do presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. VI Cúpula Brasil-UE
2014	Visita a Bruxelas (sede do Conselho Europeu) da presidente Dilma Rousseff. VII Cúpula Brasil-UE. Visita ao Brasil do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso
2015	Encontro entre a Senhora Presidenta da República e os presidentes do Conselho Europeu, Donald Tusk, e da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, à margem da COP21, em Paris

ATOS BILATERAIS

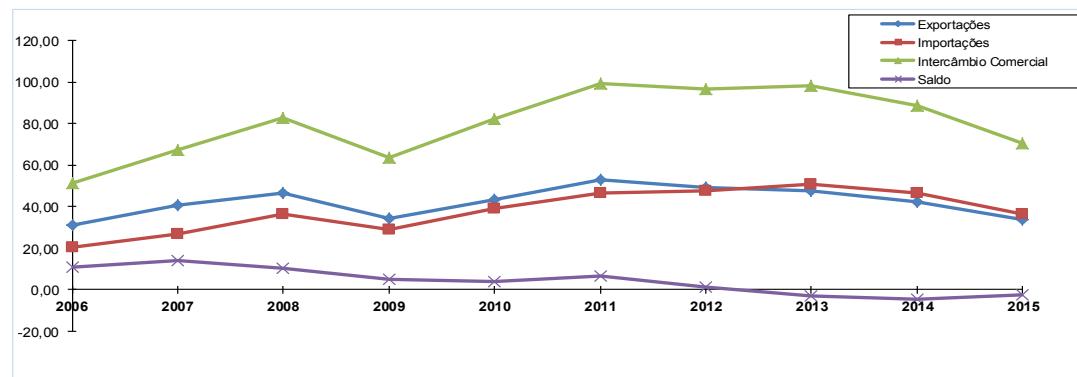
Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo sob a forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e o Brasil, nos Termos do Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, Relativo à Alteração das Concessões para carne de Aves de Capoeira Transformada Previstas na lista da UE anexa ao GATT de 1994	26/06/2012		Tramitação MRE
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço ou Oficiais	08/11/2010	11/03/2011	01/04/2011
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	08/11/2010	01/10/2012	05/10/2012
Acordo Sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia	14/07/2010	27/08/2013	18/12/2015
Acordo Entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia Sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos	14/07/2010		Tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	19/01/2004	15/12/2006	10/05/2007
Acordo-Quadro de Cooperação Financeira	19/12/1994	21/06/1995	29/08/1995
Acordo-Quadro de Cooperação	29/06/1992	01/11/1995	28/11/1995
Acordo sobre o Estabelecimento e os Privilégios e Imunidades da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil	04/04/1984	19/11/1984	09/02/1989

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - União Europeia
US\$ bilhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	31,13	14,8%	22,59%	20,21	10,8%	22,13%	51,35	13,2%	22,41%	10,92
2007	40,57	30,3%	25,25%	26,74	32,3%	22,17%	67,31	31,1%	23,93%	13,83
2008	46,60	14,9%	23,54%	36,19	35,3%	20,92%	82,79	23,0%	24,81%	10,40
2009	34,19	-26,6%	22,35%	29,24	-19,2%	22,89%	63,43	-23,4%	22,59%	4,95
2010	43,32	26,7%	21,46%	39,15	33,9%	21,54%	82,48	30,0%	21,50%	4,17
2011	53,17	22,7%	20,77%	46,46	18,7%	20,54%	99,63	20,8%	20,66%	6,71
2012	49,10	-7,6%	20,24%	47,72	2,7%	21,38%	96,82	-2,8%	20,79%	1,39
2013	47,77	-2,7%	19,74%	50,75	6,4%	21,17%	98,52	1,8%	20,45%	-2,98
2014	42,05	-12,0%	18,68%	46,72	-7,9%	20,39%	88,77	-9,9%	19,54%	-4,67
2015	33,95	-19,3%	17,76%	36,65	-21,6%	21,37%	70,59	-20,5%	19,47%	-2,70
2016 (jan-abr)	10,06	-7,2%	17,99%	9,98	-22,4%	23,36%	20,04	-15,4%	20,31%	0,09
Var. % 2006-2015	9,0%	---	81,3%	---	37,5%	---	n.c.			

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

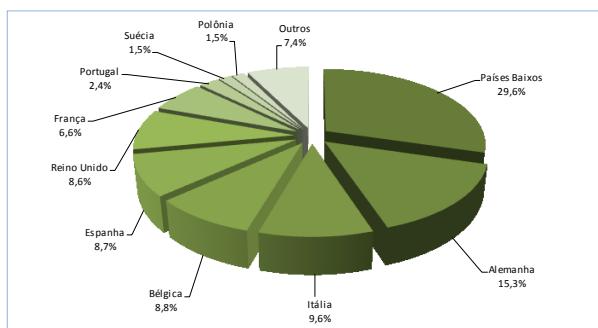


Direção das exportações brasileiras para a União Europeia, por país
US\$ milhões

Descrição	2013	Part.% no total	2014	Part.% no total	2015	Part.% no total	Var. % 2013-2015	2015 (jan-abr)	Part.% no total	2016 (jan-abr)	Part.% no total	Var. % 2015-2016
Países Baixos	17.333	36,3%	13.036	31,0%	10.044	29,6%	-42,0%	3.023	27,9%	3.037	30,2%	0,4%
Alemanha	6.552	13,7%	6.633	15,8%	5.179	15,3%	-21,0%	1.815	16,7%	1.393	13,8%	-23,3%
Itália	4.098	8,6%	4.021	9,6%	3.270	9,6%	-20,2%	1.097	10,1%	1.064	10,6%	-3,0%
Bélgica	3.594	7,5%	3.287	7,8%	2.990	8,8%	-16,8%	991	9,1%	979	9,7%	-1,2%
Espanha	3.546	7,4%	3.255	7,7%	2.943	8,7%	-17,0%	824	7,6%	817	8,1%	-0,9%
Reino Unido	4.067	8,5%	3.827	9,1%	2.907	8,6%	-28,5%	1.076	9,9%	855	8,5%	-20,5%
França	3.394	7,1%	2.918	6,9%	2.245	6,6%	-33,8%	772	7,1%	677	6,7%	-12,3%
Portugal	854	1,8%	1.060	2,5%	822	2,4%	-3,8%	202	1,9%	206	2,0%	2,0%
Suécia	449	0,9%	493	1,2%	503	1,5%	12,1%	185	1,7%	183	1,8%	-1,1%
Polônia	396	0,8%	484	1,2%	495	1,5%	25,0%	101	0,9%	146	1,5%	44,3%
Irlanda	611	1,3%	332	0,8%	383	1,1%	-37,2%	64	0,6%	82	0,8%	28,8%
Eslovênia	340	0,7%	392	0,9%	381	1,1%	12,1%	112	1,0%	121	1,2%	8,1%
Dinamarca	472	1,0%	516	1,2%	322	0,9%	-31,8%	122	1,1%	71	0,7%	-41,4%
Finlândia	451	0,9%	401	1,0%	269	0,8%	-40,3%	119	1,1%	112	1,1%	-6,4%
Romênia	385	0,8%	283	0,7%	242	0,7%	-37,1%	62	0,6%	48	0,5%	-22,6%
Hungria	146	0,3%	164	0,4%	239	0,7%	63,9%	62	0,6%	68	0,7%	8,7%
Áustria	139	0,3%	147	0,3%	139	0,4%	0,4%	52	0,5%	24	0,2%	-53,4%
Bulgária	219	0,5%	206	0,5%	118	0,3%	-46,1%	44	0,4%	38	0,4%	-13,6%
Grécia	151	0,3%	140	0,3%	117	0,3%	-22,7%	33	0,3%	35	0,3%	6,0%
Croácia	181	0,4%	62	0,1%	78	0,2%	-56,8%	4	0,0%	13	0,1%	197,6%
Lituânia	115	0,2%	43	0,1%	52	0,2%	-54,6%	9	0,1%	10	0,1%	11,5%
Luxemburgo	32	0,1%	17	0,0%	36	0,1%	14,5%	4	0,0%	3	0,0%	-11,2%
Estônia	41	0,1%	46	0,1%	33	0,1%	-21,0%	19	0,2%	5	0,1%	-72,0%
Letônia	21	0,0%	42	0,1%	27	0,1%	27,5%	14	0,1%	14	0,1%	-2,4%
República Tcheca	60	0,1%	56	0,1%	26	0,1%	-56,9%	8	0,1%	7	0,1%	-11,0%
Eslováquia	27	0,1%	25	0,1%	21	0,1%	-21,7%	7	0,1%	9	0,1%	18,0%
Malta	21	0,0%	62	0,1%	15	0,0%	-26,1%	4	0,0%	6	0,1%	23,4%
Chipre	13	0,0%	43	0,1%	9	0,0%	-28,6%	3	0,0%	12	0,1%	267,4%
Total	47.772	100,0%	42.047	100,0%	33.947	100,0%	-28,9%	10.845	100,0%	10.062	100,0%	-7,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

Participação dos principais compradores da União Europeia das exportações brasileiras, 2015

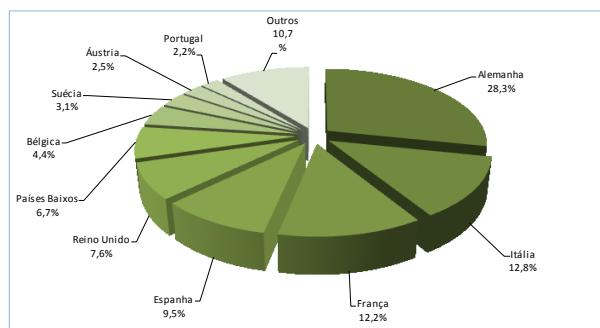


Origem das importações brasileiras procedentes da União Europeia, por país
US\$ milhões

Descrição	2013	Part.% no total	2014	Part.% no total	2015	Part.% no total	Var. % 2013-2015	2015 (jan-abr)	Part.% no total	2016 (jan-abr)	Part.% no total	Var. % 2015-2016
Alemanha	15.183	29,9%	13.837	29,6%	10.380	28,3%	-31,6%	3.617	28,1%	2.860	28,7%	-20,9%
Itália	6.719	13,2%	6.312	13,5%	4.675	12,8%	-30,4%	1.706	13,3%	1.211	12,1%	-29,0%
França	6.499	12,8%	5.700	12,2%	4.457	12,2%	-31,4%	1.455	11,3%	1.191	11,9%	-18,2%
Espanha	4.487	8,8%	3.910	8,4%	3.499	9,5%	-22,0%	1.279	10,0%	807	8,1%	-36,9%
Reino Unido	3.615	7,1%	3.258	7,0%	2.800	7,6%	-22,5%	871	6,8%	809	8,1%	-7,1%
Países Baixos	2.345	4,6%	3.168	6,8%	2.469	6,7%	5,3%	950	7,4%	575	5,8%	-39,5%
Bélgica	2.010	4,0%	1.850	4,0%	1.623	4,4%	-19,3%	588	4,6%	428	4,3%	-27,3%
Suécia	1.991	3,9%	1.626	3,5%	1.152	3,1%	-42,1%	407	3,2%	305	3,1%	-25,0%
Áustria	1.388	2,7%	1.127	2,4%	901	2,5%	-35,1%	286	2,2%	356	3,6%	24,2%
Portugal	1.088	2,1%	1.096	2,3%	810	2,2%	-25,6%	318	2,5%	198	2,0%	-37,6%
Dinamarca	906	1,8%	838	1,8%	668	1,8%	-26,3%	218	1,7%	197	2,0%	-9,4%
Finlândia	892	1,8%	628	1,3%	561	1,5%	-37,0%	185	1,4%	233	2,3%	26,0%
Polônia	809	1,6%	665	1,4%	529	1,4%	-34,6%	179	1,4%	154	1,5%	-13,8%
Irlanda	624	1,2%	613	1,3%	522	1,4%	-16,3%	201	1,6%	142	1,4%	-29,6%
República Tcheca	597	1,2%	555	1,2%	433	1,2%	-27,6%	163	1,3%	144	1,4%	-12,0%
Hungria	487	1,0%	487	1,0%	417	1,1%	-14,4%	164	1,3%	86	0,9%	-47,3%
Romênia	412	0,8%	488	1,0%	283	0,8%	-31,2%	108	0,8%	76	0,8%	-29,2%
Eslaváquia	171	0,3%	141	0,3%	119	0,3%	-30,5%	46	0,4%	31	0,3%	-31,2%
Luxemburgo	89	0,2%	73	0,2%	89	0,2%	0,1%	18	0,1%	103	1,0%	483,4%
Eslavônia	86	0,2%	74	0,2%	63	0,2%	-27,3%	23	0,2%	18	0,2%	-25,3%
Grécia	115	0,2%	68	0,1%	48	0,1%	-58,0%	30	0,2%	18	0,2%	-38,8%
Bulgária	33	0,1%	37	0,1%	43	0,1%	30,9%	13	0,1%	10	0,1%	-23,4%
Letônia	7	0,0%	10	0,0%	32	0,1%	382,6%	3	0,0%	3	0,0%	-14,8%
Estônia	48	0,1%	43	0,1%	23	0,1%	-53,1%	9	0,1%	6	0,1%	-33,6%
Malta	77	0,2%	56	0,1%	20	0,1%	-73,3%	8	0,1%	3	0,0%	-65,9%
Lituânia	33	0,1%	34	0,1%	20	0,1%	-40,7%	4	0,0%	8	0,1%	108,2%
Croácia	36	0,1%	21	0,0%	9	0,0%	-75,9%	4	0,0%	3	0,0%	-21,7%
Chipre	4	0,0%	2	0,0%	1	0,0%	-70,4%	1	0,0%	0	0,0%	-75,0%
Total	50.751	100,0%	46.719	100,0%	36.646	100,0%	-27,8%	12.853	100,0%	9.975	100,0%	-22,4%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

Participação dos principais fornecedores da União Europeia, das importações brasileiras, 2015

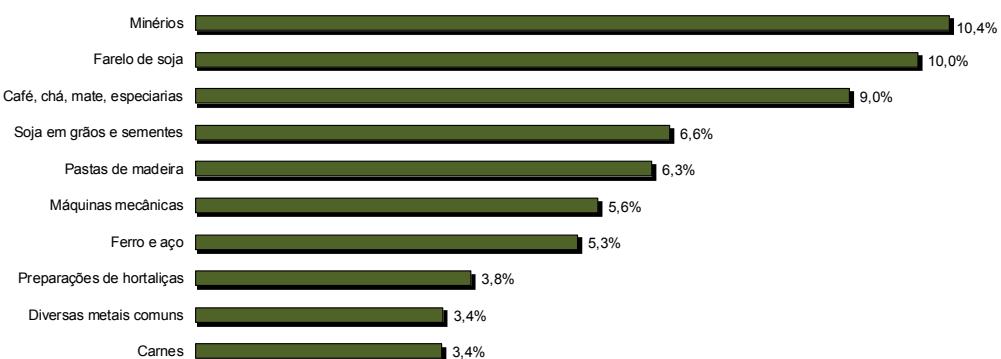


Composição das exportações brasileiras para a União Europeia
US\$ milhões

Descrição	2013	Part.% no total	2014	Part.% no total	2015	Part.% no total	2015 (jan-ábr)	Part.% no total	2016 (jan-ábr)	Part.% no total
Minérios	7.521	15,7%	5.588	13,3%	3.535	10,4%	1.363	12,6%	932	9,3%
Farelo de soja	4.731	9,9%	4.606	11,0%	3.389	10,0%	987	9,1%	861	8,6%
Café, chá, mate, especiaria:	2.554	5,3%	3.506	8,3%	3.068	9,0%	1.188	11,0%	849	8,4%
Soja em grãos e sementes	2.811	5,9%	3.187	7,6%	2.225	6,6%	575	5,3%	578	5,7%
Pastas de madeira	2.073	4,3%	2.082	5,0%	2.141	6,3%	698	6,4%	726	7,2%
Máquinas mecânicas	2.302	4,8%	2.198	5,2%	1.888	5,6%	568	5,2%	737	7,3%
Ferro e aço	1.167	2,4%	1.769	4,2%	1.792	5,3%	567	5,2%	448	4,5%
Preparações de hortaliças	1.585	3,3%	1.301	3,1%	1.293	3,8%	422	3,9%	497	4,9%
Diversas metais comuns	726	1,5%	872	2,1%	1.162	3,4%	304	2,8%	511	5,1%
Carnes	1.365	2,9%	1.398	3,3%	1.156	3,4%	358	3,3%	338	3,4%
Subtotal	26.835	56,2%	26.507	63,0%	21.648	63,8%	7.030	64,8%	6.477	64,4%
Outros produtos	20.936	43,8%	15.540	37,0%	12.299	36,2%	3.815	35,2%	3.585	35,6%
Total	47.772	100,0%	42.047	100,0%	33.947	100,0%	10.845	100,0%	10.062	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015



Composição das importações brasileiras originárias da União Europeia
US\$ milhões

Descrição	2013	Part.% no total	2014	Part.% no total	2015	Part.% no total	2015 (jan-ábr)	Part.% no total	2016 (jan-ábr)	Part.% no total
Máquinas mecânicas	11.865	23,4%	10.238	21,9%	7.648	20,9%	2.709	21,1%	2.428	24,3%
Farmacêuticos	4.087	8,1%	3.959	8,5%	3.409	9,3%	1.141	8,9%	1.137	11,4%
Automóveis	5.345	10,5%	4.557	9,8%	2.968	8,1%	1.185	9,2%	756	7,6%
Máquinas elétricas	3.964	7,8%	3.524	7,5%	2.943	8,0%	1.106	8,6%	719	7,2%
Químicos orgânicos	3.066	6,0%	2.973	6,4%	2.709	7,39%	780	6,1%	622	6,2%
Combustíveis	2.637	5,2%	2.807	6,0%	1.981	5,4%	989	7,7%	416	4,2%
Instrumentos de precisão	2.433	4,8%	2.190	4,7%	1.726	4,7%	593	4,6%	454	4,5%
Diversos inds químicas	1.753	3,5%	1.991	4,3%	1.646	4,5%	287	2,2%	257	2,6%
Plásticos	2.069	4,1%	1.961	4,2%	1.630	4,4%	593	4,6%	480	4,8%
Obras de ferro ou aço	1.697	3,3%	1.291	2,8%	904	2,5%	353	2,7%	245	2,5%
Subtotal	38.916	76,7%	35.490	76,0%	27.565	75,2%	9.734	75,7%	7.515	75,3%
Outros produtos	11.835	23,3%	11.229	24,0%	9.081	24,8%	3.119	24,3%	2.461	24,7%
Total	50.751	100,0%	46.719	100,0%	36.646	100,0%	12.853	100,0%	9.975	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

